



TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ISO 9001

Processo

TC/001274/2014

Unidade Gestora

Tribunal de Contas do
Município de São Paulo

Tipo de Processo

DESTAQUE

Conselheiro Relator

ROBERTO BRAGUIM

Revisor

MAURICIO FARIA

Procurador

Instância

RECURSAL

Data da Autuação

10/04/2014

Competência

PLENO

Interessados

Corpotec Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda. - 56182090000133, FM
RODRIGUES & CIA. LTDA. - 48893226000195, TCMSP - TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO, Trajeto Construções e Serviços Ltda. - 69048254000186

Objeto

REALIZAÇÃO DE AUDITORIA EXTRAPLANO, POR AMOSTRAGEM, NAS DIVERSAS REGIÕES DA CIDADE,
REFERENTE AOS SERVIÇOS DE TAPA BURACOS

Volume VII

PROCESSO

Em 13 DEZ 2017

JULGADO

RECURSO



TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Este é o volume VIII do Processo TC nº 1274 14-21, que se inicia a partir de fls. 2002.

IMPORTANTE OBSERVAR

- Esta folha não é numerada por se tratar de nota esclarecedora.
- Os volumes devem tramitar juntos.



ANEXO VI

Subprefeitura Campo Limpo

Contrato nº 001/SPCL/LC/2015

Ata de RP nº 35/SMSP/COGEL/2014

Empresa contratada: Trajeto Construções e Serviços Ltda.



Rua Prudêncio do Amaral nº 40 – 01.10.2015



Foto 01 – Caminhão com caçamba térmica placa EBC-1220



Foto 02 – Caminhão basculante placa EQT-6439



Rua Prudêncio do Amaral nº 40 – 01.10.2015



Foto 03 – Veículo Kombi placa OQR-9582



Foto 04 – Pavimento existente antes do início do serviço



Rua Prudêncio do Amaral nº 40 – 01.10.2015



Foto 05 – Aplicação de concreto asfáltico



Foto 06 – Aplicação indevida de concreto asfáltico sobre piso sem requadramento



Rua Prudêncio do Amaral nº 40 – 01.10.2015



Foto 07 – Compactação com rolo compactador



Foto 08 – Aplicação indevida de concreto asfáltico sobre piso sem requadramento



Rua Prudêncio do Amaral nº 40 – 01.10.2015



Foto 09 – Aplicação indevida sobre solo e compactação inadequada dos cantos



Foto 10 – Compactação inadequada dos cantos



Rua Prudêncio do Amaral nº 40 – 01.10.2015



Foto 11 – Aplicação inadequada de pintura de ligação



Foto 12 – Serviço concluído



Rua Domingos Sequeira nº 129 – 01.10.2015



Foto 13 – Pavimento existente antes do início do serviço



Foto 14 – Requadramento do buraco



Rua Domingos Sequeira nº 129 – 01.10.2015



Foto 13 – Preparo da superfície do buraco



Foto 14 – Realização inadequada da pintura de ligação



Rua Domingos Sequeira nº 129 – 01.10.2015



Foto 15 – Aplicação do concreto asfáltico

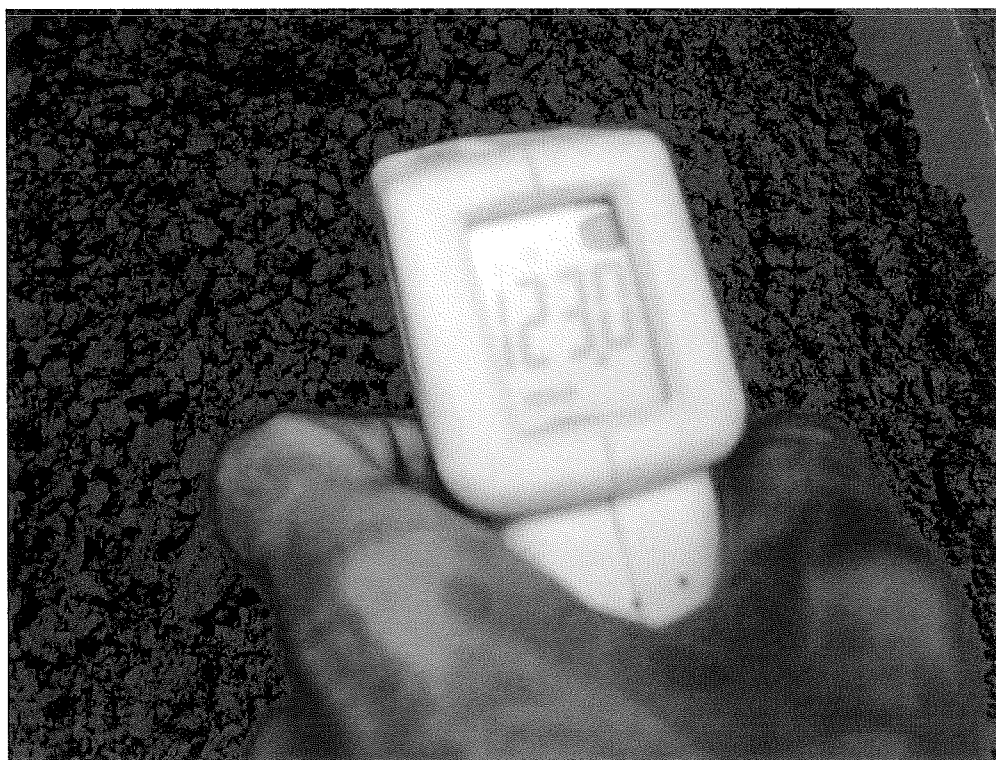


Foto 16 – Medição da temperatura do concreto asfáltico: 123°C



Rua Domingos Sequeira nº 129 – 01.10.2015



Foto 17 – Compactação com rolo compactador



Foto 18 – Serviço concluído



Regina Márcia Xinhima

Aux. Técnico de Fiscalização

1. INTRODUÇÃO

Este anexo é parte integrante do Relatório de Auditoria Extraplano cujo objetivo é verificar, por amostragem, a execução dos serviços de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos” realizados através de contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços (RP) decorrentes do Edital Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014.

A Subprefeitura Campo Limpo (SP-CL) realiza os serviços de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos” através do Contrato nº 001/SPCL/LC/2015, fls. 1010/1011, firmado com a empresa Trajeto Construções e Serviços Ltda., com as características detalhadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Resumo das informações do contrato

Agrupamento	VI
Ata de RP nº	35/SMSP/COGEL/2014
Detentora	Trajeto
Subprefeitura	Campo Limpo
Contrato nº	001/SPCL/LC/2015
PA nº	2015-0.001.579-9
Preço (R\$/t)	384,19
Valor inicial (R\$)	R\$ 3.872.635,20
Data de assinatura	04.02.2015

Fonte: Processo Administrativo 2015-0.001.579-9, fls. 1003/1018.

Com o objetivo de verificar se os serviços previstos no Contrato nº 001/SPCL/LC/2015 estão sendo realizados de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas nos ajustes, o presente trabalho de fiscalização aborda os seguintes aspectos:

a) Controles

Verificação dos sistemas de controle interno de responsabilidade das subprefeituras, que assegurem que os serviços estejam sendo executados conforme o pactuado e em conformidade com a legislação (vide item 3.3.1 do Relatório de Auditoria Extraplano).



b) Realização dos serviços

Verificação do atendimento das exigências contratuais, das normas legais pertinentes e da conformidade com os padrões mínimos de qualidade quando da realização dos serviços de conservação de pavimentos viários "tapa-buracos" executados pela empresa contratada e fiscalizados pela subprefeitura (vide item 3.3.2 do Relatório de Auditoria Extraplano).

c) Qualidade do concreto asfáltico – análise através de ensaios de controle tecnológico

Verificação do atendimento das exigências contratuais, das normas legais pertinentes e da conformidade com os padrões mínimos de qualidade no preparo do concreto asfáltico, de responsabilidade da Superintendência das Usinas de Asfalto (SPUA), e na aplicação do concreto asfáltico, de responsabilidade da empresa contratada sob fiscalização da subprefeitura (vide item 3.3.3 do Relatório de Auditoria Extraplano).

Após análise dos processos administrativos de contratação e pagamento, dos elementos técnicos existentes, de vistorias realizadas *in loco* e do resultado dos ensaios de controle tecnológico, foram detectadas as irregularidades detalhadas a seguir.

2. CONTROLES

Foram detectadas as seguintes irregularidades nos controles:

2.1. Ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato

Compulsando os autos não foi localizada a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional da subprefeitura responsável pela fiscalização da execução do serviço.

Diante da ausência dessa documentação nos autos foi solicitado à subprefeitura que apresentasse a ART de fiscalização; no entanto, a ART de fiscalização não foi apresentada.



Conforme Resolução CONFEA nº 1025, de 30.10.2009, para serviços de fiscalização, mesmo exercidos por entidade pública, existe a necessidade de emissão de ART¹.

Diante do não recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato, houve infringência ao parágrafo único do art. 3º da Resolução CONFEA nº 1025, de 30.10.2009.

2.2. Livro de Ordem

O termo de abertura do Livro de Ordem, fl. 1435, não contém identificação no campo "responsável técnico".

As folhas do Livro de Ordem destinadas às anotações de desenvolvimento do serviço, fls. 1436/1438, não contêm informações suficientes e detalhadas sobre o andamento dos serviços e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º, § 1º, inciso IV do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP.

Ressalte-se que o Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 e a legislação municipal que dispõe sobre a prestação de serviços de zeladoria estabelecem diversos modelos padronizados de controle, definidos previamente e adequados às necessidades específicas da municipalidade, tais como fichas diárias de produção, tíquetes de pesagem, Saffor, registros fotográficos, rastreamento de veículos e ensaios de controle tecnológico (vide item 3.3.1 do Relatório de Auditoria Extraplano).

De acordo com o art. 9º da Resolução nº 1.024/09 do CONFEA e o art. 6º do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP, os modelos próprios da PMSP podem ser admitidos como Livro de Ordem, desde que atendam às exigências daquela resolução e ato normativo, sejam previamente aprovados pelo CREA e tenham

¹ Resolução CONFEA nº 1025 de 30.10.2009

Art. 3º Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea fica sujeito ao registro da ART no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo também se aplica ao vínculo de profissional, tanto a pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado, para o desempenho de cargo ou função técnica que envolva atividades para as quais sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. (grifamos).



seus termos de abertura visados pelo CREA; no entanto, não foi localizada a aprovação prévia pelo CREA dos modelos utilizados e tampouco consta termo de abertura visado pelo CREA.

Diante do exposto, conclui-se que o termo de abertura do Livro de Ordem não contém identificação no campo “responsável técnico” e as folhas do Livro de Ordem destinadas às anotações de desenvolvimento do serviço não contêm informações suficientes e detalhadas sobre o andamento dos serviços e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º, § 1º, inciso IV do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP.

2.3. Irregularidade nas fichas diárias de produção

Conforme disposto no item 7.1 da Ata de RP nº 35/SMSP/COGEL/2014, fl. 489, as medições dos serviços deveriam ser instruídas, entre outros, com “Ficha diária de produção, conforme Anexo XXIII do Edital que precedeu esta Ata”.

Foi verificado nos PAs nºs 2015-0.262.649-3 e 2015-0.292.980-1 o controle dos serviços executados no período de 25.09.2015 a 01.10.2015 realizados através das fichas diárias de produção.

As fichas diárias verificadas na medição, exemplos às fls. 1066 e 1125, apresentaram os campos de horários de liberação e de temperatura da massa asfáltica sem preenchimento.

Ressalva-se ainda que o modelo do Anexo XXIII do Edital Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fl. 283, não registra informações da parcela da equipe responsável pela preparação (requadramento) do buraco, como as identificações do caminhão basculante / carroceria e da perua Kombi e composição da equipe, o registro do dia e hora e local dos serviços de preparação realizados.

Portanto, os controles efetuados através das fichas diárias de produção devem ser aprimorados, incorporando o registro dos serviços de preparação dos buracos, bem como ter todos os campos informativos devidamente preenchidos.



2.4. Irregularidade na apresentação da mídia eletrônica

Entre os documentos autuados nos PAs nºs 2015-0.262.649-3 e 2015-0.292.980-1, verificou-se a entrega de um Disco Compacto (CD²) somente no segundo.

O conteúdo do CD entregue apresentava arquivos em formato pdf³ relativos aos relatórios fotográficos dos serviços executados e não apresentavam os dados do rastreamento dos veículos.

Ressalva-se que o sistema disponibilizado para o monitoramento dos serviços via *internet* supre as informações solicitadas e encontram-se disponíveis a qualquer tempo para a consulta dos dados de rastreamento e do registro fotográfico dos serviços, vinculados aos veículos rastreados.

Entretanto, a ausência no PA nº 2015-0.262.649-3, e o conteúdo do CD entregue no PA nº 2015-0.292.980-1 que não atende ao solicitado, representam desatendimento ao disposto no item 7.1 da Ata de RP nº 35/SMSP/COGEL/2014.

2.5. Irregularidade no preenchimento do Saffor

Com relação aos dados da produtividade realizada pelas equipes no período avaliado, verificou-se que em 01.10.2015, relativo à Ordem de Serviços nº 80048/15, fl. 1520, as informações relativas à Rua Luar do Sertão e Av. Elias Maas foram trocadas, comparadas com as informações constantes da Ficha Diária de Produção e do Relatório Diário de Produção, fl. 1122, autuado no processo de pagamento.

Adicionalmente, ressalva-se que os campos informativos de horário de apresentação, hora de saída da subprefeitura e horário de chegada ao logradouro não estavam devidamente preenchidos.

² CD (abreviatura de **Compact Disc**, "disco compacto" em inglês) é um dos mais populares meios de armazenamento de dados digitais, principalmente de música comercializada e softwares de computador, caso em que o CD recebe o nome de CD-ROM. (fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Compact_Disc. Acessado em 04.02.2016)

³ O PDF (**Portable Document Format**) é um formato de arquivo, desenvolvido pela *Adobe Systems* em 1993, para representar documentos de maneira independente do aplicativo, do *hardware* e do sistema operacional usados para criá-los. (fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Portable_Document_Format. Acessado em 04.02.2016)



Dessa forma, ressalva-se que o Saffor não está sendo adequadamente preenchido com as informações previstas no sistema, resultando em infringência à Portaria SMSP nº 04/2010.

2.6. Irregularidade nos registros fotográficos

Com base nos trabalhos de fiscalização dos serviços de tapa-buracos realizados pela Coordenadoria III no período de 2010 a 2014 (vide fls. 13/169), concluiu-se que seria necessária a apresentação de registro fotográfico em "... três momentos distintos: (01) situação original; (02) após a preparação do local com o requadramento e limpeza, antes da colocação da pintura de ligação; e (03) após a conclusão do serviço.", fl. 166.

A exigência da apresentação de no mínimo 3 (três) fotografias de cada buraco foi incluída em diversas cláusulas do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, das quais cita-se:

Anexo I – Termo de Referência, item 4.17:

Deverão ser apresentadas, no mínimo, três fotos do mesmo buraco, durante as seguintes fases do serviço: 1ª: inicial, 2ª: após a preparação do local, com o requadramento e limpeza, antes da colocação da pintura de ligação e, 3ª: final; devem ser capturadas e devidamente enviadas on-line para um Sistema de Gestão. (fl. 228)

Anexo XXI – Sistemas de Monitoramento e Gestão, item I:

A partir desse sistema, será possível obter a visibilidade das ordens de serviços em coordenadas geográficas, informações coletadas em campo pertinente aos mesmos, bem como fotografias tiradas: 1ª: inicial, 2ª: após a preparação do local, com o requadramento e limpeza, antes da colocação da pintura de ligação e, 3ª: final; devem ser capturadas e devidamente enviadas on-line para um Sistema de Gestão. (fl. 276)

Com o intuito de verificar se o registro fotográfico estava sendo realizado conforme determinado nas cláusulas do ajuste, foram consultados todos os relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão pelo período de 5 (cinco) dias úteis anteriores ao dia da vistoria realizada *in loco* (25.09.2015 a 01.10.2015), fls. 1628/1643.

Após análise de todas as fotografias constantes dos relatórios da amostra, constata-se que houve irregularidade em diversos registros fotográficos, conforme detalhado no Quadro 2.



Quadro 2 – Irregularidades nos registros fotográficos

Irregularidades nos registros (código do serviço)		
Inicial	Após preparação	Final
30962	30777	31246
30976	30780	31439
30977	30781	-
30978	30976	-
31639	30977	-
-	30978	-
-	31639	-
-	34777	-

Fonte: relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão, fls. 1628/1643.

Diante do exposto, conclui-se que o registro fotográfico constante dos relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão não contém as três fotografias obrigatórias (inicial, após preparação e final) de todos os serviços executados, em desacordo com o item 4.17 do Anexo I e com os itens I, II-b e III do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014.

2.7. Irregularidade no rastreamento dos veículos

A Portaria SMSP nº 41/2009, alterada pela Portaria SMSP nº 28/2014, que trata da obrigatoriedade da utilização de sistema de monitoramento e gestão dos veículos utilizados nos serviços de zeladoria do município de São Paulo, em consonância com a Lei Municipal nº 15.718/2013⁴, estabelece em seu item 1:

Determinar a utilização do sistema de rastreamento do tipo GPS, nos moldes e especificações adotados como padrão pela Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, nos termos no anexo 1, em todos os veículos que eventualmente sirvam, por suas próprias características, à execução dos serviços de zeladoria no Município de São Paulo. (grifo nosso)

A exigência de sistema de monitoramento e gestão de veículos também foi incluída no Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, e na minuta de contrato constante do edital, fls. 263/274:

⁴Lei Municipal nº 15.718, de 23.04.2013

Art. 1º Fica obrigada a implantação de Sistemas de Monitoramento e Gestão nos veículos utilizados nos serviços de zeladoria urbana do Município de São Paulo, no âmbito da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras.



Regina Maria do Kishima

Aux. Técnico de Fiscalização

Cláusula 3.9 da minuta de contrato:

A Detentora deverá possuir e manter em perfeito funcionamento o equipamento de monitoramento e rastreamento GPS, em todos os veículos, conforme especificações do Anexo do edital, durante a vigência da Ata de Registro de Preços. (grifo nosso, fl. 264)

Item II-a do Anexo XXI do edital:

Todos os veículos contratados pelas subprefeituras, utilizados ou não pelas frentes de trabalho das empresas que executam serviços, deverão possuir o equipamento de rastreamento especificado nesse documento (grifo nosso, fl. 276)

O item 2.1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 224/225, determina que cada frente de trabalho deve conter no mínimo:

- 1 caminhão com caçamba térmica de 5m³;
- 1 caminhão basculante 4m³;
- 1 perua Kombi.

Com o intuito de verificar se todos os veículos utilizavam o sistema de monitoramento, foram consultados os relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão pelo período do contrato.

Após análise das medições do serviço, das vistorias realizadas *in loco* e de consulta ao Sistema de Monitoramento e Gestão, constata-se a ausência de monitoramento dos veículos tipo Kombi, utilizados na realização dos serviços.

Diante do exposto, conclui-se que inexistente monitoramento e rastreamento dos veículos tipo Kombi, em desacordo com a cláusula 3.9 da minuta de contrato, com o item II-a do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, com o item 1 da Portaria SMSP nº 41/2009 e com o art. 1º da Lei Municipal nº 15.718/2013.

2.8. Ausência de realização de ensaios de controle tecnológico

A exigência de realização de ensaios de controle tecnológico foi incluída no Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, na Ata de Registro de Preços, fls. 483/509, e na minuta de contrato constante do edital, fls. 263/274:



Anexo I – Termo de Referência, item 5.1:

A fiscalização poderá providenciar amostras aleatórias e encaminhar para ensaio do Grau de Compactação da Massa Asfáltica aplicada, sendo aceito (considerado como de bom desempenho) um grau de compactação utilizando como parâmetro Marshall entre 97 a 100%, custeadas pela detentora. Está prevista uma amostra a cada 100 toneladas de concreto asfáltico aplicado. (fl. 228)

A realização de ensaios de controle tecnológico é essencial para a verificação da qualidade do serviço executado e os resultados devem ser utilizados para calcular o valor da remuneração da empresa contratada, conforme determinação do item 5.3 do Anexo I do edital, do item 10 da Ata de Registro de Preços e do item 7.16 da minuta de contrato, que estabelecem um redutor de pagamento nos casos de grau de compactação insatisfatório:

7.16 Do Redutor de Pagamento

7.16.1 Serviços com bom desempenho serão remunerados em 100% do valor da tonelada registrada em ata de RP, utilizando como parâmetro Marshall o grau de compactação entre 98% a 100%.

7.16.2 Na hipótese de serem constatados, por meio de verificações aleatórias realizadas pela contratante, serviços realizados com grau de compactação da massa asfáltica aplicada inferior a 98% e superior a 97% (inclusive) em mais de 5% das amostras ensaiadas, as medições dos serviços realizados no mês para efeito de pagamento sofrerão uma redução de 10% sobre o valor da tonelada.

7.16.3 Graus de compactação entre 97% e 96% em mais de 5% das amostras ensaiadas sofrerão uma redução de 20% sobre o valor da tonelada, e graus de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras não serão aceitos, devendo o serviço ser refeito com material de pavimentação fornecido pela própria contratada. (fls. 268)

Da análise dos processos administrativos verifica-se que a subprefeitura não realizou os ensaios de controle tecnológico do concreto asfáltico aplicado, necessários para proceder à aceitação ou recusa do serviço e aplicação do redutor de pagamento nos casos de grau de compactação insatisfatórios (vide item 4.1 deste Anexo).

Diante do exposto, conclui-se que a subprefeitura não exige ensaios de controle tecnológico para verificação da qualidade do serviço executado, em desacordo com o item 5.1 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014.



2.9. Contrato em desacordo com o modelo do edital

Destaca-se que o Contrato nº 001/SPCL/LC/2015, fls. 1010/1011, não se pautou na minuta de contrato constante do edital, fls. 263/274, desatendendo a disposição do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/1993.

3. REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Foram detectadas as seguintes irregularidades na realização dos serviços:

3.1. Irregularidades nas placas informativas dos veículos utilizados

Em consonância com o princípio da publicidade, o Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, exige:

Anexo I – Termo de Referência:

2.3.6. Os veículos deverão conter nas portas, adesivo ou pintura com o nome da contratada e um número de telefone para eventuais reclamações.

2.3.7. Os Caminhões deverão conter, em ambos os lados da carroceria, placas nas dimensões de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura por 0,60m (sessenta centímetros) de altura, com o BRASÃO da PMSP no canto esquerdo, bem assim com os seguintes dizeres: A SERVIÇO DA P.M.S.P. – CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTOS – TAPA BURACOS; ou A SERVIÇO DA P.M.S.P. / SPUA-NEC – CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTOS – TAPA BURACOS. (fls. 225/226)

No mesmo sentido a cláusula 9.15 da minuta de contrato, fl. 270, determina:

A detentora providenciará a identificação (nome da empresa e o telefone para reclamações) através de adesivos afixados nas laterais (portas) dos veículos e das máquinas, que deverão ser confeccionadas sob sua responsabilidade e ônus, de acordo com o modelo a ser fornecido pela PMSP.

Durante vistoria realizada *in loco* verificou-se que os caminhões de placas EBC-1220 e EQT-6439 não possuem adesivo ou pintura com um número de telefone para eventuais reclamações, em desacordo com o item 2.3.6 do Anexo I do edital e o item 13 da Ata de Registro de Preços (vide fotos 01 e 02 deste anexo).

Durante vistoria realizada *in loco* verificou-se ainda que o caminhão de placa EBC-1220 não possui placas em ambos os lados com os dizeres "A SERVIÇO DA



P.M.S.P. – CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTOS – TAPA BURACOS”, em desacordo com o item 2.3.7 do Anexo I do edital (vide foto 01 deste anexo).

Diante do exposto, conclui-se que os caminhões de placas EBC-1220 e EQT-6439 não possuem adesivo ou pintura com um número de telefone para eventuais reclamações e o caminhão de placa EBC-1220 não possui placas em ambos os lados com os dizeres “A SERVIÇO DA P.M.S.P. – CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTOS – TAPA BURACOS”, em desacordo com a cláusula 9.15 da minuta de contrato e com os itens 2.3.6 e 2.3.7 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014.

3.2. Ausência de técnico responsável pela subprefeitura durante a execução dos serviços

Com o intuito de acompanhar a realização dos serviços foi realizada vistoria *in loco* no dia 01.10.2015 na Rua Prudêncio do Amaral nº40 e na Rua Domingos Sequeira nº 129 (vide fotos 01 a 18); a data e o local foram definidos aleatoriamente sem prévio conhecimento da empresa contratada ou da subprefeitura contratante.

Durante a vistoria realizada no dia 01.10.2015 na Rua Prudêncio do Amaral nº40 e na Rua Domingos Sequeira nº 129 foi constatado que os serviços de tapa-buracos foram executados pela empresa contratada sem qualquer acompanhamento concomitante *in loco* de técnico responsável pela subprefeitura.

3.3. Ausência de requadramento do buraco

Com base nos trabalhos de fiscalização realizados pela Coordenadoria III no período de 2010 a 2014 (vide fls. 13/169), concluiu-se que os serviços de tapa-buracos estavam sendo realizados sem o prévio requadramento do buraco, em desacordo com as melhores práticas de engenharia e as cláusulas estabelecidas nos ajustes.

O Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, introduziu significativa alteração na composição das equipes contratadas, incluindo equipamentos e mão de obra adicionais, com a finalidade específica de realização do requadramento prévio dos buracos. Essa alteração ocasionou aumento



relevante no preço unitário remunerado pela municipalidade às empresas contratadas.

A realização do requadramento prévio do buraco é procedimento obrigatório, conforme determinação do item 1.2 do Anexo I – Termo de Referência (fls. 223/224):

1.2 Os serviços deverão ser executados atendendo às normas técnicas vigentes e as recomendações técnicas de reparação de pavimentos, previstas no manual de Conservação Rodoviária do D.N.I.T., seguindo a seguinte metodologia:

- requadramento do buraco com martelete, serra diamantada, ou outros equipamentos adequados ao trabalho; [...]

O requadramento do buraco é uma etapa essencial na realização do serviço de conservação de pavimentos viários e influi diretamente na qualidade e durabilidade do serviço executado.

Com o intuito de verificar se os serviços estavam sendo realizados com o requadramento prévio do buraco, conforme determinam as cláusulas do ajuste, foi realizada vistoria *in loco* no dia 01.10.2015 na Rua Prudêncio do Amaral nº40 e na Rua Domingos Sequeira nº 129 (vide fotos 01 a 18) e foram consultados todos os relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão pelo período de 5 (cinco) dias úteis anteriores ao dia da vistoria realizada *in loco* (25.09.2015 a 01.10.2015), fls. 1628/1643.

Com base no acompanhamento da realização dos serviços e após análise de todas as fotografias constantes dos relatórios da amostra, constata-se que a empresa contratada não realizou o requadramento prévio dos buracos detalhados a seguir:

- Dia 01.10.2015, Rua Prudêncio do Amaral nº 40 (vide fotos 06, 08 e 09);
- Dia 28.09.2015, Rua Almansa nº 1467-220, código 30941;
- Dia 01.10.2015, Rua Guerreiro nº 89-165, código 31455;
- Dia 01.10.2015, Rua Guerreiro nº 1-33, código 31470;
- Dia 01.10.2015, Rua Integrada nº 367-441, código 31498;
- Dia 01.10.2015, Rua Integrada nº 241-365, código 31507;



- Dia 01.10.2015, Rua Integrada nº 129-239, código 31518;
- Dia 01.10.2015, Rua Algard nº 94-138, código 31539;
- Dia 01.10.2015, Rua Luar do Sertão nº 1524-1626, código 31555;
- Dia 01.10.2015, Rua Luar do Sertão nº 1190-1522, código 31557;
- Dia 01.10.2015, Rua Luar do Sertão nº 974-1118, código 31559.

A ausência de requadramento do buraco ensejaria a aplicação de multa no valor de 6 (seis) toneladas por ocorrência, conforme determina a cláusula 10.12 da minuta de contrato; no entanto, não há registro nos autos da aplicação da referida penalidade.

Diante do exposto, conclui-se que devido à falta de realização de requadramento de todos os buracos antes da aplicação do concreto asfáltico houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, comprometendo a qualidade e a durabilidade do serviço e ocasionando prejuízo à municipalidade.

3.4. Aplicação indevida de concreto asfáltico sobre sarjeta

Os serviços de conservação e manutenção dos elementos de drenagem do pavimento (guias, sarjetas, bocas de lobo, bocas de leão etc.) não fazem parte do escopo do presente contrato e devem ser realizados por empresa contratada pelas subprefeituras para esse fim específico, utilizando equipamentos, mão de obra e materiais adequados (concreto de cimento Portland, aço, argamassa etc.).

No caso da Subprefeitura Campo Limpo esses serviços fazem parte do Contrato nº 009/SPCL/CAF/2012, cujo objeto é a “Contratação de equipe padrão para a execução de serviços de manutenção e conservação de logradouros públicos, dentro do perímetro da subprefeitura campo limpo, através de equipes”.

Com o intuito de verificar a ocorrência de aplicação de concreto asfáltico sobre sarjeta, foram consultados os relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão pelo período de 5 (cinco) dias úteis anteriores ao dia da vistoria realizada *in loco* (25.09.2015 a 01.10.2015), fls. 1628/1643.



Da análise dos relatórios constata-se que a empresa contratada aplicou indevidamente concreto asfáltico sobre sarjeta, conforme detalhado a seguir:

- Dia 25.09.2015, Rua Henrique Sam Mindlin nº 1834-1884, código 30756;
- Dia 29.09.2015, Rua Estrada do Campo Limpo nº 4115-4253, código 34530.

Diante do exposto, conclui-se que a aplicação indevida de concreto asfáltico sobre sarjeta, através da utilização de equipamentos, mão de obra e materiais inadequados, compromete a qualidade e a durabilidade do serviço e representa desvirtuamento do objeto contratado.

3.5. Desvirtuamento do objeto contratado

O escopo do presente contrato é a realização de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos” e os detalhes técnicos para a correta realização dos serviços foram previamente determinados através do Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMS/COGEL/2014, fls. 223/230, dos quais se destacam:

- A metodologia para a realização dos serviços (item 1.2 do Anexo I do edital);
- Os materiais que serão fornecidos pela PMSP (item 1.3 do Anexo I do edital);
- A mão de obra e os equipamentos que devem ser utilizados e fornecidos pela empresa contratada (itens 2.1, 2.2 e 2.3 do Anexo I do edital).

Serviços e obras com intervenções profundas no pavimento ou em áreas maiores não fazem parte do escopo do presente contrato e devem ser realizados através de contratações específicas, utilizando metodologia, equipamentos, mão de obra e materiais adequados, precedidos de estudos e projetos de pavimentação.

Durante a vistoria realizada *in loco* no dia 01.10.2015 na Rua Prudêncio do Amaral nº40 (vide fotos 01 a 12) constatou-se a realização indevida de uma única intervenção na totalidade da largura de uma viela sem saída de área 50 m², utilizando aproximadamente 8 t de concreto asfáltico.



Regina Maria Kishima

Aux. Técnico de Fiscalização

A utilização de materiais, mão de obra e equipamentos inadequados compromete a qualidade e a durabilidade do serviço executado.

Diante do exposto, conclui-se que a realização de serviço incompatível com o objeto contratado, através da pavimentação de uma viela sem saída de área 50 m², utilizando aproximadamente 8 t de concreto asfáltico, com materiais, mão de obra e equipamentos inadequados, comprometeu a qualidade e a durabilidade do serviço executado no dia 01.10.2015 na Rua Prudêncio do Amaral nº40.

3.6. Análise do serviço realizado à Rua Costa Nova do Prado

A partir da matéria jornalística veiculada no noticiário "Bom Dia São Paulo" da Rede Globo de Televisão, em 15.05.2015 apontando "falta de qualidade técnica na execução do tapa buraco da Rua Costa Nova do Prado", foi expedido o Memorando GAB-DD nº 163/2015 à SFC determinando a análise da execução contratual dos serviços de tapa-buracos na SP-CL relacionados ao objeto da matéria. Simultaneamente, foi emitido o Ofício SSG-GAB nº 8915/2015 à SP-CL solicitando esclarecimentos acerca do mesmo assunto.

Em síntese, a reportagem expôs que foi realizado serviço de tapa buraco na Rua Costa Nova do Prado, destacando que a via era de paralelepípedo e o serviço de tapa buraco foi realizado com a utilização de asfalto e em apenas um trecho da via.

A SP-CL, em resposta ao Ofício SSG-GAB nº 8915/2015 (fls. 1017/1018), informou ter realizado serviços de tapa buraco em 20.04.2015 no local indicado, a despeito da diferença de materiais (via de paralelepípedos e tapa buraco em massa asfáltica), pois não havia alternativa na ocasião:

c-2) Esclarecer, com relação ao Tapa Buraco na Rua Costa Nova do Prado

- Os serviços de tapa buracos foram executados na Rua Costa do Prado em 20/04/2015, conforme O.F. 31388/15, quanto ao capeamento verificar junto a STPO e SPUA.
 - Os serviços de tapa buracos são orientados pela SPCL através da Ordem de serviço que é gerada a partir de vistorias dos nossos encarregados e por SAC que detectam buracos em Vias Públicas.
- A Rua Costa Nova do Prado não é asfaltada, ainda é de paralelepípedo e com indisponibilidade do material foi preciso usar o tapa Buraco como material de urgência.

c-3) Acompanhamento e ateste de Serviços



- Elaboração da Ficha de Produção Diária, para fins de registro e gerenciamento dos trabalhos executados.
- Apresentação de três fotos do mesmo buraco, durante as seguintes fases de serviço: 1a inicial, 2a após a preparação do local e a 3a final; devem ser capturadas e devidamente enviadas on-line para um Sistema de Gestão, conforme foto anexa.
- Após fechamento do mês é apresentada e conferida à planilha resumo de toneladas efetivamente aplicadas, e encaminhado a SPCL/CAF/Finanças para providenciar a liquidação do pagamento.

c-4) Penalidades/Multas aplicadas

• Serviços de Tapa Buracos

• Termo de Contrato nº 001/SP-CL/LC/20 15
Processo Administrativo nº 2015-0.001.579-9
ATA de RP nº 035/SMSP/COGEL/2014

Objeto: Conservação de pavimentação viária - TAPA BURACOS - por tonelada, com aplicação de concreto asfáltico e emulsão da pintura de ligação, com caminhão de caçamba térmica e controle digital.

Contratada: Trajeto Construções e Serviços Ltda.

Competência para Fiscalização SPCL

Até o presente não foram aplicadas penalidades/multas no contrato em vigência.

Corroborando o esclarecimento apresentado pela SP-CL, a Ficha de Produção Diária do caminhão EBG-5899, fl. 1021, bem como o Relatório Fotográfico Serviços Realizados por Fases, fl. 1035, autuados no PA nº 2015.0-114.026-0, indicam o serviço prestado.

A despeito da SP-CL não ter esclarecido, a realização dos serviços não tem impacto direto no pagamento, tendo em vista que a remuneração se dá através de medições das toneladas de massa asfáltica aplicadas por mês, e não através da quantidade ou área de buracos tapados.

4. QUALIDADE DO CONCRETO ASFÁLTICO – ANÁLISE ATRAVÉS DE ENSAIOS DE CONTROLE TECNOLÓGICO

Foram detectadas, através da realização de ensaios de controle tecnológico, as seguintes irregularidades na realização dos serviços:

4.1. Grau de compactação inaceitável do concreto asfáltico

De acordo com as definições do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, da Ata de Registro de Preços, fls. 483/509, e da minuta de contrato constante do edital, fls. 263/274, são considerados como bom desempenho os serviços com grau de compactação entre 97% e 100%:



Regina Maria Koshima
Aux. Técnico de Fiscalização

Anexo I – Termo de Referência, item 5.1:

A fiscalização poderá providenciar amostras aleatórias e encaminhar para ensaio do Grau de Compactação da Massa Asfáltica aplicada, sendo aceito (considerado como de bom desempenho) um grau de compactação utilizando como parâmetro Marshall entre 97 a 100%, custeadas pela detentora. Está prevista uma amostra a cada 100 toneladas de concreto asfáltico aplicado. (grifo nosso, fl. 228)

Conforme determinação do item 5.3 do Anexo I do edital e do item 7.16 da minuta do contrato, quando o grau de compactação for inferior a 98%, a subprefeitura deve aplicar um redutor de pagamento, que varia de 10% a 20%, e nos casos em que o grau de compactação for inferior a 96%, o serviço deve ser refeito com material e mão de obra fornecidos pela empresa contratada:

7.16 Do Redutor de Pagamento

7.16.1 Serviços com bom desempenho serão remunerados em 100% do valor da tonelada registrada em ata de RP, utilizando como parâmetro Marshall o grau de compactação entre 98% a 100%.

7.16.2 Na hipótese de serem constatados, por meio de verificações aleatórias realizadas pela contratante, serviços realizados com grau de compactação da massa asfáltica aplicada inferior a 98% e superior a 97% (inclusive) em mais de 5% das amostras ensaiadas, as medições dos serviços realizados no mês para efeito de pagamento sofrerão uma redução de 10% sobre o valor da tonelada.

7.16.3 Graus de compactação entre 97% e 96% em mais de 5% das amostras ensaiadas sofrerão uma redução de 20% sobre o valor da tonelada, e graus de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras não serão aceitos, devendo o serviço ser refeito com material de pavimentação fornecido pela própria contratada. (fl. 268)

Com o intuito de subsidiar os trabalhos, foi contratada a empresa JBA Engenharia e Consultoria Ltda. para realização de ensaios de controle tecnológico do material utilizado.

Os resultados dos ensaios foram apresentados através do Relatório de Controle Tecnológico, fls. 1730/1880, que foram analisados e resumidos no documento “Anexo A – Análises e conclusões sobre os ensaios de controle tecnológico dos serviços de pavimentação asfáltica – tapa-buraco”, fls. 1882/1887.

Conforme detalhado no Quadro 2.2 do Anexo A, fl. 1884, 100% das amostras ensaiadas dos serviços realizados através do presente contrato (testemunhos 16, 17 e 18) apresentaram grau de compactação inferior a 96% e não poderiam ter sido aceitos pela Subprefeitura Campo Limpo, que, de acordo com o item 7.16.3 da



minuta do contrato, deveria ter exigido o seu refazimento com material fornecido pela empresa contratada.

Diante do exposto, conclui-se que a subprefeitura aceitou e remunerou serviços com qualidade inaceitável (grau de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras), em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do edital e 7.16.3 da minuta do contrato, ocasionando prejuízo à municipalidade face ao desperdício do concreto asfáltico e à remuneração indevida por sua aplicação.

5. RESPONSÁVEIS E CONCLUSÃO

Vide itens **3.5** e **4.6** do Relatório de Auditoria Extraplano.



ANEXO VII

Subprefeitura Freguesia do Ó / Brasilândia

Contrato nº 01/SPFB/2015

Ata de RP nº 35/SMSP/COGEL/2014

Empresa contratada: Trajeto Construções e Serviços Ltda.



Av. Itaberaba, 831 – 14.10.2015



Foto 01 – Caminhão com caçamba térmica placa ELR-5941



Foto 02 – Caminhão basculante placa ITO-2958

82 *sm*



Av. Itaberaba, 831 – 14.10.2015



Foto 03 – Buraco antes do início do serviço (Buraco 1)



Foto 04 – Ausência de requadramento do buraco (Buraco 1)



Av. Itaberaba, 831 – 14.10.2015



Foto 05 – Aplicação de pintura de ligação sobre o asfalto existente (Buraco 1)



Foto 06 – Serviço concluído (Buraco 1)



Av. Itaberaba, 831 – 14.10.2015

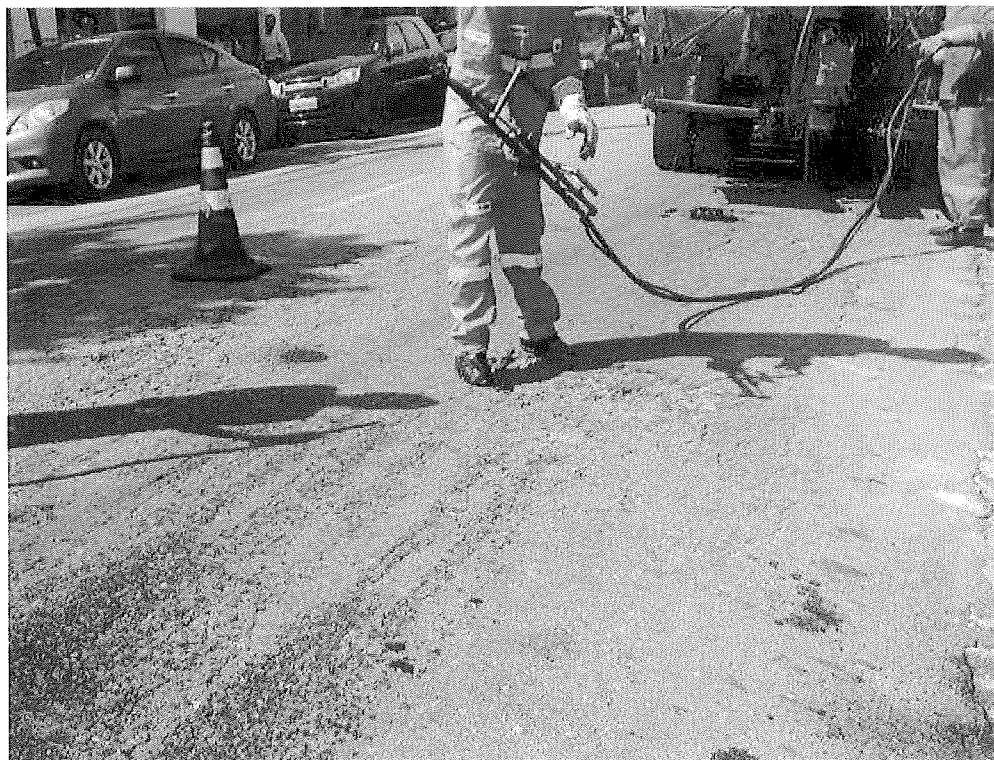


Foto 07 – Buraco antes do início do serviço (Buraco 2)



Foto 08 – Ausência de requadramento do buraco (Buraco 2)



Av. Itaberaba, 831 – 14.10.2015



Foto 09 – Aplicação de pintura de ligação sobre o asfalto existente (Buraco 2)



Foto 10 – Aplicação de concreto asfáltico (Buraco 2)



Av. Itaberaba, 831 – 14.10.2015



Foto 11 – Aplicação de concreto asfáltico (Buraco 2)



Foto 12 – Medição da temperatura do concreto asfáltico: 136°C

87 512



Av. Itaberaba, 831 – 14.10.2015



Foto 13 – Compactação com rolo compactador (Buraco 2)



Foto 14 – Serviço concluído (Buracos 1 e 2)



Regina da Rocha

Aux. Técnico de Fiscalização

1. INTRODUÇÃO

Este anexo é parte integrante do Relatório de Auditoria Extraplano cujo objetivo é verificar, por amostragem, a execução dos serviços de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos” realizados através de contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços (RP) decorrentes do Edital Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014.

A Subprefeitura Freguesia do Ó / Brasilândia (SP-FB) realiza os serviços de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos” através do Contrato nº 01/SPFB/2015, fls. 1167/1174, firmado com a empresa Trajeto Construções e Serviços Ltda., com as características detalhadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Resumo das informações do contrato

Agrupamento	VI
Ata de RP nº	35/SMSP/COGEL/2014
Detentora	Trajeto Construções e Serviços Ltda.
Subprefeitura	Freguesia / Brasilândia
Contrato nº	01/SP-FB/2015
PA nº	2015-0.049.710-6
Preço (R\$/t)	384,19
Valor inicial (R\$)	1.728.855,00
Data de assinatura	18.03.2015

Fonte: Processo Administrativo 2015-0.049.710-6, fls. 1162/1191.

Com o objetivo de verificar se os serviços previstos no Contrato nº 01/SPFB/2015 estão sendo realizados de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas nos ajustes, o presente trabalho de fiscalização aborda os seguintes aspectos:

a) Controles

Verificação dos sistemas de controle interno de responsabilidade das subprefeituras, que assegurem que os serviços estejam sendo executados conforme o pactuado e em conformidade com a legislação (vide item 3.3.1 do Relatório de Auditoria Extraplano).



b) Realização dos serviços

Verificação do atendimento das exigências contratuais, das normas legais pertinentes e da conformidade com os padrões mínimos de qualidade quando da realização dos serviços de conservação de pavimentos viários "tapa-buracos" executados pela empresa contratada e fiscalizados pela subprefeitura (vide item 3.3.2 do Relatório de Auditoria Extraplano).

c) Qualidade do concreto asfáltico – análise através de ensaios de controle tecnológico

Verificação do atendimento das exigências contratuais, das normas legais pertinentes e da conformidade com os padrões mínimos de qualidade no preparo do concreto asfáltico, de responsabilidade da Superintendência das Usinas de Asfalto (SPUA), e na aplicação do concreto asfáltico, de responsabilidade da empresa contratada sob fiscalização da subprefeitura (vide item 3.3.3 do Relatório de Auditoria Extraplano).

Após análise dos processos administrativos de contratação e pagamento, dos elementos técnicos existentes, de vistorias realizadas *in loco* e do resultado dos ensaios de controle tecnológico, foram detectadas as irregularidades detalhadas a seguir.

2. CONTROLES

Foram detectadas as seguintes irregularidades nos controles:

2.1. Ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato

Compulsando os autos não foi localizada a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional da subprefeitura responsável pela fiscalização da execução do serviço.

Diante da ausência dessa documentação nos autos foi solicitado à subprefeitura que apresentasse a ART de fiscalização, fl. 1439; no entanto, a ART de fiscalização não foi apresentada.



Regina L. L. Lima

Aux. Técnico de Fiscalização

Conforme Resolução CONFEA nº 1025, de 30.10.2009, para serviços de fiscalização, mesmo exercidos por entidade pública, existe a necessidade de emissão de ART¹.

Diante do não recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato, houve infringência ao parágrafo único do art. 3º da Resolução CONFEA nº 1025, de 30.10.2009.

2.2. Livro de Ordem

O termo de abertura do Livro de Ordem, fl. 1443, não está datado.

A folha do Livro de Ordem destinada às anotações de desenvolvimento do serviço, fl. 1444, não contém informações suficientes e detalhadas sobre o andamento dos serviços e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º, § 1º, inciso IV do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP.

Ressalte-se que o Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 e a legislação municipal que dispõe sobre a prestação de serviços de zeladoria estabelecem diversos modelos padronizados de controle, definidos previamente e adequados às necessidades específicas da municipalidade, tais como fichas diárias de produção, tíquetes de pesagem, Saffor, registros fotográficos, rastreamento de veículos e ensaios de controle tecnológico (vide item 3.3.1 do Relatório de Auditoria Extraplano).

De acordo com o art. 9º da Resolução nº 1.024/09 do CONFEA e o art. 6º do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP, os modelos próprios da PMSP podem ser admitidos como Livro de Ordem, desde que atendam às exigências daquela resolução e ato normativo, sejam previamente aprovados pelo CREA e tenham seus termos de abertura visados pelo CREA; no entanto, não foi localizada a

¹ Resolução CONFEA nº 1025 de 30.10.2009

Art. 3º Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea fica sujeito ao registro da ART no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo também se aplica ao vínculo de profissional, tanto a pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado, para o desempenho de cargo ou função técnica que envolva atividades para as quais sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. (grifamos).



aprovação prévia pelo CREA dos modelos utilizados e tampouco consta termo de abertura visado pelo CREA.

Diante do exposto, conclui-se que o termo de abertura do Livro de Ordem não está datado e a folha do Livro de Ordem destinada às anotações de desenvolvimento do serviço não contém informações suficientes e detalhadas sobre o andamento dos serviços e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º, § 1º, inciso IV do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP.

2.3. Irregularidade nas fichas diárias de produção

Conforme disposto no item 7.1 da Ata de RP nº 35/SMSP/COGEL/2014, fl. 489, as medições dos serviços deveriam ser instruídas, entre outros, com “Ficha diária de produção, conforme Anexo XXIII do Edital que precedeu esta Ata”.

Foi verificado no PA nº 2015-0.301.037-2 o controle dos serviços executados no período de 07.10.2015 a 14.10.2015 realizados através das fichas diárias de produção.

Entretanto, o “Relatório Diário de Produção” autuado no processo de pagamento, exemplo à fl. 1199, não seguia o modelo fornecido no Anexo XXIII do Edital Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (fl. 283). Em consequência, algumas informações solicitadas na Ficha Diária de Produção não constavam do modelo de Relatório Diário de Produção utilizado, como a temperatura da massa e o horário de cada serviço, o que prejudicou o controle. Ressalva-se, entretanto, que o modelo Relatório Diário de Produção, complementa informações que não fazem parte do modelo do Anexo XXIII, especialmente aquelas pertinentes à parcela da equipe responsável pela preparação (requadramento) do buraco, como as identificações do caminhão basculante / carroceria e da perua Kombi e composição da equipe. Destaca-se que não faz parte de qualquer dos controles, o registro do dia e hora e local dos serviços de preparação realizados.

Adicionalmente, as Ficha Diária de Produção e Presença autuadas apresentaram os campos de horários de apresentação e liberação e de temperatura da massa asfáltica preenchidas sem critério.



Portanto, os controles efetuados através das fichas diárias de produção devem ser aprimorados, incorporando o registro dos serviços de preparação dos buracos, bem como ter todos os campos informativos devidamente preenchidos. Por fim, apesar da presença de Relatório Diário de Produção no PA, os mesmos não atendem as disposições do item 7.1 da Ata de RP nº 35/SMSP/COGEL/2014.

2.4. Irregularidade na apresentação da mídia eletrônica

Entre os documentos autuados no PA nº 2015-0.301.037-2, verificou-se a entrega de um Disco Compacto (CD²).

O conteúdo do CD entregue era composto por arquivos em formato pdf³ relativos aos relatórios fotográficos dos serviços executados e não apresentavam os dados do rastreamento dos veículos.

Ressalva-se que o sistema disponibilizado para o monitoramento dos serviços via *internet* supre as informações solicitadas e encontram-se disponíveis a qualquer tempo para a consulta dos dados de rastreamento e do registro fotográfico dos serviços, vinculados aos veículos rastreados.

Entretanto, o conteúdo do CD não atende ao solicitado, representando o desatendimento ao disposto no item 7.1 da Ata de RP nº 35/SMSP/COGEL/2014.

2.5. Irregularidade no preenchimento do Saffor

Com relação aos dados da produtividade realizada pelas equipes no período avaliado, verificou-se que os dados dos serviços realizados constantes do Saffor, fls. 1523/1528, não foi devidamente alimentado.

Dessa forma, ressalta-se que o Saffor não está sendo preenchido com as informações previstas no sistema, resultando em infringência à Portaria SMSP nº 04/2010.

² CD (abreviatura de **Compact Disc**, "disco compacto" em inglês) é um dos mais populares meios de armazenamento de dados digitais, principalmente de música comercializada e softwares de computador, caso em que o CD recebe o nome de CD-ROM. (fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Compact_Disc. Acessado em 04.02.2016)

³ O PDF (**Portable Document Format**) é um formato de arquivo, desenvolvido pela *Adobe Systems* em 1993, para representar documentos de maneira independente do aplicativo, do *hardware* e do sistema operacional usados para criá-los. (fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Portable_Document_Format. Acessado em 04.02.2016)



2.6. Irregularidade nos registros fotográficos

Com base nos trabalhos de fiscalização dos serviços de tapa-buracos realizados pela Coordenadoria III no período de 2010 a 2014 (vide fls. 13/169), concluiu-se que seria necessária a apresentação de registro fotográfico em "... três momentos distintos: (01) situação original; (02) após a preparação do local com o requadramento e limpeza, antes da colocação da pintura de ligação; e (03) após a conclusão do serviço.", fl. 166.

A exigência da apresentação de no mínimo 3 (três) fotografias de cada buraco foi incluída em diversas cláusulas do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, das quais cita-se:

Anexo I – Termo de Referência, item 4.17:

Deverão ser apresentadas, no mínimo, três fotos do mesmo buraco, durante as seguintes fases do serviço: 1ª: inicial, 2ª: após a preparação do local, com o requadramento e limpeza, antes da colocação da pintura de ligação e, 3ª: final; devem ser capturadas e devidamente enviadas on-line para um Sistema de Gestão. (fl. 228)

Anexo XXI – Sistemas de Monitoramento e Gestão, item I:

A partir desse sistema, será possível obter a visibilidade das ordens de serviços em coordenadas geográficas, informações coletadas em campo pertinente aos mesmos, bem como fotografias tiradas: 1ª: inicial, 2ª: após a preparação do local, com o requadramento e limpeza, antes da colocação da pintura de ligação e, 3ª: final; devem ser capturadas e devidamente enviadas on-line para um Sistema de Gestão. (fl. 276)

Com o intuito de verificar se o registro fotográfico estava sendo realizado conforme determinado nas cláusulas do ajuste, foram consultados todos os relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão pelo período de 5 (cinco) dias úteis anteriores ao dia da vistoria realizada *in loco* (07.10.2015 a 14.10.2015), fls. 1644/1665.

Após análise de todas as fotografias constantes dos relatórios da amostra, constata-se que houve irregularidade em um registro fotográfico, conforme detalhado no Quadro 2.



Quadro 2 – Irregularidades nos registros fotográficos

Irregularidades nos registros (código do serviço)		
Inicial	Após preparação	Final
-	-	36361

Fonte: relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão, fls. 1644/1665.

Diante do exposto, conclui-se que o registro fotográfico constante dos relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão não contém as três fotografias obrigatórias (inicial, após preparação e final) de todos os serviços executados, em desacordo com o item 4.17 do Anexo I e com os itens I, II-b e III do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014.

2.7. Irregularidade no rastreamento dos veículos

A Portaria SMSP nº 41/2009, alterada pela Portaria SMSP nº 28/2014, que trata da obrigatoriedade da utilização de sistema de monitoramento e gestão dos veículos utilizados nos serviços de zeladoria do município de São Paulo, em consonância com a Lei Municipal nº 15.718/2013⁴, estabelece em seu item 1:

Determinar a utilização do sistema de rastreamento do tipo GPS, nos moldes e especificações adotados como padrão pela Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, nos termos no anexo 1, em todos os veículos que eventualmente sirvam, por suas próprias características, à execução dos serviços de zeladoria no Município de São Paulo. (grifo nosso)

A exigência de sistema de monitoramento e gestão de veículos também foi incluída no Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, e na minuta de contrato constante do edital, fls. 263/274:

Cláusula 3.9 da minuta de contrato:

A Detentora deverá possuir e manter em perfeito funcionamento o equipamento de monitoramento e rastreamento GPS, em todos os veículos, conforme especificações do Anexo do edital, durante a vigência da Ata de Registro de Preços. (grifo nosso, fl. 264)

⁴Lei Municipal nº 15.718, de 23.04.2013

Art. 1º Fica obrigada a implantação de Sistemas de Monitoramento e Gestão nos veículos utilizados nos serviços de zeladoria urbana do Município de São Paulo, no âmbito da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras.



Reginaia T. Yoshima
Ass. Técnica de Fiscalização

Item II-a do Anexo XXI do edital:

Todos os veículos contratados pelas subprefeituras, utilizados ou não pelas frentes de trabalho das empresas que executam serviços, deverão possuir o equipamento de rastreamento especificado nesse documento (grifo nosso, fl. 276)

O item 2.1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 224/225, determina que cada frente de trabalho deve conter no mínimo:

- 1 caminhão com caçamba térmica de 5m³;
- 1 caminhão basculante 4m³;
- 1 perua Kombi.

Com o intuito de verificar se todos os veículos utilizavam o sistema de monitoramento, foram consultados os relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão pelo período do contrato.

Após análise das medições do serviço, das vistorias realizadas *in loco* e de consulta ao Sistema de Monitoramento e Gestão, constata-se a ausência de monitoramento dos veículos tipo Kombi, utilizados na realização dos serviços.

Diante do exposto, conclui-se que inexistente monitoramento e rastreamento dos veículos tipo Kombi, em desacordo com a cláusula 3.9 da minuta de contrato, com o item II-a do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, com o item 1 da Portaria SMSP nº 41/2009 e com o art. 1º da Lei Municipal nº 15.718/2013.

2.8. Ausência de realização de ensaios de controle tecnológico

A exigência de realização de ensaios de controle tecnológico foi incluída no Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, na Ata de Registro de Preços, fls. 483/509, e na minuta de contrato constante do edital, fls. 263/274:

Anexo I – Termo de Referência, item 5.1:



Regina Maria Yoshima

Aux. Técnico de Fiscalização

A fiscalização poderá providenciar amostras aleatórias e encaminhar para ensaio do Grau de Compactação da Massa Asfáltica aplicada, sendo aceito (considerado como de bom desempenho) um grau de compactação utilizando como parâmetro Marshall entre 97 a 100%, custeadas pela detentora. Está prevista uma amostra a cada 100 toneladas de concreto asfáltico aplicado. (fl. 228)

A realização de ensaios de controle tecnológico é essencial para a verificação da qualidade do serviço executado e os resultados devem ser utilizados para calcular o valor da remuneração da empresa contratada, conforme determinação do item 5.3 do Anexo I do edital, do item 10 da Ata de Registro de Preços e do item 7.16 da minuta de contrato, que estabelecem um redutor de pagamento nos casos de grau de compactação insatisfatório:

7.16 Do Redutor de Pagamento

7.16.1 Serviços com bom desempenho serão remunerados em 100% do valor da tonelada registrada em ata de RP, utilizando como parâmetro Marshall o grau de compactação entre 98% a 100%.

7.16.2 Na hipótese de serem constatados, por meio de verificações aleatórias realizadas pela contratante, serviços realizados com grau de compactação da massa asfáltica aplicada inferior a 98% e superior a 97% (inclusive) em mais de 5% das amostras ensaiadas, as medições dos serviços realizados no mês para efeito de pagamento sofrerão uma redução de 10% sobre o valor da tonelada.

7.16.3 Graus de compactação entre 97% e 96% em mais de 5% das amostras ensaiadas sofrerão uma redução de 20% sobre o valor da tonelada, e graus de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras não serão aceitos, devendo o serviço ser refeito com material de pavimentação fornecido pela própria contratada. (fls. 268)

Da análise dos processos administrativos verifica-se que a subprefeitura não realizou os ensaios de controle tecnológico do concreto asfáltico aplicado, necessários para proceder à aceitação ou recusa do serviço e aplicação do redutor de pagamento nos casos de grau de compactação insatisfatórios (vide item 4.1 deste Anexo).

Diante do exposto, conclui-se que a subprefeitura não exige ensaios de controle tecnológico para verificação da qualidade do serviço executado, em desacordo com o item 5.1 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014.

2.9. Contrato em desacordo com o modelo do edital

O Contrato nº 01/SPFB/2015, fls. 1167/1174, não se pautou na minuta de contrato constante do edital, fls. 263/274, desatendendo a disposição do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/1993.



3. REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Foram detectadas as seguintes irregularidades na realização dos serviços:

3.1. Ausência de requadramento do buraco

Com base nos trabalhos de fiscalização realizados pela Coordenadoria III no período de 2010 a 2014 (vide fls. 13/169), concluiu-se que os serviços de tapa-buracos estavam sendo realizados sem o prévio requadramento do buraco, em desacordo com as melhores práticas de engenharia e as cláusulas estabelecidas nos ajustes.

O Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, introduziu significativa alteração na composição das equipes contratadas, incluindo equipamentos e mão de obra adicionais, com a finalidade específica de realização do requadramento prévio dos buracos. Essa alteração ocasionou aumento relevante no preço unitário remunerado pela municipalidade às empresas contratadas.

A realização do requadramento prévio do buraco é procedimento obrigatório, conforme determinação do item 1.2 do Anexo I – Termo de Referência (fls. 223/224):

1.2 Os serviços deverão ser executados atendendo às normas técnicas vigentes e as recomendações técnicas de reparação de pavimentos, previstas no manual de Conservação Rodoviária do D.N.I.T., seguindo a seguinte metodologia:

- requadramento do buraco com martelete, serra diamantada, ou outros equipamentos adequados ao trabalho; [...]

O requadramento do buraco é uma etapa essencial na realização do serviço de conservação de pavimentos viários e influi diretamente na qualidade e durabilidade do serviço executado.

Com o intuito de verificar se os serviços estavam sendo realizados com o requadramento prévio do buraco, conforme determinam as cláusulas do ajuste, foi realizada vistoria *in loco* no dia 14.10.2015 na Avenida Itaberaba nº 831 (vide fotos 01 a 14) e foram consultados todos os relatórios do Sistema de Monitoramento e



Gestão pelo período de cinco dias úteis anteriores ao dia da vistoria realizada *in loco* (07.10.2015 a 14.10.2015), fls. 1644/1665.

Com base no acompanhamento da realização dos serviços e após análise de todas as fotografias constantes dos relatórios da amostra, constata-se que a empresa contratada não realiza o requadramento prévio de todos os buracos.

No período da amostra do presente trabalho (07.10.2015 a 14.10.2015), foram realizados 65 (sessenta e cinco) serviços de tapa-buracos, dos quais somente 5 (cinco) foram precedidos de requadramento; 60 (sessenta) serviços não foram previamente requadrados, representando irregularidade em 92% dos serviços executados, fls. 1644/1665.

A ausência de requadramento do buraco ensejaria a aplicação de multa no valor de 6 (seis) toneladas por ocorrência, conforme determina a cláusula 10.12 da minuta de contrato; no entanto, não há registro nos autos da aplicação da referida penalidade.

Diante do exposto, conclui-se que devido à falta de realização de requadramento do buraco antes da aplicação do concreto asfáltico em 92% dos serviços executados houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, comprometendo a qualidade e a durabilidade dos serviços e ocasionando prejuízo à municipalidade.

3.2. Aplicação indevida de concreto asfáltico sobre sarjeta

Os serviços de conservação e manutenção dos elementos de drenagem do pavimento (guias, sarjetas, bocas de lobo, bocas de leão etc.) não fazem parte do escopo do presente contrato e devem ser realizados por empresa contratada pelas subprefeituras para esse fim específico, utilizando equipamentos, mão de obra e materiais adequados (concreto de cimento Portland, aço, argamassa etc.).

No caso da Subprefeitura Freguesia do Ó / Brasilândia esses serviços fazem parte do Contrato nº 011/SPFB/2010, cujo objeto é a "Prestação de serviços de manutenção e conservação de logradouros públicos".



Reginaida de Kishima
Aux. Técnico de Fiscalização

Com o intuito de verificar a ocorrência de aplicação de concreto asfáltico sobre sarjeta, foram consultados os relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão pelo período de 5 (cinco) dias úteis anteriores ao dia da vistoria realizada *in loco* (07.10.2015 a 14.10.2015), fls. 1644/1665.

Da análise dos relatórios constata-se que a empresa contratada aplicou indevidamente concreto asfáltico sobre sarjeta, conforme detalhado a seguir:

- Dia 09.10.2015, Rua Talha-mar nº 173-187, código 35552.

Diante do exposto, conclui-se que a aplicação indevida de concreto asfáltico sobre sarjeta, através da utilização de equipamentos, mão de obra e materiais inadequados, compromete a qualidade e a durabilidade do serviço e representa desvirtuamento do objeto contratado.

4. QUALIDADE DO CONCRETO ASFÁLTICO – ANÁLISE ATRAVÉS DE ENSAIOS DE CONTROLE TECNOLÓGICO

Foram detectadas, através da realização de ensaios de controle tecnológico, as seguintes irregularidades na realização dos serviços:

4.1. Grau de compactação inaceitável do concreto asfáltico

De acordo com as definições do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, da Ata de Registro de Preços, fls. 483/509, e da minuta de contrato constante do edital, fls. 263/274, são considerados como bom desempenho os serviços com grau de compactação entre 97% e 100%:

Anexo I – Termo de Referência, item 5.1:

A fiscalização poderá providenciar amostras aleatórias e encaminhar para ensaio do Grau de Compactação da Massa Asfáltica aplicada, sendo aceito (considerado como de bom desempenho) um grau de compactação utilizando como parâmetro Marshall entre 97 a 100%, custeadas pela detentora. Está prevista uma amostra a cada 100 toneladas de concreto asfáltico aplicado. (grifo nosso, fl. 228)

Conforme determinação do item 5.3 do Anexo I do edital e do item 7.16 da minuta do contrato, quando o grau de compactação for inferior a 98%, a subprefeitura deve aplicar um redutor de pagamento, que varia de 10% a 20%, e nos casos em que o



Regina Maria de Lima
Ass. Técnico de Fiscalização

grau de compactação for inferior a 96%, o serviço deve ser refeito com material e mão de obra fornecidos pela empresa contratada:

7.16 Do Redutor de Pagamento

7.16.1 Serviços com bom desempenho serão remunerados em 100% do valor da tonelada registrada em ata de RP, utilizando como parâmetro Marshall o grau de compactação entre 98% a 100%.

7.16.2 Na hipótese de serem constatados, por meio de verificações aleatórias realizadas pela contratante, serviços realizados com grau de compactação da massa asfáltica aplicada inferior a 98% e superior a 97% (inclusive) em mais de 5% das amostras ensaiadas, as medições dos serviços realizados no mês para efeito de pagamento sofrerão uma redução de 10% sobre o valor da tonelada.

7.16.3 Graus de compactação entre 97% e 96% em mais de 5% das amostras ensaiadas sofrerão uma redução de 20% sobre o valor da tonelada, e graus de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras não serão aceitos, devendo o serviço ser refeito com material de pavimentação fornecido pela própria contratada. (fl. 268)

Com o intuito de subsidiar os trabalhos, foi contratada a empresa JBA Engenharia e Consultoria Ltda. para realização de ensaios de controle tecnológico do material utilizado.

Os resultados dos ensaios foram apresentados através do Relatório de Controle Tecnológico, fls. 1730/1880, que foram analisados e resumidos no documento "Anexo A – Análises e conclusões sobre os ensaios de controle tecnológico dos serviços de pavimentação asfáltica – tapa-buraco", fls. 1882/1887.

Conforme detalhado no Quadro 2.2 do Anexo A, fl. 1884, 67% das amostras ensaiadas dos serviços realizados através do presente contrato (testemunhos 19 e 20) apresentaram grau de compactação entre 97 e 98% e uma amostra (testemunho 21) apresentou grau de compactação superior a 98%. De acordo com o item 7.16.2 da minuta do contrato a Subprefeitura Freguesia do Ó / Brasilândia deveria ter aplicado um redutor de 10% no valor da medição do mês.

Diante do exposto, conclui-se que a subprefeitura não aplicou o redutor de pagamento no montante de 10% do valor da medição, obrigatório quando o grau de compactação for inferior a 98% e superior a 97% (inclusive) em mais de 5% das amostras ensaiadas, em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do edital e 7.16.2 do contrato, ocasionando prejuízo ao erário no montante de R\$ 19.225,25.



Regina da Silva
Aux. Técnico de 1ª Categoria

5. RESPONSÁVEIS E CONCLUSÃO

Vide itens 3.5 e 4.7 do Relatório de Auditoria Extraplano.



ANEXO VIII

Subprefeitura Ipiranga

Contrato nº 003/SP-IP/2015

Ata de RP nº 36/SMSP/COGEL/2014

Empresa contratada: Potenza Engenharia e Construção Ltda.



Subprefeitura Ipiranga – 13 e 15.10.2015



Foto 01 – Caminhão com caçamba térmica placa EXT-7351



Foto 02 – Caminhão basculante placa DTB-7909



Rua Alencar Araripe, 1430 – 13.10.2015



Foto 03 – Requadramento do buraco



Foto 04 – Requadramento do buraco



Rua Abagiba, 560 – 15.10.2015



Foto 05 – Buraco antes do início do serviço (previamente requadrado)



Foto 06 – Aplicação de concreto asfáltico



Rua Abagiba, 560 – 15.10.2015



Foto 07 – Execução de pintura de ligação com emulsão



Foto 08 – Aplicação de concreto asfáltico



Rua Abagiba, 560 – 15.10.2015



Foto 09 – Compactação com rolo compactador



Foto 10 – Serviço concluído



Rua Abagiba, 565 – 15.10.2015



Foto 11 – Buraco antes do início do serviço (previamente requadrado)



Foto 12 – Execução de pintura de ligação com emulsão



Rua Abagiba, 565 – 15.10.2015



Foto 13 – Aplicação de concreto asfáltico



Foto 14 – Aplicação de concreto asfáltico



Rua Abagiba, 565 – 15.10.2015



Foto 15 – Compactação com rolo compactador



Foto 16 – Serviço concluído



Rua Abagiba, 583 – 15.10.2015



Foto 17 – Buraco antes do início do serviço (previamente requadado)



Foto 18 – Execução de pintura de ligação com emulsão



Rua Abagiba, 583 – 15.10.2015



Foto 19 – Aplicação de concreto asfáltico



Foto 20 – Aplicação de concreto asfáltico



Rua Abagiba, 583 – 15.10.2015



Foto 21 – Compactação com rolo compactador



Foto 22 – Serviço concluído



1. INTRODUÇÃO

Este anexo é parte integrante do Relatório de Auditoria Extraplano cujo objetivo é verificar, por amostragem, a execução dos serviços de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos” realizados através de contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços (RP) decorrentes do Edital Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014.

A Subprefeitura Ipiranga (SP-IP) realiza os serviços de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos” através do Contrato nº 003/SP-IP/2015, fls. 1245/1257, firmado com a empresa Potenza Engenharia e Construção Ltda., com as características detalhadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Resumo das informações do contrato

Agrupamento	VII
Ata de RP nº	36/SMSP/COGEL/2014
Detentora	Potenza Engenharia e Construção Ltda.
Subprefeitura	Ipiranga
Contrato nº	003/SP-IP/2015
PA nº	2015-0.144.129-5
Preço (R\$/t)	384,19
Valor inicial (R\$)	2.581.756,80
Data de assinatura	30.06.2015

Fonte: Processo Administrativo 2015-0.144.129-5, fls. 1225/1260.

Com o objetivo de verificar se os serviços previstos no Contrato nº 003/SP-IP/2015 estão sendo realizados de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas nos ajustes, o presente trabalho de fiscalização aborda os seguintes aspectos:

a) Controles

Verificação dos sistemas de controle interno de responsabilidade das subprefeituras, que assegurem que os serviços estejam sendo executados conforme o pactuado e em conformidade com a legislação (vide item 3.3.1 do Relatório de Auditoria Extraplano).



b) Realização dos serviços

Verificação do atendimento das exigências contratuais, das normas legais pertinentes e da conformidade com os padrões mínimos de qualidade quando da realização dos serviços de conservação de pavimentos viários "tapa-buracos" executados pela empresa contratada e fiscalizados pela subprefeitura (vide item 3.3.2 do Relatório de Auditoria Extraplano).

c) Qualidade do concreto asfáltico – análise através de ensaios de controle tecnológico

Verificação do atendimento das exigências contratuais, das normas legais pertinentes e da conformidade com os padrões mínimos de qualidade no preparo do concreto asfáltico, de responsabilidade da Superintendência das Usinas de Asfalto (SPUA), e na aplicação do concreto asfáltico, de responsabilidade da empresa contratada sob fiscalização da subprefeitura (vide item 3.3.3 do Relatório de Auditoria Extraplano).

Após análise dos processos administrativos de contratação e pagamento, dos elementos técnicos existentes, de vistorias realizadas *in loco* e do resultado dos ensaios de controle tecnológico, foram detectadas as irregularidades detalhadas a seguir.

2. CONTROLES

Foram detectadas as seguintes irregularidades nos controles:

2.1. Ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato

Compulsando os autos não foi localizada a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional da subprefeitura responsável pela fiscalização da execução do serviço.

Diante da ausência dessa documentação nos autos foi solicitado à subprefeitura que apresentasse a ART de fiscalização, fl. 1445; no entanto, a ART de fiscalização não foi apresentada.



Conforme Resolução CONFEA nº 1025, de 30.10.2009, para serviços de fiscalização, mesmo exercidos por entidade pública, existe a necessidade de emissão de ART¹.

Diante do não recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato, houve infringência ao parágrafo único do art. 3º da Resolução CONFEA nº 1025, de 30.10.2009.

2.2. Livro de Ordem

O termo de abertura do Livro de Ordem, fl. 1447, não contém identificação no campo "responsável técnico".

As folhas do Livro de Ordem destinadas às anotações de desenvolvimento do serviço, fls. 1448/1451, não contêm informações suficientes e detalhadas sobre o andamento dos serviços e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º, § 1º, inciso IV do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP.

Ressalte-se que o Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 e a legislação municipal que dispõe sobre a prestação de serviços de zeladoria estabelecem diversos modelos padronizados de controle, definidos previamente e adequados às necessidades específicas da municipalidade, tais como fichas diárias de produção, tíquetes de pesagem, Saffor, registros fotográficos, rastreamento de veículos e ensaios de controle tecnológico (vide item 3.3.1 do Relatório de Auditoria Extraplano).

De acordo com o art. 9º da Resolução nº 1.024/09 do CONFEA e o art. 6º do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP, os modelos próprios da PMSP podem ser admitidos como Livro de Ordem, desde que atendam às exigências daquela resolução e ato normativo, sejam previamente aprovados pelo CREA e tenham

¹ Resolução CONFEA nº 1025 de 30.10.2009

Art. 3º Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea fica sujeito ao registro da ART no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo também se aplica ao vínculo de profissional, tanto a pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado, para o desempenho de cargo ou função técnica que envolva atividades para as quais sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. (grifamos).



seus termos de abertura visados pelo CREA; no entanto, não foi localizada a aprovação prévia pelo CREA dos modelos utilizados e tampouco consta termo de abertura visado pelo CREA.

Diante do exposto, conclui-se que o termo de abertura do Livro de Ordem não contém identificação no campo “responsável técnico” e as folhas do Livro de Ordem destinadas às anotações de desenvolvimento do serviço não contêm informações suficientes e detalhadas sobre o andamento dos serviços e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º, § 1º, inciso IV do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP.

2.3. Irregularidade nas fichas diárias de produção

Conforme disposto no item 7.1 da Ata de RP nº 36/SMSP/COGEL/2014, fl. 517, as medições dos serviços deveriam ser instruídas, entre outros, com “Ficha diária de produção, conforme Anexo XXIII do Edital que precedeu esta Ata”. O item 7.10 do Contrato nº 003/SP-IP/2015, fl. 1250, reafirma a disposição.

Foi verificado no PA nº 2015-0.308.902-5 o controle dos serviços executados no período de 08.10.2015 a 15.10.2015 realizados através das fichas diárias de produção.

O modelo utilizado pela SP-IP, exemplo à fl. 1291, não dispõe de campo informativo da hora de realização do serviço, diferentemente do modelo do Anexo XXIII do Edital Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (fl. 283), mas positivamente, incorpora informações da equipe que acompanha o veículo.

A despeito do aprimoramento, ressalva-se que o modelo do Anexo XXIII do Edital não registra informações da parcela da equipe responsável pela preparação (requadramento) do buraco, como as identificações do caminhão basculante / carroceria e da perua Kombi e composição da equipe, o registro do dia e hora e local dos serviços de preparação realizados.

Portanto, os controles efetuados através das fichas diárias de produção devem ser aprimorados, incorporando o registro dos serviços de preparação dos buracos, bem como conter todos os campos informativos devidamente preenchidos. Por fim, o



modelo de Ficha Diária de Produção no PA, não atende plenamente a disposição do item 7.1 da Ata de RP nº 36/SMSP/COGEL/2014.

2.4. Irregularidade na apresentação da mídia eletrônica

Entre os documentos autuados no PA nº 2015-0.308.902-5, verificou-se a entrega de um Disco Compacto (CD²).

O conteúdo do CD entregue era composto por arquivos em formato xls³ e pdf⁴ relativos aos dados de localização dos veículos EXT-7351 e FPQ-8730 e relatórios fotográficos dos serviços executados pelos mesmos veículos. Não foram localizados os dados do rastreamento relativos aos caminhões caçamba / carroceria e veículo tipo Kombi, utilizados na preparação dos buracos.

Portanto, o conteúdo do CD não atende plenamente ao solicitado, representando o desatendimento ao disposto no item 7.1 da Ata de RP nº 36/SMSP/COGEL/2014.

2.5. Irregularidade no preenchimento do Saffor

Verificou-se que os campos informativos de horário de apresentação, hora de saída da subprefeitura e horário de chegada no logradouro não estavam devidamente preenchidos.

Dessa forma, ressalva-se que o Saffor não está sendo adequadamente preenchido com as informações previstas no sistema, resultando em infringência à Portaria SMSP nº 04/2010.

2.6. Irregularidade nos registros fotográficos

Com base nos trabalhos de fiscalização dos serviços de tapa-buracos realizados pela Coordenadoria III no período de 2010 a 2014 (vide fls. 13/169), concluiu-se que seria necessária a apresentação de registro fotográfico em "... três momentos

² CD (abreviatura de **Compact Disc**, "disco compacto" em inglês) é um dos mais populares meios de armazenamento de dados digitais, principalmente de música comercializada e softwares de computador, caso em que o CD recebe o nome de CD-ROM. (fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Compact_Disc. Acessado em 04.02.2016)

³ Microsoft Excel[...] a extensão de arquivo do formato padrão do Excel até a versão 11 (Excel 2003) é .xls, sendo .xlsx a partir da versão 12, acompanhando a mudança nos formatos de arquivo dos aplicativos do Microsoft Office. (fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Microsoft_Excel. Acessado em 04.02.2016)

⁴ O PDF (**Portable Document Format**) é um formato de arquivo, desenvolvido pela Adobe Systems em 1993, para representar documentos de maneira independente do aplicativo, do hardware e do sistema operacional usados para criá-los. (fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Portable_Document_Format. Acessado em 04.02.2016)



distintos: (01) situação original; (02) após a preparação do local com o requadramento e limpeza, antes da colocação da pintura de ligação; e (03) após a conclusão do serviço.”, fl. 166.

A exigência da apresentação de no mínimo 3 (três) fotografias de cada buraco foi incluída em diversas cláusulas do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, das quais cita-se:

Anexo I – Termo de Referência, item 4.17:

Deverão ser apresentadas, no mínimo, três fotos do mesmo buraco, durante as seguintes fases do serviço: 1ª: inicial, 2ª: após a preparação do local, com o requadramento e limpeza, antes da colocação da pintura de ligação e, 3ª: final; devem ser capturadas e devidamente enviadas on-line para um Sistema de Gestão. (fl. 228)

Anexo XXI – Sistemas de Monitoramento e Gestão, item I:

A partir desse sistema, será possível obter a visibilidade das ordens de serviços em coordenadas geográficas, informações coletadas em campo pertinente aos mesmos, bem como fotografias tiradas: 1ª: inicial, 2ª: após a preparação do local, com o requadramento e limpeza, antes da colocação da pintura de ligação e, 3ª: final; devem ser capturadas e devidamente enviadas on-line para um Sistema de Gestão. (fl. 276)

Com o intuito de verificar se o registro fotográfico estava sendo realizado conforme determinado nas cláusulas do ajuste, foram consultados todos os relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão pelo período de 5 (cinco) dias úteis anteriores ao dia da vistoria realizada *in loco* (08.10.2015 a 15.10.2015), fls 1666/1696.

Após análise de todas as fotografias constantes dos relatórios da amostra, constata-se que houve irregularidade em diversos registros fotográficos, conforme detalhado no Quadro 2.

Quadro 2 – Irregularidades nos registros fotográficos

Irregularidades nos registros (código do serviço)		
Inicial	Após preparação	Final
35286	-	35447
35668	-	31534
35669	-	32098
-	-	36057
-	-	36072
-	-	36220
-	-	36235
-	-	36266

Fonte: relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão, fls. 1666/1696.



Diante do exposto, conclui-se que o registro fotográfico constante dos relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão não contém as três fotografias obrigatórias (inicial, após preparação e final) de todos os serviços executados, em desacordo com o item 4.17 do Anexo I e com os itens I, II-b e III do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014.

2.7. Irregularidade no rastreamento dos veículos

A Portaria SMSP nº 41/2009, alterada pela Portaria SMSP nº 28/2014, que trata da obrigatoriedade da utilização de sistema de monitoramento e gestão dos veículos utilizados nos serviços de zeladoria do município de São Paulo, em consonância com a Lei Municipal nº 15.718/2013⁵, estabelece em seu item 1:

Determinar a utilização do sistema de rastreamento do tipo GPS, nos moldes e especificações adotados como padrão pela Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, nos termos no anexo 1, em todos os veículos que eventualmente sirvam, por suas próprias características, à execução dos serviços de zeladoria no Município de São Paulo. (grifo nosso)

A exigência de sistema de monitoramento e gestão de veículos também foi incluída no Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, e no Contrato nº 003/SP-IP/2015, fls. 1245/1257:

Cláusula 3.9 do contrato:

A Detentora deverá possuir e manter em perfeito funcionamento o equipamento de monitoramento e rastreamento GPS, em todos os veículos, conforme especificações do Anexo do edital, durante a vigência da Ata de Registro de Preços. (grifo nosso, fl. 1247)

Item II-a do Anexo XXI do edital:

Todos os veículos contratados pelas subprefeituras, utilizados ou não pelas frentes de trabalho das empresas que executam serviços, deverão possuir o equipamento de rastreamento especificado nesse documento (grifo nosso, fl. 276)

O item 2.1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 224/225, determina que cada frente de trabalho deve conter no mínimo:

⁵ Lei Municipal nº 15.718, de 23.04.2013

Art. 1º Fica obrigada a implantação de Sistemas de Monitoramento e Gestão nos veículos utilizados nos serviços de zeladoria urbana do Município de São Paulo, no âmbito da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras.



- 1 caminhão com caçamba térmica de 5m³;
- 1 caminhão basculante 4m³;
- 1 perua Kombi.

Com o intuito de verificar se todos os veículos utilizavam o sistema de monitoramento, foram consultados os relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão pelo período do contrato.

Após análise das medições do serviço, das vistorias realizadas *in loco* e de consulta ao Sistema de Monitoramento e Gestão, constata-se a ausência de monitoramento dos veículos tipo Kombi, utilizados na realização dos serviços.

Diante do exposto, conclui-se que inexistente monitoramento e rastreamento dos veículos tipo Kombi, em desacordo com a cláusula 3.9 do contrato, com o item II-a do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, com o item 1 da Portaria SMSP nº 41/2009 e com o art. 1º da Lei Municipal nº 15.718/2013.

2.8. Contrato em desacordo com o modelo do edital

Destaca-se que o Contrato nº 003/SP-IP/2015, fls. 1245/1257, não se pautou na minuta de contrato constante do edital, fls. 263/274, desatendendo a disposição do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/1993.

3. REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Foram detectadas as seguintes irregularidades na realização dos serviços:

3.1. Irregularidades nas placas informativas dos veículos utilizados

Em consonância com o princípio da publicidade, o Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, exige:

Anexo I – Termo de Referência:

2.3.6. Os veículos deverão conter nas portas, adesivo ou pintura com o nome da contratada e um número de telefone para eventuais reclamações. (fls. 225/226)



No mesmo sentido a cláusula 9.15 do Contrato, fl. 1254, determina:

A detentora providenciará a identificação (nome da empresa e o telefone para reclamações) através de adesivos afixados nas laterais (portas) dos veículos e das máquinas, que deverão ser confeccionadas sob sua responsabilidade e ônus, de acordo com o modelo a ser fornecido pela PMSP.

Durante vistoria realizada *in loco* verificou-se que o caminhão de placas DTB-7909 não possui adesivo ou pintura com um número de telefone para eventuais reclamações (vide foto 02 deste anexo).

Diante do exposto, conclui-se que o caminhão de placa DTB-7909 não possui adesivo ou pintura com um número de telefone para eventuais reclamações, em desacordo com a cláusula 9.15 do contrato e com o item 2.3.6 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014.

3.2. Ausência de técnico responsável pela subprefeitura durante a execução dos serviços

Com o intuito de acompanhar a realização dos serviços foram realizadas vistorias *in loco* nos dias 13 e 15.10.2015 na Rua Alencar Araripe nº 1430 e na Rua Abagiba nº 560 / 565 / 583 (vide fotos 01 a 22); a data e o local foram definidos aleatoriamente sem prévio conhecimento da empresa contratada ou da subprefeitura contratante.

Durante as vistorias realizadas nos dias 13 e 15.10.2015 na Rua Alencar Araripe nº 1430 e na Rua Abagiba nº 560 / 565 / 583 foi constatado que os serviços de tapa-buracos foram executados pela empresa contratada sem qualquer acompanhamento concomitante *in loco* de técnico responsável pela subprefeitura.

3.3. Ausência de verificação da temperatura do concreto asfáltico durante a execução do serviço

O concreto asfáltico fornecido pela SPUA somente será aplicado pela empresa contratada se sua temperatura for superior a 115 °C, conforme estabelecido no Anexo I – Termo de Referência do edital (fl. 227):

4.2 A temperatura de aplicação e compactação da mistura asfáltica deverá ser maior ou igual a 115°C.



4.3 A contratada se obriga a manter um termômetro em cada caminhão, podendo o engenheiro fiscal aferi-lo no laboratório da PMSP, sem prejuízo ao andamento dos trabalhos.

4.4 A temperatura mínima da massa asfáltica a ser fornecida pela SPUA será de 150°C.

4.5 Caso, no momento da aplicação, a temperatura da massa asfáltica seja inferior a 115°C, o material não deverá ser aplicado, devendo a contratada restituir a massa asfáltica na SPUA, para pesagem, ficando a contratada sujeita às penalidades previstas em lei e na ata de registro de preços.

A temperatura mínima de aplicação do concreto asfáltico influi diretamente na qualidade e durabilidade do serviço executado.

Com o intuito de verificar se o concreto asfáltico estava sendo aplicado em temperatura compatível com as cláusulas do ajuste, durante a vistoria realizada *in loco* no dia 15.10.2015 na Rua Abagiba nº 560 / 565 / 583 (vide fotos 01 a 22) foi solicitada a apresentação do termômetro e a medição da temperatura do material aplicado.

O representante da empresa contratada informou que não existia termômetro com a equipe, em desacordo o item 4.3 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 e apesar ausência de verificação do atendimento da temperatura mínima a empresa realizou o serviço de tapa-buraco.

Ressalte-se que a fiscalização da subprefeitura anotou essa infringência no Livro de Ordem, fl. 1451, e relatou o fato no processo administrativo, fl. 1313.

Diante do exposto, conclui-se que devido à ausência de termômetro houve infringência ao item 4.3 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, não restando comprovada a adequada temperatura do concreto asfáltico durante a sua aplicação.

3.4. Aplicação indevida de concreto asfáltico sobre sarjeta

Os serviços de conservação e manutenção dos elementos de drenagem do pavimento (guias, sarjetas, bocas de lobo, bocas de leão etc.) não fazem parte do escopo do presente contrato e devem ser realizados por empresa contratada pelas subprefeituras para esse fim específico, utilizando equipamentos, mão de obra e materiais adequados (concreto de cimento Portland, aço, argamassa etc.).



No caso da Subprefeitura Ipiranga esses serviços fazem parte do Contrato nº 025/SP-IP/2011, cujo objeto é a “Prestação de serviços à PMSP de Manutenção e Conservação de Logradouros Públicos”.

Com o intuito de verificar a ocorrência de aplicação de concreto asfáltico sobre sarjeta, foram consultados os relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão pelo período de 5 (cinco) dias úteis anteriores ao dia da vistoria realizada *in loco* (08.10.2015 a 15.10.2015), fls1666/1696.

Da análise dos relatórios constata-se que a empresa contratada aplicou indevidamente concreto asfáltico sobre sarjeta, conforme detalhado a seguir:

- Dia 15.10.2015, Avenida do Cursino nº 1033-1099, código 36661.

Diante do exposto, conclui-se que a aplicação indevida de concreto asfáltico sobre sarjeta, através da utilização de equipamentos, mão de obra e materiais inadequados, compromete a qualidade e a durabilidade do serviço e representa desvirtuamento do objeto contratado.

4. QUALIDADE DO CONCRETO ASFÁLTICO – ANÁLISE ATRAVÉS DE ENSAIOS DE CONTROLE TECNOLÓGICO

Foram detectadas, através da realização de ensaios de controle tecnológico, as seguintes irregularidades na realização dos serviços:

4.1. Grau de compactação inaceitável do concreto asfáltico

De acordo com as definições do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, da Ata de Registro de Preços, fls. 511/537, e da minuta de contrato constante do edital, fls. 263/274, são considerados como bom desempenho os serviços com grau de compactação entre 97% e 100%:

Anexo I – Termo de Referência, item 5.1:



A fiscalização poderá providenciar amostras aleatórias e encaminhar para ensaio do Grau de Compactação da Massa Asfáltica aplicada, sendo aceito (considerado como de bom desempenho) um grau de compactação utilizando como parâmetro Marshall entre 97 a 100%, custeadas pela detentora. Está prevista uma amostra a cada 100 toneladas de concreto asfáltico aplicado. (grifo nosso, fl. 228)

Conforme determinação do item 5.3 do Anexo I do edital e do item 7.16 da minuta do contrato, quando o grau de compactação for inferior a 98%, a subprefeitura deve aplicar um redutor de pagamento, que varia de 10% a 20%, e nos casos em que o grau de compactação for inferior a 96%, o serviço deve ser refeito com material e mão de obra fornecidos pela empresa contratada:

7.16 Do Redutor de Pagamento

7.16.1 Serviços com bom desempenho serão remunerados em 100% do valor da tonelada registrada em ata de RP, utilizando como parâmetro Marshall o grau de compactação entre 98% a 100%.

7.16.2 Na hipótese de serem constatados, por meio de verificações aleatórias realizadas pela contratante, serviços realizados com grau de compactação da massa asfáltica aplicada inferior a 98% e superior a 97% (inclusive) em mais de 5% das amostras ensaiadas, as medições dos serviços realizados no mês para efeito de pagamento sofrerão uma redução de 10% sobre o valor da tonelada.

7.16.3 Graus de compactação entre 97% e 96% em mais de 5% das amostras ensaiadas sofrerão uma redução de 20% sobre o valor da tonelada, e graus de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras não serão aceitos, devendo o serviço ser refeito com material de pavimentação fornecido pela própria contratada. (fl. 268)

Com o intuito de subsidiar os trabalhos, foi contratada a empresa JBA Engenharia e Consultoria Ltda. para realização de ensaios de controle tecnológico do material utilizado.

Os resultados dos ensaios foram apresentados através do Relatório de Controle Tecnológico, fls. 1730/1880, que foram analisados e resumidos no documento "Anexo A – Análises e conclusões sobre os ensaios de controle tecnológico dos serviços de pavimentação asfáltica – tapa-buraco", fls. 1882/1887.

Conforme detalhado no Quadro 2.2 do Anexo A, fl. 1884, 67% das amostras ensaiadas dos serviços realizados através do presente contrato (testemunhos 23 e 24) apresentaram grau de compactação inferior a 96% e uma amostra (testemunho 22) apresentou grau de compactação inferior a 97%. De acordo com o item 7.16.3 da minuta do contrato os serviços não poderiam ter sido aceitos pela Subprefeitura



Ipiranga, que deveria ter exigido o seu refazimento com material fornecido pela empresa contratada.

Diante do exposto, conclui-se que a subprefeitura aceitou e remunerou serviços com qualidade inaceitável (grau de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras), em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do edital e 7.16.3 da minuta do contrato, ocasionando prejuízo à municipalidade face ao desperdício do concreto asfáltico e à remuneração indevida por sua aplicação.

5. RESPONSÁVEIS E CONCLUSÃO

Vide itens **3.5** e **4.8** do Relatório de Auditoria Extraplano.



UNIDADE TÉCNICA DE PROTOCOLO E AUTUAÇÃO
Senhora Supervisora

Encaminhamos o presente de acordo com a **Ordem Interna SG/GAB nº 011/2005**, para formação de novos volumes.

Após, solicitamos o retorno dos autos a esta Coordenadoria para prosseguimento do feito.

Em 03/03/2016.

RONALDO DE AMORIM CHAVES
Coordenador Chefe – CIII



RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTRAPLANO

1. ORDEM DE SERVIÇO

OS nº 2015.08542.1

2. IDENTIFICAÇÃO

2.1. Objeto

Urbanismo

2.2. Objetivo

Verificar, por amostragem, a execução dos serviços de conservação de pavimentos viários "tapa-buracos" realizados através de contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, conforme determinação constante deste TC nº 72.001.274/14-21, Memorandos GAB-DD nº 58/2015 (TID 13462151) e nº 163/2015 (TID 13648930) e Memorandos C-III nº 038/15 e C-III nº 069/15.

2.3. Área auditada

12.10 - Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras

12.11 - Superintendência das Usinas de Asfalto

44.10 - Subprefeitura Casa Verde

67.10 - Subprefeitura Itaquera

61.10 - Subprefeitura Penha

47.10 - Subprefeitura Vila Maria / Vila Guilherme

59.10 - Subprefeitura Capela do Socorro

57.10 - Subprefeitura Campo Limpo

43.10 - Subprefeitura Freguesia do Ó / Brasilândia

53.10 - Subprefeitura Ipiranga



2.4. Período da realização

31.08.2015 a 29.02.2016

2.5. Período de abrangência

23.09.2015 a 15.10.2015

2.6. Equipe técnica

Eduardo Silveira Carvalho

RF nº 20.189

Mauricio Kazuhiro Sato

RF nº 20.117

2.7. Procedimentos

- Selecionar oito subprefeituras, sendo quatro localizadas na região central da cidade e quatro em regiões periféricas, conforme determinação constante deste TC nº 72.001.274/14-21.
- Identificar, nas subprefeituras selecionadas, os contratos firmados com base nas atas de Registro de Preços que derivam do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 para realização de serviços de conservação de pavimentos viários – tapa-buracos.
- Identificar, nas unidades fiscalizadas, os responsáveis pelas informações, com as respectivas funções e registros funcionais.
- Avaliar, por amostragem, os procedimentos adotados pelas unidades fiscalizadas, no âmbito de sua competência.
- Verificar *in loco*, por amostragem, se os serviços prestados estão sendo realizados de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas nos ajustes.
- Selecionar as amostras a serem submetidas aos ensaios de controle tecnológico, conforme Memorando C-III nº 041/15, e analisar os resultados obtidos.

82



2.8. Abreviaturas

COGEL	–	Coordenadoria Geral de Licitações
CP	–	Corpo de prova
IE	–	Instrução de Execução
PA	–	Processo Administrativo
RP	–	Registro de Preços
SMSP	–	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
SPUA	–	Superintendência das Usinas de Asfalto
SP-CL	–	Subprefeitura Campo Limpo
SP-CS	–	Subprefeitura Capela do Socorro
SP-CV	–	Subprefeitura Casa Verde
SP-FB	–	Subprefeitura Freguesia do Ó / Brasilândia
SP-IP	–	Subprefeitura Ipiranga
SP-IQ	–	Subprefeitura Itaquera
SP-MG	–	Subprefeitura Vila Maria / Vila Guilherme
SP-PE	–	Subprefeitura Penha

3. RESULTADO

3.1. Introdução

A presente auditoria extraplano foi estabelecida para verificar, por amostragem, a realização dos serviços de tapa buracos prestados nas diversas regiões do Município de São Paulo, conforme deliberação do E. Plenário, na Sessão Ordinária nº 2.736ª, fls. 03/08.

A Coordenadoria III da Subsecretaria de Fiscalização e Controle realizou diversos trabalhos de fiscalização dos serviços de tapa buracos no período de 2010 a 2014, apontando irregularidades nos procedimentos de execução dos serviços que comprometiam sua qualidade e durabilidade, conforme resumido no relatório de fls. 13/169.



Com base nas determinações constantes dos Memorandos GAB-DD nº 58/2015, GAB-DD nº 163/2015, C-III nº 038/15 e C-III nº 069/15, fls. 175/181, foram realizadas fiscalizações em oito subprefeituras, sendo quatro na região central do município e quatro na região periférica, com acompanhamento *in loco* da execução dos serviços de tapa buracos e realização de ensaios de controle tecnológico para análise da qualidade do material e de sua aplicação, com extração de 30 testemunhos nas oito subprefeituras.

3.2. Definição da amostra a ser fiscalizada

De acordo com o Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, o município foi dividido geograficamente em dez agrupamentos, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1 – Agrupamentos para realização do serviço de tapa-buracos

Agrupamentos	Unidades administrativas	Quantidade estimada (t/mês)
I	JT, ST, CV	1.710
II	IQ, SM, CT, G, IT, MP	3.580
III	PE, MO	1.140
IV	EM, MG, AF	1.390
V	PA, CS, MB, AD, SA	3.660
VI	PR, PJ, FB, LA, BT, CL	4.120
VII	SE, PI, VM, IP, JA, VP, SP	3.710
VIII	MARG TIETÊ	2.500
IX	MARG PINHEIROS	2.500
X	MINI ANEL VIÁRIO	2.500

Fonte: item 7 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fl. 229.

A licitação do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 resultou nas Atas de Registro de Preços (RP) detalhadas no Quadro 2.



Quadro 2 – Características das Atas de RP

Ata de RP nº	Detentora	Agrup.	Preço (R\$/t)
31/SMSP/COGEL/2014	Corpotec Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda	I	384,19
		X	384,19
32/SMSP/COGEL/2014	A. Tonanni Construções e Serviços Ltda.	II	384,10
33/SMSP/COGEL/2014	F.M. Rodrigues & Cia Ltda.	III	299,94
		IV	312,66
34/SMSP/COGEL/2014	Era Técnica Eng., Construções e Serviços Ltda.	V	384,02
35/SMSP/COGEL/2014	Trajeto Construções e Serviços Ltda.	VI	384,19
36/SMSP/COGEL/2014	Potenza Engenharia e Construção Ltda.	VII	384,19
39/SMSP/COGEL/2014	Agrícola e Construtora Monte Azul Ltda	IX	384,19
40/SMSP/COGEL/2014	Potenza Engenharia e Construção Ltda.	VIII	384,19

Fonte: elaborado pela Equipe Técnica com base nas Atas de RP, fls. 369/538.

Com base nas determinações constantes do TC nº 72.001.274/14-21 e dos Memorandos GAB-DD nº 058/2015, GAB-DD nº 163/2015, C-III nº 038/15 e C-III nº 069/15, a amostra de contratos selecionada para compor o presente trabalho atende os seguintes critérios:

- Não foram selecionados contratos referentes aos Agrupamentos VIII, IX e X, por não serem de responsabilidade das subprefeituras;
- Foi selecionado no mínimo um contrato por agrupamento de responsabilidade das subprefeituras (Agrupamentos I a VII);
- Foi selecionado no mínimo um contrato decorrente de cada Ata de RP de responsabilidade das subprefeituras (31/SMSP/COGEL/2014 a 36/SMSP/COGEL/2014);
- Foram selecionados contratos em andamento em quatro subprefeituras da região central (distância mínima à Praça da Sé em linha reta inferior a 8 km) e em quatro subprefeituras da região periférica (distância mínima à Praça da Sé em linha reta superior a 8 km);
- Foram selecionados contratos das Subprefeituras Capela do Socorro e Campo Limpo (conforme Memorandos GAB-DD nº 058/2015 e GAB-DD nº 163/2015).



A seleção das subprefeituras resultou na amostra de contratos resumida no Quadro 3.

Quadro 3 – Contratos selecionados para avaliação

Ata de RP	Detentora	Agrup.	Subpre- feitura	Central / Periférica	Contrato nº
31/SMSP/COGEL/2014	Corpotec	I	SP-CV	Central	01/SPCV/2015
32/SMSP/COGEL/2014	A. Tonanni	II	SP-IQ	Periférica	005/SP-IQ/GAB-AJ/2015
33/SMSP/COGEL/2014	FM Rodrigues	III	SP-PE	Periférica	01/SP-PE/2015
		IV	SP-MG	Central	002/SP-MG/CPO/2015
34/SMSP/COGEL/2014	Era Técnica	V	SP-CS	Periférica	007/SPCS/2015
35/SMSP/COGEL/2014	Trajeto	VI	SP-CL	Periférica	001/SPCL/LC/2015
			SP-FB	Central	01/SP-FB/2015
36/SMSP/COGEL/2014	Potenza	VII	SP-IP	Central	003/SP-IP/2015

Fonte: Quadros 1 e 2, Sistema Átomo, Atas de Registro de Preços, fls. 369/538.

O Quadro 4 apresenta as principais informações dos contratos das subprefeituras selecionadas.

Quadro 4 – Características dos contratos selecionados para avaliação

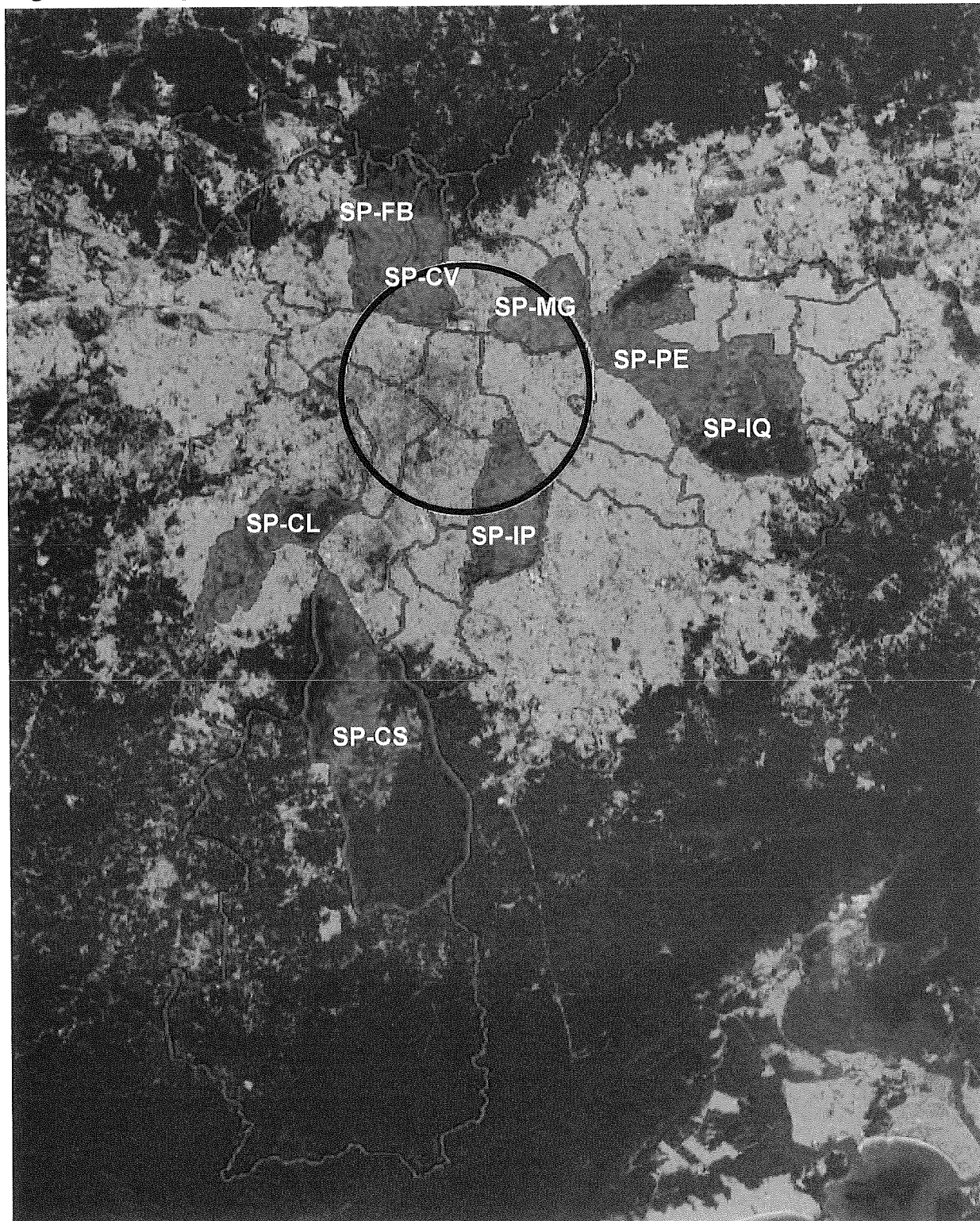
Subpre- feitura	Contrato nº	PA nº	Preço (R\$/t)	Valor inicial do contrato (R\$)	Data de assinatura
SP-CV	01/SPCV/2015	2015-0.011.785-0	384,19	960.475,00	28.01.2015
SP-IQ	005/SP-IQ/GAB-AJ/2015	2015-0.026-642-2	384,10	1.907.067,00	30.06.2015
SP-PE	01/SP-PE/2015	2014-0.340.588-0	299,94	2.519.496,00	27.01.2015
SP-MG	002/SP-MG/CPO/2015	2015-0.178.699-3	312,66	229.805,10	14.08.2015
SP-CS	007/SPCS/2015	2015-0.004.712-7	384,02	3.264.170,00	30.01.2015
SP-CL	001/SPCL/LC/2015	2015-0.001.579-9	384,19	3.872.635,20	04.02.2015
SP-FB	01/SP-FB/2015	2015-0.049.710-6	384,19	1.728.855,00	18.03.2015
SP-IP	003/SP-IP/2015	2015-0.144.129-5	384,19	2.581.756,80	30.06.2015

Fonte: Quadros 1, 2 e 3 e Anexos I a VIII.

A Figura 1 ilustra o critério utilizado para a classificação das subprefeituras entre centrais e periféricas.



Figura 1 – Subprefeituras que compõem a amostra deste trabalho de fiscalização



Fonte: Google Earth / Google Maps.



3.3. Aspectos verificados na fiscalização dos contratos selecionados

Com o objetivo de verificar se os serviços previstos nas Atas de RP nº 31/SMSP/COGEL/2014 a 36/SMSP/COGEL/2014 estão sendo realizados de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas nos ajustes, foram realizadas vistorias nas sedes das subprefeituras, consultas ao Processo Administrativo (PA) da licitação (nº 2014-0.153.484-4, fls. 183/538), aos PAs de contratação e de pagamento, fls. 539/1317, ao Sistema de Monitoramento e Gestão, fls. 1536/1696, ao Sistema de Acompanhamento Físico e Financeiro do Orçamento (Saffor), fls. 1452/1535vº, e solicitação de documentação complementar, fls. 1318/1451.

O acompanhamento *in loco* da execução dos serviços de tapa-buracos foi realizado em local definido aleatoriamente, sem prévio conhecimento da empresa contratada ou da subprefeitura contratante.

A análise complementar da qualidade do material e de sua aplicação foi realizada por empresa especializada, contratada por este Tribunal de Contas, que procedeu à extração de testemunhos e realização de ensaios de controle tecnológico (fls. 1729/1880) nos locais previamente indicados (fls. 1717/1728).

Os principais aspectos verificados na presente auditoria foram:

3.3.1. Controles

Verificação dos sistemas de controle interno, de responsabilidade das subprefeituras, que assegurem que os serviços estejam sendo executados conforme o pactuado e em conformidade com a legislação:

- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato;
- ART do responsável técnico da empresa contratada;
- Livro de Ordem;
- Ficha Diária de Produção;
- Tíquetes de pesagem dos caminhões;



- Mídia eletrônica contendo dados do rastreamento dos veículos;
- Saffor;
- Registro fotográfico do serviço antes, durante e após sua execução;
- Rastreamento dos veículos;
- Ensaios de controle tecnológico para verificação do grau de compactação;
- Compatibilidade entre o contrato celebrado e a minuta de contrato do edital.

3.3.2. Realização dos serviços

Verificação do atendimento das exigências contratuais, das normas legais pertinentes e da conformidade com os padrões mínimos de qualidade quando da realização dos serviços de conservação de pavimentos viários "tapa-buracos", executados pela empresa contratada e fiscalizados pela subprefeitura:

- Placas informativas nos veículos utilizados;
- Acompanhamento da execução do serviço por técnico responsável da empresa contratada;
- Acompanhamento da execução do serviço por funcionário da subprefeitura;
- Realização de requadramento do buraco;
- Preparo e limpeza da superfície do buraco;
- Realização da pintura de ligação;
- Temperatura do concreto asfáltico;
- Aplicação indevida de concreto asfáltico sobre sarjeta;
- Compactação do concreto asfáltico;
- Limpeza do local após a realização do serviço;
- Desvirtuamento do objeto contratado.



3.3.3. Qualidade do concreto asfáltico – análise através de ensaios de controle tecnológico

Verificação do atendimento das exigências contratuais, das normas legais pertinentes e da conformidade com os padrões mínimos de qualidade no preparo do concreto asfáltico, de responsabilidade da Superintendência das Usinas de Asfalto (SPUA), e na aplicação do concreto asfáltico, de responsabilidade da empresa contratada sob fiscalização da subprefeitura:

- Espessura do concreto asfáltico;
- Grau de compactação;
- Teor de betume;
- Granulometria.

• Temperatura

3.4. Resultados

Após análise dos processos administrativos de contratação e pagamento, dos elementos técnicos existentes, de vistorias realizadas *in loco* e do resultado dos ensaios de controle tecnológico, foram detectadas as seguintes irregularidades:

3.4.1. Controles

As irregularidades observadas nos sistemas de controle interno de responsabilidade das subprefeituras foram compiladas nos Quadros 5, 6 e 7 e estão detalhadas nos relatórios anexos.



Quadro 5 – Irregularidades nos controles

Subprefeitura	Empresa contratada	ART da fiscalização (subprefeitura)	ART da realização dos serviços (empresa)	Livro de Ordem
SP-CV	Corpotech	Item 2.1 do Anexo I	-	Item 2.2 do Anexo I
SP-IQ	A. Tonanni	Item 2.1 do Anexo II	-	Item 2.2 do Anexo II
SP-PE	FM Rodrigues	Item 2.1 do Anexo III	-	Item 2.2 do Anexo III
SP-MG	FM Rodrigues	Item 2.1 do Anexo IV	-	Item 2.2 do Anexo IV
SP-CS	Era Técnica	Item 2.1 do Anexo V	-	Item 2.2 do Anexo V
SP-CL	Trajeto	Item 2.1 do Anexo VI	-	Item 2.2 do Anexo VI
SP-FB	Trajeto	Item 2.1 do Anexo VII	-	Item 2.2 do Anexo VII
SP-IP	Potenza	Item 2.1 do Anexo VIII	-	Item 2.2 do Anexo VIII

Fonte: Anexos I a VIII.

Quadro 6 – Irregularidades nos controles (continuação)

Subprefeitura	Empresa contratada	Fichas diárias de produção	Relatório de pesagem	Mídia eletrônica (rastreamento)	Saffor
SP-CV	Corpotech	Item 2.3 do Anexo I	-	Item 2.4 do Anexo I	Item 2.5 do Anexo I
SP-IQ	A. Tonanni	Item 2.3 do Anexo II	-	-	Item 2.5 do Anexo II
SP-PE	FM Rodrigues	Item 2.3 do Anexo III	-	Item 2.4 do Anexo III	Item 2.5 do Anexo III
SP-MG	FM Rodrigues	Item 2.3 do Anexo IV	Item 2.4 do Anexo IV	Item 2.5 do Anexo IV	Item 2.6 do Anexo IV
SP-CS	Era Técnica	Item 2.3 do Anexo V	-	Item 2.4 do Anexo V	Item 2.5 do Anexo V
SP-CL	Trajeto	Item 2.3 do Anexo VI	-	Item 2.4 do Anexo VI	Item 2.5 do Anexo VI
SP-FB	Trajeto	Item 2.3 do Anexo VII	-	Item 2.4 do Anexo VII	Item 2.5 do Anexo VII
SP-IP	Potenza	Item 2.3 do Anexo VIII	-	Item 2.4 do Anexo VIII	Item 2.5 do Anexo VIII

Fonte: Anexos I a VIII.



Quadro 7 – Irregularidades nos controles (continuação)

Subprefeitura	Empresa contratada	Relatório fotográfico dos serviços	Rastreamento dos veículos	Ensaio de controle tecnológico	Modelo de contrato
SP-CV	Corpotech	Item 2.6 do Anexo I	Item 2.7 do Anexo I	Item 2.8 do Anexo I	-
SP-IQ	A. Tonanni	Item 2.6 do Anexo II	Item 2.7 do Anexo II	-	-
SP-PE	FM Rodrigues	Item 2.6 do Anexo III	Item 2.7 do Anexo III	Item 2.8 do Anexo III	Item 2.9 do Anexo III
SP-MG	FM Rodrigues	Item 2.7 do Anexo IV	Item 2.8 do Anexo IV	-	-
SP-CS	Era Técnica	Item 2.6 do Anexo V	Item 2.7 do Anexo V	-	Item 2.8 do Anexo V
SP-CL	Trajeto	Item 2.6 do Anexo VI	Item 2.7 do Anexo VI	Item 2.8 do Anexo VI	Item 2.9 do Anexo VI
SP-FB	Trajeto	Item 2.6 do Anexo VII	Item 2.7 do Anexo VII	Item 2.8 do Anexo VII	Item 2.9 do Anexo VII
SP-IP	Potenza	Item 2.6 do Anexo VIII	Item 2.7 do Anexo VIII	-	Item 2.8 do Anexo VIII

Fonte: Anexos I a VIII.

3.4.2. Realização dos serviços

As irregularidades observadas na realização dos serviços de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos” executados pela empresa contratada e fiscalizados pela subprefeitura foram compiladas nos Quadros 8, 9 e 10 e estão detalhadas nos relatórios anexos.

Quadro 8 – Irregularidades na realização dos serviços

Subprefeitura	Empresa contratada	Irregularidades nas placas informativas dos veículos	Ausência de técnico responsável pela empresa contratada durante a execução dos serviços	Ausência de técnico responsável pela subprefeitura durante a vistoria da execução dos serviços
SP-CV	Corpotech	Item 3.1 do Anexo I	-	-
SP-IQ	A. Tonanni	-	-	-
SP-PE	FM Rodrigues	-	-	Item 3.1 do Anexo III
SP-MG	FM Rodrigues	-	-	-
SP-CS	Era Técnica	Item 3.1 do Anexo V	-	-
SP-CL	Trajeto	Item 3.1 do Anexo VI	-	Item 3.2 do Anexo VI
SP-FB	Trajeto	-	-	-
SP-IP	Potenza	Item 3.1 do Anexo VIII	-	Item 3.2 do Anexo VIII

Fonte: Anexos I a VIII.



Regina L. B. Mahima

Aux. Técnico de Educação

Quadro 9 – Irregularidades na realização dos serviços (continuação)

Subpre- feitura	Empresa contratada	Ausência de requadramen- to do buraco	Preparo inadequado da superfície do buraco	Execução deficiente da pintura de ligação	Verificação da temperatura do concreto asfáltico
SP-CV	Corpotech	-	-	-	-
SP-IQ	A. Tonanni	-	-	-	-
SP-PE	FM Rodrigues	Item 3.2 do Anexo III	Item 3.3 do Anexo III	Item 3.4 do Anexo III	-
SP-MG	FM Rodrigues	-	-	Item 3.1 do Anexo IV	Item 3.2 do Anexo IV
SP-CS	Era Técnica	-	Item 3.2 do Anexo V	-	-
SP-CL	Trajeto	Item 3.3 do Anexo VI	-	-	-
SP-FB	Trajeto	Item 3.1 do Anexo VII	-	-	-
SP-IP	Potenza	-	-	-	Item 3.3 do Anexo VIII

Fonte: Anexos I a VIII.

Quadro 10 – Irregularidades na realização dos serviços (continuação)

Subpre- feitura	Empresa contratada	Aplicação de concreto asfáltico sobre sarjeta	Compactação do concreto asfáltico	Limpeza após conclusão do serviço	Desvirtuamento do objeto contratado
SP-CV	Corpotech	-	-	-	-
SP-IQ	A. Tonanni	Item 3.1 do Anexo II	-	-	-
SP-PE	FM Rodrigues	Item 3.5 do Anexo III	Item 3.6 do Anexo III	-	-
SP-MG	FM Rodrigues	-	-	Item 3.3 do Anexo IV	-
SP-CS	Era Técnica	Item 3.3 do Anexo V	-	-	Item 3.4 do Anexo V
SP-CL	Trajeto	Item 3.4 do Anexo VI	-	-	Item 3.5 do Anexo VI
SP-FB	Trajeto	Item 3.2 do Anexo VII	-	-	-
SP-IP	Potenza	Item 3.4 do Anexo VIII	-	-	-

Fonte: Anexos I a VIII.



3.4.3. Qualidade do concreto asfáltico

Com o intuito de subsidiar os trabalhos de fiscalização deste Tribunal, foi contratada a empresa JBA Engenharia e Consultoria Ltda., para realização de ensaios de controle tecnológico do material utilizado.

Os resultados dos ensaios foram apresentados através do Relatório de Controle Tecnológico, fls. 1730/1880, que foram analisados e resumidos no documento "Anexo A – Análises e conclusões sobre os ensaios de controle tecnológico dos serviços de pavimentação asfáltica – tapa-buraco", fls. 1882/1887.

De acordo com o Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, compete às empresas contratadas o fornecimento de mão de obra e equipamentos necessários à execução dos serviços de tapa-buracos. O fornecimento dos materiais é de responsabilidade exclusiva da PMSP, que possui um setor especializado na produção de concreto asfáltico (SPUA – Superintendência das Usinas de Asfalto).

Os ensaios abordaram tanto a qualidade do concreto asfáltico produzido pela SPUA quanto a qualidade da aplicação do concreto asfáltico, de responsabilidade das empresas contratadas, sob fiscalização das subprefeituras.

a) Irregularidades na produção do concreto asfáltico – teor de betume

Com o intuito de avaliar a qualidade do concreto asfáltico produzido, foi solicitado à SPUA a apresentação do projeto do concreto asfáltico utilizado nos serviços de tapa-buraco, fl. 1698, que foi apresentado às fls. 1699/1716.

De acordo com o projeto fornecido pela SPUA, o teor de betume deve ser de 5,2%, fls. 1715/1716.

A Instrução de Execução IE 03/2009, fls. 1860/1880, cujo objetivo é a "definição dos critérios que orientam a dosagem, usinagem e execução de camadas



constituídas de misturas asfálticas tipo concreto asfáltico usinado a quente, em obras de pavimentação sob a jurisdição da Prefeitura do Município de São Paulo”, determina em seu item 7.3.2.2 que:

a) A quantidade de cimento asfáltico obtida pelo ensaio de extração por refluxo "soxhlet", em amostras individuais, não deverá variar, em relação ao teor de projeto, de mais do que 0,3%, para mais ou para menos. A média aritmética obtida, para conjuntos de 9 (nove) valores individuais, não deverá, no entanto, ser inferior ao teor de projeto (fl. 1876)

Com base no projeto do concreto asfáltico e no item 7.3.2.2 da IE 03/2009, o teor de betume aceitável para o material deve ser de no mínimo 4,9% e no máximo 5,5%.

Conforme detalhado no Quadro 3.2 do Anexo A, fl. 1885, dos 30 testemunhos extraídos, 24 apresentaram teor de betume em desacordo com os limites aceitáveis; portanto, 80% das amostras ensaiadas possui teor de betume em desacordo com o projeto.

Chama atenção a ausência de homogeneidade da produção; a título exemplificativo, cita-se as variações encontradas no concreto produzido no dia 07.10.2015, que em um mesmo buraco apresenta variações no teor de betume de até 2,1% (Testemunho 1: 7,0% e Testemunho 2: 4,9%), o que demonstra deficiência na produção do concreto asfáltico.

Diante do exposto, conclui-se que o concreto asfáltico produzido pela SPUA não atende o projeto e a Instrução de Execução IE 03/2009, visto que 80% das amostras ensaiadas possui teor de betume em desacordo com os parâmetros aceitáveis. Ademais, a falta de homogeneidade do material produzido demonstra deficiência no processo produtivo, que compromete a qualidade e a durabilidade do concreto asfáltico utilizado nos serviços de tapa-buracos.

b) Irregularidades na produção do concreto asfáltico – granulometria

Com o intuito de avaliar a qualidade do concreto asfáltico produzido, foi solicitado à SPUA a apresentação do projeto do concreto asfáltico utilizado nos serviços de tapa-buraco, fl. 1698, que foi apresentado às fls. 1699/1716.



De acordo com o projeto fornecido pela SPUA, a composição granulométrica “Faixa IV” de projeto deve respeitar os limites do quadro e gráfico de fl. 1704.

A Instrução de Execução (IE) 03/2009, fls. 1860/1880, cujo objetivo é a “definição dos critérios que orientam a dosagem, usinagem e execução de camadas constituídas de misturas asfálticas tipo concreto asfáltico usinado a quente, em obras de pavimentação sob a jurisdição da Prefeitura do Município de São Paulo”, determina em seu item 7.3.2.2 que:

b) Durante a produção, a granulometria da mistura poderá sofrer variações em relação à curva de projeto, respeitadas as tolerâncias indicadas no quadro 7.1 e os limites da faixa granulométrica adotada. (fl. 1876)

Com base no projeto do concreto asfáltico e no item 7.3.2.2 da IE 03/2009, a composição granulométrica do concreto asfáltico deve atender tanto os limites da curva de projeto e quanto os limites da faixa granulométrica adotada.

Quanto à conformidade com a curva de projeto, conforme detalhado no Quadro 4.2 do Anexo A, fl. 1886, dos 30 testemunhos extraídos, 24 apresentaram curva granulométrica em desacordo com os limites aceitáveis; portanto, 80% das amostras ensaiadas possui granulometria em desacordo com o projeto.

Quanto à conformidade com a curva da faixa granulométrica, conforme detalhado no Quadro 4.3 do Anexo A, fl. 1887, dos 30 testemunhos extraídos, 29 apresentaram curva granulométrica em desacordo com os limites aceitáveis; portanto, 97% das amostras ensaiadas possui granulometria em desacordo com a Faixa IV.

Chama atenção a ausência de homogeneidade da produção; a título exemplificativo, cita-se as variações encontradas no concreto produzido no dia 15.10.2015, que em um mesmo buraco apresenta variações na porcentagem que passa pela peneira 4,76 mm de até 31,1% (Testemunho 22: 79,2% e Testemunho 23: 48,1%), o que demonstra deficiência na produção do concreto asfáltico.



Diante do exposto, conclui-se que o concreto asfáltico produzido pela SPUA não atende o projeto e a Instrução de Execução IE 03/2009, visto que 80% das amostras ensaiadas possui granulometria em desacordo com o projeto e 97% das amostras ensaiadas possui granulometria em desacordo com a Faixa IV. Ademais, a falta de homogeneidade do material produzido demonstra deficiência no processo produtivo, que compromete a qualidade e a durabilidade do concreto asfáltico utilizado nos serviços de tapa-buracos.

c) Irregularidades na aplicação do concreto asfáltico

As irregularidades observadas na aplicação do concreto asfáltico, de responsabilidade das empresas contratadas sob fiscalização das subprefeituras, foram compiladas no quadro 11 e estão detalhadas nos relatórios anexos.

Quadro 11 – Irregularidades na qualidade do concreto asfáltico - aplicação

Subprefeitura	Empresa contratada	Espessura do concreto asfáltico superior ao máximo permitido	Grau de compactação inaceitável
SP-CV	Corpotec	-	Item 4.1 do Anexo I
SP-IQ	A. Tonanni	-	Item 4.1 do Anexo II
SP-PE	FM Rodrigues	Item 4.1 do Anexo III	Item 4.2 do Anexo III
SP-MG	FM Rodrigues	-	Item 4.1 do Anexo IV
SP-CS	Era Técnica	-	Item 4.1 do Anexo V
SP-CL	Trajeto	-	Item 4.1 do Anexo VI
SP-FB	Trajeto	-	Item 4.1 do Anexo VII
SP-IP	Potenza	-	Item 4.1 do Anexo VIII

Fonte: Anexos I a VIII.



3.5. Responsáveis

Item da conclusão	Subprefeitura	Nome	Cargo	RF
4.1	SP-CV	Romeu de Souza	Fiscal do contrato	724.788.5
4.1	SP-CV	MAKCELO Rogerio Gebara	Subprefeito substituto	666.018.5
4.2	SP-IQ	Clovis Isamu Yamashita	Fiscal do contrato	556.522.7
4.2	SP-IQ	Mauricio Luis Martins ✓	Subprefeito	618.848.6
4.3	SP-PE	Maria de Fátima Soares de Macedo	Fiscal do contrato	602.998.1
4.3	SP-PE	Pedro Guastaferrero Junior ✓	Subprefeito	502.838.8
4.4	SP-MG	Luiz Urbano da Silva	Fiscal do contrato	637.755.6
4.4	SP-MG	Gilberto Rossi ✓	Subprefeito	590.040.9
4.5	SP-CS	Antonio Luis F. B. Fornari	Fiscal do contrato	316.586.8
4.5	SP-CS	Antonio Dias Barroso ✓	Subprefeito	729.427.1
4.6	SP-CL	Cassia Cristina Gomes de Moraes	Fiscal do contrato	610.428.2
4.6	SP-CL	Antonio Carlos Ganem ✓	Subprefeito	530.573.0
4.7	SP-FB	Remy Benedito Silva Filho	Fiscal do contrato	630.435.4
4.7	SP-FB	Alexandre Moratore ✓	Subprefeito	779.628.5
4.8	SP-IP	Gilberto Coelho Hardagh	Fiscal do contrato	507.053.8
4.8	SP-IP	Edna Diva Miani Santos ✓	Subprefeita	390.746.5
4.9	SPUA	ASBRUNHA Marcelo Bruni	Superintendente das Usinas de Asfalto	756.131.8
4.1 a 4.9	SMSP	Luiz Antonio Medeiros Neto ✓	Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras	798.264.0

4. CONCLUSÃO

Com base na análise dos processos administrativos, dos elementos técnicos existentes, nas vistorias realizadas *in loco* e nos resultados dos ensaios de controle tecnológico, foram detectadas as seguintes infringências / impropriedades:



4.1. Subprefeitura Casa Verde (Contrato nº 01/SPCV/2015)

4.1.1. Controles

- a) Diante do não recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato, houve infringência ao parágrafo único do art. 3º da Resolução CONFEA nº 1025, de 30.10.2009 (**item 2.1 – Anexo I**);
- b) O termo de abertura do Livro de Ordem não está datado, a assinatura existente no campo "responsável técnico" não contém identificação e as folhas do Livro de Ordem destinadas às anotações de desenvolvimento do serviço não contêm informações suficientes e detalhadas sobre o andamento dos serviços e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º, § 1º, inciso IV do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP (**item 2.2 – Anexo I**);
- c) Os Relatórios Diários de Produção não atendem as disposições do item 7.1 da Ata de RP nº 31/SMSP/COGEL/2014 e do item 7.10 do Contrato nº 01/SPCV/2015 (**item 2.3 – Anexo I**);
- d) A mídia eletrônica entregue não apresenta os dados de rastreamento dos veículos, em desacordo com o disposto no item 7.1 da Ata de RP nº 31/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.4 – Anexo I**);
- e) O Saffor não está sendo adequadamente preenchido com as informações previstas no sistema, resultando em infringência à Portaria SMSP nº 04/2010 (**item 2.5 – Anexo I**);
- f) O registro fotográfico constante dos relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão não contém as três fotografias obrigatórias (inicial, após preparação e final) de todos os serviços executados, em desacordo com o item 4.17 do Anexo I e com os itens I, II-b e III do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.6 – Anexo I**);
- g) Inexiste monitoramento e rastreamento dos veículos tipo Kombi, em desacordo com a cláusula 3.9 do contrato, com o item II-a do Anexo XXI do



Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, com o item 1 da Portaria SMSP nº 41/09 e com o art. 1º da Lei Municipal nº 15.718/2013 (**item 2.7 – Anexo I**);

h) A subprefeitura não exige ensaios de controle tecnológico para verificação da qualidade do serviço executado, em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do edital e 7.16 do contrato (**item 2.8 – Anexo I**).

4.1.2. Realização dos serviços

a) O caminhão de placa FKD-2405 não possui placas em ambos os lados com os dizeres “A SERVIÇO DA P.M.S.P. – CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTOS – TAPA BURACOS”, em desacordo com o item 2.3.7 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (**item 3.1 – Anexo I**).

4.1.3. Qualidade do concreto asfáltico

a) A subprefeitura Casa Verde aceitou e remunerou serviços com qualidade inaceitável (grau de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras), em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do edital e 7.16.3 do contrato, ocasionando prejuízo à municipalidade face ao desperdício do concreto asfáltico e à remuneração indevida por sua aplicação. De acordo com o item 5.3.3 do Anexo I do edital, o serviço deve ser refeito com material e mão de obra fornecidos pela empresa contratada (**item 4.1 – Anexo I**).

4.2. Subprefeitura Itaquera (Contrato nº 005/SP-IQ/GAB-AJ/2015)

4.2.1. Controles

a) Diante do não recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato, houve infringência ao parágrafo único do art. 3º da Resolução CONFEA nº 1025, de 30.10.2009 (**item 2.1 – Anexo II**);

b) As folhas do Livro de Ordem destinadas às anotações de desenvolvimento do serviço não contêm informações suficientes e detalhadas sobre o andamento dos serviços e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º,



§ 1º, inciso IV do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP (**item 2.2 – Anexo II**);

- c) Não foram preenchidos todos os campos das fichas diárias de produção, em desacordo com o item 7.1 da Ata de RP nº 32/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.3 – Anexo II**);
- d) O Saffor não está sendo adequadamente preenchido com as informações previstas no sistema, resultando em infringência à Portaria SMSP nº 04/2010 (**item 2.5 – Anexo II**);
- e) O registro fotográfico constante dos relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão não contém as três fotografias obrigatórias (inicial, após preparação e final) de todos os serviços executados, em desacordo com o item 4.17 do Anexo I e com os itens I, II-b e III do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.6 – Anexo II**);
- f) Inexiste monitoramento e rastreamento dos veículos tipo Kombi, em desacordo com a cláusula 3.9 do contrato, com o item II-a do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, com o item 1 da Portaria SMSP nº 41/09 e com o art. 1º da Lei Municipal nº 15.718/2013 (**item 2.7 – Anexo I**).

4.2.2. Realização dos serviços

- a) A aplicação indevida de concreto asfáltico sobre sarjeta, através da utilização de equipamentos, mão de obra e materiais inadequados, compromete a qualidade e a durabilidade do serviço e representa desvirtuamento do objeto contratado (**item 3.1 – Anexo II**).

4.2.3. Qualidade do concreto asfáltico

- a) A Subprefeitura Itaquera aceitou e remunerou serviços com qualidade inaceitável (grau de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras), em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do edital e 7.16.3 do contrato, ocasionando prejuízo à municipalidade face ao desperdício do concreto asfáltico e à remuneração indevida por sua aplicação. De acordo



com o item 5.3.3 do Anexo I do edital, o serviço deve ser feito com material e mão de obra fornecidos pela empresa contratada (**item 4.1 – Anexo II**).

4.3. Subprefeitura Penha (Contrato nº 01/SP-PE/2015)

4.3.1. Controles

- a) Diante do não recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato, houve infringência ao parágrafo único do art. 3º da Resolução CONFEA nº 1025, de 30.10.2009 (**item 2.1 – Anexo III**);
- b) O termo de abertura do Livro de Ordem não está datado, não contém a assinatura do responsável da subprefeitura no campo “contratante” e as folhas do Livro de Ordem destinadas às anotações de desenvolvimento do serviço não contêm informações suficientes e detalhadas sobre o andamento dos serviços e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º, § 1º, inciso IV do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP (**item 2.2 – Anexo III**);
- c) Não foram preenchidos todos os campos das fichas diárias de produção, em desacordo com o item 7.1 da Ata de RP nº 33/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.3 – Anexo III**);
- d) A mídia eletrônica entregue não apresenta os dados de rastreamento de todos os veículos, em desacordo com o disposto no item 7.1 da Ata de RP nº 33/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.4 – Anexo III**);
- e) O Saffor não está sendo adequadamente preenchido com as informações previstas no sistema, resultando em infringência à Portaria SMSP nº 04/2010 (**item 2.5 – Anexo III**);
- f) O registro fotográfico constante dos relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão não contém as três fotografias obrigatórias (inicial, após preparação e final) de todos os serviços executados, em desacordo com o item 4.17 do Anexo I e com os itens I, II-b e III do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.6 – Anexo III**);



- g) Inexiste monitoramento e rastreamento dos veículos tipo Kombi, em desacordo com a cláusula 3.9 do contrato, com o item II-a do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, com o item 1 da Portaria SMSP nº 41/09 e com o art. 1º da Lei Municipal nº 15.718/2013 (**item 2.7 – Anexo III**);
- h) A subprefeitura não exige ensaios de controle tecnológico para verificação da qualidade do serviço executado, em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do edital e 7.16 do contrato (**item 2.8 – Anexo III**);
- i) O Contrato nº 01/SP-PE/2015 não se pautou na minuta de contrato constante do edital, desatendendo a disposição do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/1993 (**item 2.9 – Anexo III**).

4.3.2. Realização dos serviços

- a) Durante a vistoria realizada no dia 06.10.2015 na Praça Félix foi constatado que os serviços de tapa-buracos foram executados pela empresa contratada sem qualquer acompanhamento concomitante de técnico responsável pela subprefeitura (**item 3.1 – Anexo III**);
- b) Devido à falta de realização de requadramento de todos os buracos antes da aplicação do concreto asfáltico houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, comprometendo a qualidade e a durabilidade do serviço e ocasionando prejuízo à municipalidade (**item 3.2 – Anexo III**);
- c) Devido à falta de preparo e limpeza adequados previamente à aplicação da pintura de ligação houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, comprometendo a qualidade e a durabilidade do serviço executado e ocasionando prejuízo à municipalidade (**item 3.3 – Anexo III**);
- d) Devido à aplicação deficiente da pintura de ligação houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, comprometendo a qualidade e a durabilidade do



serviço executado e ocasionando prejuízo à municipalidade (**item 3.4 – Anexo III**);

e) A aplicação indevida de concreto asfáltico sobre sarjeta, através da utilização de equipamentos, mão de obra e materiais inadequados, compromete a qualidade e a durabilidade do serviço e representa desvirtuamento do objeto contratado (**item 3.5 – Anexo III**);

f) Devido à execução de compactação do concreto asfáltico com utilização de placa vibratória em local acessível ao rolo compactador houve infringência ao que determina o item 2.3.1.1 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, comprometendo a qualidade e a durabilidade do serviço executado e ocasionando prejuízo à municipalidade (**item 3.6 – Anexo III**).

4.3.3. Qualidade do concreto asfáltico

a) Devido à aplicação de concreto asfáltico com espessura superior a 7,0 cm com compactação em uma única camada, houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, comprometendo a qualidade e a durabilidade do serviço executado e ocasionando prejuízo à municipalidade (**item 4.1 – Anexo III**);

b) A Subprefeitura Penha aceitou e remunerou serviços com qualidade inaceitável (grau de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras), em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do edital e 7.16.3 da minuta do contrato, ocasionando prejuízo à municipalidade face ao desperdício do concreto asfáltico e à remuneração indevida por sua aplicação. De acordo com o item 5.3.3 do Anexo I do edital, o serviço deve ser feito com material e mão de obra fornecidos pela empresa contratada (**item 4.2 – Anexo III**).



4.4. Subprefeitura Vila Maria / Vila Guilherme (Contrato nº 002/SP-MG/CPO/2015)

4.4.1. Controles

- a) Diante do não recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato, houve infringência ao parágrafo único do art. 3º da Resolução CONFEA nº 1025, de 30.10.2009 (**item 2.1 – Anexo IV**);
- b) O termo de abertura do Livro de Ordem não está datado, não contém assinatura do responsável da subprefeitura no campo “contratante” e as folhas do Livro de Ordem destinadas às anotações de desenvolvimento do serviço não contêm informações suficientes e detalhadas sobre o andamento dos serviços e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º, § 1º, inciso IV do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP (**item 2.2 – Anexo IV**);
- c) Os Relatórios Diários de Produção não atendem as disposições do item 7.1 da Ata de RP nº 33/SMSP/COGEL/2014 e do item 7.10 do Termo de Contrato nº 002/SP-MG/CPO/2015 (**item 2.3 – Anexo IV**);
- d) Não foi localizado no PA nº 2015-0.296.523-9 planilha resumo de toneladas efetivamente aplicadas, desatendendo o disposto no item 7.1 da Ata de RP nº 33/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.4 – Anexo IV**);
- e) A mídia eletrônica entregue não apresenta os dados de rastreamento de todos os veículos, em desacordo com o disposto no item 7.1 da Ata de RP nº 33/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.5 – Anexo IV**);
- f) O Saffor não está sendo adequadamente preenchido com as informações previstas no sistema, resultando em infringência à Portaria SMSP nº 04/2010 (**item 2.6 – Anexo IV**);
- g) O registro fotográfico constante dos relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão não contém as três fotografias obrigatórias (inicial, após preparação e final) de todos os serviços executados, em desacordo com o item 4.17 do Anexo I e com os itens I, II-b e III do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico



nº 12/SMSP/COGEL/2014 (item 2.7 – Anexo IV);

- h)** Inexiste monitoramento e rastreamento dos veículos tipo Kombi, em desacordo com a cláusula 3.9 do contrato, com o item II-a do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, com o item 1 da Portaria SMSP nº 41/09 e com o art. 1º da Lei Municipal nº 15.718/2013 (item 2.8 – Anexo IV).

4.4.2. Realização dos serviços

- a)** Devido à aplicação deficiente da pintura de ligação houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, comprometendo a qualidade e a durabilidade do serviço executado e ocasionando prejuízo à municipalidade (item 3.1 – Anexo IV);
- b)** Devido à falta de medição da temperatura do concreto asfáltico durante a sua aplicação não resta comprovada a sua adequação aos itens 4.2 e 4.5 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, o que ensejaria a aplicação de multa no valor de 6 (seis) toneladas por ocorrência, conforme determina a cláusula 10.10 do contrato; no entanto, não há registro nos autos da aplicação da referida penalidade (item 3.2 – Anexo IV);
- c)** Devido à limpeza deficiente do local após a conclusão dos serviços houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (item 3.3 – Anexo IV).

4.4.3. Qualidade do concreto asfáltico

- a)** A Subprefeitura Vila Maria / Vila Guilherme aceitou e remunerou serviços com qualidade inaceitável (grau de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras), em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do edital e 7.16.3 do contrato, ocasionando prejuízo à municipalidade face ao desperdício do concreto asfáltico e à remuneração indevida por sua aplicação. De acordo com o item 5.3.3 do Anexo I do edital, o serviço deve ser refeito com material e mão de obra fornecidos pela empresa contratada (item 4.1 – Anexo IV).



4.5. Subprefeitura Capela do Socorro (Contrato nº 007/SPCS/2015)

4.5.1. Controles

- a) Diante do não recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato, houve infringência ao parágrafo único do art. 3º da Resolução CONFEA nº 1025, de 30.10.2009 (**item 2.1 – Anexo V**);
- b) O termo de abertura do Livro de Ordem não contém a assinatura do responsável da subprefeitura no campo “contratante” e a folha do Livro de Ordem destinada às anotações de desenvolvimento do serviço não contém informações suficientes e detalhadas sobre o andamento dos serviços e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º, § 1º, inciso IV do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP (**item 2.2 – Anexo V**);
- c) Não foram preenchidos todos os campos das fichas diárias de produção, em desacordo com o item 7.1 da Ata de RP nº 34/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.3 – Anexo V**);
- d) A mídia eletrônica entregue não apresenta os dados de rastreamento de todos os veículos, em desacordo com o disposto no item 7.1 da Ata de RP nº 34/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.4 – Anexo V**);
- e) O Saffor não está sendo adequadamente preenchido com as informações previstas no sistema, resultando em infringência à Portaria SMSP nº 04/2010 (**item 2.5 – Anexo V**);
- f) O registro fotográfico constante dos relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão não contém as três fotografias obrigatórias (inicial, após preparação e final) de todos os serviços executados, em desacordo com o item 4.17 do Anexo I e com os itens I, II-b e III do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.6 – Anexo V**);
- g) Inexiste monitoramento e rastreamento dos veículos tipo Kombi, em desacordo com a cláusula 3.9 do contrato, com o item II-a do Anexo XXI do



Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, com o item 1 da Portaria SMSP nº 41/09 e com o art. 1º da Lei Municipal nº 15.718/2013 (**item 2.7 – Anexo V**);

h) O Contrato nº 007/SPCS/2015 não se pautou na minuta de contrato constante do edital, desatendendo a disposição do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/1993 (**item 2.8 – Anexo V**).

4.5.2. Realização dos serviços

a) O caminhão de placa ERA-1006 não possui placas em ambos os lados com os dizeres “A *SERVIÇO DA P.M.S.P. – CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTOS – TAPA BURACOS*”, em desacordo com o item 2.3.7 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (**item 3.1 – Anexo V**);

b) Devido à falta de preparo e limpeza adequados previamente à aplicação da pintura de ligação houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, comprometendo a qualidade e a durabilidade do serviço executado e ocasionando prejuízo à municipalidade (**item 3.2 – Anexo V**);

c) A aplicação indevida de concreto asfáltico sobre sarjeta, através da utilização de equipamentos, mão de obra e materiais inadequados, compromete a qualidade e a durabilidade do serviço e representa desvirtuamento do objeto contratado (**item 3.3 – Anexo V**);

d) A realização de serviço incompatível com o objeto contratado, através da realização de uma única intervenção em área de 100 m² utilizando aproximadamente 16 t de concreto asfáltico, com materiais, mão de obra e equipamentos inadequados, comprometeu a qualidade e a durabilidade do serviço executado no dia 29.09.2015 na Rua Alziro Pinheiro Magalhães nº 1117 (**item 3.4 – Anexo V**).

4.5.3. Qualidade do concreto asfáltico

a) A Subprefeitura Capela do Socorro aceitou e remunerou serviços com



qualidade inaceitável (grau de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras), em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do edital e 7.16.3 da minuta do contrato, ocasionando prejuízo à municipalidade face ao desperdício do concreto asfáltico e à remuneração indevida por sua aplicação. De acordo com o item 5.3.3 do Anexo I do edital, o serviço deve ser feito com material e mão de obra fornecidos pela empresa contratada (**item 4.1 – Anexo V**).

4.6. Subprefeitura Campo Limpo (Contrato nº 001/SPCL/LC/2015)

4.6.1. Controles

- a) Diante do não recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato, houve infringência ao parágrafo único do art. 3º da Resolução CONFEA nº 1025, de 30.10.2009 (**item 2.1 – Anexo VI**);
- b) O termo de abertura do Livro de Ordem não contém identificação no campo “responsável técnico” e as folhas do Livro de Ordem destinadas às anotações de desenvolvimento do serviço não contém informações suficientes e detalhadas sobre o andamento dos serviços e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º, § 1º, inciso IV do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP (**item 2.2 – Anexo VI**);
- c) Não foram preenchidos todos os campos das fichas diárias de produção, em desacordo com o item 7.1 da Ata de RP nº 35/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.3 – Anexo VI**);
- d) A mídia eletrônica entregue não apresenta os dados de rastreamento dos veículos, em desacordo com o disposto no item 7.1 da Ata de RP nº 35/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.4 – Anexo VI**);
- e) O Saffor não está sendo adequadamente preenchido com as informações previstas no sistema, resultando em infringência à Portaria SMSP nº 04/2010 (**item 2.5 – Anexo VI**);



- f) O registro fotográfico constante dos relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão não contém as três fotografias obrigatórias (inicial, após preparação e final) de todos os serviços executados, em desacordo com o item 4.17 do Anexo I e com os itens I, II-b e III do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.6 – Anexo VI**);
- g) Inexiste monitoramento e rastreamento dos veículos tipo Kombi, em desacordo com a cláusula 3.9 do contrato, com o item II-a do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, com o item 1 da Portaria SMSP nº 41/09 e com o art. 1º da Lei Municipal nº 15.718/2013 (**item 2.7 – Anexo VI**);
- h) A subprefeitura não exige ensaios de controle tecnológico para verificação da qualidade do serviço executado, em desacordo com o item 5.1 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.8 – Anexo VI**);
- i) O Contrato nº 001/SPCL/LC/2015 não se pautou na minuta de contrato constante do edital, desatendendo a disposição do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/1993 (**item 2.9 – Anexo VI**).

4.6.2. Realização dos serviços

- a) Os caminhões de placas EBC-1220 e EQT-6439 não possuem adesivo ou pintura com um número de telefone para eventuais reclamações e o caminhão de placa EBC-1220 não possui placas em ambos os lados com os dizeres “A SERVIÇO DA P.M.S.P. – CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTOS – TAPA BURACOS”, em desacordo com a cláusula 9.15 do contrato, o item 13 da Ata de Registro de Preços e os itens 2.3.6 e 2.3.7 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (**item 3.1 – Anexo VI**);
- b) Durante a vistoria realizada no dia 01.10.2015 na Rua Prudêncio do Amaral nº40 e na Rua Domingos Sequeira nº 129 foi constatado que os serviços de tapa-buracos foram executados pela empresa contratada sem qualquer acompanhamento concomitante de técnico responsável pela subprefeitura (**item 3.2 – Anexo VI**);



- c) Devido à falta de realização de requadramento de todos os buracos antes da aplicação do concreto asfáltico houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, comprometendo a qualidade e a durabilidade do serviço e ocasionando prejuízo à municipalidade (**item 3.3 – Anexo VI**);
- d) A aplicação indevida de concreto asfáltico sobre sarjeta, através da utilização de equipamentos, mão de obra e materiais inadequados, compromete a qualidade e a durabilidade do serviço e representa desvirtuamento do objeto contratado (**item 3.4 – Anexo VI**);
- e) A realização de serviço incompatível com o objeto contratado, através da pavimentação de uma viela sem saída de área de 50 m², utilizando aproximadamente 8 t de concreto asfáltico, com materiais, mão de obra e equipamentos inadequados, comprometeu a qualidade e a durabilidade do serviço executado no dia 01.10.2015 na Rua Prudêncio do Amaral nº40 (**item 3.5 – Anexo VI**).

4.6.3. Qualidade do concreto asfáltico

- a) A Subprefeitura Campo Limpo aceitou e remunerou serviços com qualidade inaceitável (grau de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras), em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do edital e 7.16.3 da minuta do contrato, ocasionando prejuízo à municipalidade face ao desperdício do concreto asfáltico e à remuneração indevida por sua aplicação. De acordo com o item 5.3.3 do Anexo I do edital, o serviço deve ser feito com material e mão de obra fornecidos pela empresa contratada (**item 4.1 – Anexo VI**).

4.7. Subprefeitura Freguesia do Ó / Brasilândia (Contrato nº 01/SP-FB/2015)

4.7.1. Controles

- a) Diante do não recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato, houve infringência ao parágrafo único do art. 3º da Resolução CONFEA



nº 1025, de 30.10.2009 (**item 2.1 – Anexo VII**);

- b) O termo de abertura do Livro de Ordem não está datado e a folha do Livro de Ordem destinada às anotações de desenvolvimento do serviço não contém informações suficientes e detalhadas sobre o andamento dos serviços e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º, § 1º, inciso IV do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP (**item 2.2 – Anexo VII**);
- c) Os Relatórios Diários de Produção não atendem as disposições do item 7.1 da Ata de RP nº 35/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.3 – Anexo VII**);
- d) A mídia eletrônica entregue não apresenta os dados de rastreamento dos veículos, em desacordo com o disposto no item 7.1 da Ata de RP nº 35/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.4 – Anexo VII**);
- e) O Saffor não está sendo adequadamente preenchido com as informações previstas no sistema, resultando em infringência à Portaria SMSP nº 04/2010 (**item 2.5 – Anexo VII**);
- f) O registro fotográfico constante dos relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão não contém as três fotografias obrigatórias (inicial, após preparação e final) de todos os serviços executados, em desacordo com o item 4.17 do Anexo I e com os itens I, II-b e III do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.6 – Anexo VII**);
- g) Inexiste monitoramento e rastreamento dos veículos tipo Kombi, em desacordo com a cláusula 3.9 do contrato, com o item II-a do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, com o item 1 da Portaria SMSP nº 41/09 e com o art. 1º da Lei Municipal nº 15.718/2013 (**item 2.7 – Anexo VII**);
- h) A subprefeitura não exige ensaios de controle tecnológico para verificação da qualidade do serviço executado, em desacordo com o item 5.1 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.8 – Anexo VII**);



- i) O Contrato nº 01/SPFB/2015 não se pautou na minuta de contrato constante do edital, desatendendo a disposição do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/1993 (item 2.9 – Anexo VII).

4.7.2. Realização dos serviços

- a) Devido à falta de realização de requadramento do buraco antes da aplicação do concreto asfáltico em 92% dos serviços executados houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, comprometendo a qualidade e a durabilidade dos serviços e ocasionando prejuízo à municipalidade (item 3.1 – Anexo VII);
- b) A aplicação indevida de concreto asfáltico sobre sarjeta, através da utilização de equipamentos, mão de obra e materiais inadequados, compromete a qualidade e a durabilidade do serviço e representa desvirtuamento do objeto contratado (item 3.2 – Anexo VII).

4.7.3. Qualidade do concreto asfáltico

- a) A Subprefeitura Freguesia do Ó / Brasilândia não aplicou o redutor de pagamento no montante de 10% do valor da medição, obrigatório quando o grau de compactação for inferior a 98% e superior a 97% (inclusive) em mais de 5% das amostras ensaiadas, em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do edital e 7.16.2 do contrato, ocasionando prejuízo ao erário no montante de R\$ 19.225,25 (item 4.1 – Anexo VII).

4.8. Subprefeitura Ipiranga (Contrato nº 003/SP-IP/2015)

4.8.1. Controles

- a) Diante do não recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato, houve infringência ao parágrafo único do art. 3º da Resolução CONFEA nº 1025, de 30.10.2009 (item 2.1 – Anexo VIII);
- b) O termo de abertura do Livro de Ordem não contém identificação no campo “responsável técnico” e as folhas do Livro de Ordem destinadas às anotações



de desenvolvimento do serviço não contêm informações suficientes e detalhadas sobre o andamento dos serviços e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º, § 1º, inciso IV do Ato Normativo nº 06/12 do CREA-SP (**item 2.2 – Anexo VIII**);

c) O modelo de ficha diária de produção utilizado não atende o item 7.1 da Ata de RP nº 36/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.3 – Anexo VIII**);

d) A mídia eletrônica entregue não apresenta os dados de rastreamento de todos os veículos, em desacordo com o disposto no item 7.1 da Ata de RP nº 36/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.4 – Anexo VIII**);

e) O Saffor não está sendo adequadamente preenchido com as informações previstas no sistema, resultando em infringência à Portaria SMSP nº 04/2010 (**item 2.5 – Anexo VIII**);

f) O registro fotográfico constante dos relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão não contém as três fotografias obrigatórias (inicial, após preparação e final) de todos os serviços executados, em desacordo com o item 4.17 do Anexo I e com os itens I, II-b e III do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (**item 2.6 – Anexo VIII**);

g) Inexiste monitoramento e rastreamento dos veículos tipo Kombi, em desacordo com a cláusula 3.9 do contrato, com o item II-a do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, com o item 1 da Portaria SMSP nº 41/09 e com o art. 1º da Lei Municipal nº 15.718/2013 (**item 2.7 – Anexo VIII**);

h) O Contrato nº 003/SP-IP/2015 não se pautou na minuta de contrato constante do edital, desatendendo a disposição do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/1993 (**item 2.8 – Anexo VIII**).

4.8.2. Realização dos serviços

a) O caminhão de placa DTB-7909 não possui adesivo ou pintura com um número de telefone para eventuais reclamações, em desacordo com a



cláusula 9.15 do contrato e com o item 2.3.6 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 (**item 3.1 – Anexo VIII**);

- b) Durante as vistorias realizadas nos dias 13 e 15.10.2015 na Rua Alencar Araripe nº 1430 e na Rua Abagiba nº 560 / 565 / 583 foi constatado que os serviços de tapa-buracos foram executados pela empresa contratada sem qualquer acompanhamento concomitante de técnico responsável pela subprefeitura (**item 3.2 – Anexo VIII**);
- c) Devido à ausência de termômetro houve infringência ao item 4.3 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, não restando comprovada a adequada temperatura do concreto asfáltico durante a sua aplicação (**item 3.3 – Anexo VIII**);
- d) A aplicação indevida de concreto asfáltico sobre sarjeta, através da utilização de equipamentos, mão de obra e materiais inadequados, compromete a qualidade e a durabilidade do serviço e representa desvirtuamento do objeto contratado (**item 3.4 – Anexo VIII**).

4.8.3. Qualidade do concreto asfáltico

- a) A Subprefeitura Ipiranga aceitou e remunerou serviços com qualidade inaceitável (grau de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras), em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do edital e 7.16.3 da minuta do contrato, ocasionando prejuízo à municipalidade face ao desperdício do concreto asfáltico e à remuneração indevida por sua aplicação. De acordo com o item 5.3.3 do Anexo I do edital, o serviço deve ser feito com material e mão de obra fornecidos pela empresa contratada (**item 4.1 – Anexo VIII**).

4.9. Superintendência das Usinas de Asfalto (SPUA)

4.9.1. Qualidade do concreto asfáltico

- a) O concreto asfáltico produzido pela Superintendência das Usinas de Asfalto (SPUA) não atende o projeto e a Instrução de Execução IE 03/2009, visto que



80% das amostras ensaiadas possui teor de betume em desacordo com os parâmetros aceitáveis. Ademais, a falta de homogeneidade do material produzido demonstra deficiência no processo produtivo, que compromete a qualidade e a durabilidade do concreto asfáltico utilizado nos serviços de tapa-buracos (item 3.4.3.a);

- b) O concreto asfáltico produzido pela Superintendência das Usinas de Asfalto (SPUA) não atende o projeto e a Instrução de Execução IE 03/2009, visto que 80% das amostras ensaiadas possui granulometria em desacordo com o projeto e 97% das amostras ensaiadas possui granulometria em desacordo com a Faixa IV. Ademais, a falta de homogeneidade do material produzido demonstra deficiência no processo produtivo, que compromete a qualidade e a durabilidade do concreto asfáltico utilizado nos serviços de tapa-buracos (item 3.4.3.b).

Em 29.02.2016

EDUARDO SILVEIRA CARVALHO
Agente de Fiscalização

MAURICIO KAZUHIRO SATO
Agente de Fiscalização

LUIZ FERNANDO MESSIAS RAMOS
Supervisor de Equipes de Fiscalização 6



Excelentíssimo Senhor

Conselheiro Relator

Cuida o presente de Auditoria Extraplano, com o objetivo de verificar a execução dos serviços de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos” realizados através de contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, conforme deliberação do E. Plenário, na Sessão Ordinária nº 2.736ª, fls. 03/08.

A Coordenadoria III da Subsecretaria de Fiscalização e Controle realizou diversos trabalhos de fiscalização dos serviços de tapa buracos no período de 2010 a 2014, apontando irregularidades nos procedimentos de execução dos serviços que comprometiam sua qualidade e durabilidade, conforme resumido no relatório de fls. 13/169.

Atendendo determinações constantes dos Memorandos GAB-DD nº 58/2015, GAB-DD nº 163/2015, C-III nº 038/15 e C-III nº 069/15, fls. 175/181, foram realizadas fiscalizações em oito subprefeituras, sendo quatro na região central do município e quatro na região periférica, com acompanhamento *in loco* da execução dos serviços de tapa buracos e realização de ensaios de controle tecnológico para análise da qualidade do material e de sua aplicação, com extração de 30 testemunhos nas oito subprefeituras.

Com base nas análises dos processos administrativos, dos elementos técnicos existentes, nas vistorias realizadas *in loco* e nos resultados dos ensaios de controle tecnológico foi elaborado o relatório de fls. 2.079 a 2.114, acompanhado do Anexo A – Análises e Conclusões sobre os Ensaios de Controle Tecnológico dos Serviços de Pavimentação Asfáltica – Tapa Buraco (fls. 1.882 a 1.887), e dos Anexos I a VIII (fls. 1.888 a 2.0771) cujas conclusões, sintetizadas no **item 4 – Conclusão** (fls. 2.096 a 2.114), acompanhamos.



Regina L. M. Lima
Aux. Técnica de Redação

Ante o exposto, submetemos os autos à superior apreciação e deliberação de Vossa Excelência.

Em 07/03/2016.


RONALDO DE AMORIM CHAVES
Coordenador Chefe – C.III



SEGUI(M) 1 juntada(s) nesta data 03 84 papel p/ informação rubricado sob n° 2119 - 2119
em 04/04/16 (a) 84 documento

EDLÉA CHRISTIANO GIANNOTTI
Gab. D.D.



À

Unidade Técnica de Ofícios

1- O relatório de Auditoria Extraplano produzido pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte, que examinou, por amostragem, a execução dos serviços de conservação de pavimentos viários “tapa buracos”, realizados por meio dos contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços resultantes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, revela a ocorrência de sérias falhas no cumprimento dos ajustes pelas contratadas, além de deficiências nos controles por parte da fiscalização, com evidentes reflexos no dispêndio de recursos públicos, exigindo a premente adoção de medidas corretivas.

2 - Destaque-se, no bojo da Auditoria realizada, os ensaios tecnológicos realizados por este Tribunal, apontando casos inaceitáveis de inconformidades no que diz respeito à qualidade da massa asfáltica produzida pela Superintendência das Usinas de Asfalto – SPUA, bem como na sua aplicação pelas empresas contratadas.

3 - Diante desse quadro, **DETERMINO**, preliminarmente, a remessa de ofício ao Senhor Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras, para que tome ciência dos fatos e adote as providências de sua competência, necessárias à melhoria da qualidade de tais serviços.

4 - Após, remetam-se os autos à Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo, determinando sejam intimados os dirigentes a seguir indicados, para ciência e promoção das necessárias providências no âmbito dos serviços de sua área de atuação:

- Superintendente da Superintendência das Usinas de Asfalto – SPUA;
- Subprefeito da Subprefeitura da Casa Verde – SP/CV;
- Subprefeito da Subprefeitura de Itaquera – SP/IQ;
- Subprefeito da Subprefeitura da Penha – SP/PE;
- Subprefeito da Subprefeitura da Vila Maria/Vila Guilherme – SP/MG;



- Subprefeito da Subprefeitura da Capela do Socorro – SP/CS;
- Subprefeito da Subprefeitura de Campo Limpo – SP/CL;
- Subprefeito da Subprefeitura da Freguesia/Brasilândia – SP/FB;
- Subprefeita da Subprefeitura do Ipiranga – SP/IP.

5 - Ressalto ser imperioso o atendimento das prescrições previstas nas respectivas Atas de Registro de Preços e contratos e, nesse sentido, não podem os servidores responsáveis, sob risco de futura responsabilização, aceitar medições que não contemplem, integralmente, a documentação especificada no item 7.1, além disso, devem atuar no sentido de:

5.1 – aperfeiçoar o preenchimento das fichas diárias de produção, de modo a que contenham todos os dados necessários;

5.2 - exigir a manutenção do Livro de Ordem, nos termos previstos no item 9.2.11 das Atas, em conformidade com o previsto na Resolução 1024 Do CONFEA;

5.3 – exigir que os cartões de memória ou outras mídias eletrônicas compatíveis apresentadas pela contratada contenham, necessariamente, os dados de rastreamento dos veículos;

5.4 - alimentar de forma correta o Sistema de Acompanhamento Físico e Financeiro – SAFFOR, dada a relevância desse sistema para histórico dos serviços, a composição de indicadores das atividades e o planejamento das atividades de Zeladoria da cidade;

5.5 – exigir que a contratada apresente relatório fotográfico (foto antes, durante e após a execução de cada serviço;

5.6 - exigir a cumprimento do estabelecido na cláusula 3.9 do contrato, que prevê o monitoramento e rastreamento dos veículos tipo Kombi;

5.7 - exigir a apresentação de ensaios de controle tecnológico dos serviços executados (item 5.1 do Anexo I do edital e 7.16 do contrato)

6 – Registro, no tocante à execução dos serviços, que a Ata de Registro de Preços contém regras específicas no que diz respeito ao desempenho das contratadas (item 7.10 da Ata) estabelecendo, no caso de constatação de não atingimento da



EDUARDO CARVALHO
VÂNIA CRUZ REGE
CAB. PPA

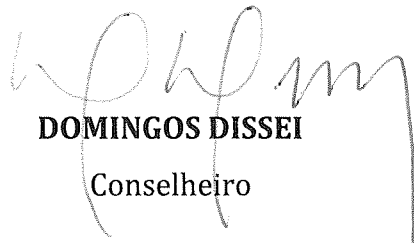
compactação adequada da massa asfáltica, a aplicação de um redutor incidente sobre a medição mensal e, em situações mais graves, o refazimento dos serviços, com material e mão de obra fornecidos pela contratada, sem ônus para a PMSP.

7 - Demais disso, devem as Unidades atentar para o fato que as Atas e os contratos contemplam a previsão de penalidades a serem aplicadas às contratadas no caso de descumprimento das regras estabelecidas, fornecendo às Unidades, portanto, meios para que possam exigir serviços de qualidade.

8 - Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para que a SMSP e os responsáveis pelas Unidades auditadas, indicadas no item 4, ofereçam esclarecimentos e justificativas quanto ao apurado, informando as providências adotadas.

9 - O ofício e as intimações deverão ser acompanhadas de cópias como segue: SMSP, fls. 2079/2114 e fls. 1882/1887; SPUA, fls. 2079/2114 e fls. 1882/1887; SP/CV, fls. 2079/2114 e fls. 1882/1887 e fls. 1888/1906; SP/IQ, fls. 2079/2114 e fls. 1882/1887 e fls. 1907/1932; SP/PE, fls. 2079/2114 e fls. 1882/1887 e fls. 1933/1957; SP/MG, fls. 2079/2114 e fls. 1882/1887 e fls. 1958/1978; SP/CS, fls. 2079/2114 e fls. 1882/1887 e fls. 1979/2001; SP/CL, fls. 2079/2114 e fls. 1882/1887 e fls. 2002/2030; SP/FB, fls. 2079/2114 e fls. 1882/1887 e fls. 2031/2052 e SP/IP, fls. 2079/2114 e fls. 1882/1887 e fls. 2053/2077.

São Paulo, 1 de abril de 2016


DOMINGOS DISSEI

Conselheiro


ACDO/SMAS

1.º de Maio de 2016

SEGUE luntada desta data (assinatura) publicado sob n.º 2120
Em 13/04/16 (d)

PATRICIA BOA
AGPP



[Handwritten signature]

[Handwritten stamp: PATRI... ADPF]

À

Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo
Senhora Supervisora

Encaminho o presente a Vossa Senhoria, para prosseguimento, conforme determinação à fls. 2117 a 2119, ressaltando que se encontra pendente de junção aos autos a via protocolada do Ofício SSG-GAB nº 8946/2016, endereçado ao Senhor Luiz Antonio de Medeiros, Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras.

São Paulo, 13 de abril de 2016

[Handwritten signature]
Walkíria M. G. Fogaça
Unidade Técnica de Ofícios
Supervisor(a)



21/21/2122 R.

ASSINADO
ASSINADO



À(o)

Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo
Senhor(a) Supervisor(a)

Fl. nº	2121
Proc. nº	1234-1421
FERNANDO C. J. DA SILVA Auxiliar de Serviços Administrativos	

Encaminho a Vossa Senhoria, cópia protocolada do
Ofício SSG-GAB nº 8946/2016 para ser juntado no TC nº 72.001.274.14-21.

São Paulo, 26 de abril de 2016


Walkíria M. G. Fogaça
Unidade Técnica de Ofícios
Supervisor(a)



TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001

Gabinete da Presidência

TID 1495 8690

Fl. nº 2122
Proc. nº 12341421
FERNANDO J. DE A. COSTA
Assessor

Ofício SSG-GAB nº 8946/2016

Processo TC nº 72.001.274.14-21

Assunto: Tribunal de Contas do Município de São Paulo – Destaque – O.S. nº 2015.08542.1 – Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 – Realização de Auditoria Extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da Cidade, referente aos serviços de tapaburacos

(Pede-se o uso destas referências)

Documentação acompanhante: cópia de fls. 1.882 a 1.887, 2.079 a 2.114, 2.117 a 2.119 do processo TC supra (as cópias encaminhadas não deverão retornar ao TCM)

São Paulo, 11 de abril de 2016.

Senhor Secretário

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar a reprodução do r. despacho do Excelentíssimo Senhor **Conselheiro Relator Domingos Dissei**, bem como cópia do Relatório elaborado pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte, objetivando que essa Secretaria, no **prazo de 30 (trinta) dias**, apresente esclarecimentos e justificativas em face do apontado.

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ROBERTO BRAGUIM

Presidente

Ao

Excelentíssimo Senhor

Luiz Antonio de Medeiros

Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras

R. Líbero Badaró, 425 - 31º, 35º, 36º e 37º andares

Centro

45
Cópia(s) —
Carimbo/nome e assinatura:

SMSP/Gabinete

19 ABR 2016

Protocolo

JOSÉ ROBERTO MANOEL
Auxiliar de Serviço Administrativo

SEGUE juntada nesta data papel p/ informação fabricado sob nº 2123
Em 28 / 04 / 2016 (a) documento

JOSÉ ROBERTO MANOEL
Auxiliar de Serviço Administrativo



Intimação nº : 661/2016
Processo TC nº : 72.001.274.14-21
Interessado : Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Assunto : Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos

(Pede-se o uso destas referências)

De ordem do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **DOMINGOS DISSEI**, em despacho exarado às fls. 2117 a 2119 do processo em referência, pela presente fica V. Sa. intimada, na qualidade de Subprefeita Ipiranga, para conhecer do relatório de Auditoria Extraplano produzido pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte para ciência dos fatos e apresentar defesa, se assim o desejar, conforme cópias reprográficas que acompanham a presente (fls. 1882 a 1887, 2053 a 2077, 2079 a 2114), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da juntada desta aos autos, nos termos do disposto na Lei Municipal nº 9.167/80 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município) e no artigo 118, inciso I, c.c. o artigo 119, § 2º, ambos do Regimento Interno desta Corte, assegurada a ampla defesa prevista no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Os autos encontram-se na **Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo** deste Tribunal, estando autorizada vista das **8h às 12h** e das **13h30min às 17h**.

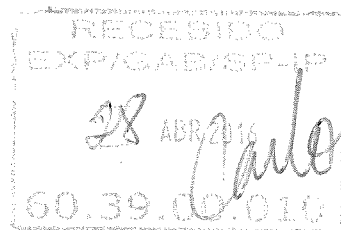
Comunico que a documentação que acompanha esta intimação **não deverá ser devolvida** a este Tribunal.

São Paulo, 26 ABR 2016


Roseli de Moraes Chaves
Subsecretária-Geral


EDNA DIVA MIANI SANTOS
SUBPREFEITA DO IPIRANGA
RF 390.746.5

Senhora
EDNA DIVA MIANI SANTOS
Subprefeita Ipiranga



/sc

CERTIFICO que, nesta data foi procedida a
notificação/intimação do interessado(a), em
cumprimento ao r. despacho de fls.

Cartório 28 / 04 / 2016

JOSE ROBERTO MANOEL
Auxiliar de Serviço Administrativo

SEQUE, juntada em fl. 20, original rubricado sob fl. Nº 2124
Em 05/05/16 (m)

RAILSON DO CARNEIRO DOS SANTOS
Auxiliar de Serviço Operacional



2124
1274.14.21

Intimação nº : 653/2016
Processo TC nº : 72.001.274.14-21
Interessado : Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Assunto : Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos

(Pede-se o uso destas referências)

De ordem do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **DOMINGOS DISSEI**, em despacho exarado às fls. 2117 a 2119 do processo em referência, pela presente fica V. Sa. intimada, na qualidade de Superintendente das Usinas de Asfalto - SPUA, para conhecer do relatório de Auditoria Extraplano produzido pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte para ciência dos fatos e apresentar defesa, se assim o desejar, conforme cópias reprográficas que acompanham a presente (fls. 1882 a 1887, 2079 a 2114), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da juntada desta aos autos, nos termos do disposto na Lei Municipal nº 9.167/80 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município) e no artigo 118, inciso I, c.c. o artigo 119, § 2º, ambos do Regimento Interno desta Corte, assegurada a ampla defesa prevista no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Os autos encontram-se na **Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo** deste Tribunal, estando autorizada vista das 8h às 12h e das 13h30min às 17h.

Comunico que a documentação que acompanha esta intimação **não deverá ser devolvida** a este Tribunal.

São Paulo, 26 ABR 2016


Roseli de Moraes Chaves
Subsecretária-Geral

Senhora
ADRIANA SIANO BOGGIO BIAZZI
Superintendente das Usinas de Asfalto

Recebido 05/05/16

Adriana Siano B. Biazzi
Superint. das Usinas de Asfalto
SMSP-SPUAGAB

/sc

CERTIFICO que, nesta data foi procedida à Notificação/Intimação do interessado(a), em cumprimento ao despacho de nº

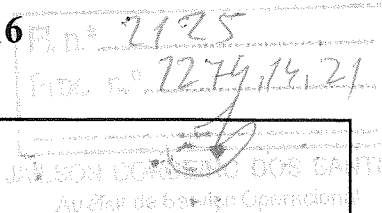
Cartório 05/05/2016.

FAIXA DE CORREIO DOS SANTOS
Anúncio de Serviços Operacionais

SEQUE... rubricado sob fl. Nº 2125 A
06.05.16 (a) 2126

RAILSON CORREIA DOS SANTOS
Auxiliar de Serviço Operacional

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.



Intimação nº : 655/2016
Processo TC nº : 72.001.274.14-21
Interessado : Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Assunto : Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos

(Pede-se o uso destas referências)

De ordem do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **DOMINGOS DISSEI**, em despacho exarado às fls. 2117 a 2119 do processo em referência, pela presente fica V. Sa. intimado, na qualidade de Subprefeito Itaquera, para conhecer do relatório de Auditoria Extraplano produzido pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte para ciência dos fatos e apresentar defesa, se assim o desejar, conforme cópias reprográficas que acompanham a presente (fls. 1882 a 1887, 1907 a 1932, 2079 a 2114), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da juntada desta aos autos, nos termos do disposto na Lei Municipal nº 9.167/80 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município) e no artigo 118, inciso I, c.c. o artigo 119, § 2º, ambos do Regimento Interno desta Corte, assegurada a ampla defesa prevista no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Os autos encontram-se na **Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo** deste Tribunal, estando autorizada vista das 8h às 12h e das 13h30min às 17h.

Comunico que a documentação que acompanha esta intimação não deverá ser devolvida a este Tribunal.

São Paulo, 26 ABR 2016


Roseli de Moraes Chaves
Subsecretária-Geral


6/5/16
MAURÍCIO LUIS MARTINS
Subprefeito de Itaquera
SP-IQ

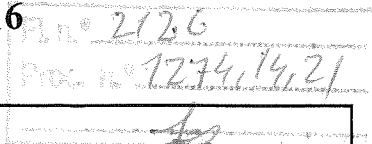
Senhor
MAURICIO LUIS MARTINS
Subprefeito Itaquera

/sc

CERTIFICO que, nesta data foi procedida à
Notificação/intimação do interessado(a), em
cumprimento ao despacho de fls

Cartório 06.10512016.

AILSON CORREIRO DOS SANTOS
Auxiliar de Serviço Operacional



JALSON CORDEIRO DOS SANTOS
Altor de Serviço Operacional

Intimação nº : 656/2016
Processo TC nº : 72.001.274.14-21
Interessado : Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Assunto : Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos

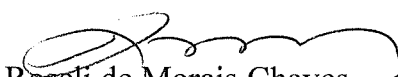
(Pede-se o uso destas referências)

De ordem do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **DOMINGOS DISSEI**, em despacho exarado às fls. 2117 a 2119 do processo em referência, pela presente fica V. Sa. intimado, na qualidade de Subprefeito Penha, para conhecer do relatório de Auditoria Extraplano produzido pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte para ciência dos fatos e apresentar defesa, se assim o desejar, conforme cópias reprográficas que acompanham a presente (fls. 1882 a 1887, 1933 a 1957, 2079 a 2114), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da juntada desta aos autos, nos termos do disposto na Lei Municipal nº 9.167/80 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município) e no artigo 118, inciso I, c.c. o artigo 119, § 2º, ambos do Regimento Interno desta Corte, assegurada a ampla defesa prevista no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Os autos encontram-se na **Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo** deste Tribunal, estando autorizada vista das **8h às 12h** e das **13h30min às 17h**.

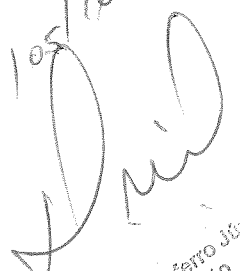
Comunico que a documentação que acompanha esta intimação **não deverá ser devolvida** a este Tribunal.

São Paulo, 26 ABR 2016


Roseli de Moraes Chaves
Subsecretária-Geral

Senhor
PEDRO GUASTAFERRO JUNIOR —
Subprefeito Penha

/sc

Recebido nesta data
06/05/16

Pedro Guastaferrro Júnior
Subprefeito
SP-PE

CERTIFICO que, nesta data foi procedida à
Notificação/Intimação do interessado(a) em
cumprimento ao r. despacho de fls.

Datado: 06.05.2016.

WILSON CORDEIRO DOS SANTOS
Auxiliar de Serviços Operacionais

09.05.16

01072016





INTIMAÇÃO Nº 658/2016

2127
1274.14.21

Intimação nº : **658/2016**
Processo TC nº : 72.001.274.14-21
Interessado : Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Assunto : Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos

(Pede-se o uso destas referências)

De ordem do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **DOMINGOS DISSEI**, em despacho exarado às fls. 2117 a 2119 do processo em referência, pela presente fica V. Sa. intimado, na qualidade de Subprefeito Capela Socorro, para conhecer do relatório de Auditoria Extraplano produzido pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte para ciência dos fatos e apresentar defesa, se assim o desejar, conforme cópias reprográficas que acompanham a presente (fls. 1882 a 1887, 1979 a 2001, 2079 a 2114), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da juntada desta aos autos, nos termos do disposto na Lei Municipal nº 9.167/80 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município) e no artigo 118, inciso I, c.c. o artigo 119, § 2º, ambos do Regimento Interno desta Corte, assegurada a ampla defesa prevista no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Os autos encontram-se na **Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo** deste Tribunal, estando autorizada vista das **8h às 12h** e das **13h30min às 17h**.

Comunico que a documentação que acompanha esta intimação **não deverá ser devolvida** a este Tribunal.

26 ABR 2016
São Paulo,


Roseli de Moraes Chaves
Subsecretária-Geral

Senhor
ANTONIO DIAS BARROSO
Subprefeito Capela do Socorro

/sc

W. 1000/1000 (1000/1000) (1000/1000)
Matthias (1000/1000) (1000/1000)
in (1000/1000) (1000/1000)

09.05.16

A handwritten signature, possibly reading 'E. 1000/1000', enclosed in a circular stamp.



9138
1.274.14.21

Intimação nº : 659/2016
Processo TC nº : 72.001.274.14-21
Interessado : Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Assunto : Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos

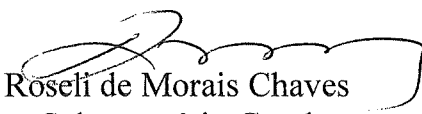
(Pede-se o uso destas referências)

De ordem do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **DOMINGOS DISSEI**, em despacho exarado às fls. 2117 a 2119 do processo em referência, pela presente fica V. Sa. intimado, na qualidade de Subprefeito Campo Limpo, para conhecer do relatório de Auditoria Extraplano produzido pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte para ciência dos fatos e apresentar defesa, se assim o desejar, conforme cópias reprográficas que acompanham a presente (fls. 1882 a 1887, 2002 a 2030, 2079 a 2114), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da juntada desta aos autos, nos termos do disposto na Lei Municipal nº 9.167/80 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município) e no artigo 118, inciso I, c.c. o artigo 119, § 2º, ambos do Regimento Interno desta Corte, assegurada a ampla defesa prevista no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Os autos encontram-se na **Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo** deste Tribunal, estando autorizada vista das 8h às 12h e das 13h30min às 17h.

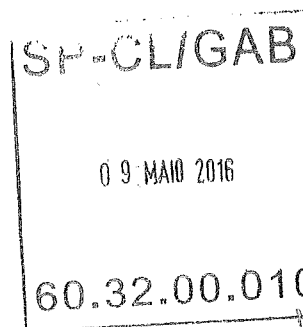
Comunico que a documentação que acompanha esta intimação não deverá ser devolvida a este Tribunal.

São Paulo, 26 ABR 2016


Roseli de Moraes Chaves
Subsecretária-Geral

Senhor
ANTONIO CARLOS GANEM
Subprefeito Campo Limpo

/sc



Miriam T. Caolin
A.G.P.P.
SP-CL/GABIEXP

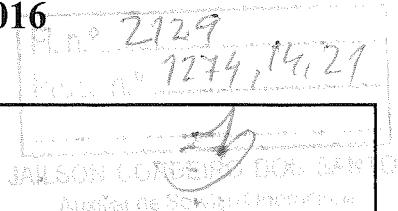
...PROTEÇÃO que, mais adiante, procedido
à identificação/identificação de ... (a)
no cumprimento do ...

09.05.16



SEQUE, ...
Em 09/05/16 ...
... rubricado sob n.º 2129 A
2130

JAILSON ROCHA DOS SANTOS
Auxiliar de ... Operacional



Intimação nº : 657/2016
Processo TC nº : 72.001.274.14-21
Interessado : Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Assunto : Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos

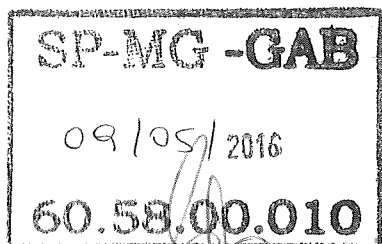
(Pede-se o uso destas referências)

De ordem do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **DOMINGOS DISSEI**, em despacho exarado às fls. 2117 a 2119 do processo em referência, pela presente fica V. Sa. intimado, na qualidade de Subprefeito Vila Maria/Vila Guilherme, para conhecer do relatório de Auditoria Extraplano produzido pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte para ciência dos fatos e apresentar defesa, se assim o desejar, conforme cópias reprográficas que acompanham a presente (fls. 1882 a 1887, 1958 a 1978, 2079 a 2114), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da juntada desta aos autos, nos termos do disposto na Lei Municipal nº 9.167/80 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município) e no artigo 118, inciso I, c.c. o artigo 119, § 2º, ambos do Regimento Interno desta Corte, assegurada a ampla defesa prevista no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Os autos encontram-se na **Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo** deste Tribunal, estando autorizada vista das 8h às 12h e das 13h30min às 17h.

Comunico que a documentação que acompanha esta intimação não deverá ser devolvida a este Tribunal.

São Paulo, 26 ABR 2016



ELIZABETH TAVARES
CHEFE DE GABINETE
SP-MG

Roseli de Moraes Chaves
Subsecretária-Geral

Senhor
GILBERTO ROSSI
Subprefeito Vila Maria/Vila Guilherme

/sc

CERTIFICO que, nesta data foi procedida a
Notificação/Intimação do interessado(a), em
cumprimento ao r. despacho de fls

Partido 0910512016.

WILSON CONCEIÇÃO DOS SANTOS
Auxiliar de Serviço Químico



2130
Proc. nº 1274.14-21
JALSON CORDEIRO DOS SANTOS
Auxiliar de Serviço Operacional

Intimação nº : 660/2016
Processo TC nº : 72.001.274.14-21
Interessado : Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Assunto : Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos

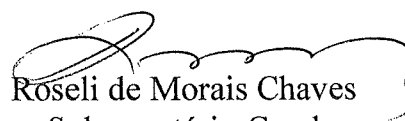
(Pede-se o uso destas referências)

De ordem do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **DOMINGOS DISSEI**, em despacho exarado às fls. 2117 a 2119 do processo em referência, pela presente fica V. Sa. intimado, na qualidade de Subprefeito Freguesia/Brasilândia, para conhecer do relatório de Auditoria Extraplano produzido pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte para ciência dos fatos e apresentar defesa, se assim o desejar, conforme cópias reprográficas que acompanham a presente (fls. 1882 a 1887, 2031 a 2052, 2079 a 2114), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da juntada desta aos autos, nos termos do disposto na Lei Municipal nº 9.167/80 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município) e no artigo 118, inciso I, c.c. o artigo 119, § 2º, ambos do Regimento Interno desta Corte, assegurada a ampla defesa prevista no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

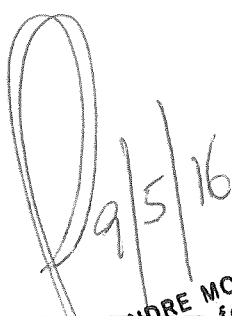
Os autos encontram-se na **Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo** deste Tribunal, estando autorizada vista das **8h às 12h** e das **13h30min às 17h**.

Comunico que a documentação que acompanha esta intimação **não deverá ser devolvida** a este Tribunal.

São Paulo, 26 ABR 2016


Roseli de Moraes Chaves
Subsecretária-Geral

Senhor


ALEXANDRE MORATORE
Subprefeito Freguesia/Brasilândia

/sc

Garbino 09/05/2016

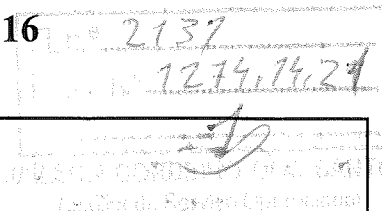
~~MAIL SON CONFIDENTIAL~~

SEQUE, **UNIPOL**, **SISTEMA**

10/05/16

2131

WILSON CORP. LOS ANGELES
Austin's Super Operational



Intimação nº : 654/2016
Processo TC nº : 72.001.274.14-21
Interessado : Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Assunto : Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos

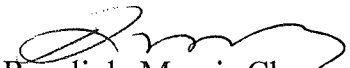
(Pede-se o uso destas referências)

De ordem do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **DOMINGOS DISSEI**, em despacho exarado às fls. 2117 a 2119 do processo em referência, pela presente fica V. Sa. intimado, na qualidade de Subprefeito Casa Verde, para conhecer do relatório de Auditoria Extraplano produzido pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte para ciência dos fatos e apresentar defesa, se assim o desejar, conforme cópias reprográficas que acompanham a presente (fls. 1882 a 1906, 2079 a 2114), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da juntada desta aos autos, nos termos do disposto na Lei Municipal nº 9.167/80 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município) e no artigo 118, inciso I, c.c. o artigo 119, § 2º, ambos do Regimento Interno desta Corte, assegurada a ampla defesa prevista no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

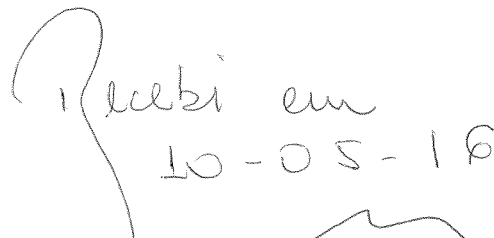
Os autos encontram-se na **Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo** deste Tribunal, estando autorizada vista das 8h às 12h e das 13h30min às 17h.

Comunico que a documentação que acompanha esta intimação não deverá ser devolvida a este Tribunal.

São Paulo, 26 ABR 2016


Roseli de Moraes Chaves
Subsecretária-Geral

Senhor
MARCELINO ANTUNES NETO
Subprefeito Casa Verde


Recebi em
10-05-16


MARCELINO ATANES NETO
Subprefeito
SP/CV

/sc

CERTIFICO que, nesta data, foi procedida a
Notificação/intimação da referida (da/s), em
cumprimento ao disposto em lei.

Em 10:05 2016.

MAILSON CORREIA DOS SANTOS
Auxiliar de Serviço Desempenha

SEGUIR _____ rubricado sob nº 2132
Em 14 MAI 2016 (9) ADALBERTO V DE OLIVEIRA
Auxiliar Apoio Fiscalização

SEGUE _____ juntada _____ em data _____ Caratula Informada rubricada sob nº **2133/2144**
Em _____ Assinatura **ADALBERTO V. DE OLIVEIRA**
Auxiliar Apoio à Execução



À(o)

Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo

Senhor(a) Supervisor(a)

Fl. n.º 2133
Proc. n.º 1244-14-21

ADALBERTO V. DE OLIVEIRA
Auxiliar Apoio Fiscalização

Após o envio do ofício, encaminho o presente expediente a Vossa Senhoria, para que seja juntado ao processo TC 72.001.274.14-21, conforme determinação do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Domingos Dissei, à fl. retro.

São Paulo, 11 de maio de 2016


Walkíria M. G. Fogaça
Unidade Técnica de Ofícios
Supervisora





TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001

MEMORANDO GAB-DD Nº 150 / 2016

ASG

Para o Senhor

02/05/16

De: [Assinatura]
Para: [Assinatura]
Assunto: [Assinatura]

São Paulo, 26 de abril de 2016

À

Unidade Técnica de Offícios

REF. : TC 1.274/14-21

Fl. n.º 2134
Proc. n.º 1294-14-21
ADALBERTO V. DE OLIVEIRA
Auxiliar Apoio à Fiscalização

1- O relatório de Auditoria Extraplano produzido pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte, que examinou, por amostragem, a execução dos serviços de conservação de pavimentos viários “tapa buracos”, realizados por meio dos contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços resultantes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, revela a ocorrência de sérias falhas no cumprimento dos ajustes pelas contratadas, com evidentes reflexos no dispêndio de recursos públicos, exigindo a premente adoção de medidas corretivas.

2 - Destaque-se, no bojo da Auditoria realizada, os ensaios tecnológicos feitos por este Tribunal, apontando casos inaceitáveis de inconformidades no que diz respeito à aplicação da massa asfáltica pelas empresas contratadas, principalmente, com relação à compactação da mistura, evidenciando não estar sendo realizado acompanhamento técnico apropriado por parte dos engenheiros responsáveis das empresas contratadas.

3 - Registro, no tocante à execução dos serviços, que a Ata de Registro de Preços contém regras específicas no que diz respeito ao desempenho das contratadas (item 7.10 da Ata) estabelecendo, no caso de constatação de não atingimento da compactação adequada da massa asfáltica, a aplicação de um redutor incidente sobre a medição mensal e, em situações mais graves, o refazimento dos serviços, com material e mão de obra fornecidos pela contratada, sem ônus para a PMSP.

4 - Além dessa situação, foram observadas outras ocorrências, dignas de destaque, a saber:

4.1 - O Livro de Ordem não está sendo preenchido nos termos previstos no artigo 3º, § 1º, inciso IV, do Ato Normativo nº 06/12 do CREA/SP;

4.2 - A apresentação do relatório fotográfico (foto antes, durante e após a execução de cada serviço), não está sendo feita em conformidade com o item 4.17 do Anexo I e com os itens I, II-b e III do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014;

4.3 - O monitoramento e o rastreamento dos veículos, não estão sendo realizados a contento, em descumprimento ao estabelecido na cláusula 3.9 do contrato, com o item II-a do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014, com o item 1 da Portaria SMSP nº 41/09 e com o art. 1º da Lei Municipal nº 15.718/2013;

5 - Diante desse quadro, **DETERMINO**, a remessa de ofício às empresas abaixo elencadas, para o fim de que tomem ciência dos apontamentos constantes do relatório da Auditoria desta Corte e ofereçam defesa, se assim o desejarem, no prazo de 15 (quinze dias) e, ainda, identifiquem seus engenheiros, com seus respectivos nºs de inscrição no CREA, responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, em especial aqueles encarregados do correto preenchimento do Livro de Ordem.

- **Corpotec Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda.;**
- **A. Tonanni Construções e Serviços Ltda.;**
- **F.M. Rodrigues & Cia. Ltda.;**
- **Era Técnica Engenharia, Construções e Serviços Ltda.;**
- **Trajeto Construções e Serviços Ltda.;**
- **Potenza Engenharia e Construção Ltda.;**

6 - Os ofícios deverão ser enviados às empresas, acompanhados de cópias como segue: **CORPOTERC**, fls. 1882/1906, 2079/2114; **A.TONANI**, fls. 1882/1887, 1907/1932, 2079/2114; **F.M.RODRIGUES**, fls. 1882/1887, 1933/1978, 2079/2114; **ERA TÉCNICA**, fls. 1882/1887, 1979/2001, 2079/2114; **TRAJETO**, fls. 1882/1887,

Segue (m), juntada (s) nesta data, ____ folha (s) para informação / documento (s) rubricado (s) sob fl (s).

Nº(s) ____ em ____ / ____ / ____ Ass. ____

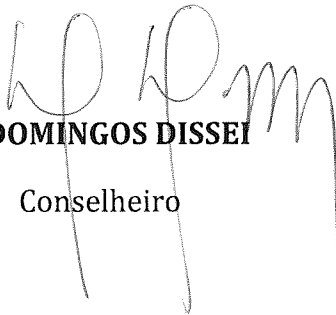


TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001

2002/2052, 2079/2114; e **POTENZA**, fls. 1882/1887, 2053/2077, 2079/2114.

7 - Fica autorizada aos interessados a vista dos autos e extração de cópias.

8 - Este memorando deverá ser juntado do TC **1.274/14-21** .


DOMINGOS DISSEI

Conselheiro

Fl. n.º	2136
Proc. n.º	1274-1421


ADALBERTO V. DE OLIVEIRA
Auxiliar Apoio à Fiscalização


ACDO/SMAS/RC





TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001

Gabinete da Presidência

Fl. n.º 2137
Proc. n.º 124-14-21

ADALBERTO V. DE OLIVEIRA
Auxiliar Apoio à Fiscalização

Ofício SSG-GAB nº 9283/2016

Assunto: Expediente iniciado pelo Memorando GAB DD nº 150/2016 – Auditoria – Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos, realizados por meio dos contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços resultantes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 – (TID 14997297) – Ref.: Processo TC 72.001.274.14-21

(Pede-se o uso destas referências)

Documentação acompanhante: cópia do despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator e de fls. 1.882 a 1.906, 2.079 a 2.114 do processo TC 72.001.274.14-21 (as cópias encaminhadas não deverão retornar ao TCM)

São Paulo, 02 de maio de 2016.

Prezado(a) Senhor(a)

PREFERENCIAL

Dirijo-me a Vossa Senhoria para encaminhar a reprodução do r. despacho do Excelentíssimo Senhor **Conselheiro Relator Domingos Dissei**, bem como cópia do Relatório elaborado pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte, objetivando que essa Empresa, no prazo de **15 (quinze) dias**, conheça e ofereça defesa, se assim o desejar, em face do apontado.

Informo, ainda, que foi autorizada vista dos autos, no prazo supracitado, na Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo desta Casa, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h, bem como a extração de cópias reprográficas.

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ROBERTO BRAGUM
Presidente

91
25.669.494-1
05/16
CORPOTEC Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda

Ao(À)

Ilustríssimo Senhor(a)

Representante Legal da empresa **Corpotec Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda.**

Rua Silva Teles, 1.793 – Pari



1000



TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001

Gabinete da Presidência



Fl. n.º 2133
Proc. n.º 1274-14-21

ADALBERTO V. DA OLIVEIRA
Auxiliar Apoio e Organização

Ofício SSG-GAB nº 9284/2016

Assunto: Expediente iniciado pelo Memorando GAB DD nº 150/2016 – Auditoria – Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos, realizados por meio dos contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços resultantes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 – (TID 14997297) – Ref.: Processo TC 72.001.274.14-21

(Pede-se o uso destas referências)

Documentação acompanhante: cópia do despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator e de fls. 1.882 a 1.887, 1.907 a 1.932, 2.079 a 2.114 do processo TC 72.001.274.14-21 (as cópias encaminhadas não deverão retornar ao TCM)

São Paulo, 02 de maio de 2016.

Prezado(a) Senhor(a)



Dirijo-me a Vossa Senhoria para encaminhar a reprodução do r. despacho do Excelentíssimo Senhor **Conselheiro Relator Domingos Dissei**, bem como cópia do Relatório elaborado pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte, objetivando que essa Empresa, no **prazo de 15 (quinze) dias**, conheça e ofereça defesa, se assim o desejar, em face do apontado.

Informo, ainda, que foi autorizada vista dos autos, no prazo supracitado, na Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo desta Casa, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h, bem como a extração de cópias reprográficas.

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ROBERTO BRAGUIM
Presidente

Doc(s) acompanhante(s):
91 cópias - 1.882 a 1.887, 1.907 a 1.932, 2.079 a 2.114
REMO
Data: 02/05/2016
Local: Gabinete do Presidente

Ao(À)

Ilustríssimo Senhor(a)

Representante Legal da empresa A. Tonanni Construções e Serviços Ltda.
R. Francisco dos Santos, 33 – Jd. Maria Rosa – Taboão da Serra
CEP 06764-310

ADALBERTO DE OLIVEIRA

~~Auxiliary ADS-20 C-1000-170-30~~

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

A. TONANNI Construções e Serviços Ltda.

ENDERECO / ADRESSE

R. Francisco dos Santos nº 33 - Jd. Maria Rosa

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITE

uf

PAIS / PAYS

06764-310

TABOÃO DA Serra

SP

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINACION

Office 9284 12016 SF - GA13

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

EMS

☐	SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
--------------------------	---------------------------

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO	DATA DE LIVRACION
---------------------	-------------------

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

ÉCRIVEZ LE RECEDEUR / NOM VISIBLE DU RÉCEPTEUR

Anthony Marmonts

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE OF AGENT 2 AA-6

Sebastião 8.922.347

30- ~~Man...~~ -eiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463716

114 x 186 mm



TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001

Gabinete da Presidência

Fl. n.º 2140
Proc. n.º 1274-14-21

ADALBERTO V. DE OLIVEIRA
Auxiliar Apoio à Presidência

Ofício SSG-GAB nº 9285/2016

Assunto: Expediente iniciado pelo Memorando GAB DD nº 150/2016 – Auditoria – Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos, realizados por meio dos contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços resultantes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 – (TID 14997297) -- Ref.: Processo TC 72.001.274.14-21

(Pede-se o uso destas referências)

Documentação acompanhante: cópia do despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator e de fls. 1.882 a 1.887, 1.933 a 1.978, 2.079 a 2.114 do processo TC 72.001.274.14-21 (as cópias encaminhadas não deverão retornar ao TCM)

São Paulo, 02 de maio de 2016.

Prezado(a) Senhor(a)

PREFERENCIAL

Dirijo-me a Vossa Senhoria para encaminhar a reprodução do r. despacho do Excelentíssimo Senhor **Conselheiro Relator Domingos Dissei**, bem como cópia do Relatório elaborado pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte, objetivando que essa Empresa, no prazo de **15 (quinze) dias**, conheça e ofereça defesa, se assim o desejar, em face do apontado.

Informo, ainda, que foi autorizada vista dos autos, no prazo supracitado, na Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo desta Casa, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h, bem como a extração de cópias reprográficas.

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ROBERTO BRAGUIM

Presidente

FM RODRIGUES & CIA. LTDA.

Ao(À)

Ilustríssimo Senhor(a)

Representante Legal da empresa F.M. Rodrigues & Cia Ltda.

Rua Hungria, 888 – 1º andar – Jd. Europa

91
RFIR: 33.190.641-7
Data: 04/05/2016
Carimbo nome e assinatura



TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001

Gabinete da Presidência



Fl. n.º 2491
Proc. n.º 1279-14-21

ADALBERTO V. DE OLIVEIRA
Assessor de Comunicação

Ofício SSG-GAB nº 9286/2016

Assunto: Expediente iniciado pelo Memorando GAB DD nº 150/2016 – Auditoria – Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos, realizados por meio dos contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços resultantes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 – (TID 14997297) – Ref.: Processo TC 72.001.274.14-21

(Pede-se o uso destas referências)

Documentação acompanhante: cópia do despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator e de fls. 1.882 a 1.887, 1.979 a 2.001, 2.079 a 2.114 do processo TC 72.001.274.14-21 (as cópias encaminhadas não deverão retornar ao TCM)

São Paulo, 02 de maio de 2016.

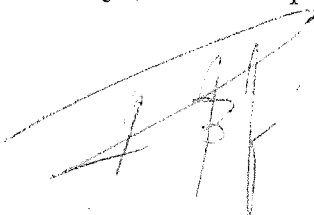
Prezado(a) Senhor(a)

PREFERENCIAL

Dirijo-me a Vossa Senhoria para encaminhar a reprodução do r. despacho do Excelentíssimo Senhor **Conselheiro Relator Domingos Dissei**, bem como cópia do Relatório elaborado pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte, objetivando que essa Empresa, no **prazo de 15 (quinze) dias**, conheça e ofereça defesa, se assim o desejar, em face do apontado.

Informo, ainda, que foi autorizada vista dos autos, no prazo supracitado, na Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo desta Casa, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h, bem como a extração de cópias reprográficas.

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.


ROBERTO BRAGUIM
Presidente

Cópia(s) acompanhante(s):
91
Data: 02/05/2016
Carimbo/marca e assinatura:

Ao(À)

Ilustríssimo Senhor(a)

Representante Legal da empresa Era Técnica Engenharia, Construções e Serviços Ltda.

Rua Antônio do Campo, 191 – Pedreira



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
ERA Técnica Engenharia, Construções e Serviços			
ENDEREÇO / ADRESSE			
Rua Antonio do Campo nº 191			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
04459-000	Pedreira	SP	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
Ofício SSG Gab 9286/2016		☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
		☐ EMS	
		☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
X Josenia Maria		06/05/16	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
X 14.368.929-0		8.925.095-0	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Ofício SSG-GAB nº 9287/2016

Assunto: Expediente iniciado pelo Memorando GAB DD nº 150/2016 – Auditoria – Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos, realizados por meio dos contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços resultantes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 – (TID 14997297) – Ref.: Processo TC 72.001.274.14-21

(Pede-se o uso destas referências)

Documentação acompanhante: cópia do despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator e de fls. 1.882 a 1.887, 2.002 a 2.052, 2.079 a 2.114 do processo TC 72.001.274.14-21 (as cópias encaminhadas não deverão retornar ao TCM)

São Paulo, 02 de maio de 2016.

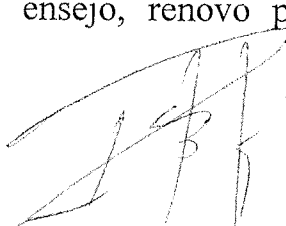
Prezado(a) Senhor(a)

PREFERENCIAL

Dirijo-me a Vossa Senhoria para encaminhar a reprodução do r. despacho do Excelentíssimo Senhor **Conselheiro Relator Domingos Dissei**, bem como cópia do Relatório elaborado pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte, objetivando que essa Empresa, no **prazo de 15 (quinze) dias**, conheça e ofereça defesa, se assim o desejar, em face do apontado.

Informo, ainda, que foi autorizada vista dos autos, no prazo supracitado, na Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo desta Casa, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h, bem como a extração de cópias reprográficas.

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.


ROBERTO BRAGUIM
Presidente

Doc(s) acompanhante(s):
91 cópia(s) - Fx(s)
PFR: 29.345.3056
Data: 04/05/16
Carimbo/marca e assinatura:

Ao(À)

Ilustríssimo Senhor(a)

Representante Legal da empresa Trajeto Construções e Serviços Ltda.
R. Quatá, 845 -- V. Olímpia



TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001

Gabinete da Presidência

Fl. n.º 2144
Proc. n.º 1244-14-21

ALBERTO V. DE OLIVEIRA
Auxiliar Apoio à Fiscalização

Ofício SSG-GAB nº 9288/2016

Assunto: Expediente iniciado pelo Memorando GAB DD nº 150/2016 – Auditoria – Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos, realizados por meio dos contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços resultantes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 – (TID 14997297) – Ref.: Processo TC 72.001.274.14-21

(Pede-se o uso destas referências)

Documentação acompanhante: cópia do despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator e de fls. 1.882 a 1.887, 2.053 a 2.077 e 2.079 a 2.114 do processo TC 72.001.274.14-21 (as cópias encaminhadas não deverão retornar ao TCM)

São Paulo, 02 de maio de 2016.

Prezado(a) Senhor(a)

PREFERENCIAL

Dirijo-me a Vossa Senhoria para encaminhar a reprodução do r. despacho do Excelentíssimo Senhor **Conselheiro Relator Domingos Dissei**, bem como cópia do Relatório elaborado pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte, objetivando que essa Empresa, no prazo de **15 (quinze) dias**, conheça e ofereça defesa, se assim o desejar, em face do apontado.

Informo, ainda, que foi autorizada vista dos autos, no prazo supracitado, na Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo desta Casa, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h, bem como a extração de cópias reprográficas.

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.

POTENZA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

ROBERTO BRAGUIM
Presidente

91
REPU:
Data: 04/05/2016
Carimbo nome e assinatura:

Ao(À)

Ilustríssimo Senhor(a)

Representante Legal da empresa Potenza Engenharia e Construção Ltda.
R. Paranhos Pederneiras, 194 – V. Guilherme

SEGUIE juntada nesta data _____ rubricado sob nº 2145
Em 11 MAI 2016 (u) ADALBERTO V. DE OLIVEIRA
Auxiliar Apoio à Fiscalização



Excelentíssimo Senhor
Conselheiro Domingos Dissei

Submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência solicitação de fl. 2.132, formulada pela Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, regularmente oficiada (fl. 2.122), em cumprimento ao despacho de fls. 2.117 a 2.119. Após, solicito o posterior retorno a esta Unidade para controle do prazo.

São Paulo, 11 de maio de 2016.


Solange Campos

Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo
Supervisora Substituta



Segue(m) folha(s), sob nº(s)
2146 a 2156, em 12/5/16,
Vania R. R. Rege - Gab. D.D.

72-001274-11-29

VERIFIED BY POLICE
GAB DD



PREFEITURA DA CIDADE DE
SÃO PAULO

**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO
DAS SUBPREFEITURAS
SUBPREFEITURA PENHA**

De ordem do Exmo. Sr. Presidente
Junte-se ao TC 1294-14-21
e encaminhe-se ao Exmo. Sr. Cons.
Relator.

São Paulo, 14 de Maio de 2016

ROSELI DE MORAIS CHAVES
Subsecretária Geral

São Paulo, 09 de maio de 2016.

Ofício nº 141/2016/GAB/SP-PE

REF.: INTIMAÇÃO Nº 656/2016 – processo TC nº 72.001.274.14-21

Prezada Senhora

Venho por meio deste, solicitar a V.Sa. dilação de prazo por período de 30 dias para pleno atendimento da intimação supra mencionada.

Nessa oportunidade, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

PEDRO GUASTAFERRO JUNIOR
Subprefeito
Subprefeitura Penha

AO
Tribunal de Contas do Município de São Paulo
A/C da Subsecretária-Geral
Roseli de Moraes Chaves

079073

12 MAI 2016

DD
Ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
Ilmo. Sr. Roberto Braguim
Av. Prof. Ascendido Reis nº: 1130
São Paulo- SP.
E.M.

De ordem do Exmo. Sr. Presidente
Junte-se ao TC 1274-14-21
e encaminhe-se ao Exmo. Sr. Cons.

Relator. 11 MAI 2016
São Paulo

ROSELI DE MORAIS CHAVES
Subsecretária Geral

Ref.: **Ofício SSG - GAB nº 9288/2016.**

TC 1274.14-21

Assunto: Expediente iniciado pelo Memorando GAB DD Nº 150/2016 – Auditoria – Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos, realizados por meio de Contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços resultantes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014 – (TID 14997297) – Ref.: Processo TC 72.001.274.14.21.

A empresa **POTENZA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 58.853.169/0001-74 estabelecida à Rua Paranhos Pederneiras nº 194, Vila Leonor São Paulo- SP, neste ato representada por seu representante legal abaixo identificado, vem respeitosamente requerer de V. Sa., se digne conceder-lhe prorrogação por mais 15(quinze) dias do prazo do qual foi intimada a oferecer defesa ao **Ofício SSG - GAB nº 9288/2016**. O Referido pedido justifica-se pela necessidade de análise e levantamento de todos os dados arrolados nos autos, para que seja apresentada a defesa em face do apontado.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Folha n.º 2197 do proc.

72-001274/14-21

VANIA R. R. REGE
GAB DD

São Paulo, 11 de maio de 2016.


POTENZA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

CNPJ: 58.853.169/0001-74

PAULO PEREIRA IGNACIO

RG: 7.980.295-3 SSP/SP.

CPF: 053.652.778-48

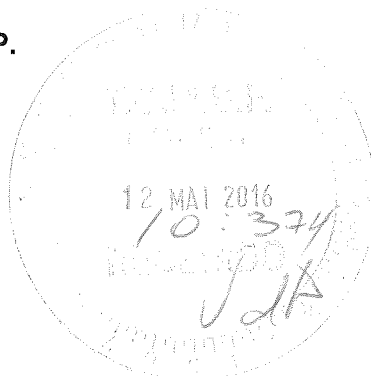
SÓCIO DIRETOR

58.853.169/0001-74

**POTENZA ENGENHARIA E
CONSTRUÇÃO LTDA.**

Paranhos Pederneiras, 194
Vila Leonor - CEP 02078-030

SÃO PAULO - SP



JUCESP
15.11.15

Folha nº 2198
72-001274/154 21
22/05/2015
CNPJ



25ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

POTENZA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.
CNPJ Nº 58.853.169/0001-74
NIRE Nº 35.207.982.014

MARCOS FRANCISCO PEREIRA IGNÁCIO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Rua Dr. Guilherme Cristófel, 462 - Apto. 71 - Santana - São Paulo - Estado de São Paulo - CEP: 02406-010, portador do RG nº 4.813.744-3 SSP/SP e CPF nº 388.398.658-53 e,

PAULO PEREIRA IGNÁCIO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Rua Voluntários da Pátria, 3812 - Apto. 71 - Santana - São Paulo - Estado de São Paulo - CEP: 02402-400, portador do RG nº 7.980.295-3 SSP/SP e CPF nº 053.652.778-48,

Únicos sócios da **POTENZA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.**, sociedade empresária limitada regida pela Lei nº 10.406/2002 (Novo Código Civil) com sede na Rua Paranhos Pederneiras, 194 - Vila Leonor - São Paulo - SP - CEP: 02078-030, inscrita no **CNPJ nº 58.853.169/0001-74**, cujo ato constitutivo encontra-se devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o **NIRE nº 35.207.982.014** em sessão de 20/04/1988 e, última alteração registrada e arquivada sob o nº 538.374/15-9 de 07/12/2015, resolvem, de comum acordo alterar e consolidar o Contrato Social mediante a seguinte cláusula, que mutuamente se outorgam e aceitam a saber:

I - Constituir, neste ato, a **FILIAL Nº 1**, na Rua Eugenio de Freitas, 394 - Vila Guilherme - São Paulo - SP - CEP: 02060-000, para a qual a sociedade destaca o capital social de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que servirá de oficina e garagem para veículos próprios.

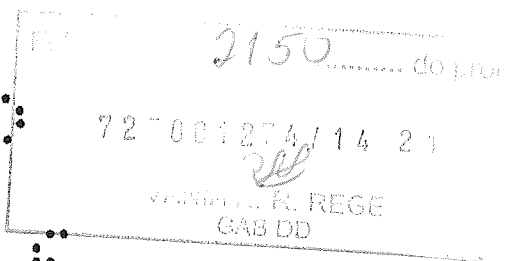
Em função desta alteração a **CLÁUSULA SEGUNDA** do contrato social passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem a sua sede na Rua Paranhos Pederneiras, 194 - Vila Leonor - São Paulo - SP - CEP: 02078-030, podendo abrir e manter filiais em qualquer parte do território nacional.



1

0003
1110



CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, DA SEDE, DO INÍCIO DAS ATIVIDADES, DO PRAZO DE DURAÇÃO E DO OBJETO SOCIAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade é empresária limitada, regida pela Lei nº 10.406/2002 (Novo Código Civil) e tem a denominação social de:

POTENZA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem a sua sede na Rua Paranhos Pederneiras, 194 - Vila Leonor - São Paulo - SP - CEP: 02078-030, podendo abrir e manter filiais em qualquer parte do território nacional.

Parágrafo Único: A sociedade tem a **FILIAL Nº. 1**, na Rua Eugenio de Freitas, 394 - Vila Guilherme - São Paulo - SP - CEP: 02060-000, para a qual a sociedade destaca o capital social de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que servirá de oficina e garagem para veículos próprios.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade iniciou suas atividades em 01/02/1988 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade tem por objeto social: A prestação de serviços nas diversas áreas de conservação e manutenção em áreas urbanas, tais como: conservação e manutenção de áreas ajardinadas, paisagismo, parques e jardins, vias e logradouros públicos, galerias de águas pluviais, pavimentação; varrição, limpeza de sistemas de drenagem, bocas de lobo, córregos e canais; manutenção e conservação nas diversas áreas de saneamento básico urbano; coleta e disposição final de esgotos sanitários; análises e levantamento de estudos de natureza técnica relacionadas com as atividades de saneamento básico, para prestação de serviços de aterro sanitários, coleta e remoção de lixo em vias urbanas, segurança, conservação e manutenção, coleta e distribuição de água, limpeza e conservação de imóveis, locação de veículos e equipamentos; prestação de serviços de aplicação de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como prestar serviços de engenharia, construção e reforma, fiscalização, técnicos por administração, projetos, consultoria, planejamento e empreendimentos imobiliários e participação em outras sociedades como sócios, acionista ou cotista.



3

JUROS
+ 1 10

Folha nº 2151 do proc
72-001274/14 21
VANILIA REGE
GAB DO



Parágrafo único: O sócio **MARCOS FRANCISCO PEREIRA IGNÁCIO**, já qualificado anteriormente, na qualidade de engenheiro, continuará sendo o responsável técnico da sociedade.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA: O Capital Social é de R\$ 7.200.000,00 ((sete milhões e duzentos mil reais), dividido em 7.200.000 (sete milhões e duzentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas neste ato em moeda corrente do país, assim distribuídas entre os sócios:

NOME DOS SÓCIOS	QUANTIDADE DE QUOTAS	VALOR DA QUOTA R\$	PARTICIPAÇÃO	
			EM R\$	EM %
MARCOS FRANCISCO PEREIRA IGNÁCIO	5.400.000	1,00	5.400.000,00	75%
PAULO PEREIRA IGNÁCIO	1.800.000	1,00	1.800.000,00	25%
TOTAIS	7.200.000	1,00	7.200.000,00	100%

Parágrafo primeiro: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital, nos termos do art. 1052 da Lei 10.406/02.

Parágrafo segundo: Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, na forma do artigo 997, VIII, da Lei 10.406/02.

Parágrafo terceiro: As quotas são indivisíveis, reconhecendo a Sociedade apenas 1 (um) titular para cada uma delas, ficando certo ainda que cada quota confere o direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais



⋮ ⋮
CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO E DA RETIRADA "PRO-LABORE"

CLÁUSULA SEXTA - A sociedade será administrada por ambos os sócios, que agirão isoladamente ou em conjunto, podendo praticar todos os atos necessários ao desenvolvimento das operações e negócios sociais, assinando quaisquer documentos, contratos e demais papéis, podendo movimentar contas bancárias, firmando cheques, notas promissórias, contratos de financiamento, podendo sacar, endossar, avalizar títulos de créditos em geral, sempre no interesse da sociedade, salvo se de outra forma dispuser o eventual Acordo de Sócios.

Parágrafo primeiro: Os sócios poderão ainda, isoladamente ou em conjunto, nomear procuradores, com amplos poderes para agirem em nome da sociedade, respeitados os mesmos princípios estabelecidos nesta cláusula e em seus parágrafos.

Parágrafo segundo: Ficam terminantemente proibidos aos sócios ou procuradores constituídos a prestar avais, fianças, cauções ou quaisquer outras formas de garantias, prestadas em favor de terceiros, ou de negócios estranhos ao interesses da sociedade, sendo vedado ainda o uso do nome social em transações alheias ao objeto da sociedade. Os sócios ou procuradores que infringirem esta proibição responderão individualmente pelo excesso e por eventuais perdas e danos causados à sociedade.

Parágrafo terceiro: Em nenhuma hipótese será admitido o ingresso de cônjuges ou companheiros, ou ex-cônjuges ou ex-companheiros, ou herdeiros dos sócios na administração da sociedade, salvo se o sócio remanescente assim concordar.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os sócios **poderão** efetuar retiradas mensais a título de "pró-labore, cujo valor será estabelecido entre eles, de comum acordo.

CAPÍTULO IV

DA CESSÃO DAS QUOTAS, DAS DELIBERAÇÕES E DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE.

CLÁUSULA OITAVA - Os sócios não poderão ceder ou transferir as suas quotas do capital social a terceiros sem antes oferecê-las ao outro sócio que terá o direito de preferência na aquisição das mesmas.

Parágrafo único: A comunicação da intenção de venda das quotas sociais será feita sempre por escrito, dirigida ao outro sócio, através de carta registrada ou por meio de ata de reunião de sócios e com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Caso o sócio comunicado optar pela aquisição das quotas sociais, deverá se



JUCEP
15.11.15



manifestar também por escrito e mediante recibo, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou se em reunião de sócios poderá se manifestar no mesmo instrumento e dia. Findo este prazo, as quotas ficarão liberadas para negociação.

CLÁUSULA NONA - A sociedade não se dissolverá com o falecimento, interdição, incapacidade ou saída de qualquer sócio, o qual não poderá ser substituído por seus herdeiros, sucessores, cônjuges ou companheiros, ou representante legal.

Parágrafo primeiro: Os direitos do sócio falecido, interditado, incapaz ou retirante, serão apurados em balanço específico para esse fim, utilizando-se como base o valor do capital social apurado e serão pagos em até 10 (dez) parcelas mensais iguais, corrigidas monetariamente pelo IGP-M (índice Geral de Preços de Mercado) da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo, em intervalos de 30 (trinta) dias umas das outras, vencendo-se a primeira delas 60 (sessenta) dias após a ocorrência que determinar a saída do sócio.

Parágrafo segundo: Fica igualmente vedado o ingresso à Sociedade de cônjuges meeiros ou mesmo companheiros de qualquer um dos sócios, estranhos à Sociedade, por ocasião de eventual partilha de bens decorrente da dissolução da sociedade conjugal, em qualquer hipótese ou de fato, salvo se o sócio remanescente assim concordar.

Parágrafo terceiro: Ainda que determinados pela via judicial, os atos voluntários ou involuntários de transferência de quotas ensejarão a apuração de haveres exclusivamente na forma disposta no presente Contrato Social.

CAPÍTULO V

DO EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA - O exercício social, que coincidirá com o ano civil, será encerrado em 31 de Dezembro de cada ano, época em que serão elaborados o Balanço Patrimonial e de Resultado Econômico. Os lucros ou prejuízos apurados poderão ser distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de sua participação no capital social ou de outra forma que for estabelecido entre eles, ou mantidos no Patrimônio Líquido para posterior deliberação.

Parágrafo único: A sociedade poderá, no decorrer do exercício, levantar balanços intermediários para fins de distribuição do lucro líquido apurado, observado a forma de distribuição prevista no caput desta cláusula.



JUL 03 2016

CAPÍTULO VI

DAS REUNIÕES DE SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: As deliberações dos sócios serão tomadas em Reunião de Sócios, observadas as regras de convocação e quorum dispostas neste Capítulo.

Parágrafo único: A Reunião será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto de deliberação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: As seguintes matérias dependem da deliberação dos sócios representando a maioria do capital:

- a) aprovação anual das contas da administração, que deverá ocorrer até o último dia útil do 4º (quarto) mês seguinte ao término do exercício social;
- b) alteração do Contrato Social;
- c) incorporação, fusão e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- d) cisão, total ou parcial, ou mesmo a transformação da Sociedade;
- e) nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- f) pedido de recuperação judicial e/ou falência;
- g) os negócios da Sociedade.

Parágrafo primeiro: Independentemente do disposto nesta cláusula, obrigam-se os sócios a respeitar todos e quaisquer Acordos de Quotistas depositados na Sociedade.

Parágrafo segundo: As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação aplicável vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: As Reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocadas pelo administrador, ou por qualquer um dos sócios.

Parágrafo primeiro: A convocação para a reunião de sócios será feita por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo segundo: As formalidades de convocação serão dispensadas quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo terceiro: A Reunião será instalada, em primeira convocação, quando presentes os sócios representantes de 3/4 (três quartos) do capital social, e em segunda convocação, com os sócios representando a maioria do capital social.



0059
45 41 18

Página 2155
72-001274/14 21
VANIA REGE
CASSIO



CAPÍTULO VII

DA EXCLUSÃO DE SÓCIO POR JUSTA CAUSA

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: Será considerada justa causa para exclusão de sócio, a prática, por qualquer sócio, de atos de inegável gravidade que coloquem em risco a continuidade da Sociedade.

Parágrafo primeiro: Além do disposto no caput desta Cláusula, poderá ser considerada justa causa as seguintes situações:

- (a) Quebra da affectiosocietatis;
- (b) Abuso ou prevaricação;
- (c) Atos de concorrência desleal à Sociedade;
- (d) Violação de cláusula contratual e/ou falta de cumprimento dos deveres sociais;
- (e) Comprometimento, por atos ou omissões, do andamento normal da Sociedade ou do desenvolvimento e expansão dos atos e negócios sociais;
- (f) Desarmonia ou sérias divergências entre sócios;
- (g) Prática de atos que impeçam ou dificultem a condução normal dos negócios sociais;
- (h) Prática de atos difamatórios ou que denigram a Sociedade.

Parágrafo segundo: Os haveres do sócio excluído serão apurados de acordo com as regras estabelecidas neste Contrato Social.

Parágrafo terceiro: A exclusão do sócio deverá ser deliberada em reunião especialmente convocada para tal fim, estando o sócio sujeito à exclusão ciente, em tempo, para que possa comparecer e, querendo, apresentar sua defesa.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

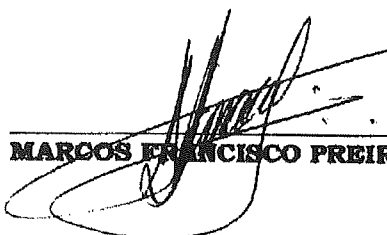


CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de comum e inteiro acordo com o retro estabelecido, os sócios assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 29 de Dezembro de 2015.

SÓCIOS

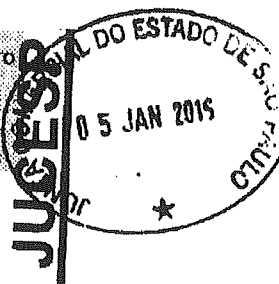

MARCOS FRANCISCO PREIRA IGNÁCIO


PAULO PEREIRA IGNÁCIO

TESTEMUNHAS:

1- 
MARLI VALENTE
RG Nº 9.178.695-2 - SSP-SP
CPF Nº 032.785.548-76

2- 
DEBORA VALENTE TURRUEL
RG Nº 22.197.205-5 - SSP-SP
CPF Nº 136.095.408-26



Segue(m) rubrica, sup n° (s)
215, em 14/5/16
Vania R. R. Rege - Gab. D.D.

Fls.	2157
Proc.	1274-14-21
Vanila R. R. Rago Geb. D.C.	

De ordem do Exmo. Sr. Presidente
Junte-se ao TC 1274-14-21

e encaminhe-se ao Exmo. Sr. Cons.

Relator.

São Paulo

13 MAI 2016

São Paulo, 13 de maio de 2016.

Ofício nº 153/SP-IP/AJ/2016


ROSELI DE MORAIS CHAVES

Subsecretária Geral

Ref.: Solicitação de dilação de prazo para atendimento a intimação nº 661/2016

Processo TC nº 72.001.274.14-21

Interessado: Tribunal de Contas do Município de São Paulo

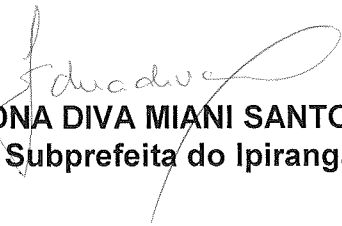
Assunto: Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos

Sra Subsecretária Geral

Vimos através do presente, solicitar os bons préstimos de V.Exa., em conceder dilação de prazo por mais 30 (trinta) dias, para atendimento a intimação supra.

Tal solicitação se faz necessária para buscarmos informações suficientes para uma resposta eficaz.

Na oportunidade renovando protestos de estima e consideração, colocamo-nos à inteira disposição, para qualquer tipo de esclarecimento que julgar necessário.


EDNA DIVA MIANI SANTOS
Subprefeita do Ipiranga

Excelentíssima Senhora
ROSELI DE MORAIS CHAVES
Subsecretária Geral do Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Av. Prof. Ascendino Reis, 1130
Vila Clementino
São Paulo / SP

13 MAI 16 37	079146
000100010	

Segue(m) folha(s), sob nº(s)

2158, em 12/3/2016

Vania R. R. Rege - Gab. D.D.

TRAJETO

CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Fls.	2158
Proc.	1274/14-21
Vania R. R. Rego	
Gab. D.O.	

São Paulo, 16 de maio de 2016

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Av. Prof. Ascendino Reis, 1130
São Paulo - SP

Ref.: REQUER VISTAS A PROCESSO
TC nº 72.001.274.14-21

De ordem do Exmo. Sr. Presidente
Junte-se ao TC 1274/14-21
e encaminhe-se ao Exmo. Sr. Cons.
Relator.
São Paulo 16 MAI 2016

ROSELI DE MORAIS CHAVES
Subsecretária Geral

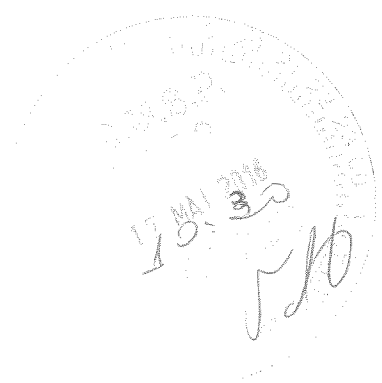
TRAJETO Construções e Serviços Ltda., estabelecida na Rua Quatá, 845 - São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o n.º 69.048.254/0001-86, por seu representante legal, requer VISTAS AO PROCESSO em referência, bem como eventuais cópias a serem solicitadas.

Para tanto, credencia como preposto o Sr. Marcelino da Silva Gomes da Gama, portador da cédula de identidade RG nº 42.038.581-2.

Termos em que,
P. Deferimento.


Alcides Gomes Junior
Gerente Comercial

PROTOCOLADO	079153	T.O.M.S.P.
-------------	--------	------------

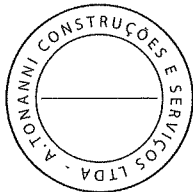


Segue(m) rolhais, sob nº(s)
3159, em 18/5/2016

20

Vania R. R. Rege - Gab. P.D.

DD



De ordem do Exmo. Sr. Presidente
Junte-se ao TC 1274-14-21
e encaminhe-se ao Exmo. Sr. Cons.
Relator.
São Paulo 17 MAI 2016

Roseli de Moraes Chaves
Subsecretária Geral

0207-0516ADM

Taboão da Serra, 12 de Maio de 2016.

AO

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Avenida Professor Ascendino Reis, nº 1130

São Paulo - SP

Fis.	<u>2159</u>
Proc.	<u>1274/14-21</u>
Vanila R. R. Roge <i>HR</i> Gab. D.D.	

Ref: Memorando GAB DD nº 150/2016 – Ata de RP nº 32/SMSP/COGEL/2014
Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014
Processo TC nº 72.001.274.14-21

Ass: Pedido de dilação de prazo relativo à defesa do relatório de auditoria de extraplanho elaborada pela subsecretária de fiscalização e controle do órgão municipal.

Prezados Senhores;

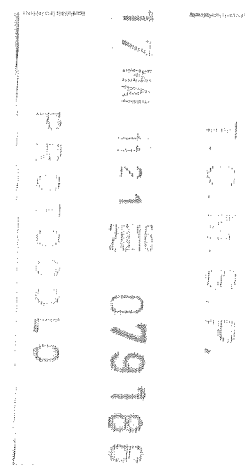
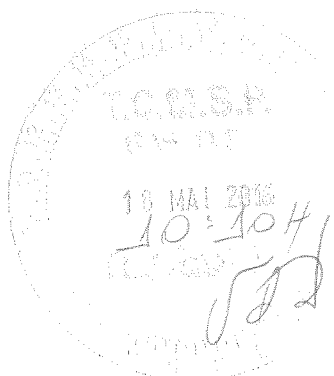
A. Tonanni Construções e Serviços Ltda., estabelecida à Rua Francisco dos Santos, nº 33 – Jardim Maria Rosa – município de Taboão da Serra, SP – CEP: 06764-310, inscrita no CNPJ sob nº 50.583.954/0001-42, detentora da Ata de RP nº 32/SMSP/COGEL/2014 agrupamento II, tomando conhecimento dos apontamentos constantes no relatório de auditoria através do ofício SSG-GAB nº 9284/2016, vem respeitosamente requerer ao órgão fiscalizador municipal, a dilação de mais 15 (quinze) dias, além do concedido no referido ofício.

Nestes termos;

Pede deferimento;

Atenciosamente;

Arnaldo Tonanni Junior
ARNALDO TONANNI JUNIOR
Diretor Comercial
Fone: (11) 4788-4306



A.TONANNI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

TEL (11) 4788 4300

FAX (11) 4788 4331

www.atonanni.com.br

Rua Francisco dos Santos, 33 • Jd. Maria Rosa • Taboão da Serra • SP • CEP 06764 310

0761

Segue(m) folha(s) sob nº (3)
2160, em 23/5/2016
Vanir R. R. Rego - Gab. D.D.

C-16.004/AJ/ET

Carapicuíba, 19 de maio de 2016.

De ordem do Exmo. Sr. Presidente
Junte-se ao TC 1274/14-21
e encaminhe-se ao Exmo. Sr. Cons.
Relator.
São Paulo 20 MAI 2016

ROSELI DE MORAIS CHAVES
Subsecretária Geral

Ao

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Fis.	2160
Proc.	1274/14-21
Vanila R. de Rego Geb. D.D.	

At.: Exmo. Sr. Presidente
Conselheiro Roberto Braguim

Ref.: Ofício SSG-GAB nº 9286/2016 ✓

Solicitação de prazo adicional

TC 1274/14-21

Prezados Senhores,

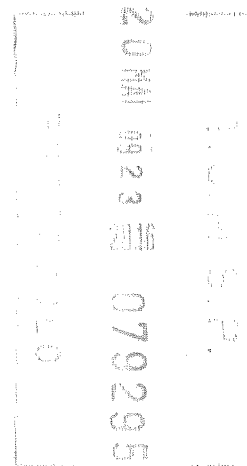
Vimos por meio desta solicitar a prorrogação por mais 15 (quinze) dias do prazo para encaminhamento dos esclarecimentos referentes às constatações presentes no Processo TC nº 72.001.274.14-21.

O pedido se faz necessário a fim de possibilitar o levantamento das informações e documentos necessários para o esclarecimento dos fatos.

Certos da atenção de V.Sas. para o acima exposto, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

ERA TÉCNICA Engenharia, Construções e Serviços Ltda.
Eng.º André Margarido Pacheco



Segue(m) rolha(s), sob nº(s)

2161 em 23/5/2016

R.R. Vania R. R. Rege - Gab. D.D.



**À
Unidade Técnica de Ofícios**

Oficie-se o Sr. Secretário Municipal das Subprefeituras para informar-lhe que, por se tratar de um processo volumoso, contado atualmente com 8 (oito) volumes, os autos ficarão à sua disposição para extração das cópias que entender necessárias para a elaboração dos seus esclarecimentos.

Autorizo os pedidos de dilação de prazo solicitados às fls. 2132, 2146, 2147, 2157, 2159 e 2160.

No que tange aos pedidos de fls. 2158, informar ao requerente que já foram deferidos no Ofício SSG-GAB nº 9287/2016.

São Paulo, 23 de maio de 2016


DOMINGOS DISSEI
Conselheiro


HCMC/RC/vrrr



Segue (m), juntada (s) nesta data, ____ folha (s) para informação / documento (s) rubricado (s) sob fl (s).

Nº(s) 2162 à 2165 em 31/05/16 Ass. _____

CORPOTEC

Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Fl. n.º 2162
Proc. n.º 1.274.14-21
LUCIANE O. ANDRADE
AGPP

São Paulo, 23 de maio de 2016.

AO

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ofício SSG-GAB nº 9283/2016

De ordem do Exmo. Sr. Presidente
Junte-se ao TC 1274-14-21
e encaminhe-se ao Exmo. Sr. Cons.
Relator. 24 MAI 2016

ROSeli DE MORAIS CHAVES
Subsecretária Geral

Assunto: Expediente iniciado pelo Memorando GAB DD nº 150/2016- Auditoria-
Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da
cidade, referente aos serviços de tapa buracos, realizados por meio dos
contratos do pregão Eletrônico nº 12SMSP/COGEL/2014- (TID 14997297) Ref.:
Processo TC 72.001.274.14-21

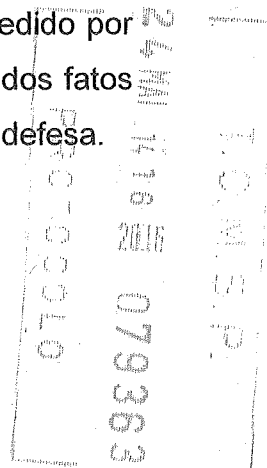
CORPOTEC CONSTRUTORA E
EMPREENDEIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº
56.182.090/0001-33, localizada na Rua XV de Novembro nº 1097, sala 05,
Centro, CEP 13690-000 Descalvado -SP, por seu representante que esta
subscreve vem através desta expor e requerer

Diante do recebimento de ofício expedido por
este Tribunal, e para que se possa realizar uma análise detalhada dos fatos
vem requerer prorrogação de prazo de 15 dias para apresentação de defesa.



Sem mais.

CORPOTEC Const. Emp. Imob. Ltda
Engº Manuel Arnaldo de Andrade
CREA 0600563619



QUALIHAB





Subprefeitura Itaquera
GABINETE DO SUBPREFEITO/ SP-IQ
Assessoria Jurídica

De ordem do Exmo. Sr. Presidente
Junte-se ao TC 1274-14-21
e encaminhe-se ao Exmo. Sr. Cons.
Relator.
São Paulo 25 MAI 2016

ROSELI DE MORAIS CHAVES
Subsecretária Geral

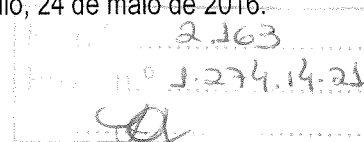
São Paulo, 24 de maio de 2016.

Ofício nº 44 /SP-IQ/GAB/2016.

Ref.: Intimação nº 655/2016 – Processo TC nº 72.001.274.14-21

Interessado: Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Assunto: Realização de auditoria extraplano, por amostragem, nas diversas regiões da cidade, referente aos serviços de tapa buracos.



LUCIANE O. ANDRADE
AGPP

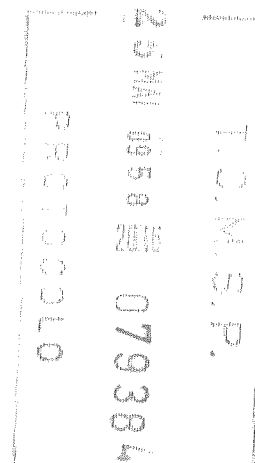
Senhora Subsecretária,

Através do presente, em atenção ao documento supracitado, remetemos V. Ex.^a às informações prestadas pelo Engenheiro da Supervisão Técnica de Manutenção desta Subprefeitura, Senhor Clóvis Isamu Yamashita (em anexo), a qual acatamos e apresentamos como defesa no citado Processo.

À disposição para o que se fizer necessário, apresentamos, ao ensejo, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.



MAURÍCIO LUIS MARTINS
Subprefeito de Itaquera



Exma. Senhora
ROSELI DE MORAIS CHAVES
Subsecretária Geral
TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Avenida Professor Ascendino Reis nº 1130
CEP 04027-000
São Paulo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha de informação n.º 84

Da Intimação n.º 655/2016/TCM (TID 15055586)
Processo TC n.º 72.001.274.14-21

A
SP-IQ/CPO/STM
Sra. Supervisora Téc. de Manutenção

em 19/05/16 (a) *Luciane A. Ferreira Martins*

Assist. Gestão Pol. Públ

Fl. n.º 2164 RF 589 177 9 02

Proc. n.º 1.274.14-21

Luciane O. Andrade
LUCIANE O. ANDRADE
AGPP

Em primeiro lugar enalteçemos e destacamos a importância e a iniciativa deste Egrégio Tribunal de Contas do Município de São Paulo, pois ações como esta visam, antes de tudo, o aprimoramento dos serviços públicos e a valorização dos recursos do contribuinte.

Em resposta a inicial, temos a informar com relação às irregularidades ora detectadas no **Anexo II**:

Item 2 - 2.1. Ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica/ART do funcionário da SP-IQ responsável pela fiscalização da execução do serviço: Vide parecer da Assessoria Jurídico-Consultiva/PGM referente ao Ofício n.º 210/SP-BT/GAB/2010 (vide fls. n.ºs 71 à 75), que conclui pela inexistência de **Anotação de Responsabilidade Técnica/ART** por parte dos profissionais da PMSP quando da realização de procedimentos de fiscalização de execução contratual, endossado pela Sra. Procuradora Assessora Chefe e pelo Sr. Secretário Municipal de Planejamento à época;

2.2. Livro de Ordem: Esclarecemos que o preenchimento do **Livro de Ordem** é de responsabilidade da empresa detentora do Contrato, sendo que a mesma nos informa que quando há a necessidade as ocorrências são relatadas nas Fichas Diárias de Produção nos campos "**OBSERVAÇÕES**" e "**RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS**". Estaremos atentos e requisitaremos a empresa o devido preenchimento do Livro de Ordem;

2.3. Irregularidades nas Fichas Diárias de Produção: A empresa detentora do Contrato informa que é usado o modelo de **Ficha Diária de Produção** apresentado no Edital do Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014 - Anexo XXIII. Comunicamos que haverá mais atenção no preenchimento da mesma, a fim de ser complementada. Informamos que na data de **05/10/2015** foram realizados serviços na **Rua Baltazar Vidal**, sendo tapados 07 (sete) buracos. Supomos que houve um equívoco no sistema do relatório fotográfico com relação aos demais endereços citados, possivelmente devido a uma falha momentânea de sinal no GPS, fato este já relatado a empresa pelo fiscal do contrato via e-mail em Outubro/2015 (vide fl. n.º 76) e também confirmado pela empresa responsável pelo monitoramento (vide fls. n.ºs 77 e 78);

2.4. Irregularidades na apresentação da mídia eletrônica: Informamos que a empresa mensalmente apresenta 02 (dois) cartões de memória referente ao monitoramento do GPS em substituição aos relatórios impressos, sendo que 01 (um) cartão acompanha o Processo de Pagamento da Medição e 01 (um) cartão permanece custodiado na Supervisão Técnica de Manutenção/CPO/SP-IQ;

2.5. Irregularidades no preenchimento do SAFFOR: Esclarecemos que na data de 05/10/2015 foram tapados 07 (sete) buracos na **Rua Baltazar Vidal** (conforme consta na Ficha Diária de Produção). Na verdade houve um engano no preenchimento do SAFFOR, pois os 05 (cinco) buracos apontados nesta data foram executados na data de 06/10/2015. Consideramos que o SAFFOR foi preenchido de forma incompleta e incorreta e nos comprometemos a ter mais atenção no seu preenchimento, já tendo sido procedida a sua correção nas datas citadas. Com relação aos demais endereços mencionados supomos que houve um lapso no sistema do relatório fotográfico, devido a uma falha momentânea de sinal no GPS;

2.6. Irregularidades nos registros fotográficos: Conforme informado pela empresa as 03 (três) fotografias obrigatórias de todos os serviços executados (inicial, após preparação e final) são apresentadas, mas em alguns casos, devido a um erro no sistema, não é possível a visualização de todas as fotos;

2.7. Irregularidades no rastreamento dos veículos: De acordo com o Item 2.1.2 do Anexo I da Ata de Registro de Preços n.º 032/SMSP-COGEL/2014 a quantidade de GPS que a empresa detentora do Contrato deve apresentar é de 02 (duas) unidades, as quais estão instaladas no Caminhão Basculante e no Caminhão com caçamba térmica. Com relação a este assunto concluímos que há um conflito de informações apresentadas no Edital do Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014, na Ata de Registro de Preços n.º 032/SMSP-COGEL/2014 e no Contrato n.º 05/SP-IQ/GAB-AJ/2015;

Item 3 - 3.1. Aplicação indevida de concreto asfáltica sobre sarjeta: Informamos que devido à proximidade do buraco com a sarjeta na **Av. Maria Luiza Americano**, na altura dos n.ºs 1.427 e 1.477, por esta se apresentar com buracos que provocariam a destruição do pavimento asfáltico através do empoçamento de água e por não dispormos de concreto de cimento Portland na ocasião, paliativamente foi aplicado o concreto asfáltico sobre a mesma, que será removido e realizada a sua reconstituição com o material adequado e pela equipe competente assim que possível;

Item 4 - 4.1. Grau de compactação inaceitável do concreto asfáltico: Informamos que a empresa apresentou o **Lauda da Determinação da Densidade Aparente n.º 5737/15 da Rua Baltazar Vidal** realizado pela Soleil Consultoria, Projetos e Obras Ltda. demonstrando que o grau de compactação de massa asfáltica foi de 98,0% (vide fls. n.ºs 79 à 83), em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014, a Ata de Registro de Preços n.º 032/SMSP-COGEL/2014 e ao Contrato n.º 05/SP-IQ/GAB-AJ/2015.

Por fim, e sem o intuito de minimizar as irregularidades apontadas nos controles, externamos a nossa boa fé, concluindo que a Subprefeitura de Itaquera não medirá esforços para atender e se adequar as exigências elencadas de nossa competência, como pôde ser comprovado pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, na qualidade da realização dos serviços (vide fls. n.ºs 09 à 22), atendendo as normas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e justificado o Item 3.1. do Anexo II.

Atenciosamente,
SP - 19 /05/2016.

Eng.º Clóvis Isamu Yamashita
STM/CPO/SP-IQ

Seguir fls. 85
Maria de Almeida R. Leite
Supervisora I STM
CPO/SP-IQ



À

Coordenadoria Processual

Senhor(a) Coordenador(a)

Após a expedição dos ofícios e juntada de documentação de fl(s). 2162/2164, encaminho o presente a Vossa Senhoria, ressaltando que se encontram pendentes de junção aos autos as vias protocoladas dos Ofícios SSG-GAB nºs 9789, 9790, 9791, 9792, 9793, 9794 e 9795/2016, endereçados respectivamente aos Senhores Pedro Guastaferrro Júnior, Subprefeito da Penha; Senhora Edna Diva Miani Santos Subprefeita do Ipiranga; Luiz Antonio de Medeiros Neto, Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras; Arnaldo Tonanni Junior, Representante Legal da Empresa A. Tonanni Construções e Serviços Ltda.; Eng. André Margarido Pacheco, Representante Legal da Empresa Era Técnica Engenharia, Construções e Serviços Ltda.; Alcides Gomes Junior, Representante Legal da Empresa Trajeto Construções e Serviços Ltda. e Paulo Pereira Ignacio, Representante Legal da Empresa Potenza Engenharia e Construção Ltda.

São Paulo, 31 de maio de 2016

Walkíria M. G. Fogaça
Unidade Técnica de Ofícios
Supervisor(a)

Processo constituído por 08 Volumes



SEGUE(m) juntada(s), nesta data _____ papel de informação rubricado sob nº(s) 2166/2179
Em 31 / 05 / 16 (a) _____
JOAQUIM ALVES DE SOUZA NETO
Aux. Apoio à Fiscalização



Coordenadoria Processual
Senhora Coordenadora

Fl. n.º	2167
Proc. n.º	1274.14-21
	<i>[assinatura]</i>

JOAQUIM ALVES DE SOUZA NETO
Aux. Apoio à Fiscalização

Encaminho o presente a Vossa Senhoria, acompanhado da 21ª alteração do Contrato Social da Era Técnica Engenharia, Construções e Serviços, Procuração e Declaração de vista em nome da Sra. Stella Rolemberg Corrêa, para ser juntado no TC nº 1.274.14-21 .

São Paulo, 31 de maio de 2016.

[assinatura]
Solange Cristiny
Unidade Téc. de Cartório, Cad. e Arquivo
Supervisora

1

JOAQUIM ALVES DE SOUZA NETO

Fl. n.º 2169
Proc. n.º 1279.14-21
Aut

JOAQUIM ALVES DE SOUZA NETO
Aux. Apoio à Fiscalização

201314

milhões de reais) com um aumento de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais) assim distribuídas entre os sócios:

201314

Por efeito do aumento de capital, a distribuição do Capital Social passa a ser da seguinte forma:

Cláusula Quarta - O capital social é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) totalmente integralizado, e dividido em 3.000.000 (três milhões) de quotas, no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, subscritas pelos sócios, a saber:

- (a) o sócio ANDRÉ MARGARIDO PACHECO possui 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas, no valor total de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); e
- (b) o sócio REINALDO KAWAOKA MIYAKE possui 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) quotas, no valor total de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Parágrafo Primeiro: Neste ato utilizando-se os recursos informados em balanço patrimonial a título de reserva de capital.

Parágrafo Segundo: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Capítulo IV - Do Exercício Social e dos Lucros

Cláusula Décima Primeira - O exercício social terá início em 1º de janeiro, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro - Os sócios em comum acordo decidem que a sociedade efetuará balancetes intermediários, que poderão ser mensais, trimestrais ou semestrais antecipando os lucros e dividendos na proporção das quotas do capital social.

Parágrafo Segundo - O balancete contábil com a respectiva demonstração de resultado, deverá ser transcrito no livro Diário, para comprovação dos lucros distribuídos.

Parágrafo Terceiro - No final de cada exercício será realizado em balanço geral e o levantamento de conta de lucros e perdas, efetuando o ajuste das antecipações realizadas aos sócios.

Em decorrência das deliberações acima, fica alterado o Contrato Social da Sociedade, o qual, devidamente consolidado, passa a vigorar com a seguinte nova redação:

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 08.874-9
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 6º, 8º e 11º do E.O. 191/2004 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8207/2008, o documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.
Cód. Autenticação: 44633103161526240828-2; Data: 31/03/2016 15:26:38
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: ADC63117-ITUX;
Valor Total do Ato: R\$ 3,78
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tpb.jus.br
Bel. Valdir de Miranda Cavalcanti
Titular

stos:

CONTRATO SOCIAL DA

ERA TÉCNICA ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

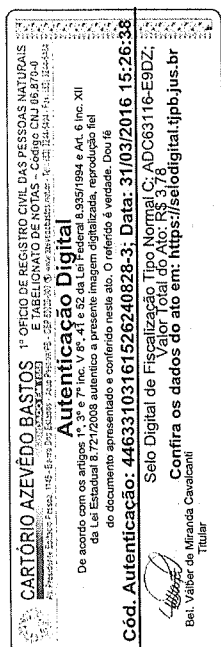
Capítulo I - Da Denominação, Sede, Atividade e Duração

Cláusula Primeira - A Sociedade denomina-se ERA TÉCNICA ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., com sede no município de Carapicuíba, na Avenida Tâmará nº 05 - sala 24 - Centro - CEP 06320-020.

Parágrafo Único - A Sociedade mantém uma filial na Rua Antônio do Campo nº 191, Pedreira - São Paulo - SP - CEP 04459-000, operando com a atividade de oficina mecânica para manutenção de caminhões, veículos, máquinas e equipamentos, com seu respectivo escritório administrativo, e garagem para guarda dos mesmos, o qual possui um capital no valor de R\$ 500,00 (quinhentos Reais);

Cláusula Segunda - A Sociedade tem por objetivo a exploração do ramo de:

- (a) incorporação e construção de edifícios, construção de casas e venda de imóveis próprios;
- (b) exploração por administração, empreitada ou subempreitada de obras, com ou sem fornecimento de materiais, incluindo, dentre outras, obras de reformas, ampliações e construções de edificações; obras de infraestrutura urbana, tais como galerias, adutoras, interceptores, redes de água e esgoto, poços de visita, estações elevatórias, guias, sarjetas, sarjetões, pavimentações, recapeamentos, fresagens, muros de arrimo, etc.;
- (c) prestação de serviços auxiliares de construção civil;
- (d) assessoria, consultoria, fiscalização e gerenciamento no campo da engenharia civil, nos aspectos de desenvolvimento de projetos, controle, inspeção, execução de testes de aceitação e recebimento de sistemas, obras e projetos em geral;
- (e) execução de serviços de manutenção e conservação da infraestrutura urbana, incluindo manutenção e conservação de pavimentos viários; manutenção e conservação de logradouros e vias públicas; manutenção e conservação de galerias e demais dispositivos de drenagem; limpeza manual de galerias, córregos, canais, bocas de lobos e demais dispositivos de drenagem; limpeza mecânica de córregos; limpeza e desinfecção de "piscinões"; limpeza mecânica, através de equipamentos combinados, de bocas de lobo, ramais, redes e demais dispositivos de drenagem; limpeza, manutenção e conservação de parques, praças e jardins; conservação de áreas ajardinadas; poda, remoção, transplante e plantio de árvores;



stos:

JOAQUIM ALVES DE SOUZA NETO

Fl. n.º 2171
Proc. n.º 5274-14-21
JOAQUIM ALVES DE SOUZA NETO
Aux. Apoio à Fiscalização

JOAQUIM ALVES DE SOUZA NETO

- (f) execução de serviços de limpeza em geral, manutenção e conservação de edifícios, comerciais e industriais;
- (g) aplicação de produtos saneantes e produtos sanitários na execução de limpeza e conservação de imóveis;
- (h) locação de automóveis, caminhões, máquinas e equipamentos;
- (i) aplicação de herbicidas, agrológicos, seus componentes e afins na execução de serviços de conservação de praças e jardins, incluindo paisagismo, ajardinamento e serviços correlatos – capina química;
- (j) execução de serviços de limpeza pública, incluindo varrição de ruas, praças, jardins e logradouros públicos, coleta de resíduos domiciliares, comerciais, industriais, agrícolas, públicos e de serviços de saúde, coleta de entulhos e operação de aterros sanitários, aterros de inertes e transbordos; e
- (k) atividade de oficina mecânica para manutenção exclusiva de seus caminhões, veículos, máquinas e equipamentos, e garagem para guarda dos mesmos.

Cláusula Terceira - O prazo de duração da Sociedade será por tempo indeterminado.

Capítulo II - Do Capital Social

Cláusula Quarta - O capital da sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), divididos em 3.000.000 (três milhões) de quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

- (c) o sócio ANDRÉ MARGARIDO PACHECO possui 1.500.000 (hum milhão e quinhentos mil) quotas, no valor total de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais);
- (d) o sócio REINALDO KAWAOKA MIYAKE possui 1.500.000 (hum milhão e quinhentos mil) quotas, no valor total de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais).

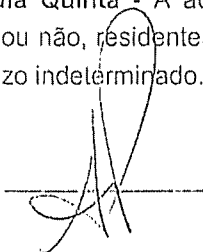
Parágrafo Primeiro: Neste ato utilizando-se os recursos informados em balanço patrimonial a título de reserva de capital.

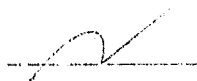
Parágrafo Segundo: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Capítulo III - Da Administração da Sociedade

Cláusula Quinta - A administração da sociedade incumbem a um ou mais administradores, sócios ou não, residentes e domiciliados no País, nomeados através do presente, com mandato por prazo indeterminado.

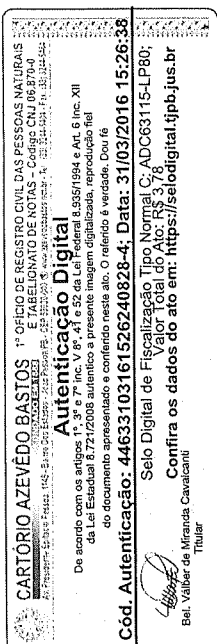
stos:







4



JOAO

Fl. n.º 2173
Proc. n.º 1274.14-21
Bento

JOAQUIM ALVES DE SOUZA NETO
Aux. Apoio à Fiscalização

JOAO

Cidade Jardim, CEP 05678-070; e (ii) REINALDO KAWAOKA MIYAKE, brasileiro, maior, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 11.239.376-SSP/SP, inscrito no C.P.F.M.F. sob nº 114.716.428-28, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Marechal Deodoro, 1.401, casa 11, Alto da Boa Vista, CEP 04738-001.

Cláusula Oitava - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos de qualquer dos sócios, administradores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

Cláusula Nona - Os sócios e os Administradores poderão receber remuneração mensal pelo exercício de suas funções, desde que fixada em Reunião de Sócios.

Cláusula Décima - Todas as deliberações dos sócios previstas neste Contrato Social e/ou na legislação aplicável, serão tomadas em Reuniões de Sócios, as quais deverão ser convocadas com pelo menos 3 dias de antecedência da data da respectiva Reunião de Sócios por qualquer dos sócios ou dos administradores da sociedade mediante comunicação por escrita enviada aos representantes legais dos sócios, por carta registrada ou fax, especificando-se a ordem do dia.

Parágrafo Primeiro - As Reuniões de Sócios serão realizadas sempre que necessário, não havendo necessidade de sua realização periódica.

Parágrafo Segundo - Dispensam-se as formalidades de convocação previstas no "caput" desta Cláusula quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia da Reunião de Sócios.

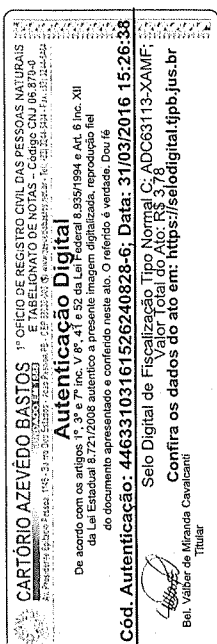
Parágrafo Terceiro - As Reuniões de Sócios tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas, através de instrumento particular, ou quando tal matéria for objeto de Resolução de sócio ou sócios representando percentual do capital da sociedade suficiente ao atendimento dos quoruns especificados no Novo Código Civil.

Capítulo IV - Do Exercício Social e dos Lucros

Cláusula Décima Primeira - O exercício social terá início em 1º de janeiro, encerrando-se em dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro - Os sócios em comum acordo decidem que a sociedade efetuará balancetes intermediários, que poderão ser mensais, trimestrais ou semestrais antecipando os lucros e dividendos na proporção das quotas do capital social.

Parágrafo Segundo - O balanço contábil com a respectiva demonstração de resultado, deverá ser transcrito no livro Diário, para comprovação dos lucros distribuídos.



tos:

JOSÉ

Fl. n.º 2174
Proc. n.º 1274.1421
.....

JOAQUIM ALVES DE SOUZA NETO
Aux. Apoio à Fiscalização

2014

Parágrafo Terceiro - No final de cada exercício será realizado em balanço geral e o levantamento de conta de lucros e perdas, efetuando o ajuste das antecipações realizadas aos sócios.

10

Capítulo V - Da Retirada dos Sócios

Cláusula Décima Segunda - Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir qualquer de suas quotas aos demais sócios ou a terceiros, sem o prévio consentimento, por escrito, dos demais sócios que terão preferência na aquisição das mesmas, nos termos do art. 1.057 da Lei 10.406.

Cláusula Décima Terceira - Se os sócios remanescentes não exercerem o direito de preferência no prazo supra mencionado, ficará o sócio ofertante com o direito de vendê-las a terceiros, observados o preço e condições oferecidos, ficando os sócios remanescentes obrigados a assinarem o competente instrumento de alteração contratual.

Cláusula Décima Quarta - No caso de falecimento de qualquer um dos sócios a sociedade não se dissolverá, podendo os negócios continuarem sendo "de cujos" representados pelos herdeiros desde que estes reúnam as condições e qualidades básicas exigidas pela legislação, caso contrário proceder-se-á de forma análoga ao caso de retirada de sócio, exposto nas cláusulas anteriores.

Capítulo VI - Do Foro e Dos Casos Omissos da Sociedade

Cláusula Décima Quinta - Fica eleito o foro da capital de São Paulo e nele o de jurisdição central, para dirimir as dúvidas ou ações resultantes e decorrentes do presente instrumento.

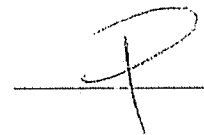
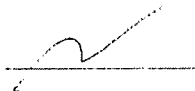
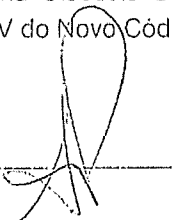
Cláusula Décima Sexta - Este Contrato Social deverá ser regido pelas disposições previstas no Capítulo IV, Livro II, Título II, Sub-Título II, do Novo Código Civil (Lei nº 10.406/2002) especificamente relacionadas a sociedades limitadas. Os casos omissos deste Contrato Social não previstos em referido Capítulo IV do Novo Código Civil deverão ser supletivamente regidos pela lei brasileira das sociedades por ações (Lei nº 6.404/1976, conforme alterada), no que for aplicável.

Capítulo VII - Disposições Gerais

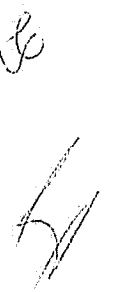
Cláusula Décima Sétima - Por deliberação de sócio ou sócios representando mais da metade do capital social, quaisquer dos sócios poderão ser excluídos da sociedade, por justa causa, caracterizada por atos de inegável gravidade, incluindo, mas não se limitando à perda da "fectio societatis".

Cláusula Décima Oitava - O presente Contrato Social poderá ser livremente alterado, a qualquer tempo, por deliberação tomada em Reunião de Sócios, observadas as formalidades previstas na Cláusula Décima acima, bem como o quorum previsto para tanto na Seção V, Capítulo IV do Novo Código Civil.

tos:



7



CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 08.870-0
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 6º inc. V 8º, 41 e 42 da Lei Federal 8.933/1994 e Art. 6º inc. XII
da Lei Estadual 8.724/2008 e 7º inc. VII da Lei Estadual 24.026/2018, o documento
foi autenticado eletronicamente e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.
Cód. Autenticação: 44633103161526240828-7; Data: 31/03/2016 15:26:38
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: ADO63112-MEFD;
Valor Total do Ato: R\$ 3,78
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br
Bel. Valder de Miranda Cavalcanti
Tribunal

JUNCEP

Fl. n.º 2175
Proc. n.º 1294/14-21
.....

JOAQUIM ALVES DE SOUZA NETO
Aux. Apoio à Fiscalização

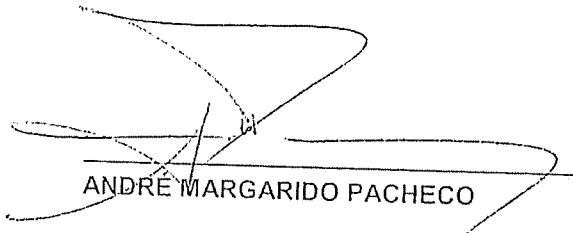
SEI

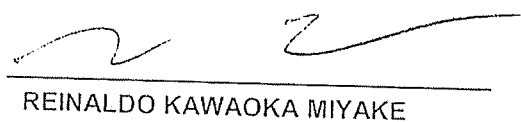
Cláusula Décima Nona - A sociedade poderá ser transformada de um tipo jurídico em outro, bem como poderá ser objeto de cisão, estando ambas operações sujeitas a deliberação tomada em Reunião de Sócios, por votos de sócio ou sócios representando pelo menos metade do capital social, observadas as formalidades referidas na Cláusula Décima acima."

Por fim, os sócios e os administradores ora eleitos declaram sob as penas da lei, não estarem impedidos legalmente de exercer quaisquer atividades de administração da Sociedade, nos termos do artigo 1011, §1º, do Novo Código Civil, Lei nº 10.406, de 10.1.2002.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas.

São Paulo, 24 de novembro de 2014.

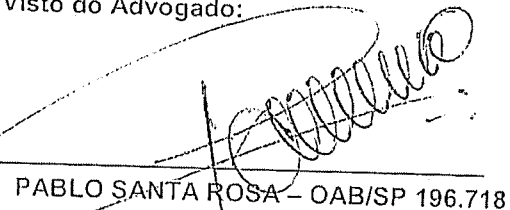

ANDRÉ MARGARIDO PACHECO


REINALDO KAWAOKA MIYAKE

Administradores:

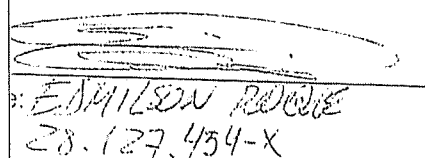

ANDRÉ MARGARIDO PACHECO

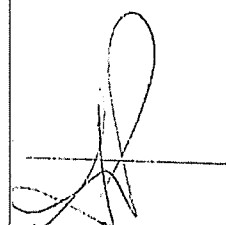
Visto do Advogado:

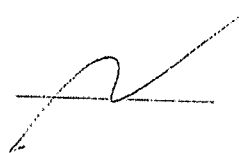

PABLO SANTA ROSA - OAB/SP 196.718

REINALDO KAWAOKA MIYAKE

Testemunhas:


EDMILSON ROMÃO
28.127.454-X







CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
R. Presidente Epitácio Paulo, 1145 - Birm - Jd. Eldorado - Jd. Eldorado - SP - 05305-000
Fone: (11) 3061-1000 Fax: (11) 3061-1001 E-mail: cartorio@azevedobastos.com.br

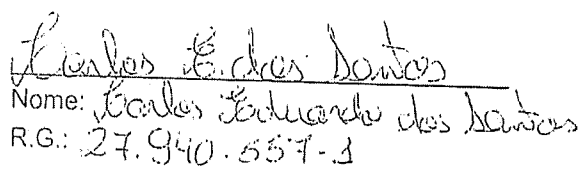
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 6º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 44633103161526240828-8; Data: 31/03/2016 15:26:38
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: ADC63111-IPSP;
Valor Total do Ato: R\$ 3,78
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>
Bel. Valder de Miranda Cavalanti

Junta Comercial do Estado de São Paulo
22 DEZ. 2014
EROS...

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO 513.236/14-4
SECRETARIA GERAL EM EXERCÍCIO
FELICIA BARBOSA BRITO


Nome: Carlos Eduardo dos Santos
R.G.: 27.940.557-1

Fl. n.º 2176
Proc. n.º 224-14-21
.....

JOAQUIM ALVES DE SOUZA NETO
Aux. Apoio à Fiscalização

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA**

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.
O referido é verdade, dou fé.

Este documento foi emitido em 04/04/2016 às 15:21:01 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bc0dcf4c5ad488ce35011ac17f6ed9af00079e7e939cb7c44807de5ebe1
05795b043ab21fc5a1607b381ac3896176dac6edf5f1f12d179859d7f48c379a74ace1

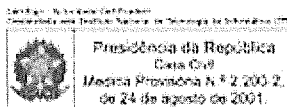
A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para ERA-TECNICA ENGENHARIA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

Esta certidão tem a sua validade até: 02/04/2017 às 04:20:09 (Dia/Mês/Ano)

Código de Controle da Certidão: 510683

Código de Controle da Autenticação:

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>



Fl. n.º 2177
Proc. n.º 4.274.14.21
..... *Assinatura*

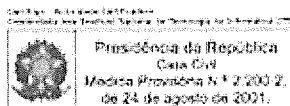
JOAQUIM ALVES DE SOUZA NETO
Aux. Apoio à Fiscalização

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA**

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

44633103161526240828-1 a 44633103161526240828-8

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento
através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>



PROCURAÇÃO

Pelo presente Instrumento Particular de Mandato, ERA TÉCNICA ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º. 65.035.222/0001-95, com sede na Avenida Tâmará, n.º 05 - sala 24 - Centro, na cidade de Carapicuíba, Estado de São Paulo, por seu representante legal, ANDRÉ MARGARIDO PACHECO, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG n.º. 12.923.880, inscrito no CPF/MF sob n.º. 129.097.868-97, residente e domiciliado na Rua Desembargador Ulisses Dória, 330 - casa 4 - Cidade Jardim, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nomeia e constitui sua bastante procuradora a **Dra. Stella Rolemberg Corrêa**, brasileira, casada, inscrita na OAB/SP sob os n.º. 147.582, com endereço na Rua Antônio do Campo, 191, Pedreira, São Paulo/SP, CEP. 04459-000, Fone (11) 5612-3804, a qual outorga os poderes contidos na cláusula '*ad judicium et extra*' para o foro em geral, podendo propor em face de quem de direito as ações competentes, bem como oferecer defesa nas contrárias, perante qualquer foro, juízo, instância ou tribunal, seguindo-lhes o curso até final decisão e acompanhando-lhe a execução, sendo-lhes outorgados, de igual forma, os poderes especiais para desistir, renunciar, transigir, firmar compromissos e acordos, receber valores, dar quitação, impetrar mandado de segurança, requerer falência, firmar compromisso de inventariança e formal de partilha, assinar requerimentos, atuar e solicitar vistas, bem como requerer cópia de procedimentos administrativos junto à Prefeituras, Estados ou União, bem como assinar termo e auto de penhora e também substabelecer a presente a outrem, com ou sem reservas, no todo ou em parte, o que se dará por bom, firme e valioso, em especial para representar a outorgante no Processo TC 72.001.274.14-21 do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

São Paulo, 30 de maio de 2016.

ANDRÉ MARGARIDO PACHECO
RG n.º. 12.923.880 - CPF/MF n.º. 129.097.868-97
Representante Legal

Fl. n.º	2129
Proc. n.º	1.274.14-21
	Paul

JOAQUIM ALVES DE SOUZA NETO
Aux. Apoio à Fiscalização

Ref.: Processo TC nº 72.001.274.14-21

DECLARAÇÃO

DECLARO que compareci à Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, onde obtive vista dos autos em epígrafe.

São Paulo, 31 de maio

de 2016

Assinatura: Stella Rolimberg

NOME: Stella Rolimberg Corrêa

Documento: OAB/SP nº 147.582



SEGUE(m) juntada(s), nesta data para o processo rubricado sob nº(s) 2180
Em 31.05.16 (n) 16
JOÃO VES DE SOUZA NETO
Aux. Apoio à Fiscalização



Ref.: TC nº 1.274.14-21

Ao
Excelentíssimo Senhor
Conselheiro **DOMINGOS DISSEI**

O presente encontrava-se nesta Coordenadoria para as providências atinentes ao cumprimento do quanto determinado no r.despacho de folha 2161.

À vista da junção ao processo das documentações sob folhas:

- 2162 (em resposta ao Ofício SSG-GAB nº 9283/2016, folha 2137);
- 2163/2164 (em resposta à Intimação nº 655/2016, folha 2125) e
- 2166 (em atenção ao Ofício SSG-GAB nº 9287/2016, folha 2141), e, considerando a informação da Senhora Supervisora da Unidade Técnica de Ofícios à folha retro, encaminho os autos à elevada apreciação e deliberação de Vossa Excelência.

Informo, outrossim, que está pendente o retorno dos autos à Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo, conforme solicitação à folha 2145.

São Paulo, 31 de maio de 2016.


IZILDA DE LOURDES CARVALHO RODRIGUES
Coordenadora Chefe Processual

/jn



SEGUE(M) 1 juntada(s) nesta data 1 papel p/ informação rubricado sob nº 2181-2277
Em 02/06/16 (a) 1 documento 1
EDLÉA CHRISTIANO GIANNOTTI
Gab. D.D.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA DE VILA MARIA/ VILA GUILHERME 02

TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

ANEXO I

Ofício n.º 48/SP-MG/CPO/STM/2016

**Encaminhado à empresa detentora da
ATA de RP n.º 33/SMSP/COGEL/2014.**

218141
Folha n.º2182..... do proc.
72-001274/14-21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

São Paulo, 04 de maio de 2016.

OFÍCIO Nº 48/SP-MG/CPO/STM/2016.

Processo n.º 2015-0.178.699-3

Ata de RP n.º 33/SMSP/COGEL/2014

Detentora da ATA DE RP: F.M. RODRIGUES & CIA LTDA.

Contrato n.º: 002/SP-MG/CPO/2015

Assunto: Auditoria do Egrégio Tribunal de Contas do Município de São Paulo – OS n.º 2015/08542-1.

03
ID N.º 15062612
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Prezados Senhores

O Egrégio Tribunal de Contas do Município de São Paulo, através da Ordem de Serviço n.º 2015/08542-1, efetuou auditoria extraplano por amostragem na Cidade de São Paulo, referente a Atas de Registro de Preços do Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014 dentre eles a ATA DE RP n.º 33/SMSP/COGEL/2014 e mais especificamente do Processo n.º 2015-0.178.699-3 – Contrato n.º 002/SP-MG/CPO/2015, em que essa Empresa é a detentora.

A auditoria foi efetuada obedecendo a critérios conceituados e estabelecidos por aquele Órgão.

1. Procedimentos

- Selecionar oito Subprefeituras, sendo quatro localizadas na região central da Cidade e quatro em regiões periféricas.
- Identificar, nas Subprefeituras selecionadas, os contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços que derivam do Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014 para realização de serviços de conservação de pavimentos viários – tapa buracos.
- identificar, nas unidades fiscalizadas, os responsáveis pelas informações, com as respectivas funções e registros funcionais.
- Avaliar, por amostragem, os procedimentos adotados pelas unidades fiscalizadas, no âmbito de sua competência.
- Verificar in loco, por amostragem, se os serviços prestados foram realizados de acordo com normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas nos ajustes.
- Selecionar as amostras a serem submetidas aos ensaios de controle tecnológico, analisar os resultados obtidos.

2. Locais onde houve acompanhamento da execução dos serviços e extração de amostras

- Locais de extração de amostras
 - ✓ Avenida Joaquina Ramalho, 1375
 - ✓ Avenida Zacki Narchi, 536

Folha n.º 2182 do proc.
72-081274134-21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DO

Diante dos procedimentos adotados pelo TCM foram observadas as seguintes irregularidades de competência dessa empresa:

3. Do Controle foi observado que:

- 3.1 – O termo de abertura do Livro de Ordem não está datado, não contém assinatura do responsável da Subprefeitura no campo “contratante” e as folhas do Livro de Ordem destinadas as anotações de desenvolvimento do serviço não contém informações suficientes e detalhadas sobre o andamento dos serviços e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º, §1º, inciso IV do Ato Normativo n.º 06/12 do CREA/SP (item 2.2 – Anexo IV);*
- 3.2 Os Relatórios Diários de Produção não atendem as disposições do item 7.1 da Ata de RP n.º 33/SMSP/COGEL/2014 e do item 7.10 do Termo de Contrato n.º 002/SP-MG/CPO/2015 (item 2.3 – Anexo IV);*
- 3.3 A mídia eletrônica entregue não apresenta os dados de rastreamento de todos os veículos, em desacordo com o disposto no item 7.1 da Ata de RP n.º 33/SMSP/COGEL/2014 (ITEM 2.5 – Anexo IV);*
- 3.4 O registro fotográfico constante dos relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão não contém as três fotografias obrigatórias (inicial, após preparação e final) de todos os serviços executados, em desacordo com o item 4.17 do Anexo I e com os itens I, II-b e III do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014 (ITEM 2.7 – Anexo IV);*
- 3.5 Inexiste monitoramento e rastreamento dos veículos tipo Kombi, em desacordo com a Cláusula 3.9 do contrato, com o item II-a do Anexo XXI do Edital de pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014, com o item 1 da portaria SMSP n.º 41/09 e com o art. 1º da lei Municipal n.º 15.718/2013 (item 2.8 – Anexo IV).*

4 - Realização dos Serviços – foi observado que:

- 4.1 Devido a aplicação deficiente da pintura de ligação houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014, comprometendo a qualidade e a durabilidade do serviço executado e ocasionando prejuízo à municipalidade (item 3.1 – Anexo IV);*
- 4.2 Devido a falta de medição da temperatura do concreto asfáltico durante a sua aplicação não resta comprovada a sua adequação aos itens 4.2 e 4.5 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014, o que ensejaria a aplicação de multa no valor de 06 (seis) toneladas por ocorrência, conforme determina a cláusula 10.10 do Contrato; no entanto, não há registro nos autos da aplicação da referida penalidade (item 3.2 – Anexo IV);*
- 4.3 Devido à limpeza deficiente do local após a conclusão dos serviços houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014 (Item 3.3 – Anexo IV).*

01
Nº 0262612
Alexandre Louca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

5 - Qualidade do concreto asfáltico - compactação, foi observado que:

- a) A Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme aceitou e remunerou serviços com qualidade inaceitável (grau de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras), em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do Edital e 7.16.3 do contrato, ocasionando prejuízo a municipalidade face ao desperdício do concreto asfáltico e a remuneração indevida por sua aplicação. De acordo com o item 5.3.3 do Anexo I do edital, o serviço deve ser feito com material e mão de obra fornecidos pela empresa contratada (item 4.1 - Anexo IV).

Diante do assinalado pelo Egrégio Tribunal de Contas que requer a observância na íntegra constante do Contrato n.º 002/SP-MG/CPO/2015.

Solicitamos a essa empresa o direito de manifestação e informações a cada uma das irregularidades das apontadas pelo TCM, bem como, contraprova dos ensaios dos mesmos locais onde foram retiradas as amostras.

Outrossim, todas informações deverão ser encaminhadas e assinadas pelos responsáveis técnicos dessa empresa constantes do processo de contratação.

O prazo para resposta ao TCM é até dia **12/05/2016**.

Assim sendo, solicitamos retorno.

A ausência de informações e defesa leva a entender que a FM Rodrigues não contesta as irregularidades apontadas.

Nestes termos.



Luiz Urbano da Silva
Supervisor Técnico de Manutenção/ Fiscal do Contrato
SP-MG/CPO/STM

FM RODRIGUES & CIA LTDA.
Rua Hungria, 888 - 1º andar - conj. 11.
Jardim Europa - São Paulo.
CEP 01455-905

Recebido em _____/_____/_____

21834
2184
H



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA DE VILA MARIA/ VILA GUILHERME

05
TID N.º 15061617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

ANEXO II

**Despacho de inexistência da ART para
fiscalização de obras municipais expedido
pela Secretaria de Negócios Jurídicos.**

2184
Folha n.º do proc.
72 - 001274 / 14 - 21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD

06
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPC

CÓPIA

TID N.º 7172504



São Paulo, 14 de fevereiro de 2011.

MEMORANDO CIRCULAR n.º 04/SMSP/GAB/CG/2011

ASSUNTO: Orientação sobre a "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART) dos Engenheiros do quadro da Prefeitura.

SUBPREFEITURAS: ARICANDUVA; BUTANTÃ; CAMPO LIMPO; CAPELA DO SOCORRO; CASA VERDE; CIDADE ADEMAR; CID. TIRADENTES; ERMELINO MATARAZZO; FREGUESIA DO Ó; GUALANASES; IPIRANGA; ITAIM PAULISTA; ITAQUERA; JABAQUARA; TREMEMBÉ/JAÇANA; LAPA; MBOI MIRIM; MÓOCA; PARELHEIROS; PENHA; PERUS; PINHEIROS; PIRITUBA; SANTANA/TUCURUVI; SANTO AMARO; SÃO MATEUS; SÃO MIGUEL; SÉ; VLMARIA/ VL.GUILHERME; VLMARIANA; VL.PRUDENTE.

Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
Coordenadoria de Projetos e Obras
Srs. Coordenadores,

Sirvo-me do presente para encaminhar-lhes, para ciência, parecer da Procuradoria Geral do Município sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos Engenheiros do quadro da Prefeitura.

ATAJ/FLOG

Folha n.º 2185/11 do total
72 - 001274 / 14 - 21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD



01
TID N.º 150626/7
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Solicitamos que eventuais questionamentos dirigidos às Subprefeituras relativamente ao assunto, oriundos de órgãos como CREA, Ministério Público, etc., sejam encaminhados à Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos desta Secretaria, para análise e manifestação.

Atenciosamente,

Manoel Victor de Almeida Neto
Chefe de Gabinete
SMSP

ATAJ/FLOG

2186 H
Folha n.º 2187 do proc.
72-001274/14-21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD

CMR



SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

do Ofício nº 210/SP-BT/GAB/AJ/2010
TID 6063870

Folha de informação nº 24
em 30/02 / 2010 (a)

08
TID N.º 1506167
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

INTERESSADO: SMSP - COGEL

ASSUNTO : Questionamento feito pela SP-BT sobre a obrigatoriedade de recolhimento da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, por parte dos profissionais da PMSP vinculados ao CREA, em função do disposto na Resolução CONFEA nº 1.025/09, quando da realização de procedimentos de fiscalização de execução contratual. Inviabilidade.

Informação nº 1.439 / 2010 – PGM.AJC

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ASSESSORIA JURÍDICO-CONSULTIVA
Senhora Procuradora Assessora Chefe,

1 – Trata-se de dúvida posta pela Subprefeitura do Butantã quanto à obrigatoriedade de recolhimento da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica por parte do profissional responsável pela fiscalização dessa Subprefeitura, tal como apontado pelo Tribunal de Contas do Município às fls. 321 do Processo TC nº 72.000.218.09-58, que cuida do Acompanhamento da Execução do Termo de Contrato nº 068/SP-BT/SF/2008, celebrado entre a SP-BU e a Construtora Roy Ltda., anexo por cópia às fls. 02 deste.

2 – A Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, instituiu a denominada “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia determinando, em seus artigos 1º e 2º, que:

Folha nº do proc.

72-001274/14-2/1

EDLEA C. GIANOTTI
GAB. DU



SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

do Ofício nº 210/SP-BT/GAB/AJ/2010
TID 6063870

Folha de informação nº 25
em 30/03/2010 (a)

VALERIA DE NAZARETH PEREIRA
RF 505.101 7 01
P. 000 - 0 10

"Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).

Art 2º - A ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia, arquitetura e agronomia.

§ 1º - A ART será efetuada pelo profissional ou pela empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), de acordo com Resolução própria do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA).

§ 2º - O CONFEA fixará os critérios e os valores das taxas da ART ad referendum do Ministro do Trabalho."

Vê-se, assim, que o objetivo da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART criada pela Lei ora em apreço foi o de garantir que o profissional que executa uma obra ou que preste quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia o faça dentro do rigor da técnica dessas profissões, com absoluto comprometimento com a excelência do exercício das suas atividades profissionais, responsabilizando, por outro lado, os profissionais que realizam atividades sem o conhecimento técnico, imperitos, negligentes, que descumprem normas e legislações, que trabalham com falta de clareza e/ou não efetivo cumprimento dos contratos, relapsos, omissos e inconseqüentes. Nessas circunstâncias, para dar início às atividades típicas e inerentes às profissões em questão, tal como referidas pela Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, o engenheiro, arquiteto ou agrônomo deve, previamente, obter o registro de sua ART no CREA, recolhendo os emolumentos e taxas a ela inerentes, tendo o CONFEA fixado, pela Resolução CONFEA nº 1.025, de 30

Folha n.º 21.880 do proc.

72-001274/14-21

EDLEA C. GIANINOTTI
GAB. DD

do Ofício nº 210/SP-BT/GAB/AJ/2010
TID 6063870

Folha de informação nº 26
em 30/07/2010 (a)

RECEBIDO DE TID N.º 15062617
DE 30/07/2010
POM - AJG

de outubro de 2009, os procedimentos necessários ao registro, baixa, cancelamento e anulação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

Contudo, cotejando o disposto na Lei Federal nº 6.496/77 e na Lei Federal nº 5.194/66, não me parece exigível qualquer registro de ART perante o CREA para que o profissional responsável pela fiscalização nas Subprefeituras possa atuar, muito menos que a ausência dessa ART possa macular a execução de um Contrato, tal como referido pelo TCM no item 4, de sua manifestação de fls. 317/320, do Processo TC nº 72.000.218.09-58.

Com efeito, em primeiro lugar, há que se ressaltar que o profissional que está à frente da fiscalização perpetrada pela Subprefeitura do Butantã para o acompanhamento da execução de um determinado Contrato não está agindo por força de um contrato que tenha firmado ou, ainda, por estar prestando serviços profissionais na área da engenharia, como refere o artigo 1º, da Lei Federal nº 6.496/77.

Está, isso sim, no exercício de uma atividade estatal de fiscalização que não comporta, por sua vez, atribuição de responsabilidade à pessoa do profissional que a desenvolve, mas sim ao próprio ente, ou seja, o Município de São Paulo.

Isso porque, o regime de Direito Administrativo atribui à Administração o poder-dever de proceder à fiscalização da execução dos contratos por ela firmados, a ser feita pelo representante que designe ou por terceiros contratados especificamente para esse fim, a teor do disposto nos artigos 58, inciso III e 67, da Lei nº 8.666/93.

2189 H
Folha n.º 2190 do proc.

3

72-001274/14-21

EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD

11
TD N.º 1506/69
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
MG / CPO

do Ofício nº 210/SP-BT/GAB/AJ/2010
TID 6063870

Folha de informação nº 28
em 30/07/2010 (a)

VALERIA DE M. MARTINS DE SOUZA
RE. 000.000.000
00000000000000000000

pessoa jurídica de direito público, como é o Município afasta, portanto, exigências como a de registro de ART, a exemplo da situação retratada no Acórdão referente ao julgamento do Recurso Especial nº 1.183.084, da 2ª Turma, do STJ, da lavra da Ministra Eliana Calmon.

De mais a mais, entendo que a exigência de registro de ART contida no parágrafo único, do artigo 3º e no artigo 43, da Resolução CONFEA nº 1.025/99, a pretexto de regulamentar o disposto na Lei Federal nº 6.496/77, que instituiu a Anotação de Responsabilidade Técnica para esses profissionais, acabou por desbordar do texto legal a ponto de exigir o registro de ART em situações não amparadas pelo disposto no artigo 1º, da já citada Lei Federal nº 6.496/77.

Não é o vínculo profissional que o engenheiro, arquiteto ou agrônomo detém com o órgão público que o obriga a registrar sua ART, mas sim a efetiva execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia, a teor mesmo do disposto no artigo 12 c/c artigo 7º, letra "g", da Lei Federal nº 5.194/66.

Portanto, dado o exposto, entendo que não há amparo legal para se exigir que aquele que cumpre a função estatal de fiscalização inerente ao poder-dever que a Administração tem para acompanhar atentamente a execução de um contrato que tenha firmado com um particular, seja ele engenheiro, arquiteto ou agrônomo, registre Anotação de Responsabilidade Técnica perante o CREA; entendo, também, que a Resolução CONFEA nº 1.025/09, ao exigir o registro de ART meramente em função da existência de vínculo profissional entre esses profissionais e a

¹ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª ed., p. 560/561

Folha n.º 2190 5. do proc.

72-001274/14-21

EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD



SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

12
TID N.º 15061613
Alexandre Louca
R.F. 750.542.6
MG / CPO

do Ofício nº 210/SP-BT/GAB/AJ/2010
TID 6063870

Folha de informação nº 30
em 30/07/2010 (a)

PALESTRA DE VALIARÉTH PEREIRA
SECRETARIA

INTERESSADO: SMSP - COGEL

ASSUNTO : Questionamento feito pela SP-BT sobre a obrigatoriedade de recolhimento da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, por parte dos profissionais da PMSP vinculados ao CREA, em função do disposto na Resolução CONFEA nº 1.025/09, quando da realização de procedimentos de fiscalização de execução contratual. Inviabilidade.

Cont. Informação nº 1.439 / 2010 – PGM.AJC

SNJ.G
Senhor Secretário,

Encaminho o presente a Vossa Excelência com as conclusões alcançadas pela Assessoria Jurídico-Consultiva desta Procuradoria Geral às fls. 15 e seguintes, que acolho, quanto à dúvida suscitada por SMSP/COGEL às fls. 14 deste.

São Paulo, 25/7 / 2010.

CELSO AUGUSTO COCCARO FILHO
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
OAB/SP 98.071
PGM

CMB

0 - 210/2010 - AP-BT - exigência de ART para o profissional que desenvolve atividade de fiscalização da execução contratual

Folha n.º 21925 do proc.

72 - 001274 / 14 - 21

EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA DE VILA MARIA/ VILA GUILHERME

13
TID N.º 15062617

Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

ANEXO III

Cópia do Relatório Fotográfico Auditados.

2192 Ar
Folha n.º do proc.

72-001274/14-21

EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD



solution
gestão transparente

Relatório: Serviços Realizados - 1ª Fase

Contratada: F.M. Rodrigues

Página: 13 de 28

Data: 11/11/2015 15:59:54

Parâmetros de Pesquisa

Data Início : 01/10/2015 Data Fim : 15/10/2015

Código : 32612 Serviço: Tapa buracos Contratante: Vila Maria / Vila Guilherme

Detalhe	Antes	Durante	Depois
Preparação para aplicação de massa Placa : ECT-3486 Início : 07/10/2015 11:03 Fim : 07/10/2015 12:22 Aplicação de Massa Placa : EIO-8043 Início : 09/10/2015 15:59 Fim : 09/10/2015 16:10 Lat/Long : -23.501286 -46.602418 Endereço : Avenida Conceição, 1096-1152 - Carandiru, São Paulo, 02072001, SP, Brasil Largura : 1.00 Comprimento : 4.00			

Código : 32672 Serviço: Tapa buracos Contratante: Vila Maria / Vila Guilherme

Detalhe	Antes	Durante	Depois
Preparação para aplicação de massa Placa : ECT-3486 Início : 07/10/2015 14:55 Fim : 07/10/2015 14:56 Aplicação de Massa Placa : EIO-8043 Início : 09/10/2015 16:21 Fim : 09/10/2015 16:32 Lat/Long : -23.499206 -46.598560 Endereço : Avenida Conceição, 1618-1638 - Vila Panay, São Paulo, 02072002, SP, Brasil Largura : 1.50 Comprimento : 2.00			

TID N.º 150626/17
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Folha n.º 2194 do pro

272-001274/14-21

EDLEA C. GIANNOTTI
G.B. 00



solution
gestão transparente

Relatório: Serviços Realizados
Contratada: F.M. Rodrigues
Página: 17 de 28
Data: 11/11/2015 15:59:54

Parâmetros de Pesquisa

Data Início : 01/10/2015 Data Fim : 15/10/2015

Código : 35272 **Serviço:** Tapa buracos **Contratante:** Vila Maria / Vila Guilherme

Detalhe	Antes	Durante	Depois
Preparação para aplicação de massa Placa : ECT-3486 Início : 08/10/2015 09:47 Fim : 08/10/2015 10:03 Aplicação de Massa Placa : EIO-8043 Início : 09/10/2015 08:51 Fim : 09/10/2015 09:00 Lat/Long : -23.514061 -46.571340 Endereço : Avenida Tenente Amaro Felicíssimo da Silveira, 1197-1311 - Parque Novo Mundo, São Paulo, 02177010, SP, Brasil Largura : 1.00 Comprimento : 1.00			

Código : 35288 **Serviço:** Tapa buracos

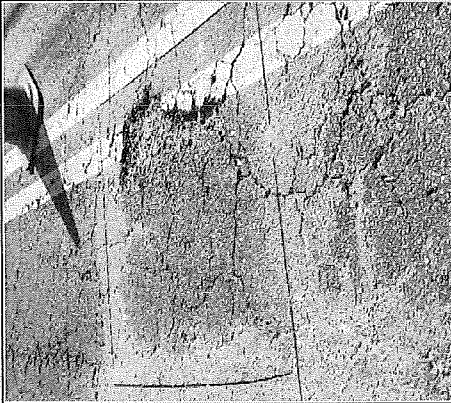
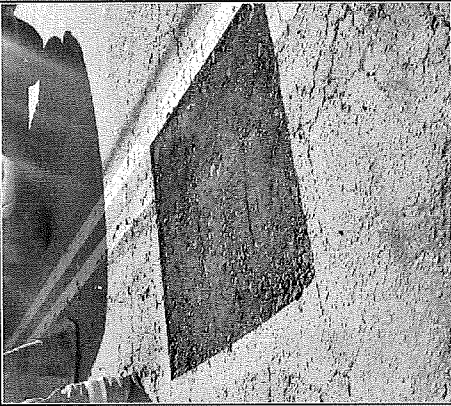
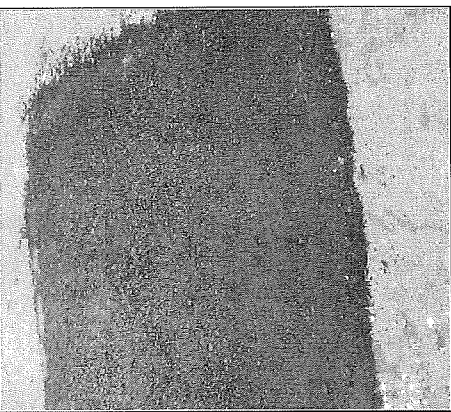
Contratante: Vila Maria / Vila Guilherme

Detalhe	Antes	Durante	Depois
Preparação para aplicação de massa Placa : ECT-3486 Início : 08/10/2015 09:52 Fim : 08/10/2015 10:27 Aplicação de Massa Placa : EIO-8043 Início : 09/10/2015 08:52 Fim : 09/10/2015 09:05 Lat/Long : -23.514045 -46.571323 Endereço : Avenida Tenente Amaro Felicíssimo da Silveira, 1197-1311 - Parque Novo Mundo, São Paulo, 02177010, SP, Brasil Largura : 1.00 Comprimento : 1.00			

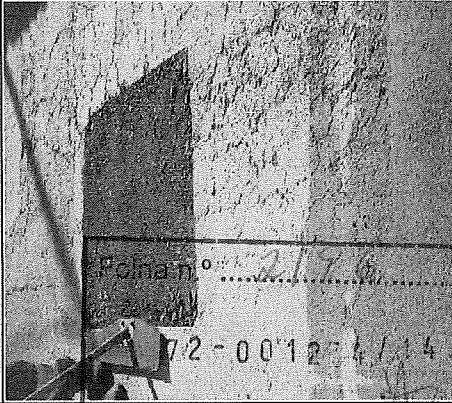
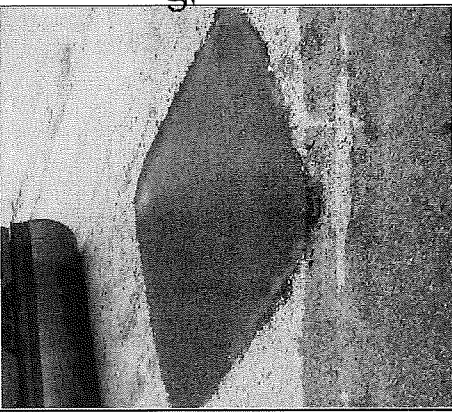
15
Folha N.º 1506617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Parâmetros de Pesquisa Data Início : 01/10/2015 Data Fim : 15/10/2015

Código : 32847 **Serviço:** Tapa buracos **Contratante:** Vila Maria / Vila Guilherme

Detalhe	Antes	Durante	Depois
Preparação para aplicação de massa Placa : ECT-3486 Início : 07/10/2015 15:10 Fim : 07/10/2015 15:28 Aplicação de Massa Placa : EIO-8043 Início : 09/10/2015 17:03 Fim : 09/10/2015 17:14 Lat/Long : -23.499125 -46.589903 Endereço : Avenida Conceição, 2672-2794 - Jardim Japão, São Paulo, 02135000, SP, Brasil Largura : 1.00 Comprimento : 1.00			

Código : 32855 **Serviço:** Tapa buracos **Contratante:** Vila Maria / Vila Guilherme

Detalhe	Antes	Durante	Depois
Preparação para aplicação de massa Placa : ECT-3486 Início : 07/10/2015 15:42 Fim : 07/10/2015 15:42 Aplicação de Massa Placa : EIO-8043 Início : 09/10/2015 16:55 Fim : 09/10/2015 17:01 Lat/Long : -23.499338 -46.590385 Endereço : Avenida Conceição, 2554-2670 - Jardim Japão, São Paulo, 02135000, SP, Brasil Largura : 1.00 Comprimento : 1.00			

16
TID N.º 15067617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO



solution
gestão transparente

Relatório: Serviços Realizados: r Fases

Contratada: F.M. Rodrigues

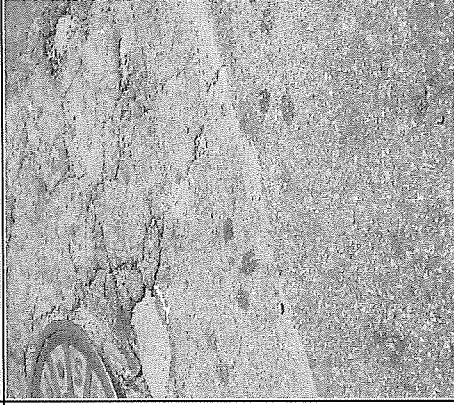
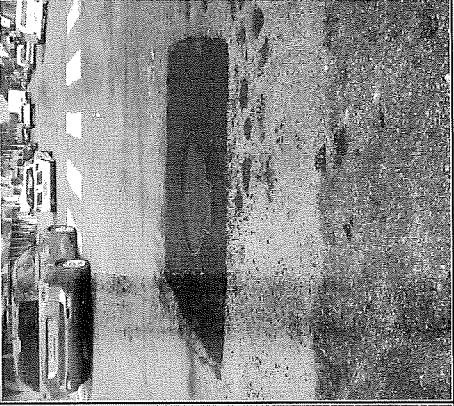
Página: 28 de 28

Data: 11/11/2015 15:59:54

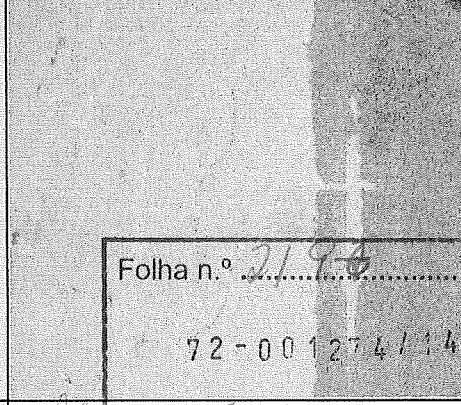
Parâmetros de Pesquisa

Data Início : 01/10/2015 Data Fim : 15/10/2015

Código : 36286 Serviço: Tapa buracos Contratante: Vila Maria / Vila Guilherme

Detalhe	Antes	Durante	Depois
Preparação para aplicação de massa Placa : ECT-3486 Início : 14/10/2015 10:54 Fim : 14/10/2015 10:56 Aplicação de Massa Placa : EIO-8043 Início : 14/10/2015 15:28 Fim : 14/10/2015 15:40 Lat/Long : -23.513810 -46.589063 Endereço : Rua Curuçá, 684-732 - Vila Maria, São Paulo, 02120001, SP, Brasil Largura : 1.00 Comprimento : 1.00			

Código : 36291 Serviço: Tapa buracos Contratante: Vila Maria / Vila Guilherme

Detalhe	Antes	Durante	Depois
Preparação para aplicação de massa Placa : ECT-3486 Início : 14/10/2015 11:04 Fim : 14/10/2015 11:04 Aplicação de Massa Placa : EIO-8043 Início : 14/10/2015 15:49 Fim : 14/10/2015 15:57 Lat/Long : -23.521010 -46.584781 Endereço : Rua Carmópolis de Minas, 634-796 - Vila Maria, São Paulo, 02116010, SP, Brasil Largura : 1.00 Comprimento : 1.00			

17
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Folha n.º 2196 do processo
72-001274/14-21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD



solution
gestão transparente

Relatório: Serviços Realizados - r Fases
Contratada: F.M. Rodrigues
Página: 20 de 28
Data: 11/11/2015 15:59:54

Parâmetros de Pesquisa Data Início : 01/10/2015 Data Fim : 15/10/2015

Código : 35294	Serviço: Tapa buracos	Contratante: Vila Maria / Vila Guilherme	Antes	Durante	Depois
Detalhe					
Preparação para aplicação de massa Placa : ECT-3486 Início : 08/10/2015 10:47 Fim : 08/10/2015 10:48					
Aplicação de Massa Placa : EIO-8043 Início : 09/10/2015 10:28 Fim : 09/10/2015 10:47					
Lat/Long : -23.521343 -46.577715 Endereço : Rua Arenópolis, 129-377 - Jardim Andaraí, São Paulo, 02169020, SP, Brasil					
Largura : 2.00 Comprimento : 2.50					

Código : 35421	Serviço: Tapa buracos	Contratante: Vila Maria / Vila Guilherme	Antes	Durante	Depois
Detalhe					
Preparação para aplicação de massa Placa : ECT-3486 Início : 08/10/2015 13:30 Fim : 08/10/2015 14:21					
Aplicação de Massa Placa : EIO-8043 Início : 09/10/2015 09:59 Fim : 09/10/2015 10:09					
Lat/Long : -23.514160 -46.570948 Endereço : Alameda Primeiro-Sargento Basílio Nogueira da Costa, 7-81 - Parque Novo Mundo, São Paulo, 02186040, SP, Brasil					
Largura : 2.00 Comprimento : 2.00					

18
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Folha n.º do proc.
72-001274/14-21
EDILEA CHANOTTI
GAB. DD

fls. 2198
2193



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA DE VILA MARIA/ VILA GUILHERME

19
TID N.º 15062617

Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

ANEXO IV

- Ensaio do grau de compactação apresentada pela Contratada que serviu para elaboração das medições.

Folha n.º 2198 de
72-001274/14-21
EDLEA G. GIANNOTTI
GAB. DD

REF.: (C.E.001) AGOSTO/N.º 5.692-15

São Paulo, 31 de Agosto de 2.015

À
F.M. RODRIGUES E CIA LTDA.
Rua Hungria, Nº 888 – 1º Andar – Sala 11
Jardim Europa – São Paulo/SP.

20
TID N.º 15062612
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Atenção.:	ENG.º MARCIO AUGUSTO
Ref.:	DETERMINAÇÃO DO GRAU DE COMPACTAÇÃO DE MASSA ASFALTICA
Obra:	CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO TAPA BURACO
Local:	RUA SOLDADO JOSÉ VIVANCO SOLANO
Trecho:	CONFORME CROQUI

Prezados Senhores,

Encaminhamos a V.S.a através da presente nosso relatório contendo ensaios de Determinação da Densidade Aparente da Massa Asfáltica aplicada na obra de **Conservação de Pavimento Viário Tapa Buraco - Subprefeitura da Vila Maria/ Vila Guilherme**, no local Rua Soldado José Vivanco Solano Nº 433, trecho conforme croqui.

Soleil Consultoria, Projetos e Obras Ltda.
João Alberto Pinto - Diretor

2199
Folha n.º 2200 do proc.
72-001274/14-21
EDLEA C. GIANINOTTI
GAB. DD

INDICE

- ❖ DETERMINAÇÃO DA DENSIDADE APARENTE (GRAU DE COMPACTAÇÃO)
- ❖ CROQUI DE LOCALIZAÇÃO
- ❖ DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO

21
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

21982 2200
Folha n.º 2261
72-001274/14-21
EDLEA C. GIANNOTTI
CAR. DD

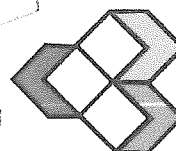
22
TID N.º 159626/2
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

2201 A/
Folha n.º 2202 de 2202
72-001274/14-1
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD

❖ **DETERMINAÇÃO DA DENSIDADE APARENTE (GRAU DE
COMPACTAÇÃO)**



23
TID N° 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
BR - MG / CPO



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.

OBRA: RUA SOLDADO JOSÉ VIVANCO SOLANO

TRECHO: CONFORME CROQUI

INTERES.: F.M RODRIGUES E CIA LTDA.

DENSIDADE DE PROJETO (g/l)	2.368
----------------------------	-------

MÉDIAS	2.325	98,2%
--------	-------	-------

31 de Agosto de 2015

Folha n.º 2203

72-001274/1

EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD

WAGNER

TECNICO

ROBERVAL DE MIRANDA
COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

24
TID N.º 15062617
Alexandre Louca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

2203-11
Folha n.º 2209 do proc.
72 - 001274 / 14 - 21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD



CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

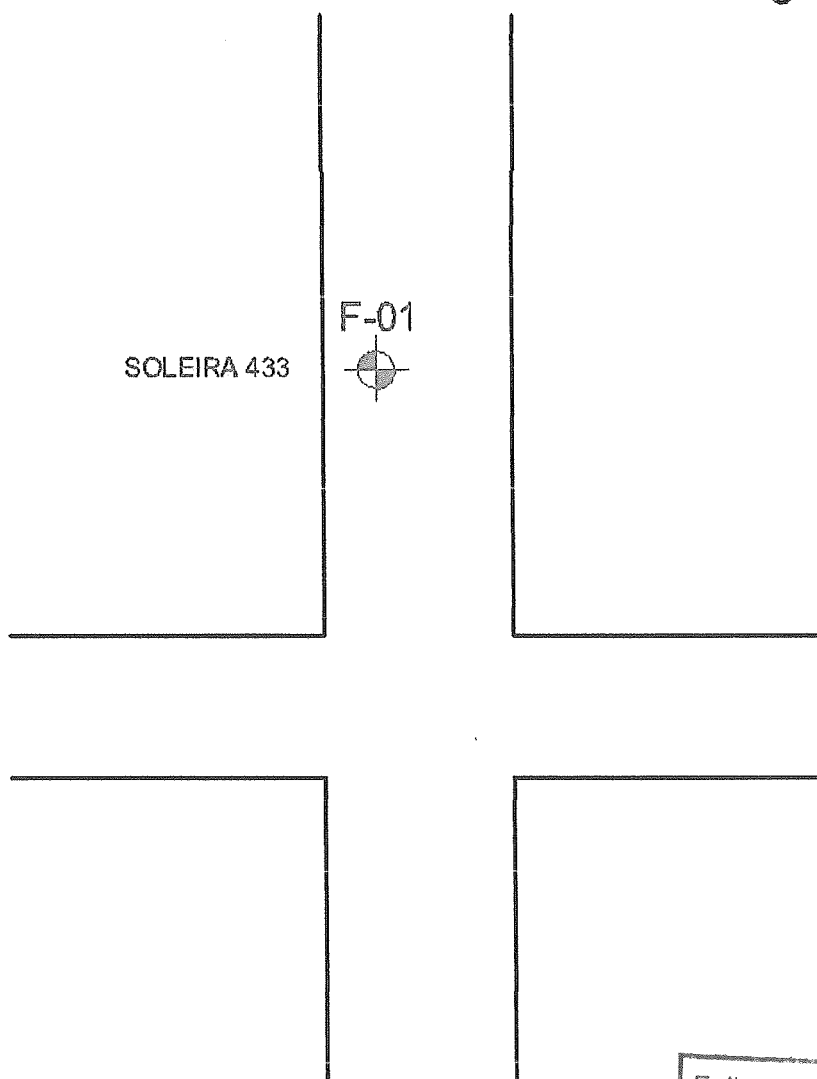
OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO "TAPA BURACO".

LOCAL: RUA SOLDADO JOSÉ VIVANCO SOLANO

TRECHO: CONFORME CROQUI

INTERESSADO: F.M RODRIGUES E CIA LTDA.

25
TID N.º 15062613
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO



2204
Folha n.º 2205 de proc.
72-001274/14-21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD

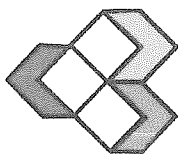


FURO DE BROQUEAMENTO PARA EXTRAIR CORPO DE PROVA PARA
DETERMINAÇÃO DA MASSA ESPECÍFICA APARENTE

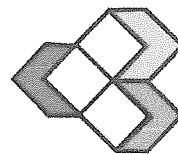
26
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

2205A
Folha n.º 2206 do projeto
72-0012-4/14-21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD

❖ **DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO**



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.

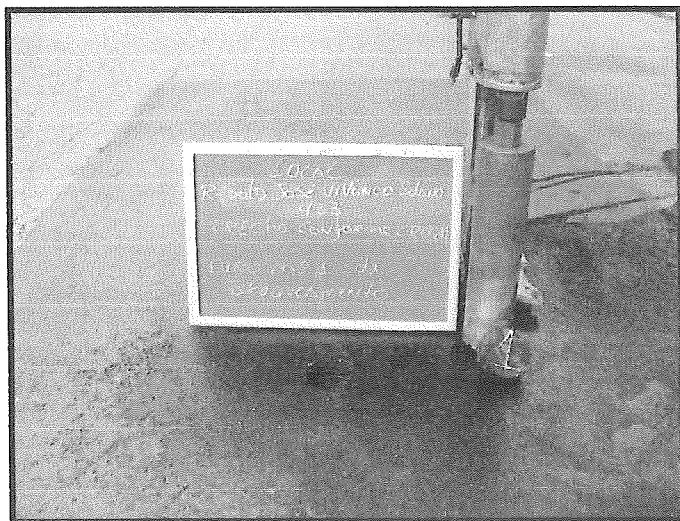
FOTOS DO LÓCAL

REF.: C.E.001/AGOSTO/N.º 5.692-15
OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIÁRIO "TAPA BURACO"
LOCAL: RUA SOLDADO JOSÉ VIVANCO SOLANO
TRECHO: CONFORME CROQUI

TID N.º 15062617
Alexandre Louca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO



Local a ser executado Furo Nº 1 de Broqueamento com Sonda Rotativa.

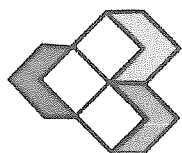


Corpo de prova extraído do Furo Nº 1 de Broqueamento com Sonda Rotativa.

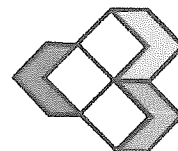
Folha n.º 2207
72-001274/14-21
EDLEA C. GIANI
GAB. DD

ROBERVAL DE MIRANDA – COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.

FOTOS DO LOCAL

REF.: C.E.001/AGOSTO/N.º 5.692-15
OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO "TAPA BURACO" 28
LOCAL: RUA SOLDADO JOSÉ VIVANCO SOLANO
TRECHO: CONFORME CROQUI



Fechamento do Furo N° 1 do Broqueamento com Massa Asfáltica.

TID N.º 15061617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542,6
SP - MG / CPO

2207 Ar
Folha n.º 2208 de 2208
72-001274/14-21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD

ROBERVAL DE MIRANDA – COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

REF.: (C.E.001) AGOSTO/N.º 5.552-15

São Paulo, 31 de Agosto de 2015

À
F.M. RODRIGUES E CIA LTDA.
Rua Hungria, Nº 888 – 1º Andar – Sala 11
Jardim Europa – São Paulo/SP.

29
TID N.º 15067617
Alexandre Leduc
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Atenção.:	ENG.º MARCIO AUGUSTO
Ref.:	DETERMINAÇÃO DO GRAU DE COMPACTAÇÃO DE MASSA ASFALTICA
Obra:	CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO TAPA BURACO
Local:	RUA CORONEL MARCÍLIO FRANCO
Trecho:	CONFORME CROQUI

Prezados Senhores,

Encaminhamos a V.S.a através da presente nosso relatório contendo ensaios de Determinação da Densidade Aparente da Massa Asfáltica aplicada na obra de **Conservação de Pavimento Viário Tapa Buraco - Subprefeitura da Vila Maria/ Vila Guilherme**, no local Rua Coronel Marcílio Franco Nº 524, trecho conforme croqui.

SOLEIL Consult. Proj. e Obras Ltda



Assinatura

Soleil Consultoria, Projetos e Obras Ltda.
João Alberto Pinto - Diretor

Folha n.º 2208/1
72-001274/14-21
EDLEA C. GIANNOTTI
CAB. DD

INDICE

- ❖ **DETERMINAÇÃO DA DENSIDADE APARENTE (GRAU DE COMPACTAÇÃO)**
- ❖ **CROQUI DE LOCALIZAÇÃO**
- ❖ **DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO**

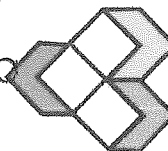
30
TID N.º 150626/17
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

2209
Folha n.º 2210 do processo
72-001274/116-21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD

31
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

❖ **DETERMINAÇÃO DA DENSIDADE APARENTE (GRAU DE
COMPACTAÇÃO)**

Folha n.º 2211
2210
72 - 001274 / 14 - 21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD



DETERMINAÇÃO DA DENSIDADE APARENTE

OBRA: RUA CORONEL MARCÍLIO FRANCO

TRECHO: CONFORME CROQUI

INTERES.: F.M RODRIGUES E CIA LTDA.

[illegible]

DENSIDADE DE PROJETO (g/l)	2.368
----------------------------	-------

MÉDIAS	2.347	99,1%
---------------	--------------	--------------

31 de Agosto de 2015

Folha n.º 2272

72-00127.4 / 14-2

EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD

WAGNER

TECNICO

ROBERVAL DE MIRANDA
COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

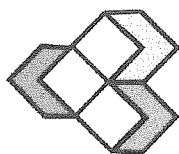
ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

33
TID N.º 15062617

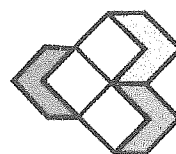
Alexandre Louca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPC

Folha n.º ... 2213
2212 41
72 - 00 1274 / 4 - 21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD

❖ **CROQUI DE LOCALIZAÇÃO**



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

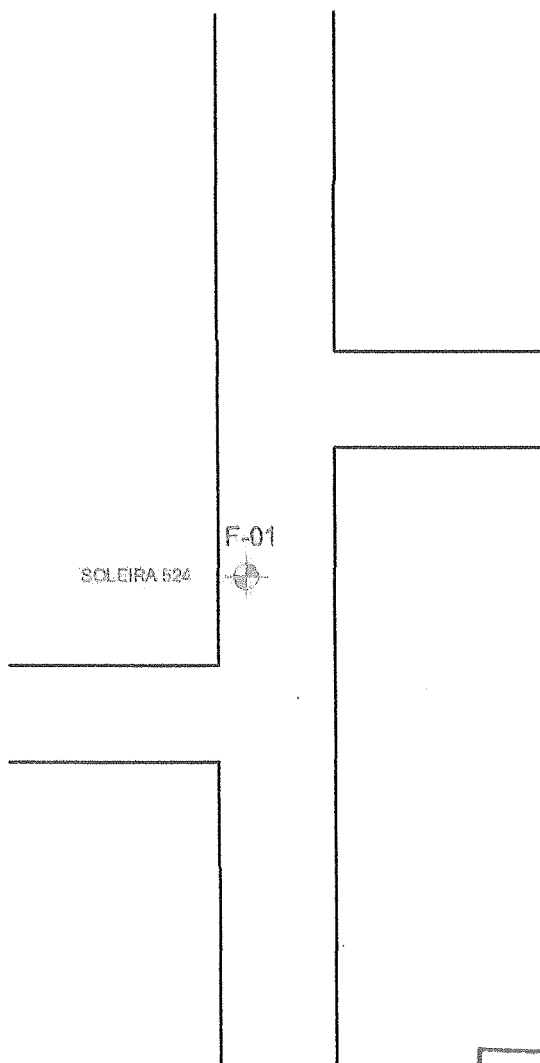
OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO "TAPA BURACO".

LOCAL: RUA CORONEL MARCÍLIO FRANCO

TRECHO: CONFORME CROQUI

INTERESSADO: F.M RODRIGUES E CIA LTDA.

34
TID N.º 15091617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO



Folha n.º 2219 do proc.
2213
72-001274/14-21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD



FURO DE BROQUEAMENTO PARA EXTRAIR CORPO DE PROVA PARA DETERMINAÇÃO DA MASSA ESPECÍFICA APARENTE

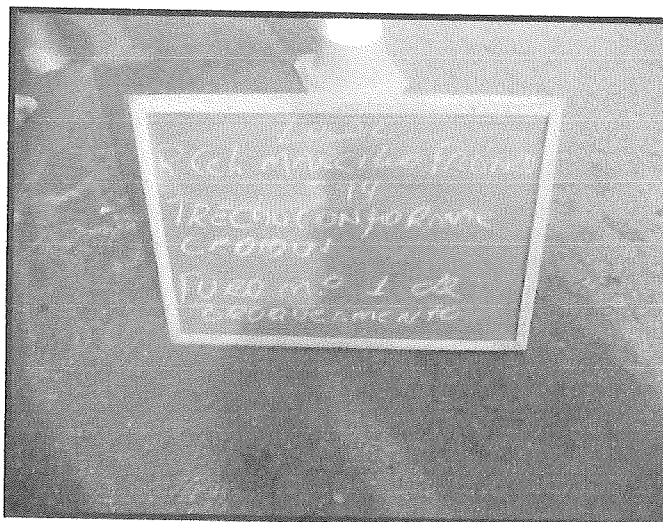
35
TID N.º 15062612
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Folha n.º 2215 do DRC
2214
72-001274/14-21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD

❖ **DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO**

FOTOS DO LOCAL

REF.: C.E.001/AGOSTO/N.º 5.592-15
OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIÁRIO "TAPA BURACO"
LOCAL: RUA CORONEL MARCÍLIO FRANCO
TRECHO: CONFORME CROQUI



Local a ser executado Furo Nº 1 de Broqueamento com Sonda Rotativa.



Corpo de prova extraído do Furo Nº 1 de Broqueamento com Sonda Rotativa.

TID N.º 150.326/7
Alexandre Louca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

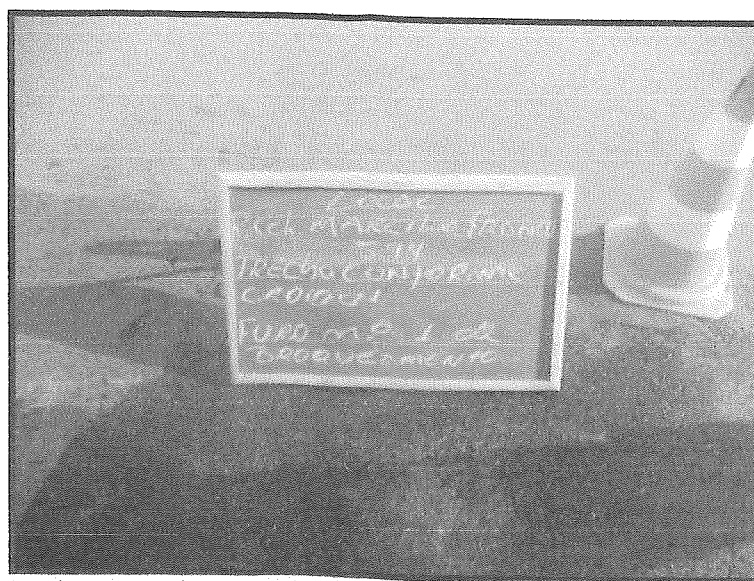
Folha n.º 2246 do proc.
2245 A/
72-001274/14-21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD

ROBERVAL DE MIRANDA – COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

FOTOS DO LOCAL

REF.: C.E.001/AGOSTO/N.º 5.592-15
OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIÁRIO "TAPA BURACO"
LOCAL: RUA CORONEL MARCÍLIO FRANCO
TRECHO: CONFORME CROQUI



Fechamento do Furo Nº 1 do Broqueamento com Massa Asfáltica.

37
TID N.º 15002617

Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Folha n.º 22.17 do proc

2256
72-001274/14-21

EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DO

ROBERVAL DE MIRANDA – COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP/5082530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

REF.: (C.E.001) SETEMBRO/N.º 5.693-15

São Paulo, 30 de Setembro de 2.015

À
F.M. RODRIGUES E CIA LTDA.
Rua Hungria, Nº 888 – 1º Andar – Sala 11
Jardim Europa – São Paulo/SP.

38
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Atenção.:	ENG.º MARCIO AUGUSTO
Ref.:	DETERMINAÇÃO DO GRAU DE COMPACTAÇÃO DE MASSA ASFALTICA
Obra:	CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO TAPA BURACO
Local:	RUA SILVA GUIMARÃES
Trecho:	CONFORME CROQUI

Prezados Senhores,

Encaminhamos a V.S.a através da presente nosso relatório contendo ensaios de Determinação da Densidade Aparente da Massa Asfáltica aplicada na obra de **Conservação de Pavimento Viário Tapa Buraco - Subprefeitura da Vila Maria/ Vila Guilherme**, no local Rua Silva Guimarães Nº 339, trecho conforme croqui.

Soleil Consultoria, Projetos e Obras Ltda.
João Alberto Pinto - Diretor

2217
Folha n.º 2218 de 210
72 - 001274 / 14 - 21
EDLEA C. GIANNOTTI
CA8. DD

INDICE

- ❖ DETERMINAÇÃO DA DENSIDADE APARENTE (GRAU DE COMPACTAÇÃO)
- ❖ CROQUI DE LOCALIZAÇÃO
- ❖ DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO

39
ID N° 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Folha n.º22/10/11..... do pro:
72 - 001274 / 14 - 21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD

40
TID N.º 15062617
Alexandre Louca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

❖ **DETERMINAÇÃO DA DENSIDADE APARENTE (GRAU DE
COMPACTAÇÃO)**

Folha n.º 2200 de 2219
72 - 001274 / 14 - 21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD



41
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CP



OBRA: RUA SILVA GUIMARÃES

TRECHO: CONFORME CROQUI

INTERES.: F.M RODRIGUES E CIA LTDA.

[illegible]

DENSIDADE DE PROJETO (g/l)	2.368
----------------------------	-------

MÉDIAS	2.317	97,9%
---------------	--------------	--------------

30 de Setembro de 2015

Folha n.º 2227 do processo

72-001274-14-21

EDLEA C. GIANNOTT
GAB. DD

WAGNER

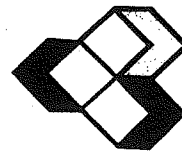
TECNICO

ROBERVAL DE MIRANDA
COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.

42
TID N.º 150626/12

Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPF

Folha n.º 2222 de proc.
2222
72-001274/14-2
EDLEA C. GIANNOI
CAB. DD



CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

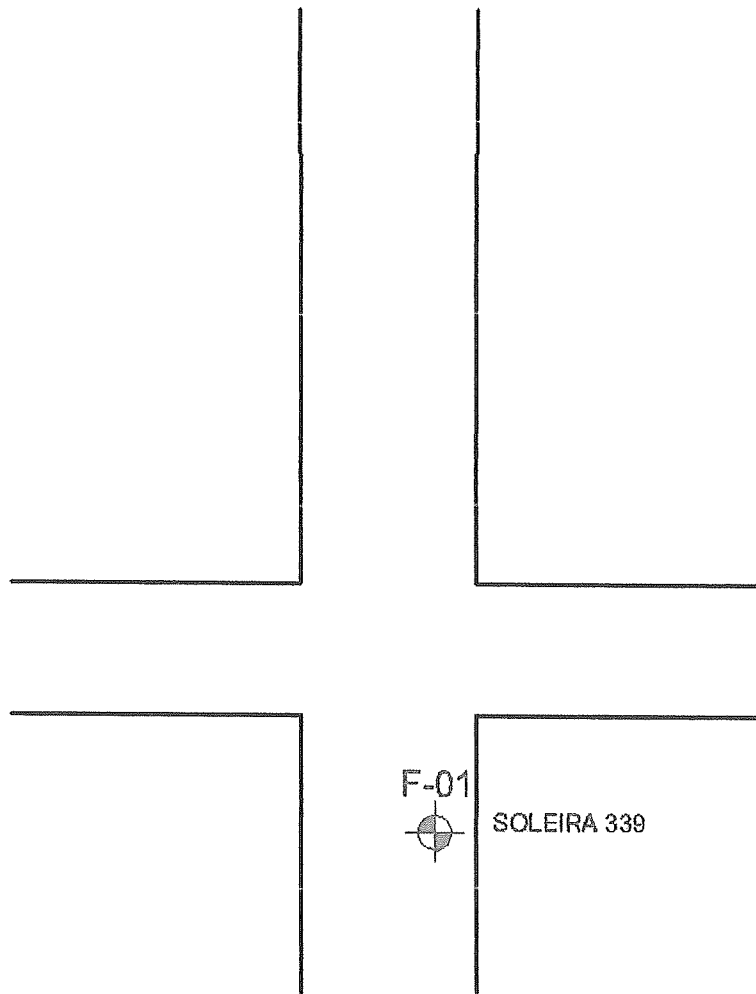
OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO "TAPA BURACO".

LOCAL: RUA SILVA GUIMARÃES

TRECHO: CONFORME CROQUI

INTERESSADO: F.M RODRIGUES E CIA LTDA.

43
Linha N.º 15092617
Alexandre Louca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPN



F-01

SOLEIRA 339

Folha n.º 2223
2223
72-001274/14-21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DD



FURO DE BROQUEAMENTO PARA EXTRAIR CORPO DE PROVA PARA
DETERMINAÇÃO DA MASSA ESPECÍFICA APARENTE

44
TID N.º 15062617
Alexandre Louuca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPC

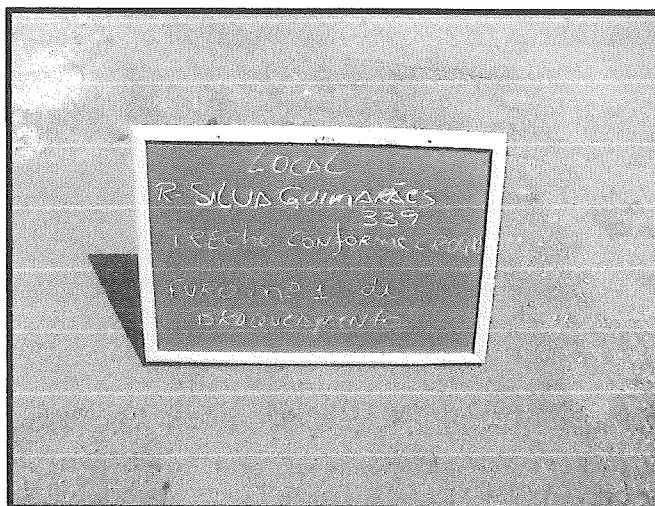
Folha n.º 2223
2223
72-001274/14-21
EDLEA C. GIANNOTTI
GAB. DO

❖ **DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO**

FOTOS DO LOCAL

REF.: C.E.001/SETEMBRO/N.º 5.693-15
OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO "TAPA BURACO" 45
LOCAL: RUA SILVA GUIMARÃES
TRECHO: CONFORME CROQUI

TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG CPC



Local a ser executado Furo Nº 1 de Broqueamento com Sonda Rotativa.

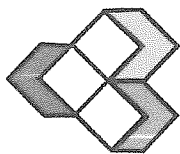


Corpo de prova extraído do Furo Nº 1 de Broqueamento com Sonda Rotativa.

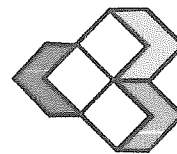
Foto N.º 2225
2224-11
12-05-1974/14-21
BILCAO, CIRINO
GAB. 00

ROBERVAL DE MIRANDA – COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.



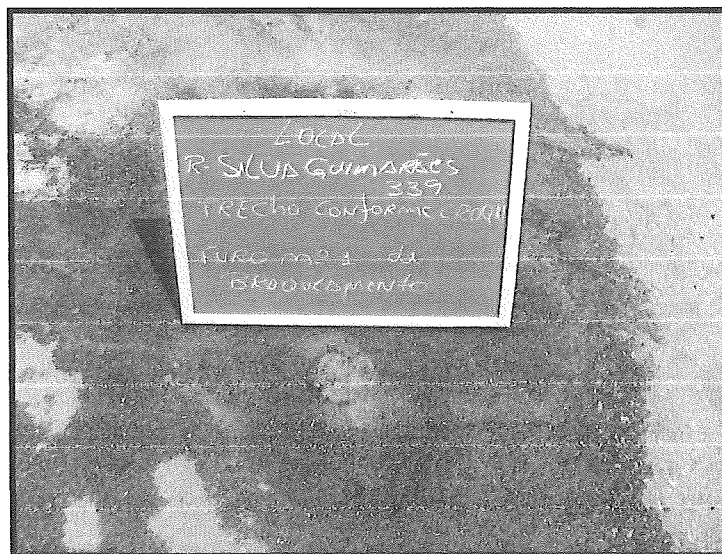
Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.

FOTOS DO LOCAL

REF.: C.E.001/SETEMBRO/N.º 5.693-15
OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO "TAPA BURACO"
LOCAL: RUA SILVA GUIMARÃES
TRECHO: CONFORME CROQUI



Fechamento do Furo Nº 1 do Broqueamento com Massa Asfáltica.

46
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CP

Relatório n.º 2226
2225
72-001216/24-21
EDLEA D. GIMARÃES
GAB. DO

ROBERVAL DE MIRANDA – COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

REF.: (C.E.001) OUTUBRO/N.º 5.965-15

São Paulo, 27 de Outubro de 2015

À
F.M. RODRIGUES E CIA LTDA.
Rua Hungria, Nº 888 – 1º Andar – Sala 11
Jardim Europa – São Paulo/SP.

47
TID N.º 15062619
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPN

Atenção.:	ENG.º MARCIO AUGUSTO
Ref.:	DETERMINAÇÃO DO GRAU DE COMPACTAÇÃO DE MASSA ASFALTICA
Obra:	CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO TAPA BURACO
Local:	AVENIDA CONCEIÇÃO
Trecho:	CONFORME CROQUI

Prezados Senhores,

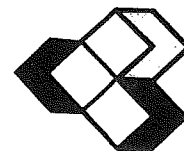
Encaminhamos a V.S.a através da presente nosso relatório contendo ensaios de Determinação da Densidade Aparente da Massa Asfáltica aplicada na obra de **Conservação de Pavimento Viário Tapa Buraco - Subprefeitura da Vila Maria/ Vila Guilherme**, no local Avenida Conceição Nº 2.804, trecho conforme croqui.

Folha n.º 2226
2226
72-001214/14-21
EDLEA C. GUIMARAES
CAB. DP

Soleil Consultoria, Projetos e Obras Ltda.
João Alberto Pinto - Diretor



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.

INDICE

- ❖ **DETERMINAÇÃO DA DENSIDADE APARENTE (GRAU DE COMPACTAÇÃO)**
- ❖ **CROQUI DE LOCALIZAÇÃO**
- ❖ **DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO**

48
TID N.º 15067617

Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Folha n.º 2228
2227 H
22-07-00 4114-21
E-CAO. C. 11-01
CAB 100

49
TID N.º 15066617

Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Folha n.º 222841
222841
72-811274/14.21
Eduardo C. Oliveira
CPS ED

❖ **DETERMINAÇÃO DA DENSIDADE APARENTE (GRAU DE COMPACTAÇÃO)**



50
TID N.º 15002617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO



OBRA: AVENIDA CONCEIÇÃO

TRECHO: CONFORME CROQUI

INTERES.: F.M RODRIGUES E CIA LTDA.

[illegible]

DENSIDADE DE PROJETO (g/l)	2.368
----------------------------	-------

MÉDIAS	2.346	99,1%
--------	-------	-------

26 de Outubro de 2015

WAGNER

TECNICO

ROBERVAL DE MIRANDA
COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

Folha n.º 2236 de pros.

2229

72-001254/14.21

EDLEA C. G. G. G. G.

CAS. 06

51
TID N.º 15062677
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPC

Folha n.º 2237
2230 41
72-881276/14-31
ELLYA C. GILBERTI
CAB. ED

❖ **CROQUI DE LOCALIZAÇÃO**

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO "TAPA BURACO".

LOCAL: AVENIDA CONCEIÇÃO

TRECHO: CONFORME CROQUI

INTERESSADO: F.M RODRIGUES E CIA LTDA.

62
TID N.º 15062617

Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

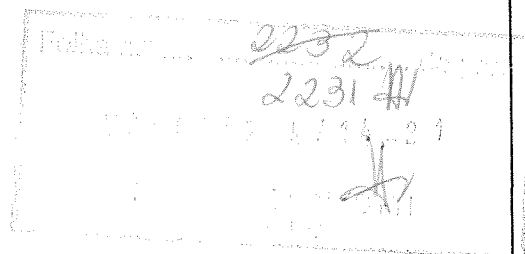
F-01



SOLEIRA - 2804



FURO DE BROQUEAMENTO PARA EXTRAIR CORPO DE PROVA PARA
DETERMINAÇÃO DA MASSA ESPECÍFICA APARENTE



53
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPC

Folha n.º 2233
2232 A1
12-01-12/11/14-21
S. L. O. G. G. G. G. G.
C.P. 00

❖ **DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO**

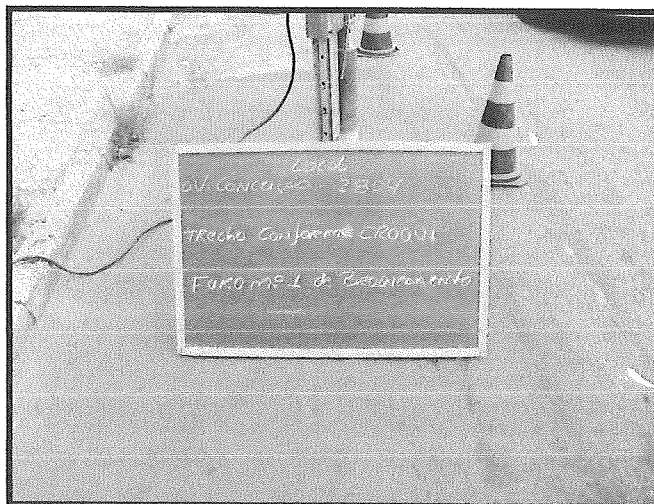
FOTOS DO LOCAL

REF.: C.E.001/OUTUBRO/N.º 5.965-15

OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIÁRIO "TAPA BURACO" 54

LOCAL: AVENIDA CONCEIÇÃO, Nº 2804

TRECHO: CONFORME CROQUI



Local a ser executado Furo Nº 1 de Broqueamento com Sonda Rotativa.



Corpo de prova extraído do Furo Nº 1 de Broqueamento com Sonda Rotativa.

TID N.º 150626/17
Alexandre Louca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Folha n.º 2234
2233 H
72-0512-41-4-21
ELENIA C. GIANCOTTI
CAB. DD

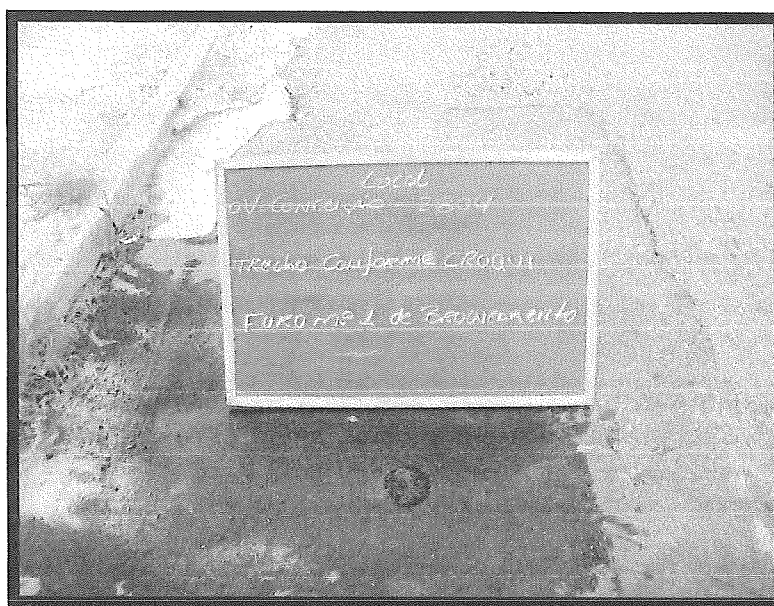
ROBERVAL DE MIRANDA – COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

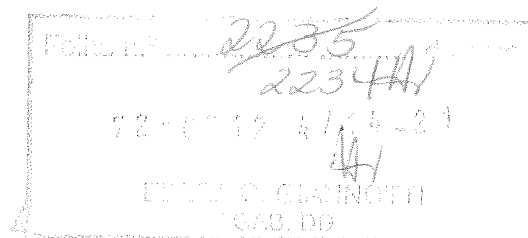
FOTOS DO LOCAL

REF.: C.E.001/OUTUBRO/N.º 5.965-15
OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO "TAPA BURACO" 55
LOCAL: AVENIDA CONCEIÇÃO, Nº 2804
TRECHO: CONFORME CROQUI

TID N.º 150676/17
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO



Fechamento do Furo Nº 1 do Broqueamento com Massa Asfáltica.



ROBERVAL DE MIRANDA – COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

REF.: (C.E.001) OUTUBRO/N.º 5.964-15

São Paulo, 27 de Outubro de 2.015

À
F.M. RODRIGUES E CIA LTDA.
Rua Hungria, Nº 888 – 1º Andar – Sala 11
Jardim Europa – São Paulo/SP.

56
TID N.º 15067617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Atenção.:	ENG.º MARCIO AUGUSTO
Ref.:	DETERMINAÇÃO DO GRAU DE COMPACTAÇÃO DE MASSA ASFALTICA
Obra:	CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO TAPA BURACO
Local:	RUA MARIA CÂNDIDA
Trecho:	CONFORME CROQUI

Prezados Senhores,

Encaminhamos a V.S.a através da presente nosso relatório contendo ensaios de Determinação da Densidade Aparente da Massa Asfáltica aplicada na obra de **Conservação de Pavimento Viário Tapa Buraco - Subprefeitura da Vila Maria/ Vila Guilherme**, no local Rua Maria Cândida Nº 1999, trecho conforme croqui.

Folha n.º 2236
223544
72-05-2274-14-21
BOLIVIA, C. GIANOTTI
C/O. DD

Soleil Consultoria, Projetos e Obras Ltda.
João Alberto Pinto - Diretor

INDICE

- ❖ DETERMINAÇÃO DA DENSIDADE APARENTE (GRAU DE COMPACTAÇÃO)
- ❖ CROQUI DE LOCALIZAÇÃO
- ❖ DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO

57
TID N.º 1506617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

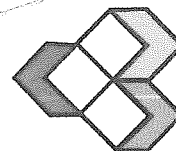
Folha nº 2237
2236
72-1112-1/14-21
L.L. A. GOMES
P/S. DO



Folha n.^o 2238
2237 A
72-2042741-21
BRASÃO GELBOTTI
CAS. DD



Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.

OBRA: RUA MARIA CÂNDIDA

TRECHO: CONFORME CROQUI

INTERES.: F.M RODRIGUES E CIA LTDA.

[illegible]

DENSIDADE DE PROJETO (g/l)	2.368
----------------------------	-------

MÉDIAS

2.340

98.8%

26 de Outubro de 2015

WAGNER

TECNICO

ROBERVAL DE MIRANDA
COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

60
TID N.º 15062617

Alexandre Lou
R.F. 750.542
SP - MG / C

Folha n.º 2240
2239 #1
72-55-276/11-21
LORELA C. GIANNOTTI
GAB. DD

❖ **CROQUI DE LOCALIZAÇÃO**

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO "TAPA BURACO".

LOCAL: RUA MARIA CÂNDIDA

TRECHO: CONFORME CROQUI

INTERESSADO: F.M RODRIGUES E CIA LTDA.

61
TID N.º 15062617
Alexandre Lo.
R.F. 750.541
SP - MG / C

F-01



SOLEIRA - 1999

Folha n.º 2247
2240 H/ do proc.
72-0013761/4-2
EULEA C. GONÇALVES
CAB. 50



FURO DE BROQUEAMENTO PARA EXTRAIR CORPO DE PROVA PARA
DETERMINAÇÃO DA MASSA ESPECÍFICA APARENTE

62
TID N.º 15062613
Alexandre Loc
R.F. 750.54
SP - MG / C

Folha n.º 2242 de 2242
72-001274/14-21
DELLA G. GIANIOTTI
C.B. DD

❖ **DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO**

FOTOS DO LOCAL

REF.: C.E.001/OUTUBRO/N.º 5.964-15
OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIÁRIO "TAPA BURACO"
LOCAL: RUA MARIA CÂNDIDA, Nº 1.999
TRECHO: CONFORME CROQUI



Local a ser executado Furo Nº 1 de Broqueamento com Sonda Rotativa.



Corpo de prova extraído do Furo Nº 1 de Broqueamento com Sonda Rotativa.

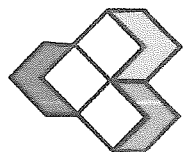
63
ID N.º 19062613

Alexandre Lo
R.F. 750.54
SP - MG / C.

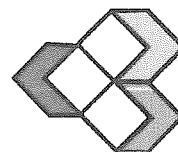
Folha n.º 2243
2242 H
72-001274/24-21
DANIEL O. GIANCOTTI
GAB. DI

ROBERVAL DE MIRANDA – COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.



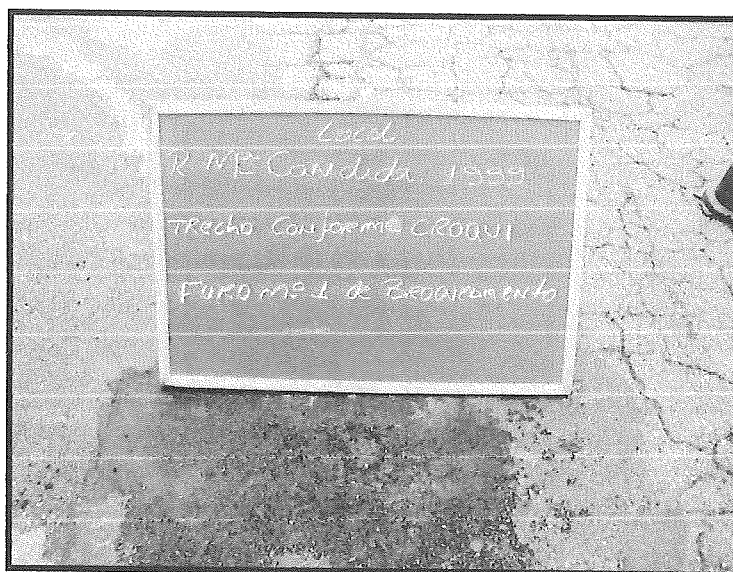
Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.

FOTOS DO LOCAL

REF.: C.E.001/OUTUBRO/N.º 5.964-15
OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO "TAPA BURACO"
LOCAL: RUA MARIA CÂNDIDA, N.º 1.999
TRECHO: CONFORME CROQUI



Fechamento do Furo N.º 1 do Broqueamento com Massa Asfáltica.

64
TID N.º 150676/17

Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Forma N.º 2249
2243-41
12-0000 4/14-21
12-0000 4/14-21
12-0000 4/14-21
12-0000 4/14-21

ROBERVAL DE MIRANDA – COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

REF.: (C.E.001) NOVEMBRO/N.º 5.906-15

São Paulo, 20 de Novembro de 2.015

À
F.M. RODRIGUES E CIA LTDA.
Rua Hungria, Nº 888 – 1º Andar – Sala 11
Jardim Europa – São Paulo/SP.

65
TID N.º 15062617
Alexandre Lodi
R.F. 750.542
SP - MG / C

Atenção.:	ENG.º MARCIO AUGUSTO
Ref.:	DETERMINAÇÃO DO GRAU DE COMPACTAÇÃO DE MASSA ASFALTICA
Obra:	CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO TAPA BURACO
Local:	AVENIDA GUILHERME COTCHING
Trecho:	CONFORME CROQUI

Prezados Senhores,

Encaminhamos a V.S.a através da presente nosso relatório contendo ensaios de Determinação da Densidade Aparente da Massa Asfáltica aplicada na obra de **Conservação de Pavimento Viário Tapa Buraco - Subprefeitura da Vila Maria/ Vila Guilherme**, no local Av. Guilherme Cotching Nº 626, trecho conforme croqui.

Folha n.º 2295
2244H
72-081371/14-21
RUBEN C. DIAMANTI
CAR. UD

Soleil Consultoria, Projetos e Obras Ltda.
João Alberto Pinto - Diretor

INDICE

- ❖ DETERMINAÇÃO DA DENSIDADE APARENTE (GRAU DE COMPACTAÇÃO)
- ❖ CROQUI DE LOCALIZAÇÃO
- ❖ DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO

66
TID N.º 15061612
Alexandre Loduc
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPR

Folha n.º 2246 do proc.
2245 H
72 12 11 16 21
L. 12 12 11 16 21
2246

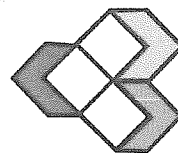
67
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

2247
2246
72-0012741/4-21
EDLEA C. GIANOTTI
CAB. PD

❖ **DETERMINAÇÃO DA DENSIDADE APARENTE (GRAU DE
COMPACTAÇÃO)**



03
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.

OBRA: AV. GUILHERME COTCHING

TRECHO: CONFORME CROQUI

INTERES.: F.M RODRIGUES E CIA LTDA.

[illegible]

DENSIDADE DE PROJETO (g/l)	2.368
----------------------------	-------

MÉDIAS	2.333	98,5%
---------------	--------------	--------------

19 de Novembro de 2015

WAGNER

TECNICO

ROBERVAL DE MIRANDA
COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

2.333 98,5%

Foglio n.° 2247

72-2592-4214.21

CHICOTTI

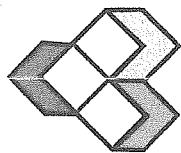
10

69
TID N.º 15062617

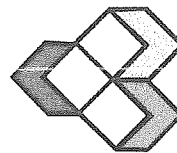
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Folha n.º 2248 do proc.
2248
72-053276/14-21
LEONARDO CIAMOTTI
R.C. 00

❖ **CROQUI DE LOCALIZAÇÃO**



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.



Soleil
Consultoria, Projetos
e Obras Ltda.

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

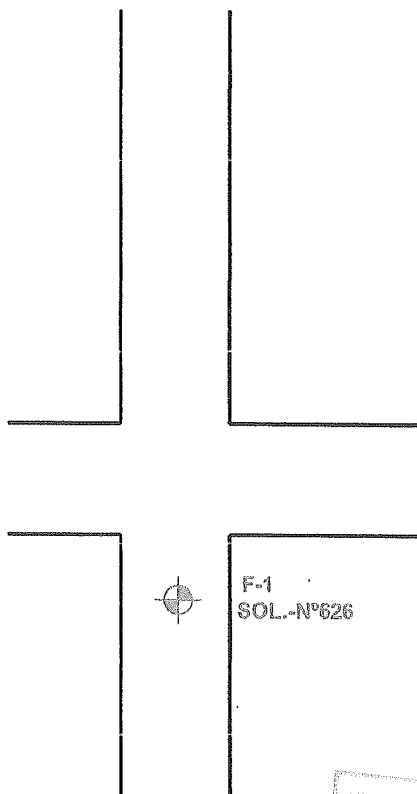
OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO "TAPA BURACO".

LOCAL: AVENIDA GULHERME COTCHING

TRECHO: CONFORME CROQUI

INTERESSADO: F.M RODRIGUES E CIA LTDA.

70
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO



F-1
SOL.-Nº626

Folha n.º 2250
2249A
72-3742-4/1-21
S. L. G. GIARDOTTI
CALDO



FURO DE BROQUEAMENTO PARA EXTRAIR CORPO DE PROVA PARA
DETERMINAÇÃO DA MASSA ESPECÍFICA APARENTE

71
TID N.º 1506667

Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Folha n.º 2250 de 2250
72-2512-4/14-21
BENCKO, CLAUDIO
LAB. DD

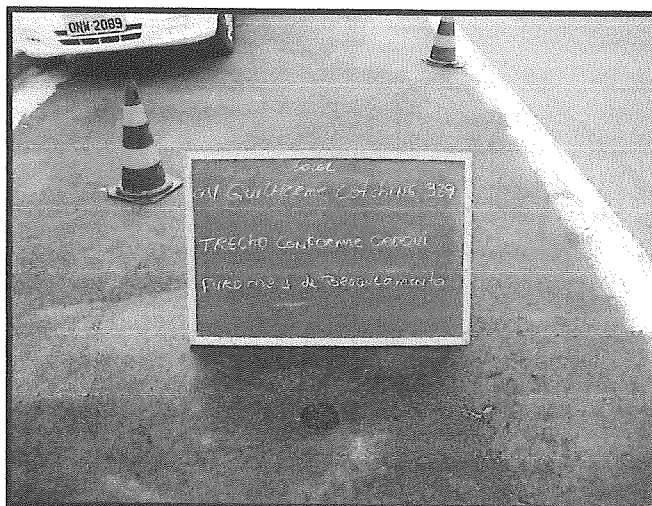
❖ **DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO**

FOTOS DO LOCAL

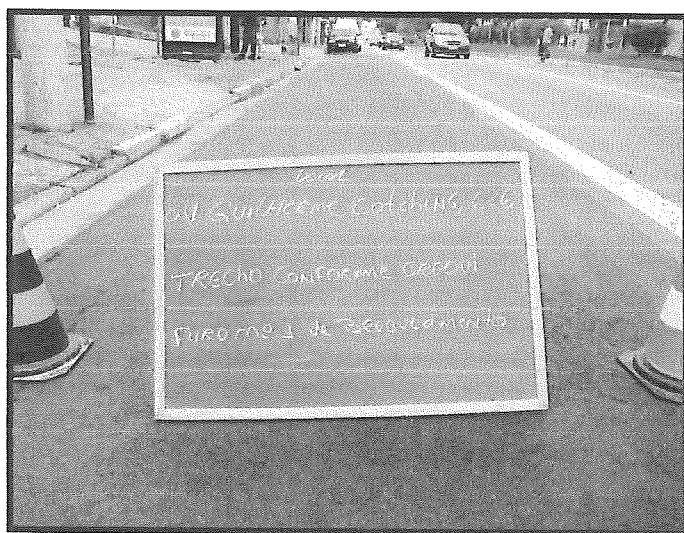
REF.: C.E.001/NOVEMBRO/N.º 5.906-15
OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO "TAPA BURACO" 72
LOCAL: AVENIDA GUILHERME COTCHING
TRECHO: CONFORME CROQUI

TID N.º 15062677

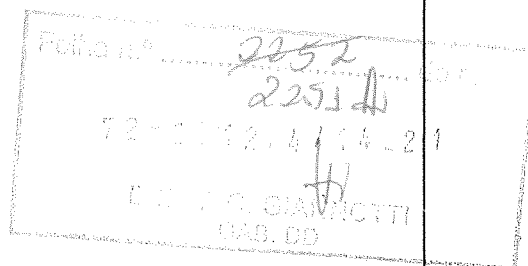
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO



Local a ser executado Furo Nº 1 de Broqueamento com Sonda Rotativa.



Corpo de prova extraído do Furo Nº 1 de Broqueamento com Sonda Rotativa.

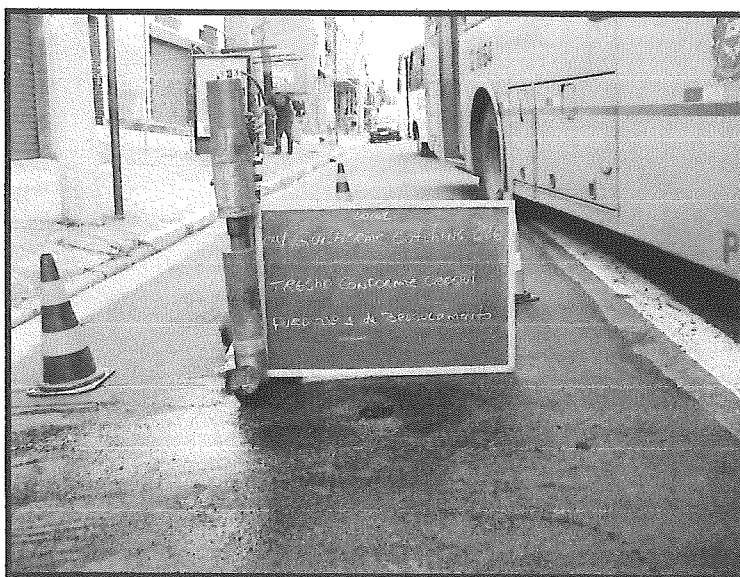


ROBERVAL DE MIRANDA – COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

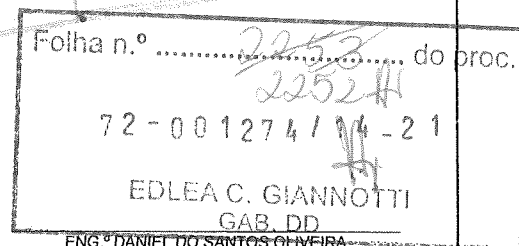
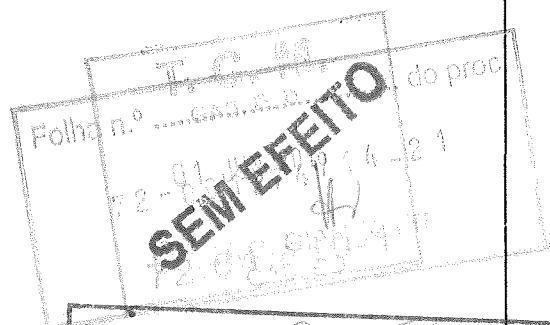
FOTOS DO LOCAL

REF.: C.E.001/NOVEMBRO/N.º 5.906-15
OBRA: CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO VIARIO "TAPA BURACO" 73
LOCAL: AVENIDA GUILHERME COTCHING
TRECHO: CONFORME CROQUI



Fechamento do Furo Nº 1 do Broqueamento com Massa Asfáltica.

Alexandre Lodyca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO



ROBERVAL DE MIRANDA – COORDENADOR DE LABORATÓRIO
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.

ENG.º DANIEL DO SANTOS OLIVEIRA
CREA-SP 5062530241
SOLEIL CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

74
TID N.º 15062612
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Da Intimação n.º 657/2016 – TCM (TID 15.062.617) em 19/05/2016

Referência: - Intimação n.º 657/2016.
- TID 15.062.617
- TC n.º 72.001.274.14-21

Assunto: Auditoria do Egrégio Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Processo TC n.º 72.001.274.14-21 - OS n.º 2015/08542-1
Realização de auditoria extraplano de Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014.
Prestação de serviços de manutenção de pavimentos viários "Tapa- Buraco".

Subprefeitura de Vila Maria/Vila Guilherme.

SP.MG / CPO
Senhor Coordenador

Versa a presente Intimação n.º 657/2016, da solicitação de informações e esclarecimentos referente à **observância de ocorrência de falhas** no cumprimento dos ajustes de contratos com base na ATA DE RP do Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014, observados em Relatório de Auditoria OS n.º 2015-08542-1 – Processo TC n.º 72.001.274.14-21 produzido pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle do Egrégio Tribunal de Contas do Município de São Paulo, onde a Subprefeitura de Vila Maria/Vila Guilherme é uma das selecionadas através da ATA DE RP n.º 33/SMSP/COGEL/2014, Processo de Contratação n.º 2015-0.189.699-3 – Contrato n.º 002/SP-MG/CPO/2015 – Ordem de Início n.º 002/SP-MG/CPO/2016, período de execução 17/08/2015 a 16/11/2015 cuja detentora e executante é a empresa FM RODRIGUES & CIA LTDA.

No Relatório de Auditoria foi apresentado:

- Procedimentos e critérios da auditoria
- Controles
- Realização
- Qualidade de controle tecnológico
- Resultados
- Observações das infringências.

Folha n.º 22597H
2253
72-001.274.14-21
15.062.617
0-5-10



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Os elementos técnicos constantes desta auditoria são apresentados na intimação n.º 657/2016 ao qual passamos a informar cada uma das observações relatadas, e que dizem respeito ao contrato fiscalizado pela Subprefeitura de Vila Maria/Vila Guilherme.

TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

ESCLARECIMENTOS

1. Face ao conteúdo do relatório produzido pelo TCM, encaminhamos ofício n.º 48/SP-MG/CPO/STM/2016 de 04/05/2016 a Empresa FM RODRIGUES & CIA LTDA, detentora da ATA DE RP n.º 33/SMSP/COGEL/2014 contratada através do Processo n.º 2015-0.178.699-3, Contrato n.º 002/SP-MG/CPO/2016, período de execução de 17/08/2015 a 16/11/2015, **ANEXO I**, sendo-lhe permitido assim o direito de resposta e defesa das observâncias efetuadas pelo Tribunal de Contas do Município ao Contrato.

❖ **Nota: Não houve devolutiva ou resposta por parte da Contratada até o presente momento.**

2. Dos elementos apresentados e que devem ser informados e esclarecidos, cabe à fiscalização efetuada pela Supervisão Técnica de Manutenção informar respectivamente.

2.1 – ESPESSURA DA CAMADA DE APLICAÇÃO DE MATERIAL USINADO A QUENTE.

TESTEMUNHA	SUBPREFEITURA	ENDEREÇO	ESPESSURA DA CAMADA
10	VILA MARIA/VILA GUILHERME	Av. Joaquina Ramalho, 1375	4,7 – ok
11	VILA MARIA/VILA GUILHERME	Av. Joaquina Ramalho, 1375	4,5 – ok
12	VILA MARIA/VILA GUILHERME	Av. Zacki Narchi, 536	2,7 - ok

❖ **Nota: Os ensaios executados observam que as espessuras das camadas atenderam os parâmetros.**

Folha n.º 2255 do pro.
2254 H
72-0912-1/16-21
CH
CAB. P.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

76
TID N.º 150676/17
Alexandre Lôduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

2.2 GRAU DE COMPACTAÇÃO

Os ensaios executados pelo TCM observam que o grau de compactação não atende as especificações e foram considerados.

TESTEMUNHO	SUBPREFEITURA	ENDEREÇO	GRAU DE COMPACTAÇÃO %	CONCLUSÃO
10	VILA MARIA/VILA GUILHERME	Av. Joaquina Ramalho, 1375	95,0 - Inaceitáveis	Grau de Compactação Inaceitável em 100% das Amostras
11	VILA MARIA/VILA GUILHERME	Av. Joaquina Ramalho, 1375	95,9 - Inaceitáveis	Grau de Compactação Inaceitável em 100% das Amostras
12	VILA MARIA/VILA GUILHERME	Av. Joaquina Ramalho, 1375	93,8 - Inaceitáveis	Grau de Compactação Inaceitável em 100% das Amostras

❖ *Nota: Efetuamos considerações desta constatação no item 4.4 de forma detalhada.*

2.3 TEOR DE BETUME

"Os ensaios executados em laboratório pelo TCM observado resultados divergentes do estabelecido na IE 03/2009 no teor de betume das massas asfálticas".

A SPUA ESTARÁ EFETUANDO AS INFORMAÇÕES PERTINENTES A ESTA OBSERVAÇÃO.

2.4 GRANULOMETRIA

"Os ensaios executados em laboratório pelo TCM observaram resultados divergentes do estabelecido no IE 03/2009, na granulometria, de três amostras, duas não atenderam a faixa granulométrica".

A SPUA ESTARÁ EFETUANDO AS INFORMAÇÕES PERTINENTES A ESTA OBSERVAÇÃO.

Folha n.º 2256 do proc. 225511
72-001274/14-21
EDLEA C. GARCIA
GAB. DD



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

77
TID N.º 15062617

Alexandre Louca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

3. CONTROLES

3.1. – “Diante do não recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do funcionário da Subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato, houve infringência ao parágrafo único do art. 3º da Resolução CONFEA n.º 1025, de 30/10/2009”.

Esclarecimentos: No ANEXO II fazemos juntar despachos do excelentíssimo Senhor Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos em despacho ao ofício n.º 210/SP-ST/GAB/AJ/2010 quanto a “inexistência” de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para os profissionais da Municipalidade vinculadas ao CREA quando a sua atividade se restrinja a fiscalização dos contratos de execução de obras de Engenharia.

Ficamos assim no aguardo de novas diretrizes de forma respeitosa.

3.2. – “O termo de abertura do Livro de ordem não está datado, não contém assinatura do responsável da Subprefeitura no campo “contratante” e as folhas do Livro de Ordem destinadas às anotações de desenvolvimento do serviço e das atividades desenvolvidas, em infringência ao artigo 3º, § 1º, inciso IV do Ato Normativo n.º 06/12 do CREA/SP”.

Esclarecimentos: Informamos que a empresa FM RODRIGUES & CIA LTDA, não apresentou a esta fiscalização o respectivo Livro de Ordem apesar de ter sido solicitado exaustivamente.

Responsáveis Técnicos pela Empresa:

- Luiz Augusto de Melo - CREA 5060631290
- Mario França Junior - CREA 0600427852

O ofício n.º 088/SP-MG/CPO/2015 de 15/10/2015 foi encaminhado à Empresa requerendo a apresentação do Livro de Ordem.

O atual contrato (outra empresa) em vigor já consta Livro de Ordem com informações diárias.

Folha n.º 2257 do proc.
2256
72-001274/14-21
F. L. A. C. O. A. S. S. I. G.
C. A. L. E. D.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

78
TID N.º 150626/7
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

3.3. – “Os Relatórios Diários de Produção não atendem as disposições do item 7.1 da ATA DE RP n.º 33/SMSP/COGEL/2014 e do item 7.10 do termo de Contrato n.º 002/SP-MG/CPO/2015”.

“Conforme disposto no item 7.1 da Ata de RP n.º 33/SMSP/COGEL/2014, as medições dos serviços deveriam ser instruídas, entre outros, com “Ficha Diária de Produção, conforme Anexo XXIII do Edital que precedeu esta Ata”. O item 7.10 do Termo de Contrato n.º 002/SP-MG/CPO/2015 reafirma a disposição”.

“Foi verificado no PA n.º 2015-0.296.523-9 o controle dos serviços executados no período de 07.10.2015 a 14.10.2015 realizados através das fichas diárias de produção”.

“O Relatório Diário de Produção autuado no processo de pagamento, exemplo à fls. 842, não segue o modelo fornecido no Anexo XXIII do Edital Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014m fls. 283. Ressalva-se que o referido relatório é o modelo utilizado no Saffor. Em consequência, algumas informações solicitadas na Ficha Diária de Produção utilizada como a temperatura da massa e o horário de cada serviço, o que prejudicou o controle”.

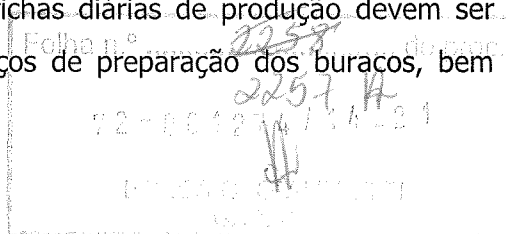
***Ressalva-se, entretanto, que o modelo Relatório Diário de produção, complementa informações que não fazem parte do modelo do Anexo XXIII, especialmente aquelas pertinentes á parcela da equipe responsável pela preparação (requadramento) do buraco, como as identificações do caminhão basculante/carroceria e da perua Kombi e composição da equipe.**

(*) grifo/demarcação nossa

“Destaca-se que não faz parte de qualquer dos controles, o registro do dia e da hora e local dos serviços de preparação realizados”.

“Destaca-se ainda, que os Relatórios Diários de Produção – Serviços de Tapa Buracos autuados não foram devidamente preenchidos com as informações dos serviços executados”.

“Portanto, os controles efetuados através das fichas diárias de produção devem ser aprimorados, incorporando o registro dos serviços de preparação dos buracos, bem





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

74
TID N.º 15062613
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

como ter todos os campos informativos devidamente preenchidos. Por fim, apesar da presença de relatório de produção no PA, os mesmos não atendem as disposições do item 7.1 da Ata de RP n.º 33/SMSP/COGEL/2014 e do item 7.10 do Termo de Contrato n.º 002/SP-MG/CPO/2015".

Cabe informar respectivamente:

- *Em consulta ao Edital a "Ficha de Vistoria Diária de Produção" está apresentada no Anexo XXIV, razão pela qual estaremos abaixo referenciando a este anexo e não ao Anexo XXIII.*
- *Foram utilizadas duas fichas de controle mais o saffor ao controle da execução dos serviços:*

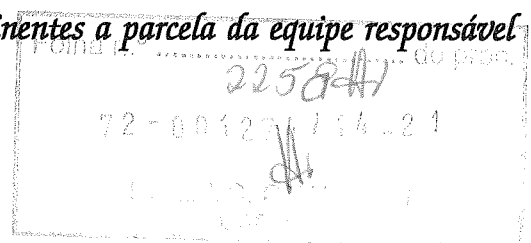
- 1) *Planilha de Relatório de Frequência, com identificação da função, registro na empresa, horário de início, horário de término dos trabalhos de cada um dos funcionários, e inclusive dos funcionários substitutos e respectivas assinaturas de todos.*
- 2) *Planilha de Programação Diária de Serviços, especificando se a equipe é de preparo e corte ou aplicação de massa asfáltica, placas dos veículos, motoristas, encarregado, técnico, data, locais, numerais, largura, comprimento individualizado dos serviços.*

3) SAFFOR - BANCO DE DADOS

Através destes três controles, avaliamos a época atender na íntegra todos quesitos do Anexo XXIV do Edital n.º 12/SMSP/COGEL/2014 associada ao Relatório de Monitoramento, rastreamento onde é informado também o respectivo horário, e dimensão executada para cada buraco.

- *Tal objetivo é observado nas análises feitas pela equipe de auditores ao atentar ao controle dos serviços ao mencionar.*

"Ressalva-se, entretanto, que o modelo Relatório Diário de Produção (SP-MG), completa informações que não fazem parte do modelo do Anexo XXIII do Edital, especialmente aqueles pertinentes a parcela da equipe responsável





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

80
TID N.º 13062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

pela preparação (requadramento) do buraco como identificações do caminhão basculante/carroceria e da perua Kombi e composição da Equipe"

■ **Procedimentos Adotados:**

1. *Reunião com todos os envolvidos STM/SP-MG; técnicos e encarregados da empresa atual em atividade para observância criteriosa no preenchimento correto de todas as informações do Relatório Diário de Produção conforme modelo do Anexo XXIV do Edital.*

2. *Formatação de novo modelo do "Relatório Diário de Produção" integrando o modelo do Edital, e as informações referenciadas pelos senhores auditores com menção ao parecer dado e descrito acima, como aprimoramento.*

3.4. – "Não foi localizado no PA n.º 2015-0.296.523-9 planilha resumo de toneladas efetivamente aplicadas, desatendendo o disposto no item 7.1 da ATA DE RP n.º 33/SMSP/COGEL/2014 (item 2.4 – Anexo IV)".

Esclarecemos:

No Processo n.º 2015-0.296.523-9 consta:

- ✓ *As fls. 03 - solicitação da quantidade de toneladas aplicadas pela contratada.*
- ✓ *As fls. 54; 62; 81; 97; 112; 122; 132; 138; 149; 156; 169 e 180 acompanham respectivamente as requisições da retirada de massa asfáltica.*

N.º Página do Processo	Data retirada da massa junho à SPUA	Requisição para retirada da massa asfáltica	Peso em KG de C.BUQ – Retirada	Peso em KG Emulsão - Retirada	Temperatura na Saída
54	05/10/15	452490	10.000	170	167°C
62	06/10/15	452491	7.930	140	168°C
81	09/10/15	452492	7.160	200	167°C
97	14/10/15	452493	7.220	90	167°C
112	17/10/15	452494	6.200	130	165°C
122	20/10/15	452495	7.640	170	165°C
132	22/10/15	452496	9.820	160	165°C
138	23/10/15	452497	9.810	136	167°C
149	26/10/15	452499	10.580	200	167°C
156	27/10/15	452500	10.080	180	165°C
169	29/10/15	452498	7.520	240	165°C
180	31/10/15	467552	6.750	110	167°C
Total retirado e consumido			100.710	1926	

2260 225941
72-091271/14-21



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

81
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

As guias de requisição foram anexas na autuação do processo de medição obedecendo-se o critério de ordem cronológica juntamente com o SAFFOR, as Planilhas de Frequência e as Planilhas de Programação Diária de Serviços.

Procedimentos Efetuados:

- *Diretrizes estabelecidas no novo contrato serão anexar planilha resumo das toneladas aplicadas, acompanhadas das requisições e do relatório de rastreamento e monitoramento, compatibilizando as informações.*

3.5. – “A mídia eletrônica entregue não apresenta os dados de rastreamento de todos os veículos, em desacordo com o disposto no item 7.1 da Ata de RP n.º 33/SMSP/COGEL/2014 (Item 2.5 – Anexo IV)”.

Nos arquivos anexados dos processos de medição consta o rastreamento dos caminhões basculantes e TBR.

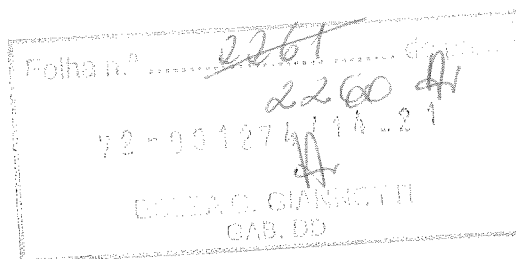
Não constam os rastreamentos do veículo Kombi, cujas informações são relatadas no item 3.8 do presente.

3.6. – “O SAFFOR não está sendo adequadamente preenchido com as informações previstas no sistema, resultando em infringência à Portaria SMSP n.º 04/2010 (item 2.6 – Anexo IV)”;

“Com relação aos dados da produtividade realizada pelas equipes no período avaliado, verificou-se que a massa utilizada em cada serviço não foi informada. O relatório fotográfico indica a realização de serviços de maneira divergente da informada no Saffor. Cita-se como exemplo o Relatório Diário de Produção do 14/10/2016, que indica a realização de quatro trabalhos na Av. Joaquina Ramalho, somando 12 m². O relatório fotográfico de serviços por fase, exibe apenas um trabalho em um buraco com a dimensão de três x quatro metros, resultando em 12m²”.

“Adicionalmente, ressalva-se que os campos informativos de horário de apresentação e de saída não foram devidamente preenchidos”.

“Dessa forma, ressalva-se que o Saffor não está sendo adequadamente preenchido com as informações previstas no sistema, resultando em infringência à Portaria SMSP n.º 04/2010”.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Cabe informar:

- *O Relatório SAFFOR é emitido diariamente para informação dos serviços programados a atualização é feita no dia posterior com as informações tiradas do relatório de produção diária.*
- *O horário de apresentação e saída é feita na Planilha de Produção Diária. O consumo de material utilizado consta na Ficha de Produção Diária e na Planilha de Monitoramento e Rastreamento.*

Procedimentos Efetuados:

- *Estamos cumprindo as informações propostas nas emissões dos novos SAFFOR.*

3.7. – “O registro fotográfico constante dos relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão não contém as três fotografias obrigatórias (inicial, após preparação e final) de todos os serviços executados, em desacordo com o item 4.17 do Anexo I e com os itens I, II-b e III do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014 (Item 2.7 – Anexo IV)”;

“Com base nos trabalhos de fiscalização dos serviços de tapa-buracos realizados pela Coordenadoria III no período de 2010 a 2014 conclui-se que seria necessária a apresentação de registro fotográfico em “...três momentos distintos: (01) situação original; (02) após a preparação do local com o requadramento e limpeza, antes da colocação da pintura de ligação; e (03) após a conclusão do serviço.”

A exigência apresentada de no mínimo 3 (três) fotografias de cada buraco foi incluída em diversas cláusulas do Edital de Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014 das quais cita-se”:

Anexo I - Termo de Referência, item 4.17:

- “Deverão ser apresentadas, no mínimo, três fotos do mesmo buraco, durante as seguintes fases do serviço: 1ª inicial; 2ª após a preparação do local, com o requadramento e limpeza, antes da colocação da pintura de ligação e, 3ª final; devem ser capturadas e devidamente enviadas on-line para um Sistema de Gestão”.

Anexo XXI - Sistemas de Monitoramento e Gestão, item I:

- “A partir desse sistema, será possível obter a visibilidade das ordens de serviços em coordenadas geográficas, informações coletadas em campo pertinente aos mesmos, bem como fotografias tiradas: 1ª inicial; 2ª após a preparação do local, com o requadramento e

82
TID N.º 15062611
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

2262 2261 H
72-0912/14-21
ELISA G. OLIVEIRA
CAB. DD



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

limpeza, antes da colocação da pintura de ligação e, 3ª final, devem ser capturadas e devidamente enviadas on-line para um Sistema de Gestão".

"Com o intuito de verificar se o registro fotográfico estava sendo realizado conforme determinado nas cláusulas do ajuste, foram consultados todos os relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão pelo período de 05 (cinco) dias uteis anteriores ao dia da vistoria realizada *in loco* (07/10/2015 a 14/10/2015)".

"Após análise de todas as fotografias constantes dos relatórios da amostra, constata-se que houve irregularidade em diversos registros fotográficos, conforme detalhado no Quadro 2".

Quadro 2 – Irregularidades nos registros fotográficos

Irregularidades nos Registros (código do serviço)		
Inicial	Após preparação	Final
32672	35288	-
32855	36291	-
35294	-	-

Fonte: Relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão

"Diante do exposto, conclui-se que o registro fotográfico constante dos relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão não contém as três fotografias obrigatórias (inicial, após preparação e final) de todos os serviços executados, em desacordo com o item 4.17 do Anexo I e com os itens I, II-b e III do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014".

Do exposto informamos:

- De fato percebe-se no relatório fotográfico onde observamos não apresentar a foto inicial com a caracterização do buraco nos registros fotográficos 32672, 35288, 32855 e 36291 e falhas na foto da etapa de preparo da caixa no Relatório 35294, conforme consta no ANEXO III.
- Efetuamos análise dos outros relatórios anexada às medições e a incidência de falhas no Relatório Fotográfico foi reduzida.
- Consultada a fiscal do contrato da FM Rodrigues observa que em algumas delas houve diante da preocupação da operação de campo, esquecimento na edição das fotos procedimentos adotados.

Folha nº 2263
22621
72-6112711.4-21
LUIZ ALBERTO RODRIGUES
CAB. Nº



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

84
TID N.º 15062617
Alexandre Louca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Procedimentos Adotados:

- *Já efetuamos determinação de conferência rigorosa na aceitação dos relatórios Fotográficos antes da autuação do processo de medição, bem como, controle pormenorizado dos técnicos do novo contrato.*

3.8.- "A Portaria SMSP n.º 41/2009, alterada pela Portaria SMSP n.º 28/2014, que trata da obrigatoriedade da utilização de sistema de monitoramento e gestão dos veículos utilizados nos serviços de zeladoria do município de São Paulo, em consonância com a Lei Municipal n.º 15.718/2013, estabelece em seu item 1":

- "Determinar a utilização do sistema de rastreamento do tipo GPS, nos moldes e especificações adotados como padrão pela Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, nos termos no Anexo I, em todos os veículos que eventualmente sirvam, por suas próprias características, à execução dos serviços de zeladoria no Município de São Paulo". (grifo nosso)

"A exigência de sistema de monitoramento e gestão de veículos também foi incluída no Edital de Pregão eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 197/285, e no Contrato n.º 002/SP-MG/CPO/2015".

Cláusula 3.9 do Contrato:

- ✓ "A detentora deverá possuir e manter em perfeito funcionamento o equipamento de monitoramento e rastreamento GPS, em todos os veículos, conforme especificações do Anexo do Edital, durante a vigência da ATA de RP".

Item II-a do Anexo XXI do edital:

- ✓ "Todos os veículos contratados pelas subprefeituras, utilizados ou não pelas frentes de trabalho das empresas que executam serviços, deverão possuir equipamento de rastreamento especificado nesse documento".

"O item 2.1.2 do Anexo I do Edital de Pregão n.º 12/SMSP/COGEL/2014, fls. 224/225, determina que cada frente de trabalho deve conter no mínimo":

- 1 caminhão com caçamba térmica de 5m³;
- 1 caminhão basculante 4m³;
- 1 perua Kombi.

"Com o intuito de verificar se todos os veículos utilizavam o sistema de monitoramento, foram consultados os relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão pelo período do contrato".

Folha n.º 2269
2268 IV
72-001276714-21
EDUARDO GONÇALVES
03/03



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

85
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

"Após análise das medições do serviço, das vistorias realizadas in loco e de consulta ao Sistema de Monitoramento e Gestão, constata-se a anuência de monitoramento dos veículos tipo Kombi, utilizados na realização dos serviços".

"Diante do exposto, conclui-se que inexistem monitoramento e rastreamento dos veículos tipo Kombi, em desacordo com a cláusula 3.9 do contrato, com o item II-a do Anexo XXI do Edital de Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014, com o item I da Portaria SMSP n.º 41/2009 e com o artigo 1º da lei Municipal n.º 15.718/2013".

Informamos que de fato não constam monitoramento e rastreamento para veículo Kombi, placa FAG 9253.

- Entretanto há necessidade de avaliação mais precisa com base no que consta na a licitação no Anexo I - Termo de Referência, item 2 - Recursos a serem disponibilizados onde no subitem 2.12 estabelece:*

Termo de Referência, item 2 - RECURSOS A SEREM DISPONIBILIZADOS,
no sub-item 2.12 estabelece:

DESCRIÇÃO – MÃO DE OBRA	QTDE
Técnico nível médio com formação em edificações, construção civil (SGSP), terraplenagem ou edificações, devidamente registrado no CREA.	01
Encarregado	01
Rasteleiro	01
Ajudante geral	05
Encargos sociais – Tabelas SIURB	
EQUIPAMENTOS	
Caminhão com caçamba térmica de 5m ³ , sistema de aquecimento com tanque de emulsão, compressor de ar, marteleiro de 20 a 30 KG, espargidor tipo agulha, todos acoplados ao caminhão	01
Caminhão Basculante 4m ³	01
Rolo compactador vibratório – Mod. Dynapac LR 95 ou similar	01
Placa Vibratória – Mod. Dynapac LF 81 ou similar	02
Serra para corte de pavimento sem disco	01
Disco diamantado 17" (uma unidade/mês)	01
Perua Kombi	01
GPS (*)	02

***grifo/demarcação nossa**

- Este quadro levou a interpretação que os equipamentos GPS de monitoramento e rastreamento fossem diante da quantidade indicada um para o caminhão basculante e outro para o caminhão "TBR".*

2265 2264
72-CO 1276/14-21
ELABORADO POR: [assinatura]
DATA: 07.08.2014



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

86
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Portanto, pedimos instruções para ajustar os trabalhos em andamento.

4. – REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. – “Devido à aplicação deficiente da pintura de ligação houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014, comprometendo a qualidade e a durabilidade do serviço executado e ocasionando prejuízo à municipalidade (item 3.1 – Anexo IV);

A realização da pintura de ligação é procedimento obrigatório, conforme determinação do item 1.2 do Anexo I – Termo de Referência”.

- ✧ 1.2 – “Os serviços deverão ser executados atendendo às normas técnicas vigentes e as recomendações técnicas de reparação de pavimentos, previstas no manual de Conservação Rodoviária do DNIT, seguindo a seguinte metodologia: [...]”

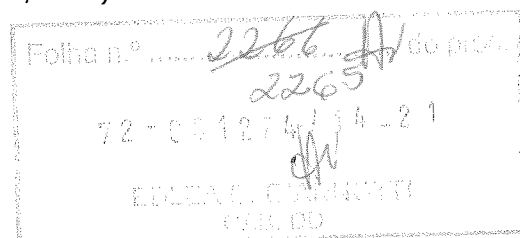
“Execução de pintura com emulsão [...]”

“A ferramenta apropriada para a realização da pintura de ligação é o aspargidor tipo agulha, equipamento obrigatório nos caminhões conforme determinação do item 2.3.2 do Anexo I – Termo de Referência”:

- ✧ “Os caminhões a serem utilizados para aplicação de massa asfáltica deverão possuir caçamba térmica, com capacidade para 5m³ de massa asfáltica, conjunto hidráulico com rompedor de 20 a 30 kg, espargidor de emulsão asfáltica, bico de ar comprimido para remoção do material fino do local a ser recuperado, maçarico manual para secagem da superfície, tanque de emulsão de no mínimo 250 litros com espargidor tipo agulha para pulverizar a emulsão, descarga automática de massa através de bica, sistema de aquecimento de caçamba térmica, depósitos de resíduo de no mínimo 1,0 m³, plataforma para transporte de placa vibratória, reboque para transporte em Tandem de rolo compactador, holofotes de 300w ou superior, ano de fabricação não superior a 10 anos, com cabine extra para 4 ocupantes. (grifo nosso)”

“A realização de pintura de ligação em toda a superfície do buraco através da utilização de ferramenta apropriada é essencial para a aderência da massa asfáltica e influi diretamente na qualidade e durabilidade do serviço executado”.

“Com o intuito de verificar se os serviços estavam sendo realizados com a adequada pintura de ligação, conforme determinam as cláusulas do ajuste, foi realizada vistoria *in loco* no dia 14/10/2015 nas Avenidas Joaquina Ramalho n.º 1375 e Zacki Narchi n.º 536 (vide fotos 01 a 12) e foram consultados todos os relatórios do Sistema de Monitoramento e Gestão pelo período de 05 (cinco) dias úteis anteriores ao dia da vistoria realizada *in loco* (07/10/2015 a 14/10/2015)”.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

82
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

"Com base no acompanhamento da realização dos serviços e após análise de todas as fotografias constantes dos relatórios da amostra, constata-se que a empresa contratada não realizou adequada pintura de ligação, conforme detalhado a seguir":

- Dia 14/10/2015, Av. Joaquina Ramalho, 1375 (vide fotos 04 e 05);
- Dia 14/10/2015, Av. Zacki Narchi, 536 (vide fotos 09 e 10).

"A execução de pintura de ligação parcial e sem utilização do espargidor ensejaria a aplicação de multa no valor de 06 (seis) toneladas por ocorrência, conforme determina a cláusula 10.12 do contrato; no entanto, não há registro nos autos da aplicação da referida penalidade".

"Diante do exposto, conclui-se que devido à aplicação deficiente da pintura de ligação houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do edital de Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014, comprometendo a qualidade e a durabilidade do serviço executado e ocasionando prejuízo à municipalidade".

Temos a informar que no início dos trabalhos foi efetuada em "campo" tema de execução de todas as etapas dos serviços de manutenção do pavimento viário "Tapa-Buraco" com o treinamento e orientação respectivamente:

- 1º - *Demarcação com "giz" da área a ser preparada*
- 2º - *Utilização do equipamento serra corte para que o corte fosse perpendicular ao pavimento.*
- 3º - *Aplicação da base (farofão, brita e/ou material fresado)*
- 4º - *Compactação com placa vibratória da base*
- 5º - *Imprimação com utilização do bico espargidor cobrindo toda área a ser recomposta*
- 6º - *Aplicação da massa asfáltica com determinação do controle de temperatura*
- 7º - *Compactação com rolo compactador vibratório operando em duas direções de rolagem.*

Podemos Informar:

- *Que de acordo com a responsável técnica da contratada o bico espargidor da emulsão entupia constantemente pelo fato da emulsão ser diluída já na origem gerando "borras" que provocavam entupimento do bico espargidor, o que levavam ao emprego do regado, mas que tinham o máximo cuidado na pintura ligante.*

Folha n.º 2267
226641
72-101211/14-21
BOLSAO C. B. NOTTI
GAB. ED



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

88
TID N.º 1500617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPC

- *Que pelas fotos podemos observar que de fato incorreram falhas na pintura ligante em ambos locais vistoriados pela equipe de auditoria.*
- *Que essas ocorrências nos deixam mais uma vez preocupados com a falta de funcionários e encarregados de asfalto na STM/SP-MG o que dificulta o controle de cada etapa. Dispomos de um único funcionário para levantamento/vistoria prévia dos locais onde são solicitadas as manutenções e acompanhamento de todas as demais etapas de execução.*
- *Ressalta-se ainda que a empresa FM RODRIGUES & CIA LTDA., em decorrência dos sérios comprometimentos com os trabalhos na SP-MG e diante do encaminhamento de aplicações de multas contratuais por esta Subprefeitura não renovou a ATA DE RP.*

Procedimento:

Efetuada reunião com a atual detentora do contrato quanto à observância e possibilidade da filtragem da emulsão para evitar que o espargidor ocorra entupimentos, ou falhas semelhantes.

4.2. – “Devido à falta de medição da temperatura do concreto asfáltico durante a sua aplicação não resta comprovada a sua adequação aos itens 4.2 e 4.5 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014, o que ensejaria a aplicação de multa no valor de 06 (seis) toneladas por ocorrência, conforme determina a cláusula 10.10 do contrato; no entanto, não há registro nos autos da aplicação da referida penalidade (item 3.2 – Anexo IV)”;

“O concreto asfáltico fornecido pela SPUA somente será aplicado pela empresa contratada se sua temperatura for superior a 115°C, conforme estabelecido no ANEXO I Termo de Referência do edital”:

- A temperatura de aplicação e compactação da mistura asfáltica deverá ser maior ou igual a 115°C.
- A contratada se obriga a manter um termômetro em cada caminhão, podendo o engenheiro fiscal aferi-lo no laboratório da PMSP, sem prejuízo ao andamento dos trabalhos.
- A temperatura mínima da massa asfáltica a ser fornecida pela SPUA será de 150°C.
- Caso, no momento da aplicação, a temperatura da massa asfáltica seja inferior a 115°C, o material não deverá ser aplicado, devendo a contratada restituir a massa asfáltica na SPUA,

Folha n.º 2268
22694
72-03427/14-21
LEI Nº 1.071/01
15.0.00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

89
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

para pesagem, ficando a contratada sujeita as penalidades previstas em lei e na Ata de Registro de Pregos.

"A temperatura mínima de aplicação do concreto asfáltico influi diretamente na qualidade e durabilidade do serviço executado".

"Com o intuito de verificar se o concreto asfáltico estava sendo aplicado em temperatura compatível com as cláusulas do ajuste, durante a vistoria realizada *in loco* no dia 14/10/2015 nas Avenidas Joaquina Ramalho, 1375 e Zacki Narchi, 536, foi solicitada a apresentação do termômetro e a medição da temperatura do material aplicado".

"Após diversas tentativas a representante da empresa contratada não apresentou a medição da temperatura por falha no termômetro e apesar da ausência de verificação do atendimento da temperatura mínima a empresa realizou o serviço de tapa-buraco".

"A falha no funcionamento do termômetro ensejaria a aplicação de multa no valor de 06 (seis) toneladas por ocorrência, conforme determina a cláusula 10.10 do contrato; no entanto, não há registro nos autos da aplicação da referida penalidade".

"Diante do exposto, conclui-se que devido à falta de medição da temperatura do concreto asfáltico durante a sua aplicação não resta comprovada a sua adequação aos itens 4.2 e 4.5 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 12/SMS/COGEL/2014, o que ensejaria a aplicação de multa no valor de 06 (seis) toneladas por ocorrência, conforme determina a cláusula 10.10 do contrato; no entanto, não há registro nos autos da aplicação da referida penalidade".

INFORMAMOS RESPECTIVAMENTE:

- *Que conforme exposto no item 4.1 em nossa informação da observância quanto ao controle de temperatura.*
- *Que por diversas vezes foi utilizado em nossa presença a conferência de temperatura.*
- *Que não há o que contestar que na data da auditoria o equipamento encontrava-se danificado, não conseguindo efetuar leitura.*
- *O encarregado do asfalto e a técnica do contrato, bem como o funcionário da STM/SP-MG, relata que há controle da temperatura, e que não sabe informar qual o problema naquela data com o*

2267 2268
72-1012-1/14-21
DEPT. DE ENGENHARIA
CIVIL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

90
TID N.º 150676/12
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

equipamento, informaram ainda que o aparelho foi repostado e aferido pela empresa no dia seguinte.

4.3. – “A realização da limpeza do local após a conclusão do serviço é procedimento obrigatório, conforme determinação do item 1.2 do Anexo I – Termo de Referência”.

1.2 – Os serviços deverão ser executados atendendo às normas técnicas vigentes e as recomendações técnicas de reparação de pavimentos, previstas no manual de Conservação Rodoviária do DNIT, seguindo a seguinte metodologia: [...]

- *Os resíduos oriundos dos serviços de limpeza e requadramento deverão ser recolhidos e retirados imediatamente após a conclusão dos trabalhos, não podendo permanecer no local após a completa execução dos serviços; [...]*

“Durante a vistoria realizada *in loco* no dia 14/10/2015 na Avenida Joaquina Ramalho n.º 1375 constatou-se que a empresa concluiu o serviço sem realizar a limpeza completa do local, em desacordo com o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014”.

“A limpeza deficiente do local após a conclusão do serviço ensejaria a aplicação de multa no valor de 06 (seis) toneladas por ocorrência, conforme determina a cláusula 10.12 do contrato; no entanto, não há registro nos autos da aplicação da referida penalidade”.

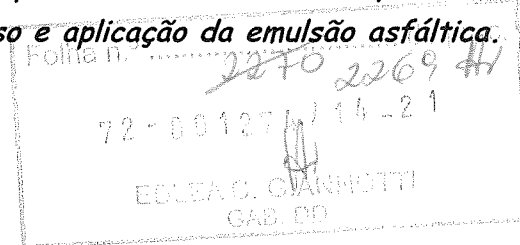
“Diante do exposto, conclui-se que devido à limpeza deficiente do local após a conclusão dos serviços, houve infringência ao que determina o item 1.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014”.

Do exposto informamos:

- *Das vistorias diárias efetuadas no decorrer do andamento do contrato, não observamos falhas na execução das retiradas dos resíduos e limpeza do local (material de base ou massa asfáltica).*
- *Observamos na foto que houve falhas na manipulação da emulsão aderindo ao pavimento. A sua remoção só seria possível com vassoramento e aplicação de solvente o que não é aconselhável.*

Procedimentos Adotados:

- *Orientação foi reforçada as equipes do novo contrato, quanto aos cuidados não só a limpeza como uso e aplicação da emulsão asfáltica.*





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

91
TID N.º 15062612
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

4.4. – Qualidade do Concreto Asfáltico

"A subprefeitura de Vila Maria/Vila Guilherme aceitou e remunerou serviços com qualidade inaceitável (grau de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras), em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do edital e 7.16.3 do contrato, ocasionando prejuízo à municipalidade face o desperdício do concreto asfáltico e à remuneração indevida por sua aplicação. De acordo com o item 5.3.3 do Anexo I do edital, o serviço deve ser refeito com material e mão de obra fornecida pela empresa contratada (item 4.1 – Anexo IV)";

"De acordo com as definições do Edital de Pregão Eletrônico n.º 12/SMSP/COGEL/2014, da Ata de RP e do Contrato n.º 002/SP-MG/CPO/2015, são considerados como bom desempenho os serviços com grau de compactação entre 97% e 100%".

Anexo I – Termo de Referência, item 5.1:

- *A fiscalização poderá providenciar amostras aleatórias e encaminhar para ensaio do Grau de Compactação da Massa Asfáltica aplicada, sendo aceito (considerado como de bom desempenho) um grau de compactação utilizando como parâmetro Marshall entre 97% a 100%, custeadas pela detentora. Está prevista uma amostra a cada 100 toneladas de concreto asfáltico aplicado. (grifo nosso)*

"Com determinação do item 5.3 do Anexo I do edital e do item 7.16 do contrato, quando o grau de compactação for inferior a 98%, a subprefeitura deve aplicar um redutor de pagamento, que varia de 10% a 20%, e nos casos em que o grau de compactação for inferior a 96%, o serviço deve ser refeito com material e mão de obra fornecidos pela empresa contratada":

- ✓ *Do redutor de pagamento*
- ✓ *Serviços com bom desempenho serão remunerados em 100% do valor da tonelada registrada em ata de RP, utilizando como parâmetro Marshall o grau de compactação entre 98% a 100%.*
- ✓ *Na hipótese de serem constatados, por meio de verificações aleatórias realizadas pela contratante, serviços realizados com grau de compactação da massa asfáltica aplicada inferior a 98% e superior a 97%(inclusive) em mais de 5% das amostras ensaiadas, as medições dos serviços realizados no mês para efeito de pagamento sofrerão uma redução de 10% sobre o valor da tonelada.*

Folha n.º 2270 do proc.
2270
72-007273/14-21
EDILCA C. CIANCIOSI
GAB. DD



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

92
TID Nº 1202617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

- ✓ *Graus de compactação entre 97% e 96% em mais de 5% das amostras ensaiadas sofrerão uma redução de 20% sobre o valor da tonelada, e graus de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras não serão aceitos, devendo o serviço ser refeito com material de pavimentação fornecido pela própria contratada.*

"Com o intuito de subsidiar os trabalhos, foi contratada a empresa JBA Engenharia e Consultoria Ltda, para realização de ensaios de controle tecnológico do material utilizado".

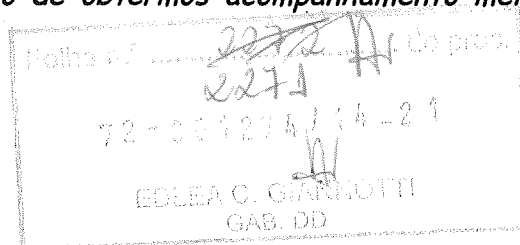
"Os resultados dos ensaios foram apresentados através do Relatório de Controle Tecnológico, que foram analisados e resumidos no documento Anexo A – Análises e conclusões sobre os ensaios de controle tecnológico dos serviços de pavimentação asfáltica – tapa-buraco".

"Conforme detalhado no Quadro 2.2 do Anexo A, 100% das amostras ensaiadas dos serviços realizados através do presente contrato (testemunho 10, 11 e 12) apresentaram grau de compactação inferior a 96% e não poderiam ter sido aceitos pela Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme, que, de acordo com o item 7.16.3 do contrato, deveria ter exigido o seu refazimento com material fornecido pela empresa contratada".

"Diante do exposto, conclui-se que a subprefeitura aceitou e remunerou serviços com qualidade inaceitável (grau de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras), em desacordo com os itens 5.1 do Anexo I do edital e 7.16.3 do contrato ocasionando prejuízo à municipalidade face ao desperdício do concreto asfáltico e a remuneração indevida por sua aplicação".

Compete a esta Supervisão Técnica informar:

- *Encaminhamos no ANEXO IV cópia dos ensaios da determinação do Grau de Compactação encaminhado mensalmente pela empresa contratada à época a FM RODRIGUES & CIA LTDA., conforme estabelecido contratualmente que serviram de balizadores para as medições.*
- *Para o total de 331,14 toneladas aplicadas, foram extraídos 6 (seis) ensaios, portanto, acima do requerido no edital e Anexo I - Termo de Referência, com o objetivo de obtermos acompanhamento melhor dos trabalhos.*





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

93
TIC Nº 150666/17
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

- Todos os ensaios com exceção de um que apresentou o resultado de 97,9% (faixa limite) mostraram-se com Grau de Compactação superior a 98,0%, portanto satisfatório.

Diante do resultado obtido pela equipe de auditoria, para nós bastante assustadores, requeremos ao laboratório que efetuou os ensaios no decorrer do contrato a execução de novos ensaios, face os valores resultantes informados.

Os ensaios obtidos foram:

TESTEMUNHO	LOCAL	Soleira n.º	GRAU DE COMPACTAÇÃO %
01	Av. Joaquina Ramalho	1375	97,2
01	Av. Zacki Narchi	536	96,4

É evidente que em virtude das massas asfálticas serem flexíveis e elevados grau de tráfego em ambas as vias, ocorreram maior aumento do adensamento das massas aplicadas, com o passar do tempo, portanto, não há o que se discordar dos resultados da auditoria por excelência.

Informações Finais

Diante das solicitações de informações, encaminhamos o presente com nossos esclarecimentos, os quais solicitaram retorno a Secretaria Municipal das Subprefeituras e Egrégio Tribunal de Contas.

Considerando que ocorrem abordagens amplas com mais sete Subprefeituras, avaliamos que seja necessária a padronização de procedimentos e diretrizes por meio de reunião junto a Coordenadoria das Subprefeituras.

Fazemos ainda considerar que a empresa FM Rodrigues & Cia Ltda., não prorrogou o contrato da ATA DE RP n.º 033/SMS/COGEL/2014 por ter conhecimento que não teria anuência da SP-MG por não atender na íntegra os contratos com esta Subprefeitura.

Esta Supervisão Técnica de Manutenção encaminhou aplicação de multa contratual em três processos deste contrato n.º 002/CPO/SP-MG/2015.

Folha n.º 2273 / do proc.
2272
72-003374/14-21
EDLEIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

94
ID N° 15062619

Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

PROCESSOS	VALOR DA MEDIÇÃO	VALOR DA MULTA
2015-0.269.749-8	R\$ 32.860,57	R\$ 6.561,17
2015-0.296.523-9	R\$ 31.559,90	R\$ 6.756,26
2015-0.343.705-8	R\$ 12.562,68	R\$ 3.860,72

20%
21%
30%

Fazemos constar que após estes esclarecimentos serão acatadas respeitosamente as decisões emanadas pelo Egrégio Tribunal de Contas do Município.

Encaminhamos à Coordenadoria de Obras para conhecimento, bem como, considerações que avalie necessárias a serem consideradas.

SP, 19/05/2016.

Luis Urbano da Silva
Supervisor Técnico de Manutenção
SP-MG/ STM

jpmr/smb

Folha n.º 2279
2273 A do proc.
72-014214-21
EDLENO C. GIALI
CAB. DD



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

95
TID N.º 6062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

Da Intimação n.º 657/2016 (TID 15.062.617) em 19/05/2016

Referência: - Intimação n.º 657/2016.
- TID 15.062.617
- TC n.º 72.001.274.14-21

SP-MG / GAB
Senhor Subprefeito
Sra. Chefe de Gabinete

A vista das informações prestadas pela Supervisão Técnica de Manutenção com referencias as questões apresentadas pela Auditoria elaborada pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, referente aos contratos de manutenção de pavimentos – Tapa Buraco, especificamente para a Subprefeitura de Vila Maria/Vila Guilherme, Contrato n.º 002/SP-MG/CPO/2015 – Processo n.º 2015-0.178.699-3 período de execução 17/08/2015 a 16/11/2015 utilizando a ATA DE RP n.º 33/SMSP-COGEL/2014, podemos observar:

- O fiscal do Contrato aborda; faz análise completa e informa todos os itens, respeitando cada um dos fatos levantados e citados no relatório do TCM.
- Efetua através dos ANEXOS I; II; III; IV ofício encaminhado a contratada; cópia do despacho da SNJ; Relatórios Fotográficos; Relatórios de Ensaios.
- Efetua de imediato ajuste no contrato em execução (atuais) no:
 - Preenchimento do SAFFOR
 - Planilha, relatório diário – formato original.
 - Instruções para conferencia e rigor na elaboração de fotos por parte da contratada
 - Passar a integrar as planilhas resumo da tonelada da massa asfáltica como elemento complementar a medição.
 - Rigor diário quanto à aferição do equipamento para controle de temperatura.
 - Ajuste no equipamento aspergidor e controle de imprimação.

22.750
22.744
72-051274/14-21
LILIAN G. GIL
GAB. DO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

96
TID N.º 15062617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.6
SP - MG / CPO

- Controle rigoroso na limpeza do local
- Requer instrução quanto à questão do rastreamento onde no Anexo I – Termo de Referência há indicação de apenas 02 GPS, subentendendo ser um do caminhão basculante e outro do caminhão TBR.
- Anexa ensaios dos locais onde foram efetuadas sondagens para apreciação.

Cabe complementar a título de considerações e análise em decorrência do período de atividade dos contratos das Atas de Registro de Preços de formas a obtermos melhores resultados e não provocarmos questões técnicas e abordagens duvidosas a necessidade de:

Grau de Compactação

Em nosso entendimento a obtenção de grau de compactação entre 98% a 100% na manutenção Tapa-Buraco são obtidos se existirem as condições:

- O subleito não encontra-se com plasticidade, nível d'água elevado, portanto, estabilizado.
- A base do macadame hidráulico, sem contaminação por bombeamento de finos da sub-base.
- A camada do macadame betuminoso também estável que não permita deflexões/movimentação.

As nossas vias em sua maioria já entraram em estágio avançado de fadiga, apresentando em mais de 90% dos logradouros grau de deformações consideráveis.

Citamos por exemplo a Av. Zacki Narchi localizada na antiga várzea do Rio Tietê, e após retificação, foi local do aterro sanitário Carandiru até década de 60, com nível do lençol freático elevado e plasticidade no seu subleito.

Já a Av. Joaquina Ramalho, considerada próxima do espigão da Av. Conceição, solo de boa qualidade fica sujeito à pressão de minas de água ali existente com bombeamento na base do pavimento.

Portanto, se o subleito e a base estiverem afetados, apresentando plasticidade e deformações elevadas, reflete na etapa de compactação.

De qualquer forma, o exposto não deve ser considerado como contestação das considerações feitas pela competente equipe de auditoria do TCM, mas considerações para interpretações dos resultados que dependem além de critérios rigorosos de execução como de condições do subleito, leito e base do pavimento.

Folha n.º 2276 2275
72-691270-14-21
EDUCAÇÃO
GAB. DO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

97
TID N.º 15067617
Alexandre Loduca
R.F. 750.542.8
SP - MG / CPO

- Ratificamos que a contratada é objeto de penalização por descumprimento em cláusulas contratuais nos processos:

2ª medição – Processo n.º 2015-0.269.749-8

3ª medição – Processo n.º 2015-0.269.523-9

4ª medição – Processo n.º 2015-0.343.705-8

Assim sendo, encaminhamos o presente a Vossa Senhoria para envio a Secretaria Municipal das Subprefeituras, colocando-nos a disposição.

Nestes termos.

SP, 17/05/2016.



Eng.º José Paulo Martins Ruano
Coordenador de Projetos e Obras
SP-MG/CPO

jpmr/smb

SP-MG	
Unidade Expediente Geral	
Folha n.º 2277	31/05/16
2276	Recabide Mele
72-009274714-21	
EDLENO	
GAB.	

Ao

T.C.M. – Tribunal de Contas do Município de São Paulo

Srª Subsecretária-Geral

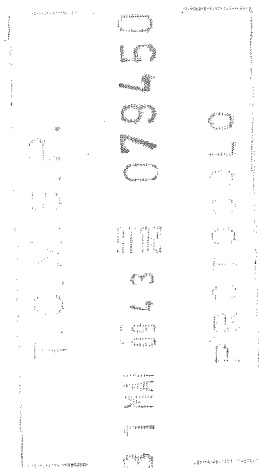
Roseli de Moraes Chaves

Retornamos o presente, anexando sob fls. 02 a 97, documentação referente aos serviços de Tapa-Buraco desta região, para conhecimento e o que mais couber, conforme solicitação inicial.

30.05.16


GILBERTO ROSSI
Subprefeito
SP-MG

/dgr



Segue(m) rolhats, sob nº(s) 2277a 2290
2277a 2277 em 02/6/2016
Vania R. R. Rege - Gab. D.D./

DAL POZZO

ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PRESIDENTE ROBERTO BRAGUIM, DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

De ordem do Exmo. Sr. Presidente
Junte-se ao TC 1274.14-21
e encaminhe-se ao Exmo. Sr. Cons.
Relator. 31 MAI 2016
São Paulo


ROSELI DE MORAIS CHAVES
Subsecretária Geral

Folha n.º 2278 2277 do proc.
72-001274/14-21
VÂNIA R. R. REGE
GAB DD

31 MAI 2016
079469
FOLHA Nº 2278

TC nº 72.001.274/14-21

Contratante: Prefeitura do Município de São Paulo.

Contratado: F.M. Rodrigues & Cia. Ltda.

F. M. RODRIGUES & CIA LTDA. ("FM", pessoa jurídica de direito privado, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seus representantes legais que subscritores, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, em atenção ao despacho exarado às fls., recebido em 04 de maio de 2016, apresentar, tempestivamente, **JUSTIFICATIVAS**, com supedâneo na Lei Municipal nº 9167/80, e nos artigos 118, I, e 119, § 2º, ambos do Regimento Interno do Tribunal de Contas no Município de São Paulo, conforme os motivos de fato e de direito a seguir alinhavados



I - TEMPESTIVIDADE

A FM foi intimada para apresentação, no prazo de 15 (quinze) dias, de defesa ou justificativa do ato aos 04 de maio de 2016. Todavia, considerando a intimação de mais de uma parte para promoverem o ato, representados por procuradores distintos, nos termos do artigo 120, do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Contas, o prazo concedido deve ser contado em dobro¹.

Assim, considerando a data da intimação e prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento do seu teor, o termo final para apresentação das justificativas é dia 03 de junho de 2016, o que torna inconteste a tempestividade de seu protocolo.

II - SÍNTESE E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS FATOS

A FM é contratada da Prefeitura do Município de São Paulo para execução dos serviços “tapa buracos” na circunscrição das Subprefeituras da Penha e da Vila Maria/Vila Guilherme e, cujas obrigações estão estabelecidas nos respectivos contratos públicos registrados sob os n.º 01/SP-PE/2015 e 002/SPMG/CPO/2015.

¹ Art. 120 – Na hipótese de intimação de dois ou mais responsáveis que tiverem diferentes procuradores, ou se um deles não for representado por procurador, o prazo será contado em dobro, a partir da data da ocorrência da última intimação, observadas as exceções previstas neste Regimento.

A Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte elaborou relatório de auditoria extraplano, a fim de examinar, por amostragem, a execução de serviços de conservação de pavimentos “tapa-buracos”, o qual é realizado por meio de contratos com base em atas de registros de preços resultantes do Pregão Eletrônico nº 12/SMPS/COGEL/2014 - dentre os quais estão os contratos firmados com a FM.

Referido relatório foi elaborado de acordo com as cláusulas estabelecidas nos contratos, e considerando parâmetros técnicos aplicáveis, abordou os seguintes aspectos: (i) sistemas de controle interno de responsabilidade das subprefeituras; (ii) efetiva realização dos serviços, o que engloba o atendimento das normas contratuais e a conformidade com parâmetros técnicos; e, por fim, a (iii) qualidade do concreto asfáltico.

Notadamente ao que pertine o âmbito de atuação da FM, a unidade técnica apontou as seguintes irregularidades:

(a) **Subprefeitura da Penha:** Ausência de técnico responsável durante a execução dos serviços no dia 06.10.2015, ausência de reenquadramento prévio de buraco, preparo inadequado da superfície do buraco, execução deficiente da pintura de ligação, aplicação indevida de concreto asfáltico sobre a sarjeta, irregularidade na compactação do concreto asfáltico, espessura do concreto asfáltico superior ao máximo permitido e grau de compactação inaceitável do concreto asfáltico.



(b) **Subprefeitura da Vila Maria/Vila Guilherme:** execução deficiente da pintura de ligação, ausência de verificação da temperatura do concreto durante a execução dos serviços, limpeza deficiente do local após a conclusão do serviço, grau de compactação inaceitável do concreto asfáltico.

Diante dessas conclusões, o Exmo. Senhor Conselheiro Relator DOMINGOS DISSEI houve por bem determinar a intimação da FM para tomar ciência do conteúdo do relatório e, se quiser, apresentar defesa ou justificativa.

É a síntese do necessário.

II - SERVIÇOS EXECUTADOS PELA FM E SEU COMPROMETIMENTO COM O APERFEIÇOAMENTO DAS TÉCNICAS.

De acordo com o relatório de auditoria extraplano apresentado pela Unida Técnica desta Colenda Corte de Contas, existiriam uma série de não conformidades técnicas relativas ao serviço “tapa buraco” executado pela FM.

Em primeiro lugar, de suma importância ressaltar que as todas as irregularidades foram observadas em vistorias pontuais, especificamente uma única vistoria técnica para fiscalizar a prestação de serviço desempenhado pela FM em cada contrato.



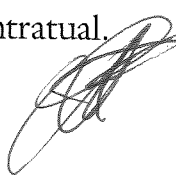
Tal premissa se mostra relevante, pois, como cediço, a FM executa grande volume de serviços “tapa buraco”, de sorte que apenas uma única vistoria não reflete a qualidade total do serviço executado.

Não obstante a isso, e com o intuito de esclarecer as incorreções apontadas, a FM ressalta que todas elas guardam relação com a execução pontual do serviço por determinadas frentes de trabalho. Deveras, em momento algum constatou-se inexecução, execução parcial, tampouco falta de qualidade do material utilizado.

Em verdade, o que apontou a Unidade Técnica foram erros de execução, repisa-se, pontuais e incomuns, no desempenho das atividades pelos prepostos da FM.

Por certo, a FM reconhece ser se sua inteira responsabilidade o desempenho das funções pelos seus funcionários, tanto é que investe em treinamentos periódicos. Todavia, também como é de conhecimento, em dados momentos, podem haver falhas, as quais são imediatamente corrigidas, com a finalidade de atingimento da melhor qualidade do serviço, principal objetivo da FM, como empresa privada.

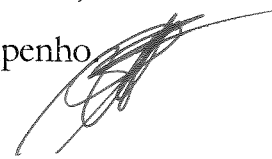
Aqui mais uma vez se ressalta, ou melhor se reitera, que a FM adota todas as medidas que estão ao seu alcance para a consecução dos serviços contratos com a eficiência que se exige, de sorte que amostras esparsas não podem traduzir a real qualidade do seu desempenho contratual.



Nesse sentido, inclusive, o próprio relatório de auditoria serve como prova. Isso porque, em uma mesmo relatório que analisa serviços prestados pela FM no âmbito de dois contratos, há nítida disparidade das conclusões.

Enquanto na vistoria do serviço da Subprefeitura da Penha foram apontados problemas relacionados com a execução dos serviços e a qualidade do asfalto, como, por exemplo, ausência de reenquadramento prévio de buraco, preparo inadequado da superfície do buraco e irregularidade na compactação do concreto asfáltico. No da Subprefeitura da Vila Maria/Vila Guilherme erros relacionam-se, em síntese, a ausência de verificação da temperatura do concreto durante a execução dos serviços e grau de compactação inaceitável do concreto asfáltico.

Em outras palavras, tem-se nítido que não houve, por parte da FM, qualquer má-fé, muito menos omissão voluntária para ocorrência dos erros pontuais. Pelo contrário, a nítida e clara desproporção das vistorias realizadas denota que as não conformidades apontadas não correspondem à realidade dos serviços prestados pela FM em sua totalidade.

De toda forma, e sempre visando o pleno e correto atendimento ao princípio da eficiência, traduzido na consecução de serviços de qualidade, de acordo com critérios técnicos e por meio da contratação de profissionais que assegurem o melhor resultado, a FM se compromete a envia-


III - DO PEDIDO

2283 200
Folha n.º 2284 do proc.
72-001274/14 21
VANIA R. R. REGE
GAB DD

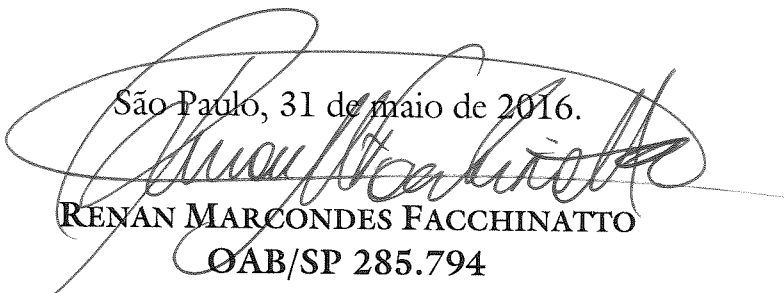
Pelo exposto, comprovado que as vistorias realizadas e amostras colhidas não representam, tampouco traduzem a qualidade do serviço prestado pela FM, não há que se falar em qualquer irregularidade na execução do contrato celebrado pela Requerente.

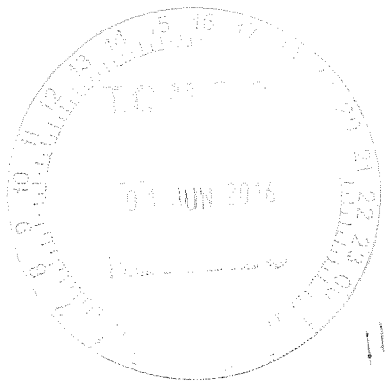
Diante do exposto, requer-se o conhecimento da auditoria e determinação à Origem para adoção das providências futuras, no sentido de aperfeiçoar a contratação dos serviços.

A FM coloca-se à inteira disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários para auxiliar a nobre função exercida por esta Colenda Corte de Contas e pleiteia a obtenção de vista dos autos pelo prazo de 5 (cinco) dias após a instrução.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 31 de maio de 2016.


RENAN MARCONDES FACCHINATTO
OAB/SP 285.794



11-00 HS
[Signature]



À(o)

Gabinete do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Corregedor Domingos Dissei

Senhor(a) Chefe de Gabinete

Encaminho a Vossa Senhoria, cópia protocolada do
Ofício SSG-GAB nº 9790/2016 para ser juntado no TC nº 72.001.274.14-21.

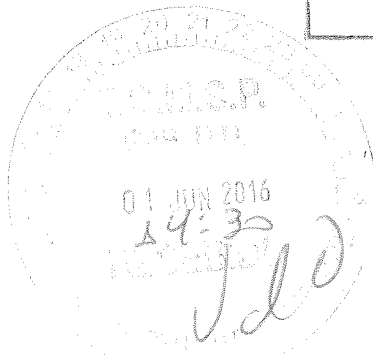
São Paulo, 01 de junho de 2016


Walkíria M. G. Fogaça
Unidade Técnica de Ofícios
Supervisor(a)

Folha n.º 2285 do proc.

72-001274/14 21


JÂNIA R. R. REGE
GAB DD





TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001
Gabinete da Presidência

Folha n.º 2286 do proc.

15 14 2730

72-601274/14 21

VÂNIA R. F. REGE
GAB DD

Ofício SSG-GAB nº 9790/2016

Processo TC nº 72.001.274.14-21

Assunto: Tribunal de Contas do Município de São Paulo – Auditoria Extraplano – Verificar, por amostragem, a execução dos serviços de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos”, realizados através de contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014

(Pede-se o uso destas referências)

Documentação acompanhante: cópia de fl. 2161 do processo TC supra (as cópias encaminhadas não deverão retornar ao TCM)

Referência: Ofício nº 153/SP-IP/AJ/2016

PREFERENCIAL

São Paulo, 30 de maio de 2016.

Senhora Subprefeita

Dirijo-me a Vossa Senhoria para encaminhar a reprodução do r. despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator Domingos Dissei, exarado em atenção ao Ofício em referência, e comunicar o deferimento do pedido de dilação de prazo, pelo período de 30 (trinta) dias, para cumprimento do anteriormente requerido (Intimação nº 661/2016).

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ROBERTO BRAGUIM
Presidente

À
Ilustríssima Senhora
Sra. Edna Diva Miani Santos
Subprefeitura Ipiranga
R. Lino Coutinho, 444
Ipiranga

Sonia Regina Barbosa
RF: 6157947
SP-IP

31.05.16



À(o)

Gabinete do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Corregedor Domingos Dissei

Senhor(a) Chefe de Gabinete

Folha n.º 2287 do pro.

72-001274/14 21

VÂNIA R. R. REGE
GAB DO

Encaminho a Vossa Senhoria, cópias protocoladas dos
Ofícios SSG-GAB nºs 9789, 9791, 9794 e 9795/2016 para serem juntados no TC
nº 72.001.274.14-21.

São Paulo, 02 de junho de 2016


Walkíria M. G. Fogaça
Unidade Técnica de Ofícios
Supervisor(a)





TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001
Gabinete da Presidência

15142734

Folha nº 2287 2287 2287

72-001274/14 21

VANIAS L. ROSE
GAB DO

Ofício SSG-GAB nº 9789/2016

Processo TC nº 72.001.274.14-21

Assunto: Tribunal de Contas do Município de São Paulo – Auditoria Extraplano – Verificar, por amostragem, a execução dos serviços de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos”, realizados através de contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014

(Pede-se o uso destas referências)

Documentação acompanhante: cópia de fl. 2161 do processo TC supra (as cópias encaminhadas não deverão retornar ao TCM)

Referência: Ofício nº 141/2016/GAB/SP-PE

PREFERENCIAL

São Paulo, 30 de maio de 2016.

Senhor Subprefeito

Dirijo-me a Vossa Senhoria para encaminhar a reprodução do r. despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator **Domingos Dissei**, exarado em atenção ao Ofício em referência, e comunicar o deferimento do pedido de dilação de prazo, pelo período de 30 (trinta) dias, para cumprimento do anteriormente requerido (Intimação nº 656/2016).

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ROBERTO BRAGUIM
Presidente

SP-PE/SAP/PROT

JUN
01 JUL 2016

61.01.08

Ao
Ilustríssimo Senhor
Pedro Guastaferrro Júnior
Subprefeitura Penha
R. Candapuí, 492
Vl. Marieta

Recebido
01
RJ
De
Carimbo



TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001
Gabinete da Presidência

15142727

Folha n.º 2288 do proc

72-001.274/14 21

VANILIA REGE
GAB DD

Ofício SSG-GAB nº 9791/2016

Processo TC nº 72.001.274.14-21

Assunto: Tribunal de Contas do Município de São Paulo – Auditoria Extraplano – Verificar, por amostragem, a execução dos serviços de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos”, realizados através de contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014

(Pede-se o uso destas referências)

Documentação acompanhante: cópia de fl. 2161 do processo TC supra (as cópias encaminhadas não deverão retornar ao TCM)

Referência: Ofício nº 052/SMSP/GAB/SEC/2016

SMSP/GAB/SEC

01 JUN 2016

São Paulo, 30 de maio de 2016.

Senhor Secretário

PREFERENCIAL

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar a reprodução do r. despacho do Excelentíssimo Senhor **Conselheiro Relator Domingos Dissei**, exarado em atenção ao Ofício em referência, e comunicar o deferimento do pedido de dilação de prazo para cumprimento do anteriormente requerido (Ofício SSG-GAB nº 8946/2016).

Informo, ainda, que foi autorizada vista dos autos, no prazo supracitado, na Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo desta Casa, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h, bem como a extração de cópias reprográficas.

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ROBERTO BRAGUIM
Presidente

Ao
Excelentíssimo Senhor
Luiz Antonio de Medeiros Neto
Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
R. Líbero Badaró, 425 - 31º, 35º, 36º e 37º andares
Centro


JOSÉ ROBERTO MANOEL
Auxiliar de Serviço Administrativo



TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001
Gabinete da Presidência

Folha n.º 2270 2289 200 do proc.
72-001274/14 21
V. A. R. REGE
GAB DD

Ofício SSG-GAB nº 9794/2016

Processo TC nº 72.001.274.14-21

Assunto: Tribunal de Contas do Município de São Paulo – Auditoria Extraplano – Verificar, por amostragem, a execução dos serviços de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos”, realizados através de contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014

(Pede-se o uso destas referências)

Documentação acompanhante: cópia de fls. 2143 e 2161 do processo TC supra (as cópias encaminhadas não deverão retornar ao TCM)

Referência: Requerimento datado de 16/05/2016

São Paulo, 30 de maio de 2016.

Senhor Gerente

PREFERENCIAL

Dirijo-me a Vossa Senhoria para encaminhar a reprodução do r. despacho do Excelentíssimo Senhor **Conselheiro Relator Domingos Dissei**, exarado em atenção ao Requerimento em referência, e comunicar que vista dos autos, bem como extração de cópias foram autorizadas por meio do Ofício SSG-GAB nº 9287/2016 (cópia anexa).

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ROBERTO BRAGUIM
Presidente

Multi 001 mal
em 01/06/16
Alvares

Ao
Ilustríssimo Senhor
Alcides Gomes Junior
Representante legal da empresa
Trajeto Construções e Serviços Ltda.
R. Quatá, 845
Vila Olímpia

02
R
D
C

2
JOSÉ ROBERTO MANOEL
Auxiliar de Serviço Administrativo



TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001
Gabinete da Presidência

Folha n.º 2297 do proc.

72-001274/14 21

VANIA L. REGE
GAB. PR.

Ofício SSG-GAB nº 9795/2016

Processo TC nº 72.001.274.14-21

Assunto: Tribunal de Contas do Município de São Paulo – Auditoria Extraplano – Verificar, por amostragem, a execução dos serviços de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos”, realizados através de contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014

(Pede-se o uso destas referências)

Documentação acompanhante: cópia de fl. 2161 do processo TC supra (as cópias encaminhadas não deverão retornar ao TCM)

Referência: Requerimento datado de 11/05/2016

São Paulo, 30 de maio de 2016.

Prezado Senhor

PREFERENCIAL

Dirijo-me a Vossa Senhoria para encaminhar a reprodução do r. despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator Domingos Dissei, exarado em atenção ao Requerimento em referência, e comunicar o deferimento do pedido de dilação de prazo, pelo período de 15 (quinze) dias, para cumprimento do anteriormente requerido (Ofício SSG-GAB nº 9288/2016).

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ROBERTO BRAGUIM
Presidente

Ao
Ilustríssimo Senhor
Paulo Pereira Ignacio
Representante Legal da empresa
Potenza Engenharia e Construção Ltda.
R. Paranhos Pederneiras, 194
Vila Guilherme

01
R

03 06 16 10:55h

Monique S. Dias Gonçalves

RG: 33.080.750-X

WILSON CARVALHO DOS SANTOS
Secretário de Governo Constitucional

Segue(m) rolha(s); sob nº (s)

2292, em 03/06/2016

 Vania R. R. Rege - Gab. D.D

2291 280

Fis.	2292
Proc.	1274/14-21
Vanila R. R. Rego	
Emb. D.D.	

São Paulo, 30 de Maio de 2016.

OFÍCIO Nº 434/SPCL/GAB/2016

De ordem do Exmo. Sr. Presidente
Junte-se ao TC 1274/14-21
e encaminhe-se ao Exmo. Sr. Cons.
Relator.
São Paulo 02 JUN 2016

ROSELI DE MORAIS CHAVES
Subsecretária Geral

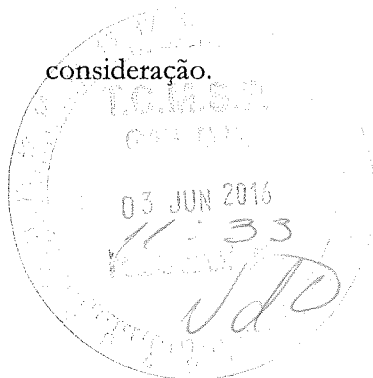
Intimação nº 659/2016 – Processo TC
nº 72.001.274.14-21 – Interessado:
Tribunal de Contas do Município de
São Paulo – Assunto: Realização de
auditoria extraplano, por amostragem,
nas diversas regiões da cidade, referente
aos serviços de tapa buracos.

Ilustríssimo Senhor

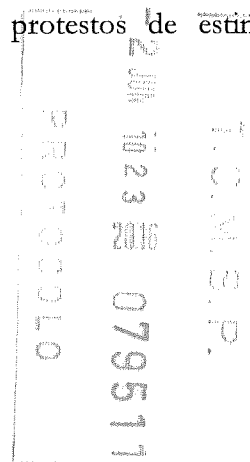
Trata-se de ofício encaminhado pelo **TRIBUNAL DE CONTAS
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, requerendo informações sobre a realização de auditoria
extraplano por amostra nas diversas regiões da cidade no tocante aos serviços de tapa buraco.

Após pesquisa desta Subprefeitura, solicitamos a dilação de prazo por 10
dias, para que seja feito o levantamento e análise dos dados solicitados na inicial.

Sem mais, enviamos nossos elevados protestos de estima e
consideração.



ANTONIO CARLOS GANEM
Subprefeito
Subprefeitura campo Limpo



Ilustríssimo Senhor
Domingos Dissei
Conselheiro

Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Avenida Professor Ascendino Reis nº 1130 – São Paulo – SP – CEP 04027-000
ACG/apcg/far

7
20
11

2092 Segue(m) rolha(s), sob nº(s)
2093, em 06/06/2016
Yana R. R. Rege - Gab. D.D.



TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001

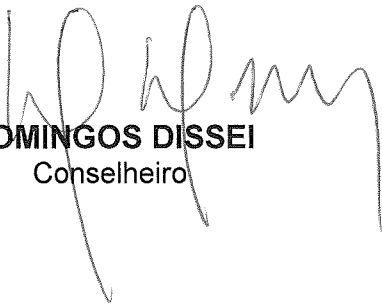
Folha N° 2293
Proc N° 72.001.274/14-21

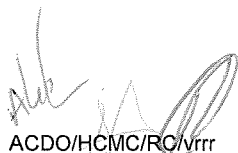
VÂNIA R. R. REGE
GAB DD

À
Unidade Técnica de Ofícios

Autorizo o pedido de dilação de prazo solicitado às fls. 2162, 2166 e
2292.

São Paulo, 6 de junho de 2016.


DOMINGOS DISSEI
Conselheiro


ACDO/HCMC/RC/vrrr



Segue (m), juntada (s) nesta data, ____ folha (s) para informação / documento (s) rubricado (s) sob fl (s).

Nº(s) 2.294 e 2295 em 9 / 6 / 16 Ass. _____

Cód. 013V (Versão 02)

2293 e 2294

VÂNIA REAL R. REGE
Gerb D.D

MADALENA CISMUNO CARDOSO
Auxiliar de Gerência de Informação



TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001

Gabinete da Presidência



FL. n.º 2294
Proc. n.º 1.274.14-21

MADALENA FIRMINO CARDOSO
Aux. Técnico de Fiscalização

2293 200
VIA REAL R. REC.
Cm. D.D.

Ofício SSG-GAB nº 9792/2016

Processo TC nº 72.001.274.14-21

Assunto: Tribunal de Contas do Município de São Paulo – Auditoria Extraplano – Verificar, por amostragem, a execução dos serviços de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos”, realizados através de contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico nº 12/SMSP/COGEL/2014

(Pede-se o uso destas referências)

Documentação acompanhante: cópia de fl. 2161 do processo TC supra (as cópias encaminhadas não deverão retornar ao TCM)

Referência: Requerimento datado de 12/05/2016

São Paulo, 30 de maio de 2016.

Senhor Diretor

PREFERENCIAL

Dirijo-me a Vossa Senhoria para encaminhar a reprodução do r. despacho do Excelentíssimo Senhor **Conselheiro Relator Domingos Dissei**, exarado em atenção ao Requerimento em referência, e comunicar o deferimento do pedido de dilação de prazo, pelo período de 15 (quinze) dias, para cumprimento do anteriormente requerido (Ofício SSG-GAB nº 9284/2016).

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ROBERTO BRAGUIM
Presidente

Ao
Ilustríssimo Senhor
Arnaldo Tonanni Junior
Representante legal da empresa
A. Tonanni Construções e Serviços Ltda.
R. Francisco dos Santos, 33 – Jd. Maria Rosa
Taboão da Serra – SP
CEP 06764-310



TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001

Folha Nº 2293
Proc. Nº 1.274.14-21

MADALENA EDILSON CARDOSO
Auxiliar Técnico de Fisco/22010

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
A. TONAVU Construção e Serviços Ltda			
ENDEREÇO / ADRESSE			
R. FRANCISCO DOS SANTOS, 33 - Jd. Maria Rosa			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
06764.310	TABOÃO DA SERRA	SP	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIÓ / NATURE DE L'ENVOI	
Ofício SSG. GAB 9792/2016		☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
		☐ EMS	
		☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
		03/06/16	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Antonio Narciso			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO SIGNATURE DE L'AGENT		
	Sebastião José Galvão Silva Matr. 8.922.344-6 Cadeiro		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463/16

114 x 186 mm

Segue (m), juntada (s) nesta data, ____ folha (s) para informação / documento (s) rubricado (s) sob fl (s).

Nº(s) 2294 a 2297 em 09/06/16 Ass. FATIMA ESTANISLAU

Cód - 013V

2295 a 2296 2016

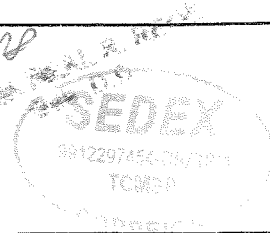
RECEBUE

FATIMA
AGPP



TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001
Gabinete da Presidência

2295 28
Fl. n.º 2296
Proc. n.º 1.274.142
FÁTIMA S. MIRANDA
AGPP



Ofício SSG-GAB nº 9793/2016

Processo TC nº 72.001.274.14-21

Assunto: Tribunal de Contas do Município de São Paulo – Auditoria Extraplano – Verificar, por amostragem, a execução dos serviços de conservação de pavimentos viários “tapa-buracos”, realizados através de contratos firmados com base nas Atas de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico nº 12/SMS/COGEL/2014

(Pede-se o uso destas referências)

Documentação acompanhante: cópia de fl. 2161 do processo TC supra (as cópias encaminhadas não deverão retornar ao TCM)

Referência: Requerimento datado de 19/05/2016

São Paulo, 30 de maio de 2016.

Prezado Senhor

PREFERENCIAL

Dirijo-me a Vossa Senhoria para encaminhar a reprodução do r. despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator **Domingos Dissei**, exarado em atenção ao Requerimento em referência, e comunicar o deferimento do pedido de dilação de prazo, pelo período de **15 (quinze) dias**, para cumprimento do anteriormente requerido (Ofício SSG-GAB nº 9286/2016).

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ROBERTO BRAGUIM
Presidente

Ao
Ilustríssimo Senhor
Eng. André Margarido Pacheco
Representante legal da empresa
Era Técnica Engenharia, Construções e Serviços Ltda.
Rua Antônio do Campo, 191
Pedreira



FÁTIMA S. MIRANDA
AGPP

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
ERA TÉCNICA ENGENHARIA, Const. Serviços Ltda			
ENDEREÇO / ADRESSE			
RUA ANTONIO DO CAMPO, 191			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
04459-000	PEDREIRA	SP	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
Ofício SSG-GAB nº 9793/2016		☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
		☐ EMS	
		☐ SEGURO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
		07/06/16	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Marco AP. Pedrinheiro			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

Segue (m), juntada (s) nesta data, ____ folha (s) para informação / documento (s) rubricado (s) sob fl (s).

Nº(s) 2298 à 2299 em 14/06/16 Ass. 

Cód - 013V

2297 a 2298 2016
VÂNIA REAL R. REGE
Gm. D.D.

LUCIANE O. ANDRADE
AGPP



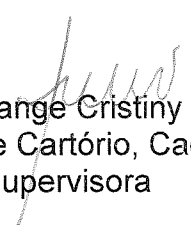
Unidade Técnica de Ofícios
Senhora Supervisora

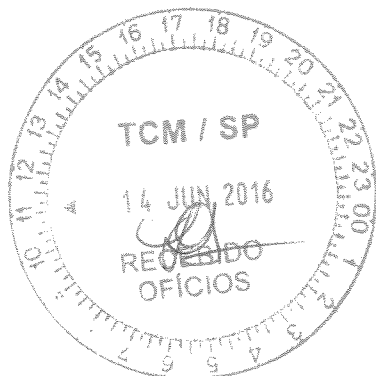
2287 2287
VANIA REGAL R. REGE
G.D.D.
Fl. n.º 2287
Proc. n.º 1.274.14.21

LUCIANE O. ANDRADE
AGPP

Encaminho o presente a Vossa Senhoria acompanhado da Declaração de vista em nome de Stella Rolemberg Corrêa, para ser juntada no processo TC nº 72.001.274.14-21.

São Paulo, 14 de junho de 2016.


Solange Cristiny
Unidade Téc. de Cartório, Cad. e Arquivo
Supervisora



2298 288
Fl. n.º 2299
Proc. n.º 1.274.14-21
LUCIANE O. ANDRADE
AGPP

Ref.: Processo TC nº 72. 001. 274/14-21

DECLARAÇÃO

DECLARO que compareci à Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, onde obtive vista dos autos em epígrafe.

São Paulo, 14 de junho

de 2016

Assinatura:



NOME: Stella Rótemberg Corrêa

Documento: 147-582- OAB/SP

SEGUIE(M) _juntada(s)_ nesta data _
Em 20 / 06 / 16 (a) 2300 à 2326
LUCIANE O. ANDRADE
AGPP



TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Este volume contém de fls. 2002 a 2299.

IMPORTANTE OBSERVAR

- Esta folha não é numerada por se tratar de nota esclarecedora.
- Os volumes devem tramitar juntos.